

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação

CARINE MASSIERER

O OLHAR JORNALÍSTICO SOBRE O MEIO AMBIENTE

UM ESTUDO DAS ROTINAS DE PRODUÇÃO NOS JORNAIS

ZERO HORA E CORREIO DO POVO

Porto Alegre
2007

CARINE MASSIERER

O OLHAR JORNALÍSTICO SOBRE O MEIO AMBIENTE

UM ESTUDO DAS ROTINAS DE PRODUÇÃO NOS JORNAIS

ZERO HORA E CORREIO DO POVO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGCOM, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre
2007

CARINE MASSIERER

**O OLHAR JORNALÍSTICO SOBRE O AMBIENTE:
UM ESTUDO DAS ROTINAS DE PRODUÇÃO NOS JORNAIS
ZERO HORA E CORREIO DO POVO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGCOM, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra.Christa Berger (Unisinos)

Prof. Dr.Ronaldo Henn (Unisinos)

Profa. Dra.Beatriz Dornelles (PUC/RS)

Porto Alegre, maio de 2007

“O homem busca nos objetos o que tem dentro de si, não reconhecendo que sua percepção dos objetos é inteiramente psicológica e que a satisfação passageira que os objetos podem oferecer é na verdade um fugaz retorno à sua condição original de paz e satisfação”

Alfredo Aveline

Aos meus pais, Luiz e Lovane Massierer

A escolha pela epígrafe de abertura desta dissertação não foi aleatória, pois ela fala justamente de quanto, as vezes, não nos damos conta da importância de estarmos em equilíbrio com os outros e com nós mesmos. E, como a conscientização para vivermos em equilíbrio com o meio ambiente passa pela percepção de harmonização que temos, é necessário avaliarmos como nossos atos podem causar menos problemas às gerações futuras.

O percurso no mestrado reflete um pouco isso, não só a busca pelo crescimento intelectual, mas a preocupação com o rumo que a vida toma diante da modernidade e as conseqüências para aqueles que permanecem por aqui.

Essa preocupação se reflete na minha trajetória, desde quando dizia aos meus pais, na formatura da graduação, que um dia o meu brilho daria muito orgulho a eles.

Este brilho não se refere a uma estrela e nem ao brio de conquistas financeiras ou intelectuais, por isso trago a imagem de uma mandala para ilustrar este trabalho e não de uma estrela.

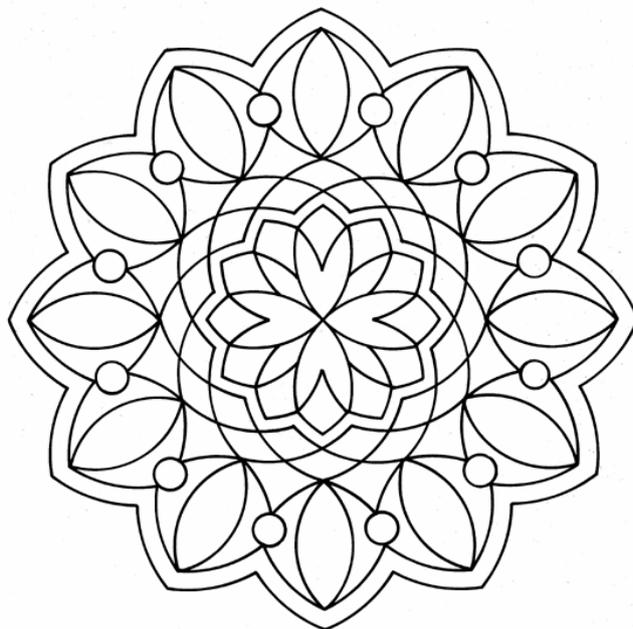
A mandala é uma representação geométrica da dinâmica relação entre o homem e o cosmo e é nela que busco inspiração para o equilíbrio.

O brilho que me é conferido parte da percepção de cada uma das pessoas a partir dos laços de amizade que construímos ao longo desta jornada de crescimento e troca que, neste momento, se efetiva com o mestrado.

Penso no mestrado também como uma possibilidade de repensar a prática jornalística e por acreditar que esta atividade possa contribuir para o despertar das pessoas, principalmente para o papel de cada um para uma vida mais sustentável.

Porque, para convivermos em harmonia com o meio ambiente é preciso percebermos o brilho dentro de nós mesmos e dos outros.

Pai e mãe, o meu brilho está nesta visão, não utópica, de acreditar num mundo melhor.



AGRADECIMENTOS

À minha família, por ter compreendido a importância deste momento para minha qualificação profissional e pessoal e para, assim, desculparem-me pela ausência em momentos que talvez tenham sido importantes para vocês.

À minha querida orientadora Ilza Girardi, pelo companheirismo ao longo desta jornada, pela oportunidade de construção participativa e de busca de conhecimento e crescimento intelectual, constituindo uma maneira ímpar de orientação, que permitiu a esta pesquisadora principiante, sobretudo, o encontro do equilíbrio entre inquietações, certezas e limites deixando que o trabalho seguisse o seu ritmo natural.

Aos amigos, que foram fundamentais ao ouvir as angústias e, principalmente, ao oferecerem espaços para relaxamento.

Aos colegas mestrandos e doutorandos da UFRGS e de outras universidades pelas discussões e trocas que marcaram nossa caminhada.

Aos professores, por terem demonstrado a validade do esforço de pesquisa e sempre auxiliarem na percepção de novos matizes no trabalho em curso.

À EMATER/RS-ASCAR, pela flexibilidade de horários, essencial à condução e conclusão desta atividade, principalmente nas pessoas de Dirceu Slongo, Ana Annoni e dos incansáveis amigos do Escritório Regional de Porto Alegre e dos prestimosos colegas da Biblioteca e da Gráfica.

Aos jornalistas de Zero Hora e Correio do Povo, pela disposição em abrir seu espaço para a inserção de um pesquisador e, principalmente, pelo interesse em contribuir para qualificar esta dissertação.

RESUMO

Nesta dissertação propomos a discussão dos desafios do Jornalismo Ambiental a partir da articulação das rotinas de produção das matérias de meio ambiente nas editorias de geral de Zero Hora e Correio do Povo. Tomamos como caminhos para este diálogo a metodologia etnográfica e a Teoria do Newsmaking, que compreende a notícia a partir da construção social dos fatos, da interferência da organização jornalística, das rotinas de produção, dos valores/notícia e das fontes. A imersão nas redações possibilitou analisar as condições de produção dos periódicos, suas inter-relações, bem como os critérios de noticiabilidade estabelecidos para a elaboração das matérias, a validade teórica do Jornalismo Ambiental para as rotinas de produção diária, a autonomia dos jornalistas em relação às pressões das fontes e das organizações institucionalizadas e o produto final. Concluímos que a complexidade e a visão sistêmica, tão necessárias à compreensão das relações que envolvem meio ambiente, constituem um dos grandes desafios ao Jornalismo Ambiental nas práticas diárias. Isto somente será possível quando as notícias deixarem de ser apresentadas fragmentariamente e passarem a ser contextualizadas, possibilitando que outras fontes tenham voz e vez. O jornalismo diário precisa então ser visto com um novo olhar, a partir da perspectiva cívica e pública, que contribua para a conscientização dos seres humanos à preservação do planeta.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental. Rotina de Produção. Teoria do Newsmaking.

ABSTRACT

In this paper we propound the debate that surrounds the environmental journalism, from the production routine of environmental stories in the general editorial office of Zero Hora and Correio do Povo. We took the ethnographic methodological path and the Newsmaking Theory, which understands news from a social building up of facts, interference of the journalistic organization, production routines, values/news and sources. Immersing in the newspaper office's allowed us to analyze the production conditions of the newspapers, their interactions, as well as the news selection criteria established to elaborate the stories, the theoretic legitimacy of environmental journalism to the daily production routines, the autonomy of the journalists regarding the stress made by the sources and institutionalized organizations and the final product. We reckon that the complexity and systemic view, so necessary as they are to the understanding of the relationships that the environment imply, constitute one of the greatest challenges of the environmental journalism in its daily practices. This will only be possible when the pieces of news stop being shown as fragments and start to be contextualized, allowing that other sources find their voice and turn. Daily journalism needs then to be seen with new eyes, from a public and civil perspective, one that contributes to the process of gaining conscious and awareness, of all human beings, about the need of preserving the planet.

Keywords: Environmental Journalism. Production Routine. Newsmaking Theory.

LISTA DE SIGLAS

AGAS	Associação Gaúcha dos Supermercadistas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Corsan	Companhia Rio-Grandense de Saneamento
CP	Correio do Povo
CREMERS	Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul
DEM HAB	Departamento Municipal de Habitação
DEP	Departamento de Esgotos Pluviais
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto
EXPOAER	Exposição Aeronáutica da Base Aérea de Canoas
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FIERGS	Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FMMA	Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IGP	Instituto Geral de Perícias
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPA	Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
PCC	Primeiro Comando da Capital
RBS	Rede Brasil Sul
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SIMERS	Sindicato Médico do Rio Grande do Sul

SMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ZH	Zero Hora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O CAMPO DO JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS NOTÍCIAS	18
3 OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MEIO AMBIENTE.....	25
4 O JORNALISMO AMBIENTAL E SEUS DESAFIOS	37
5 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	48
6 A COBERTURA DE MEIO AMBIENTE	56
6.1 ZERO HORA E CORREIO DO POVO	56
7 MEIO AMBIENTE E AS ROTINAS DE PRODUÇÃO	66
7.1 NA REDAÇÃO DE ZERO HORA	69
7.2 NA REDAÇÃO DO CORREIO DO POVO	98
8 A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS AMBIENTAIS	147
8.1 A INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS NOTÍCIAS.....	152
8.2 AS ROTINAS DE PRODUÇÃO	159
8.3 OS VALORES/NOTÍCIA.....	173
8.4 AS FONTES	188
8.5 O CONTEÚDO	196
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
REFERÊNCIAS.....	213
ANEXO A - ZERO HORA – 16/10/2006 – PG 45	219
ANEXO B - CORREIO DO POVO – 20/10/2006 – CAPA	220
ANEXO C - CORREIO DO POVO – 20/10/2006 – PG. 9	221

ANEXO D - ZERO HORA – 11/10/2006 – PG 46	222
ANEXO E - ZERO HORA – 12/10/2006 – PG 4.....	223
ANEXO F - ZERO HORA – 12/10/2006 – PG 5.....	224
ANEXO G - CORREIO DO POVO - 21/10/2006 – PG 6	225
ANEXO H - ZERO HORA – 10/10/2006 – CAPA	226
ANEXO I - ZERO HORA – 10/10/2006 – PG 42.....	227
ANEXO J - CORREIO DO POVO – 19/10/2006 – PG 6	228
ANEXO L - CORREIO DO POVO – 22/10/2006 - PG 7.....	229

1 INTRODUÇÃO

A globalização e o desenvolvimento geraram uma redefinição dos direitos e deveres, mudanças de atribuições na sociedade e a perda de poder por parte do Estado-nação, que era quem estruturava, legislava e se preocupava em manter o espaço público. Ao mesmo tempo, emergiram novas tendências econômicas culturais e sociais. A esfera pública passou então a constituir o princípio organizador da sociedade moderna, na medida em que os debates parlamentares, os processos judiciais e as administrações executivas requeriram publicidade para que se estabelecessem conexões entre as estruturas de poder e os cidadãos.

Essas transformações, acompanhadas da fragmentação dos públicos, da aparição de novos movimentos sociais e políticos e do poder instituído pelas indústrias de comunicação e sua vinculação com os poderes de capital, resultaram numa esfera pública que se apóia nas informações publicadas por meio da imprensa. Assim, o jornalismo se solidificou, pela importância que tem, enquanto estruturante e intermediador das relações sociais, através de uma representação do espaço público.

Neste mesmo espaço onde se produzem, negociam e disputam sentidos, também através da imprensa, a modernidade gera muitos problemas socioambientais. A falta de água adequada para o consumo, a mortandade de animais e plantas, a contaminação da terra, da água e do ar, os desastres naturais e o crescente processo de urbanização dos grandes centros, aliados à grande pressão imobiliária sobre as áreas rurais, têm afetado os cidadãos diariamente. Todas essas

modificações ambientais contribuem para deixar a população em alerta para os perigos de um desenvolvimento que não seja sustentável para o planeta¹.

Com o agravamento da situação ambiental mundial e o surgimento de várias catástrofes naturais, torna-se relevante pensar em como a idéia de meio ambiente está constantemente sendo construída e reconstruída pelo campo do jornalismo. Isso porque o jornalismo não passa somente a refletir o interesse dos leitores pelas questões ambientais por meio da ampliação dos espaços para este tema, mas também ajuda a evidenciar a realidade e contribui para fazer com que a população desperte para a importância da preservação.

Apesar de se registrar o aumento da publicação de matérias sobre esta temática nos jornais diários do Brasil, a qualidade das notícias é muito criticada pelos pesquisadores em Jornalismo Ambiental. E elas são publicadas de forma isolada, não oferecendo aos leitores uma abordagem que incorpore a visão da complexidade de relações que envolvem o meio ambiente, ficando restritas a publicações em cadernos segmentados ou a veículos especializados.

Essa crítica se instaurou em razão de o Jornalismo Ambiental ter como critérios a incorporação da visão sistêmica – ou seja, parte da concepção de que é necessário se compreender o todo, sem isolar as partes – a ampliação do número de fontes da área a serem consultadas, a profundidade do conteúdo e a abordagem qualificada das notícias de meio ambiente de forma que o jornalismo possa contribuir para o bem público.

Com uma estrutura de produção no jornalismo comercial condicionada aos fatores econômicos, políticos e tecnológicos, a construção da notícia passa a ser resultante de um processo complexo de captação da realidade e ressignificação influenciada pelas questões organizacionais, pelas rotinas de produção, pelos

¹ Para Leff (2001, p.246-247), os desafios do desenvolvimento sustentável implicam a necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases ecológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa. Isto estabelece o direito à educação, à capacitação e à formação ambiental como fundamentos da sustentabilidade, que permita a cada pessoa e cada sociedade produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir a sua qualidade de vida.

valores/notícia, pelas fontes e por critérios subjetivos. Esse processo de construção da realidade também é feito pelos jornalistas que não são considerados meros observadores passivos.

Partindo deste pressuposto, a notícia é então, na nossa avaliação, resultante de um processo de construção na medida em que é impossível distinguir a realidade dos meios de comunicação porque os próprios veículos auxiliam na construção da realidade, uma vez que os jornalistas apresentam ao público uma representação dos fatos. Por outro lado, é preciso dizer que as notícias também resultam da interação social dos jornalistas com suas fontes, seus pares e com a sociedade.

Neste contexto buscamos saber como as rotinas e a produção estão articuladas para que as matérias sigam os critérios do Jornalismo Ambiental? Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é compreender o processo de produção de notícias sobre o meio ambiente nas editorias de geral dos jornais Zero Hora e Correio do Povo. Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) observar as condições de produção das matérias sobre meio ambiente em relação a quatro aspectos: empresa, produtores, rotinas e produto;
- b) analisar as condições de produção dos periódicos e suas inter-relações com o produto final;
- c) investigar quais critérios de noticiabilidade foram estabelecidos para a elaboração das matérias jornalísticas sobre meio ambiente;
- d) verificar a validade dos critérios teóricos do Jornalismo Ambiental para as rotinas de produção diária;
- e) analisar a autonomia dos jornalistas em relação às pressões das fontes e organizações institucionalizadas;
- f) contribuir para o debate sobre a profissionalização dos jornalistas, a legitimidade das práticas profissionais e a consolidação do Jornalismo Ambiental.

A pesquisa e suas perspectivas metodológicas justificam-se em virtude do fato de que grande parte dos estudos relacionados dedica-se à abordagem analítica da produção do discurso e do conteúdo sobre meio ambiente publicados em jornais brasileiros. Cientificamente, porém, o olhar etnográfico com o foco nas rotinas e na produção diária das matérias pelos jornalistas tem servido de instrumento de pesquisa para um número reduzido de estudiosos da comunicação. Assim, este estudo torna-se importante para o campo do jornalismo não só por contribuir para a compreensão das rotinas de produção das matérias sobre meio ambiente, mas também para que sejam formuladas, a partir da contribuição dos profissionais, alternativas para a qualificação do trabalho nesta área. Permite ainda a compreensão das potencialidades e dos limites da transversalidade deste tema nos jornais para a efetivação do Jornalismo Ambiental na práxis diária, em favor do leitor e do interesse da sociedade.

Dessa forma, este estudo reflete a preocupação com a problemática ambiental e a forma como o jornalismo se apropria da realidade em favor da construção de matérias que, no final, contribuem para despertar os cidadãos para a importância de uma vivência mais consciente sobre os limites da natureza enquanto bem finito e a conservação da vida.

A discussão a respeito da construção de matérias de meio ambiente em veículos diários poderia ser feita no rádio, na televisão ou em jornais. No entanto, as preocupações que geraram esta pesquisa – com a qualidade do conteúdo, o pouco espaço, a restrição a espaços específicos e uma abordagem direta que não permite ao receptor a visão da complexidade de relações que envolvem o meio ambiente – direcionaram a definição de um corpus a partir do jornal Zero Hora (ZH) por apresentar a maior tiragem no Rio Grande do Sul (176.343 exemplares) e por integrar o conglomerado de mídia da RBS². Com a intenção de oferecer maior abrangência ao estudo e perceber possíveis semelhanças e diferenças no processo de construção da notícia, foi definido também como *corpus* o jornal Correio do Povo,

² Segundo Fonseca (2005), apenas o jornal Zero Hora, do grupo RBS, tem demonstrado ao longo do tempo “cultura organizacional” e por manter a posição de “referência dominante” ao conquistar a liderança no mercado de mídia impressa, por méritos menos jornalísticos e mais empresariais.

por apresentar características diferenciadas de gestão de ZH, baseada na administração familiar da família Ribeiro, desde 1986³.

O Correio do Povo também é um dos jornais de maior tiragem (156.285 exemplares por dia em média)⁴ e mantém a preocupação que tinha desde os anos 70, quando instituiu uma campanha pública contra a empresa de celulose norueguesa Borregaard⁵, fechada em 1973 em razão da poluição que estava gerando ao meio ambiente. Segundo Belmonte (2004, p.22), o mau cheiro da indústria conseguiu organizar os moradores da vizinha cidade de Porto Alegre, em plena ditadura militar, e acabou estruturando o “movimento ecológico gaúcho”. Este episódio também acabou influenciando a imprensa gaúcha a ampliar o espaço de publicação de matérias sobre este tema, inclusive neste jornal.

Nos dois jornais, a aplicação da pesquisa foi condicionada à editoria de geral porque outros estudos feitos anteriormente já apontavam este espaço dos jornais como o que mais concentrava as publicações de matérias ambientais, e conseqüentemente se tornou o local mais apropriado para análise da produção das matérias.

A partir deste cenário, tomamos como caminho para embasar a discussão dos desafios do Jornalismo Ambiental na produção diária de matérias de meio ambiente a metodologia etnográfica, que nos permite compreender como estão articuladas as rotinas de produção das matérias de meio ambiente nas editorias de geral, e a Teoria do *Newsmaking*, que parte do conceito de que a notícia é socialmente construída. Como pano de fundo, destaca-se o debate em torno do enfoque dado às notícias sobre meio ambiente e a ampliação de espaços para esta temática nos jornais diários.

O segundo capítulo deste estudo tem como objetivo fundamentar uma discussão a partir de diferentes correntes teóricas com relação ao estado

³ Em março de 2007 o jornal, a TV Guaíba e as rádios FM e AM pertencentes ao Grupo Caldas Júnior foram adquiridas pelo Grupo Record.

⁴ Dados de tiragem dos dois jornais baseados em informações do Instituto Verificador de Circulação (IVC), de dezembro de 2006.

⁵ Em julho de 2003 a então Riocell, do grupo Klabin, foi adquirida pela Aracruz.

permanente de disputa entre os campos do jornalismo e do meio ambiente com os campos da economia, da política, da cultura e social. Em seguida, é feita uma reflexão sobre as transformações que ocorreram no meio ambiente e a importância do jornalismo ao levar informações para os cidadãos. No quarto capítulo, apresentamos o Jornalismo Ambiental e os desafios para aliar os ideais de um jornalismo sistêmico, comprometido com a ética e centrado na visão holística dos fatos, com a cultura vigente de construção das notícias.

Na seqüência demonstramos como a metodologia etnográfica e o método de observação participante são o melhor caminho para cumprir com os objetivos desta pesquisa, uma vez que a imersão na redação permite a compreensão das rotinas produtivas e dos critérios que influenciam no momento de elaboração, edição e publicação da informação nos jornais diários.

No sexto e sétimo capítulos, descrevemos o que presenciamos durante a observação participante de uma semana nas redações de Zero Hora e Correio do Povo. As práticas profissionais observadas são analisadas e contrapostas com as teorias do jornalismo para serem problematizadas a partir dos critérios do Jornalismo Ambiental. Por fim, são apontadas algumas considerações finais levantadas a partir da análise realizada.

A escolha por esta temática, além de ter sido fortemente influenciada pelas origens familiares da pesquisadora, vinculadas ao meio rural, também foi solidificada pelo ideal de contribuir para levar informações à sociedade sobre a sua importância na construção de processos que levem ao desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente. E o jornalismo? A paixão pelo jornalismo e por acreditar que a pesquisa e o fazer jornalístico possam contribuir para a preservação ambiental são as válvulas mestras propulsoras deste trabalho. Sem dúvida a atuação da pesquisadora junto à extensão rural tem sua parcela de contribuição para a definição de escolhas que também se fazem na pesquisa.

2 O CAMPO DO JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS NOTÍCIAS

Mudanças significativas para a sociedade estão ocorrendo e novas tendências econômicas, sociais e culturais estão emergindo. O jornalismo, por meio de uma representação do espaço público, tornou-se estruturante e intermediador das relações nas sociedades modernas, e, desta forma, indispensável aos cidadãos para acesso à informação ambiental.

Neste contexto, para compreender as reconfigurações do jornalismo, é preciso trazer à tona a idéia de campo do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989). Por princípio, Bourdieu considera que nunca há um campo totalizante e que os limites são muito tênues. Os campos estão em constante interação na disputa de um poder simbólico que se sustenta por meio de uma estrutura e das relações estabelecidas na sociedade, e que chega até nós pelos processos de comunicação. A produção de poder se dá enquanto integrante deste processo, uma vez que o exercício do poder simbólico é permanente.

O poder do jornalismo está na interpretação dos fatos e de idéias, ou seja, na representação da realidade. Segundo Castells (2001, p. 423), “a nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem o seu comportamento”.

Para Bourdieu (1989), o campo é um “espaço social estruturado, um campo de forças”. No entanto, o autor acrescenta que é importante não reduzir as relações de força a relações de comunicação e que não basta notar que as relações de

comunicação são sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições envolvidas nessas relações e que podem permitir acumular bem simbólico.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>> (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O poder passa a ser, então, estruturador da sociedade, e o jornalismo, assim como as novas tecnologias, exerce um papel fundamental enquanto intermediador e construtor das relações nas sociedades modernas através de uma representação do espaço público.

De acordo com Bourdieu, (1997, p. 102) o campo do jornalismo impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua própria estrutura, isto é, “à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, às do mercado dos leitores e às do mercado dos anunciantes”.

Já Gomes (2004, p. 69) ressalta que o jornalismo além de um campo, é uma atividade e uma competência. “Como campo, estabelece a natureza do trabalho jornalístico, determina o seu capital principal, configura os seus interesses fundamentais e distribui, em função disso, prestígio e distinção”.

Para analisar teórica e metodologicamente os fatores intervenientes neste processo, partimos de uma concepção de campo do jornalismo em interação com outros. Como caminhos possíveis a serem seguidos teoricamente, Traquina (2004)

aponta a teoria do espelho, da ação pessoal ou “gatekeeper”, a organizacional, a de ação política, estruturalista, interacionistas e construcionista.

Nesta pesquisa, optamos por seguir a teoria etnoconstrucionista. Nessa perspectiva, o jornalismo é visto, em aproximação à idéia de campo proposta por Bourdieu, como um espaço onde intervêm vários fatores como a estrutura, o poder, o discurso, as representações e as relações sociopolíticas e econômicas. Para Traquina (2004), a constituição de um campo implica a existência de:

1) “um número ilimitado de “jogadores”, isto é, agentes sociais que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias de comunicação; 2) um *enjeu* ou prêmio que os “jogadores” disputam, nomeadamente as notícias; e 3) um grupo especializado, isto é, profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e a sua construção (TRAQUINA, 2004, p.27).

Neste processo de interação social, os jornalistas não podem ser considerados apenas observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade. Então, se por um lado o jornalismo desempenha o papel de questionador do próprio sistema, por outro, se torna refém da estrutura em que se encontra em razão dos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais.

O papel dos jornalistas também é analisado por Bourdieu (1997, p. 106), que considera o campo do jornalismo, assim como o campo político e econômico - e muito mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico - como um espaço sujeito aos veredictos do mercado, através da sanção da clientela ou do índice de audiência.

E os jornalistas são sem dúvida tanto mais propensos a adotar o “critério do índice de audiência” na produção [...] ou na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores [...] quanto ocupem uma posição mais elevada [...] em um órgão mais diretamente dependente do mercado [...], sendo os jornalistas mais jovens e menos estabelecidos mais propensos, ao contrário, a opor os princípios e os valores da “profissão” às exigências,

mais realistas ou mais cínicas, de seus “veteranos” (BOURDIEU, 1997, p. 106).

Assim, as notícias refletem um amplo processo de construção que envolve a orientação profissional a partir das rotinas de produção, os interesses financeiros das empresas de comunicação, o conhecimento e a vivência pessoal de cada repórter e ainda a participação das fontes de informação na construção dos textos. Conforme Traquina (2002, p.123), a mídia noticiosa tende “a reforçar o poder instituído”, já que as fontes que dominam o processo de produção das notícias são as oficiais.

Traquina (2004) salienta ainda que o campo se constitui, então, como um espaço magnético onde fica, de um lado o pólo positivo e, de outro, o negativo. O pólo positivo é o pólo ideológico. Neste, a ideologia profissional define o jornalismo como um serviço público que fornece aos cidadãos as informações de que precisam para votar e participar na democracia representativa. Além disso, o jornalista seria um guardião pronto a defender os cidadãos dos eventuais abusos de poder. O pólo negativo abarca a visão do jornalismo como um negócio e das notícias como mercadoria, o que tem sustentado o desenvolvimento de companhias altamente lucrativas.

O autor ressalta ainda que, para Bourdieu, os dois pólos do campo jornalístico contemporâneo – “o pólo intelectual e o pólo econômico” – tornaram-se dominantes no jornalismo ao longo do século XIX, diminuindo a importância do “pólo político”. Para os jornalistas e para muitas vezes nas sociedades, o pólo negativo do campo jornalístico é o pólo econômico, que associa o jornalismo ao cheiro do dinheiro e à práticas como o sensacionalismo, “em que o principal intuito é vender o jornal/telejornal como um produto que agarra os leitores/os ouvintes/a audiência, esquecendo valores associados à ideologia profissional” (TRAQUINA, 2004, p. 27-28).

Berger (2003, p.21), ao tratar da constituição de campos a partir de Bourdieu, diz que cada campo se constitui a partir de um capital, que só seria

definível a partir do próprio campo. Para a autora, o capital do campo do jornalismo é a credibilidade e é ela que está constantemente em disputa entre os jornais e entres estes e os demais campos sociais. Tal fator tornou-se instrumento de validação e de medição em constante avaliação e teste através de pesquisas, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas.

Portanto, para compreender os fatores que intervêm na formação do campo do jornalismo é preciso levar em conta o poder simbólico e a influência da política, da economia, da cultura, do meio ambiente e das questões próprias desta área, como a rotina organizacional, o papel do profissional e os efeitos deste fazer.

Na medida em que nos interessa neste estudo saber justamente como as rotinas e a produção estão articuladas para que as matérias sigam os critérios do Jornalismo Ambiental, buscamos na Teoria do *Newsmaking*, compilada por Nelson Traquina e Mauro Wolf, suporte para compreender a forma de construção social da notícia e a influência desses fatores no processo.

De acordo com Traquina (1999, 2002), tanto a teoria organizacional quanto a construcionista fazem parte da literatura do *newsmaking* e ambas são coincidentes no que diz respeito ao resultado de processos de interação social e de uma série de negociações. O autor ressalta ainda que as duas teorias distinguem-se por três motivos:

Primeiro a teoria construcionista desce no seu nível de análise, do nível interno ao nível interior, ao sublinhar a importância da cultura profissional como factor determinante, factor esse que é também transorganizacional. Segundo, a teoria construcionista dá ênfase às práticas diárias e aos procedimentos rotineiros, que procuram fornecer um fluxo constante e seguro de notícias. Terceiro, a teoria construcionista examina em maior detalhe as relações entre os jornalistas e as fontes de informação, considerando estas um componente fundamental do processo de produção (TRAQUINA, 1999, p.136).

Neste tipo de estudo, as notícias são consideradas a partir da perspectiva da construção social, onde a natureza da realidade é uma das condições que ajuda a moldar as matérias. Isto porque os textos também refletem os constrangimentos organizacionais, as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem, “as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística e as identidades das fontes de informação com quem falam” (TRAQUINA, 2002, p.122-123).

Para Wolf (2005, p.194), os estudos sobre a produção da informação (*newsmaking*) se articulam por meio da cultura profissional dos jornalistas e da organização do trabalho e dos processos de produção. “As conexões e as relações entre os dois aspectos constituem o ponto central desse tipo de pesquisa.”

Para compreender como estas articulações acontecem na prática jornalística seguimos a proposta metodológica apontada por Wolf:

Todas as pesquisas de *newsmaking* têm em comum a técnica da observação participante [...]. Desse modo, é possível reunir e obter sistematicamente as informações e os dados fundamentais sobre as rotinas de produção que atuam na indústria da mídia (WOLF, 2005, p.191).

Assim, optamos por seguir como referencial teórico para fundamentar nossa pesquisa o *newsmaking*, que entende o processo de elaboração da notícia a partir da construção social dos fatos. O *newsmaking* tem, por conseguinte, a preocupação de compreender qual imagem do mundo as empresas jornalísticas elaboram em seus noticiários e como essa imagem se correlaciona com as exigências cotidianas de produção nas organizações. De um lado está a cultura profissional de prestar serviço à comunidade; de outro, as restrições ligadas à organização do trabalho, onde estão inclusas as convenções profissionais que determinam a definição de notícia, legitimam o processo de produção e contribuem para prevenir as críticas do público.

Por conviver neste espaço de inter-relações, o jornalismo está em constante negociação e disputa de sentidos com outros campos, como o do meio ambiente, que é o que nos interessa refletir no próximo capítulo.

3 OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MEIO AMBIENTE

Refletir sobre as inter-relações do meio ambiente a partir das modificações que vêm ocorrendo nas áreas econômica, social, política e cultural requer que se considere a transformação do espaço público, a crise do Estado-nação, a fragmentação dos públicos, a aparição de novos movimentos sociais e políticos, o poder instituído pelas indústrias culturais da comunicação e da vinculação destas com o modelo capitalista de acúmulo de capital e de concentração da riqueza. Antes disso, porém, precisamos entender como a industrialização, a modificação dos sistemas agrários e a ação do homem foram alterando a estrutura do meio ambiente no mundo inteiro e, particularmente para efeito de delineamento de perspectiva deste trabalho, no Brasil.

Os processos de globalização foram impulsionados pelo mercantilismo e, posteriormente, pela Revolução Industrial, mas é no final do século XX que eles se efetivam nas sociedades.

A transformação das estruturas produtivas, a integração dos mercados, os processos de internacionalização financeira e, em particular, a revolução tecnológica – que permite uma comunicação instantânea, eliminando as barreiras do espaço físico – constituem o substrato que permitiu a globalização da vida social, isto é, uma nova realidade política e cultural, na qual os diversos atores sociais – indivíduos, grupos, instituições, empresas – se orientam em função de informações, expectativas e desejos inspirados em referências globais (SORJ, 2003, p.12).

O industrialismo não causou impacto tão somente na produção, mas também afetou todos os aspectos da vida cotidiana, como o trabalho, os transportes, as relações sociais e de organização humana, as formas de consumo e a maneira do homem se relacionar com a natureza.

Anthony Giddens (1991, p. 66) afirma que, na maior parte das culturas pré-modernas, mesmo nas grandes civilizações, os seres humanos se viam em continuidade com a natureza. “Suas vidas estavam atadas aos movimentos e disposições da natureza – a disponibilidade das fontes naturais de sustento, a prosperidade das plantações e dos animais de pasto, e o impacto dos desastres naturais”.

Porém, o industrialismo moderno, modelado pela aliança entre a fé na ciência e a ideologia da tecnologia como valor dominante, transformou a natureza de maneiras inimagináveis em relação às gerações anteriores. Nos setores industrializados do globo – e, crescentemente, por toda parte – os seres humanos vivem num ambiente criado. Trata-se de um ambiente de ação que, de fato, é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas, mas a maioria das outras paisagens também se torna sujeita à coordenação e controle humanos (GIDDENS, 1991).

Nos sistemas agrários, a passagem de um modelo agrícola de subsistência para a monocultura com a utilização excessiva de produtos químicos, com a redução da diversidade e com o esgotamento dos saberes locais gerou o aumento da população de insetos e de doenças nas plantações, assim como a necessidade de eliminar tais efeitos de ataque às lavouras com a pulverização de doses cada vez maiores de agrotóxicos. Esse círculo modifica os valores tradicionais de culturas locais, num círculo vicioso que torna o agricultor refém de insumos químicos e de práticas de produção que promovem o esgotamento do solo e dos recursos hídricos. Esta situação tem se intensificado, segundo Serres (1990), desde a revolução industrial quando começou a utilização de combustíveis fósseis e a propagação de substâncias tóxicas e de produtos acidificantes.

Essa tecnologia empregada para melhorar o rendimento das monoculturas promoveu então a degradação ambiental. De acordo com Shiva (2001, p.74):

Com o efeito estufa, uma nova dimensão foi adicionada ao efeito ecologicamente destrutivo dos fertilizantes químicos; os fertilizantes à base de nitrogênio liberam na atmosfera o óxido nitroso, um dos gases do efeito estufa que causam o aquecimento global. Os fertilizantes químicos têm, dessa maneira, contribuído para a redução da segurança alimentar por meio da poluição da terra, da água e da atmosfera.

Isso significa que as mudanças ambientais globais foram geradas por complexas relações que se estabelecem com o crescimento econômico, com os padrões tecnológicos e com os riscos de extração e transformação de recursos. “Os processos de desflorestamento, erosão e salinização, provocados pelos padrões de uso do solo e produção agrícola, levaram a uma perda de fertilidade da terra, com crescentes custos ecológicos e sociais” (LEFF, 2001, p.302).

Outro fator que contribui muito para a degradação ambiental foi a forma como a sociedade passou a se apropriar dos recursos naturais partindo do pressuposto de que eram infinitos, visando o desenvolvimento econômico desenfreado. Como avalia Leff (2001, p.15), a visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de “uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna”. Desta forma, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental.

Estas desigualdades, segundo Edgar Morin, são geradas pela globalização da década de 90 que, apesar de operar uma mundialização de caráter humanista e democrático, manteve as seqüelas dos colonialismos decorrentes da busca desenfreada pelo lucro:

Assim, se o planeta constitui um território que dispõe de um sistema de comunicações, de economia, de uma civilização, de uma cultura, de uma vanguarda de sociedade civil, falta-lhe um certo número de disposições essenciais que dizem respeito à organização, ao direito, à polícia, à biosfera, à governança, à cidadania. [...] Ainda não existe sociedade civil mundial, e a consciência de que nós somos cidadãos da Terra Pátria é dispersa, embrionária (MORIN, 2003, p.354).

Essa busca de crescimento econômico contínuo e indiferenciado, a perda de poder por parte do Estado-nação, a mediação das relações sociais por meio da imprensa e as novas atribuições da sociedade frente ao desenvolvimento e à globalização incidiram diretamente sobre as modificações evidenciadas no meio ambiente, trazendo conseqüências catastróficas. Nesta mesma perspectiva, Capra (2002, p. 157) alerta que:

[...] nesta virada de século, já está mais do que evidente que nossas atividades econômicas estão prejudicando a biosfera e a vida humana de tal modo que, em pouco tempo, os danos poderão tornar-se irreversíveis. Nessa precária situação, é essencial que a humanidade reduza sistematicamente o impacto das suas atividades sobre o meio ambiente natural.

Percebemos assim que a globalização trouxe inúmeras oportunidades, mas conseqüentemente produziu riscos que afetam nossa vida cotidiana e que não se referem somente a aspectos econômicos. Portanto, é necessário que o ser humano adquira consciência do impacto que a vida em sociedade, na cultura contemporânea, exerce sobre o meio ambiente.

A situação em que se requer a participação da sociedade em prol do bem comum e a mudança da forma de pensar a relação com a natureza é chamada por Santos (1995) de uma transição paradigmática. Para o autor, essa transição está acontecendo tanto no plano epistemológico – da ciência moderna para um conhecimento pós-moderno – como no plano social – do capitalismo para outra forma societal que pode ser melhor ou pior. Por isso, estamos numa época onde o equilíbrio é instável, as regulações são precárias em razão da perda de poder pelo

Estado-nação e as mudanças são imprevisíveis. Nesse cenário, intensifica-se a polarização entre os países desenvolvidos e não-desenvolvidos como consequência da explosão demográfica, da globalização não só na área econômica e de degradação ambiental.

A degradação ambiental é uma receita secular que inclui pressão para intensificar a implantação de modos de produção agrícolas baseados em monoculturas de produtos destinados à exportação, auxiliada por técnicas deficientes de gestão de solos que leva à erosão, à salinização e à desertificação. No que diz respeito às questões políticas-ambientais, tem-se como decorrência desta cultura de exploração a destruição de florestas tropicais e crise ecológica, inclusive com a diminuição das reservas de água potável. Santos (1995, p.296) ressalta que de todos os problemas enfrentados mundialmente

[...] a degradação ambiental é talvez o mais intrinsecamente transnacional e, portanto, aquele que, consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre Norte e Sul, como pode ser a plataforma para um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional.

Giddens (1991, p.111) afirma que na sociedade pré-moderna também eram registrados desastres naturais como inundações, tormentas, chuvas excessivas ou secas, mas que agora, apesar dos perigos parecerem semelhantes, os mesmos acidentes não derivam somente da ordem normal da natureza. As “ameaças ecológicas são o resultado de conhecimento socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material”. O autor chama isto de um novo perfil de risco característico da vida moderna que afeta as possibilidades de vida de milhões:

A simples quantidade de riscos sérios ligados à natureza socializada é bem assustadora: a radiação a partir de acidentes graves em usinas nucleares ou do lixo atômico; a poluição química nos mares suficiente para destruir o plâncton que renova uma boa parte do oxigênio na atmosfera; um “efeito estufa” derivando dos poluentes atmosféricos que atacam a camada de ozônio, derretendo parte das calotas polares e inundando vastas áreas de

floresta tropical que são uma fonte básica de oxigênio renovável; e a exaustão de milhões de acres de terra fértil como resultado do uso intensivo de fertilizantes artificiais (GIDDENS, 1991, p.129).

No Brasil, muitas modificações passaram a ocorrer a partir dos anos 60. A Ditadura Militar, em 1964, impulsionou a industrialização e abriu o mercado para as multinacionais. Por quase dez anos, o País viveu o período do “Milagre Econômico”, com a expansão da indústria, sobretudo da automobilística e das telecomunicações. O crescimento econômico acelerado encerrou seu ciclo em 1973, quando o preço do petróleo sofreu alta valorização e o dólar passou à moeda de referência mundial depois de abandonar o padrão ouro.

Nesse mesmo período, o Estado-nação brasileiro desloca suas prioridades na direção de políticas governamentais que “caracterizaram-se pela implementação de um novo conceito de eficiência, no qual os interesses econômicos prevalecem sobre os interesses sociais” (FERREIRA, 1998, p.126). Somam-se a esses fatores o fato do país dispor de uma maior tolerância social e política à poluição e uma força de trabalho abundante e barata (SANTOS, 1995). A Ditadura Militar se encerraria em 1985 com eleições indiretas, mas com perspectivas de organizar a sociedade a partir da emergência de um modo de acumulação de capital mais flexível e dissimulado.

A utilização da comunicação como estratégia de difusão das inovações na agricultura, a partir dos anos 1970, e a modernização dos processos tecnológicos no final desta mesma década fizeram com que a imprensa passasse de instrumento de manifestação da liberdade de expressão e pensamento para uma função de intermediadora das relações nas sociedades modernas. Esse processo ocorre através da estruturação de uma representação de espaço público, acarretando todos os problemas e benefícios de um sistema voltado ao mercado consumidor.

A partir do fim dos anos 1970, com este novo paradigma tecnológico, as vantagens comparativas internacionais do Brasil declinaram: os recursos naturais clássicos perderam valor comparativo, a tolerância para com a poluição tornou-se

uma marca e a força de trabalho desqualificada era incapaz de operar os novos sistemas produtivos. Essas são algumas das causas da crise e do conseqüente declínio brasileiro na década de 1980 (VIOLA, 1996).

Dessa forma, a reflexão sobre a questão ambiental no Brasil confunde-se com a reflexão sobre os processos de mudanças sociais que caracterizam a constituição de uma sociedade urbano-industrial pobre e de consumo, heterogênea e desigual. Tais condições levaram o Brasil à periferia da economia mundial crescentemente internacionalizada.

Apesar de seu extraordinário custo social, segundo Viola (1996), a crise do modelo de desenvolvimento teve um aspecto benéfico: acelerou na opinião pública brasileira a tomada de consciência da devastação ambiental a partir dos anos 1970-1980. Esta reação da sociedade já vinha aflorando desde 1950 por meio das correntes de pensamento ecológico que passaram a refletir sobre os perigos de seguir neste paradigma de desenvolvimento, que é insustentável⁶.

Em suma, os movimentos sociais de contra-cultura passam a ganhar força em todo mundo a partir dos anos 1970, contribuindo para fundar um novo paradigma que compreende a Terra não como um planeta com elementos separados, mas um sistema no qual interagem dinamicamente organismos vivos e não vivos (CAPRA, 2003). Esta proposta busca promover uma superação do pensamento baseado na revolução científica calcada na idéia reducionista de avaliação da natureza como objeto, incluindo neste novo olhar a cidadania, a solidariedade e a justiça social.

Além desta nova visão assumida por parte da comunidade científica, também se desencadearam vários eventos, como a Conferência de Estocolmo realizada em 1972, a segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a Eco-92 ou Rio-92 que congregou 100 chefes de Estado e representações de 170 países, e a

⁶ Para Leff (2001, p.246-247), "os desafios do desenvolvimento sustentável implicam a necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases ecológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa. Isto estabelece o direito à educação, à capacitação e à formação ambiental como fundamentos da sustentabilidade, que permita a cada pessoa e cada sociedade produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir a sua qualidade de vida".

Rio+10, realizada em 2002 em Johannesburgo, reunindo a cúpula mundial para discutir o caminho a ser tomado pelo mundo em direção ao desenvolvimento sustentável. O movimento ambientalista conquistou posição de destaque, de acordo com Castells (2001, p. 141), “no cenário da aventura humana”, ao contribuir para que as preocupações com a sustentabilidade do planeta e da natureza passassem a ter destaque na esfera dos debates mundiais.

Porém, apesar desta nova visão, os problemas ambientais continuaram a existir e inclusive se agravaram, isso porque a sociedade historicamente mantém o pensamento calcado na idéia de que os bens naturais são infinitos e podem ser explorados. Um paradoxo, pois, paralelamente à instituição de movimentos sociais de raízes ecológicas observa-se a existência de um processo de destruição dos ambientes naturais, ligado ao advento de novas maneiras de se explorar a natureza.

Santos (2000, p.280) faz uma crítica ao modo como a sociedade se apropriou da natureza a partir do momento em que a ciência moderna se converteu em principal força produtiva do capitalismo. “Essa concepção de natureza tornou-se uma legitimação ideológica da transformação da natureza numa condição de produção, quer sob a forma dos ‘recursos naturais’, quer enquanto ‘ambiente natural’”.

Ao analisar as abordagens e a concepção de natureza legitimada pela ciência, o autor afirma ainda que, devido às suas raízes – embasadas na ideologia do produtivismo, do progresso e do cientificismo que alavancou a expansão econômica infinita – o marxismo considerou difícil de compreender “a integração deste tema na economia política do capitalismo” e, por isso, talvez tenha se omitido. No entanto, Santos (2000, p.280) ressalta que “nas duas últimas décadas, porém, fizeram-se alguns esforços para integrar a exploração do trabalho e a destruição da natureza na mesma dinâmica contraditória de desenvolvimento do capitalismo”.

Mesmo diante da organização crescente de grupos voltados à defesa do meio ambiente, as perspectivas não são animadoras porque não se trata apenas de modificar o modo como a sociedade visualiza a natureza, mas alterar modos de

produção e consumo e de ação política. No entanto, pelo que se observa, nem todos os países ricos parecem estar dispostos em contribuir e nem abandonar hábitos poluidores, como podemos constatar quando o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, negou-se a assinar o protocolo de Kyoto. Paralelamente, China e Índia continuam queimando carvão para alavancar suas economias emergentes. Por outro lado, países do Hemisfério Sul, como o Brasil, apesar de sua presidência atual apoiar iniciativas que buscam a geração de energia por meio de hidrelétricas e etanol e conseguir a aprovação da Convenção-Quadro Internacional para o Controle do Tabaco, proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com a preocupação de que seja instaurado um processo de desenvolvimento mais sustentável e de reduzir a produção e o consumo do tabaco no mundo, está sendo visto como vilão por permitir o desmatamento pela extração de madeira e por degradação da flora e da fauna da Floresta Amazônica em razão das queimadas.

Podemos somar às necessidades de conscientização premente da sociedade a preocupação com as alterações climáticas que vêm ocorrendo e estão deixando em alerta os cientistas de todo mundo em virtude do aquecimento global. Cenários mais otimistas prevêem num período de cem anos sérias transformações climáticas em todos os quadrantes do planeta com elevação da temperatura e do nível das águas do mar. Como o impacto da degradação ambiental é global não há possibilidades de somente alguns países terem vantagens e o outro grupo só desvantagens, o indicado então é a busca de soluções conjuntas. O caminho natural seria a solidariedade internacional para o enfrentamento da crise, porém o estímulo a ações solidárias não é uma tarefa fácil, tendo em vista que a gravidade do problema ambiental tem aumentando e exige, inclusive das novas gerações, a responsabilidade a médio e longo prazos.

A responsabilização, no entanto, esbarra no fato de os processos políticos internacionais estarem dominados por exigências a curto prazo e que a economia tem sustentação primordial em empreendimentos que visam o lucro financeiro também a curto prazo em detrimento dos benefícios social e ambiental. Consta ainda nesta lista a mudança de padrões de consumo pela sociedade, o que não é tarefa fácil, pois a maioria das pessoas não se mostra favorável à redução de seu

consumo de energia elétrica e de geração de lixo e nem pretende optar pelo uso de alimentos produzidos ecologicamente. “Perante isso, tornou-se difícil imaginar medidas preventivas globais, apesar de reconhecida a sua urgência” (SANTOS, 1995, p.299).

Mas mesmo que algumas dessas medidas sejam adotadas, são muito desiguais os recursos dos diferentes países para que possam ser levadas a cabo, coerentemente e de modo global, medidas preventivas de proteção contra os desastres ambientais. Sem contar que a perda de regulação e de autonomia por parte do Estado transformou-se em outro obstáculo para a instauração de uma rede de esforços no sentido de colocar em prática soluções globais.

Neste contexto, a imprensa enquanto intermediadora das relações nas sociedades modernas, desenvolve papel muito importante, segundo Medina, já que passa a ampliar os espaços nos jornais para a publicação de matérias sobre meio ambiente:

[...] a informação, aquisição de conhecimento e a integração de esforços são condições “sine qua non” para avançar na construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras e, onde a educação passa a adquirir novos significados que contribuem para a efetivação deste processo. Essa é uma exigência indispensável para a compreensão do binômio “local-global” e para a preservação e conservação dos recursos naturais e socioculturais, patrimônios da humanidade (MEDINA, 1999, p.17).

O desenvolvimento das novas tecnologias e o acesso à informação em todas as partes do planeta contribuem para que o jornalismo fundamente-se como um processo social articulado a partir das relações entre as organizações da sociedade, os cidadãos e os canais que permitem a difusão das informações à coletividade. Além disso, a comunicação coordena múltiplos emissores de informação e opinião, receptores e interesses diversos, que interferem e interagem na ação jornalística, em razão do jornalismo ser também fruto dos processos sociais. Neste ponto reside, portanto, a co-responsabilidade da imprensa e do jornalismo na

abordagem qualificada do tema ambiental, já que o público deposita credibilidade no jornalismo.

No entanto, é necessário levar em conta que a imprensa se mantém condicionada aos processos organizacionais vinculados à modernidade, à ideologia dominante que centraliza a tecnologia e ao consumo de bens simbólicos. Sua vinculação ao industrialismo e a dependência política e econômica, bem como as relações de poder aí travadas, dizem respeito ao campo do jornalismo e à suas interações com outros campos.

Nesse sentido, como se articula no jornalismo diário a construção das matérias sobre meio ambiente? De um lado, o campo jornalístico é complexo ao trabalhar com a reconstrução dos sentidos sociais e com a representação dos fatos suscetíveis, muitas vezes, a variáveis subjetivas como os processos socioculturais inerentes à profissão do jornalista e os poderes políticos, econômicos e sociais que consolidam esta esfera. Por outro lado, o jornalismo lida com o reducionismo na medida em que se sustenta por meio de critérios de noticiabilidade e regras organizativas que fazem com que se transpareça na matéria publicada, muitas vezes, uma visão mecanicista e cartesiana que simplifica e fragmenta partes de uma complexa relação entre as partes e o todo num sistema em equilíbrio dinâmico capaz de se auto-organizar. São duas faces de uma mesma moeda: a complexidade do campo do jornalismo e o reducionismo como consequência de um processo industrializado de construção da notícia.

O jornalismo também mede forças com o campo do meio ambiente uma vez que a complexidade de relações que envolvem a natureza, devido à forma como as notícias são publicadas, muitas vezes não se reflete no conteúdo e a sociedade consegue perceber somente a aparência dos problemas ambientais, mas não suas causas.

Com a preocupação pela conscientização da sociedade em razão da degradação ambiental e em garantir que o jornalismo, pelo poder que tem na sociedade moderna, pudesse ampliar os espaços e contribuir para a promoção da

reflexão com relação a essa problemática é que os movimentos contraculturais tomaram força e suas ações no sentido de consagrar um campo autônomo através da reunião de agentes ideologicamente alinhados às causas ambientais acabaram também refletindo na consolidação do Jornalismo Ambiental.

4 O JORNALISMO AMBIENTAL E SEUS DESAFIOS

O Jornalismo Ambiental é uma área que vem merecendo cada vez mais a atenção de jornalistas e pesquisadores que trabalham na construção de um referencial teórico e defendem a discussão da qualidade das informações sobre meio ambiente repassadas ao público. Por isso concordamos com a idéia de Bueno de que o jornalismo ambiental anseia por um conceito:

[...] que extrapole o do jornalismo científico tradicional (comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica que tem privilegiado a continuidade das suas pesquisas, sem contextualizar as suas repercussões), que não se confunda, em nenhuma hipótese com o jornalismo econômico (impregnado pelo canto de sereia do modelo agroexportador da revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financeiro) e que não se apoie no jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites (BUENO, 2007, on-line).

Partimos, então, do referencial teórico que estabelece como critérios a incorporação da visão sistêmica – ou seja, tem como base a concepção de que é necessário se compreender o todo, sem isolar as partes – a ampliação do número de fontes da área a serem consultadas, a profundidade do conteúdo e a abordagem qualificada das notícias de meio ambiente de forma que o jornalismo possa contribuir para o bem público.

No entanto, estes critérios não são específicos do Jornalismo Ambiental uma vez que os referenciais teóricos do Jornalismo também são construídos a partir destas lógicas, a exceção da incorporação da visão sistêmica.

Neste capítulo, apresentamos a trajetória do Jornalismo Ambiental no Brasil, trazemos os estudos que vêm sendo feitos e quais as constatações dos pesquisadores desta área a respeito da abordagem do meio ambiente pela imprensa. Também apontamos os critérios requeridos pelos teóricos na construção das matérias de meio ambiente no jornalismo comercial e as interlocuções possíveis entre a teoria e a prática, espaço onde se insere esta pesquisa.

Apesar dos movimentos ambientalistas existirem desde a década de 1950, é a partir da realização do primeiro congresso A Natureza e o Homem, organizado pelas Sociedades Protetoras dos Animais na Europa, em 1968, que a imprensa começa a voltar sua atenção a esta temática (CARNEIRO, 1997).

No Brasil, é a partir da década de 1970 que a mídia passa a se interessar pela cobertura de meio ambiente, já que é neste período que ocorreram as principais lutas e protestos de ambientalistas. Foi em 25 de fevereiro de 1975 que aconteceu o primeiro ato ambientalista do país, quando o estudante mineiro, Carlos Dayrell, subiu numa árvore em frente à Faculdade de Direito da UFRGS para impedir o corte pela Prefeitura Municipal. Esse fato gerou mais de 30 páginas nos principais jornais, repercutindo não só na mídia estadual, mas também nacional e internacional.

Além disso, durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) o grande espaço para as publicações de meio ambiente era assegurado já que o tema era visto como uma novidade e simpático tanto ao público, quanto aos militares. Nos anos 1980, Nether (1998, p.32) afirma que as entidades ecológicas iniciaram no Rio Grande do Sul um enfrentamento ao Governo do Estado, questionando o seu modelo de desenvolvimento baseado na industrialização, e o espaço na imprensa “começou a diminuir gradativamente”.

No País, o evento que mais consolidou e despertou a atenção da imprensa foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-

92). Nunca este assunto teve tanta cobertura quanto no período de realização do evento, mantendo-se as publicações a partir de então:

[...]a cobertura do meio ambiente brasileiro tem experimentado, nos últimos anos, um razoável incremento em virtude da emergência de temas relevantes e controversos como transgênicos, mudanças climáticas, biodiversidade e biopirataria, conhecimento popular, segurança alimentar, consumo consciente e a expansão desordenada do agronegócio, entre tantos outros (BUENO, 2007, on-line).

No entanto, Nether (1998, p.22) avalia que nos anos 1990, no Rio Grande do Sul, as lutas se deslocaram das ruas para os gabinetes, com a apropriação do discurso preservacionista pelos governantes, e o “movimento ecológico começa a perder ainda mais o seu espaço na imprensa”.

A perda de espaço não é o único problema apontado pelos pesquisadores na área do Jornalismo Ambiental. A análise de discurso realizada por Luft (2005) revelou que a cobertura dos desmatamentos na Amazônia ainda é isolada e fragmentada nos dois maiores jornais da região⁷ e depende de eventos especiais para alcançar a opinião pública. Ramos (1996), em sua pesquisa sobre a cobertura da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Rio-92, feita pelos principais jornais e TVs do Brasil, também chega a conclusões semelhantes, assim como Oliveira (1990), que buscou avaliar em quatro grandes jornais brasileiros o papel desempenhado pelo jornalismo científico na Amazônia.

Essa visão fragmentada a respeito dos assuntos ambientais, deve-se, segundo John (2001), ao fato de que os profissionais da área não têm formação específica para o tema e em razão das editorias não disporem de um espaço definido para o meio ambiente e nem para uma “cultura ambiental”:

Diferente dos jornalistas de política, economia, polícia, internacional e mesmo esportes e lazer, o papel desempenhado pelos jornalistas

⁷ Os jornais que a autora selecionou para a análise são O Liberal, do Pará e A Crítica, do Amazonas.

ambientais ultrapassa os limites da notícia e penetra no campo incerto da educação. Incerto para jornalistas, que não têm, necessariamente, uma formação de educadores, mas acabam contribuindo para a formação de cidadãos “ambientalmente educados”, em suas tentativas diárias de traduzir as Ciências da Vida e da Terra para uma linguagem comum (JOHN, 2001, p.88).

O fato das notícias ambientais serem apresentadas de forma fragmentária e isolada deriva não só destes dois fatores, mas também da falta de contextualização das informações e ao fato de que a complexidade de interações do meio ambiente com a economia, a política, a cultura e a sociedade não se reflete no conteúdo. Isso acontece, de acordo com Hannigan (1995, p.79), porque as matérias jornalísticas são socialmente construídas e influenciadas pelas rotinas de produção instituídas nas empresas. “Apesar de a construção de notícias poder ser influenciada por factores políticos e culturais, é geralmente vista como resultado de rotinas organizacionais a que não se pode fugir dentro da sala de imprensa.”

No Rio Grande do Sul, Strauch⁸ (2002), ao analisar comparativamente o conteúdo sobre meio ambiente publicado em Zero Hora, Correio do Povo, O Sul e Jornal Comércio, conclui que o grupo que mais obtém espaço para falar de meio ambiente na mídia é o governamental, seguido do empresarial e em terceiro as organizações não-governamentais (ONGs). Esta relação entre os grupos que falam sobre meio ambiente é refletida também nos assuntos abordados:

Eventos, política de desenvolvimento sustentável e animais domésticos são assuntos que falam de meio ambiente, são importantes na educação ambiental, mas não oferecem um contraponto efetivo ao sistema que promove os impactos ambientais. Estes assuntos oferecem soluções dentro do sistema produtivo, administrativo e político, sem questionar o sistema em si. A defesa do meio ambiente, que é um assunto que mais questiona o sistema, aparece apenas em quarto lugar (STRAUCH, 2002, p.61).

⁸ O autor faz a análise do conteúdo produzido sobre as matérias de meio ambiente nestes quatro jornais durante a Semana do Meio Ambiente de 2002, no período de 3 a 9 de junho, onde verificou os assuntos mais abordados pelos jornais, o destaque dado às matérias de meio ambiente e quais os grupos que obtiveram maior visibilidade.

Strauch destaca que, dos jornais pesquisados, o Correio do Povo foi o que publicou o maior número de matérias durante o período analisado, com 63 publicações de tamanho menor, seguindo o estilo de diagramação e edição do jornal. Além disso, afirma que:

O jornal com maior percentual de conteúdo editorial dedicado ao meio ambiente é o Correio do Povo (4,9%), que é o menor jornal em tamanho total (28 páginas em média) e com o maior espaço dedicado à publicidade (24%). O segundo colocado é o Jornal do Comércio, com 3,7% do espaço dedicado ao meio ambiente. O Zero Hora vem em terceiro lugar, com 2,1% e, por fim, o Sul com 0,9%. O último colocado também é o jornal com menor quantidade de publicidade (8%) e o segundo maior em tamanho total (64 páginas). Conjugando os dados de espaço total em centímetros quadrados, número de matérias e percentual de espaço dedicado ao meio ambiente, o Correio do Povo figura como jornal que mais abre espaço para questões ambientais, seguido do Jornal do Comércio (STRAUCH, 2002, p.38).

Já Rocha⁹ (2005, p.131), ao pesquisar a comunicação da temática ambiental como expressão do pensamento complexo no jornalismo gaúcho, avalia que “a ampliação do espaço destinado à cobertura do noticiário ambiental, com 24 menções sobre 28, é um dos pontos a destacar”. No entanto, o autor ressalva que “não é a quantidade que conta, e sim a qualidade da informação e sua adequada apresentação para atrair o leitor e levá-lo a refletir sobre o que foi transmitido”.

Além disso, Rocha (2005) salienta a prática de sensacionalismo, a superficialidade e os erros nos textos sobre meio ambiente divulgados pela imprensa. Tais aspectos, segundo Rocha, merecem uma investigação mais profunda. Compreender o que acontece com as informações ambientais na estrutura organizacional jornalística, desde que elas chegam à redação até se constituírem em uma notícia e serem publicadas é o que move este estudo das rotinas produtivas do Correio do Povo e Zero Hora.

⁹ O fio condutor empírico da pesquisa feita por Rocha é o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) e a complexidade é a base teórica. Para analisar a relação entre a produção jornalística, marcada pela busca da objetividade, e a educação ambiental, o autor aplica questionário estruturado, seguindo a forma da Escala de Likert, para 18 membros do Consema, oito jornalistas de jornais sediados em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Gravataí e quatro responsáveis por órgãos ambientais dos municípios citados.

Pelos estudos já feitos constatamos que a imprensa, apesar de ampliar o espaço para divulgação das matérias de meio ambiente, ainda apresenta o tema de forma isolada e fragmentada privilegiando as fontes oficiais e a publicação de notícias sensacionalistas e superficiais. A falta de profundidade nas matérias sobre meio ambiente se deve à complexidade deste campo e às dificuldades enfrentadas no jornalismo de ter que apresentar as co-relações com os fatores econômicos, políticos, culturais e sociais em um curto espaço, como ressalta Bacchetta:

Se considerarmos o meio ambiente como um conjunto de sistemas naturais e sociais habitados pelo homem e demais seres vivos existentes no planeta e dos quais obtêm seu sustento, o jornalismo é um dos gêneros mais amplos e complexos do jornalismo¹⁰ (BACCHETTA, 2000, p.18).

Essa forma de perceber a realidade como algo que está conectado com tudo, interligado e relacionado é um dos critérios fundamentais do Jornalismo Ambiental, que além de incorporar a visão sistêmica no jornalismo, tem como desafios a ampliação do número de fontes da área a serem consultadas, dando espaço para fontes do movimento ecológico, para contextualizar e qualificar a apuração e o conteúdo das informações noticiadas.

Trigueiro (2003, p.77) afirma que, num mundo moderno onde o conhecimento encontra-se fragmentado em áreas que muitas vezes não se comunicam, é necessário que os profissionais da mídia promovam a discussão ambiental por meio do resgate do “sentido holístico e do caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento”.

O sentido holístico e o caráter multidisciplinar fundamentam-se no pensamento sistêmico onde tudo é visto de maneira interligada, formando um sistema de múltiplas interações. Considerando-se que vivemos numa sociedade que tem como base o pensamento cartesiano faz-se necessário romper com as barreiras impostas por este modelo, em que a natureza é tomada como algo inesgotável, e

¹⁰ Tradução livre da autora.

não em interação com o homem, para repensar em termos de relações, padrões e contexto. O pensamento sistêmico tem como pressuposto que “todo organismo – animal, planta, microrganismo ou ser humano – é um todo integrado, um sistema vivo” (CAPRA, 2003, p. 23). A partir do pensamento sistêmico surge a teoria da complexidade.

Pena-Vega (2003, p.79) avalia que um dos principais desafios da teoria da complexidade consiste em promover a reflexão sobre a constituição deste método que rompe com a idéia de um conhecimento fragmentário, hiperdividido e compartimentado. “Trata-se de um esforço de compreensão multidimensional, isto é, de pensar com a singularidade, com a localidade, com a temporalidade, ou seja, não mais esquecer a totalidade integrativa”.

A contextualização é essencial para que se possa compreender a complexidade de relações que envolvem o meio ambiente, principalmente em tempos de globalização. “Essa reforma que comporta o desenvolvimento da contextualização do conhecimento reclama *ipso facto* a complexificação do conhecimento”, afirma o autor (MORIN, 2002, p.152).

Belmonte (2004) traz justamente esta preocupação com a trama da complexidade de relações que envolvem o meio ambiente para o jornalismo, quando aponta as dificuldades de compreensão e de readequação das informações ambientais, que são complexas, para uma linguagem jornalística que segue regras de produção permeadas pela cultura profissional dos jornalistas, pela forma de organização do trabalho e pelos processos de produção.

O repórter deve ser capaz de juntar as pontas para mostrar o nexo entre assuntos tradicionalmente desconectados na colcha de retalhos do noticiário cotidiano. Uma teia de significados precisa ser alinhavada para possibilitar uma compreensão pública do fenômeno urbano (BELMONTE, 2004, p.16-17).

No entanto, Strauch¹¹ (2002, p.16) ressalta as dificuldades encontradas para a construção de notícias nesta área justamente porque “os problemas ambientais possuem contextos históricos, sociais, políticos e econômicos intrincados e são de difícil cobertura. Exigem preparo e esforço dos jornalistas”. As notícias de meio ambiente são, em geral, retiradas de seu contexto, e perdem a totalidade da explicação científica, restando uma relação de causa e efeito simplista, que leva as pessoas a conclusões erradas, evitando que identifiquem o problema como sendo ambiental.

Além da incorporação da visão sistêmica pelos jornalistas, outro desafio do Jornalismo Ambiental é a ampliação do número de fontes da área a serem consultadas, para que as matérias não fiquem centradas somente nas opiniões daqueles que representam o poder instituído. Nelson (2004, p.18) salienta que a melhor maneira de o jornalista ter certeza de que está fazendo uma cobertura confiável de um tópico complexo “é checar as informações com o máximo de fontes possível”. O autor salienta ainda que, em vez de ter somente fontes ambientais vinculadas ao governo, os jornalistas podem procurar pautas nas universidades, junto a funcionários públicos, parlamentares e organizações Não-Governamentais (ONGs).

Para que o meio ambiente tenha uma abordagem qualificada na imprensa, outro critério do Jornalismo Ambiental, os jornalistas

[...] deverão mudar, e seu modo de pensar, fragmentário, deverá tornar-se holístico, desenvolvendo uma nova ética profissional baseada na consciência social e ecológica. Em vez de se concentrar em apresentações sensacionalistas de acontecimentos aberrantes, violentos e destrutivos, repórteres e editores terão de analisar os padrões sociais e culturais complexos que formam o contexto desses acontecimentos, assim como noticiar as atividades pacíficas, construtivas e integrativas que ocorrem em nossa cultura (CAPRA, 1982, p.400).

¹¹ É importante destacar que, para o embasamento da pesquisa de análise de conteúdo desenvolvida pelo autor, foram realizadas entrevistas com jornalistas vinculados à produção de matérias sobre meio ambiente, e com editores, para complementar as informações sobre os perfis dos quatro jornais (STRAUCH, 2002, p.28 e 29).

E o jornalismo deve passar, de acordo com Bacchetta, a considerar os efeitos da atividade humana, da ciência e da tecnologia sobre o planeta e a humanidade:

O jornalismo ambiental [...] deve contribuir para a difusão de temas complexos e para a análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre a sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária (BACCHETTA, 2000, p.19)¹²

É fundamental então que se faça uma reflexão sobre a qualidade das informações ambientais repassadas pela imprensa uma vez que, segundo Girardi (2001, p.60), “o jornalismo ambiental informa, forma e faz um papel educativo, cumprindo com a missão de contribuir com a construção da cidadania, desde a perspectiva local à perspectiva planetária”.

Este estudo se propõe justamente a verificar se as rotinas e a produção estão articuladas para que as matérias sigam os critérios do Jornalismo Ambiental, uma vez que o jornalismo, enquanto produtor de conhecimento e construtor da realidade pública, contribui e pode contribuir ainda mais ao disponibilizar informações sobre a importância da participação da sociedade na preservação do meio ambiente.

Dessa maneira, torna-se relevante questionar sobre a possibilidade de aliar os ideais de um jornalismo sistêmico, comprometido com a ética e centrado na visão holística dos fatos, com o sistema vigente de construção de notícias. Isso porque a política, a economia e a tecnologia influenciam diretamente as rotinas produtivas das notícias, quer seja por meio de patrocínios e de anúncios ou do poder exercido por pessoas vinculadas a estes campos. Além destes fatores, as notícias também são influenciadas, de acordo com Traquina (1999, p.169), pelos constrangimentos profissionais, pela “erupção aleatória dos acontecimentos domesticada e pelas autoridades definidas”.

As notícias também se constituem como parte essencial de um processo mais amplo que é o de tomada de decisão e de conscientização das pessoas para a preservação do meio ambiente, como afirma Canuto:

[...] somente com a comunicação será possível conscientizar a população, segmentos representativos da sociedade civil e os governos de que o atendimento às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro é uma tarefa de toda a sociedade mundial, não só de uma pessoa, organização e de um só país (CANUTO, 1996, p.117).

Assim, meio ambiente não precisa estar restrito a cadernos ou programas de rádio e televisão especializados na questão. Deve fazer parte da pauta diária a partir do momento que se entenda fundamental propor a reflexão sobre a qualidade da informação disponibilizada ao público e que se tenha como preocupação a ética e a sustentabilidade da vida no planeta. Esta preocupação com a qualidade das matérias não é exclusiva do Jornalismo Ambiental, pois o Jornalismo Cívico, proposto por Traquina e Mesquita (2003)¹³, também reivindica a condição de substituir a natureza fragmentária das práticas tradicionais por uma nova atitude baseada numa maior atenção concedida a cada tema. Esse novo processo possibilitaria o aprofundamento dos temas relevantes para atrair a atenção da sociedade. “Só assim os cidadãos poderiam deliberar em conhecimento de causa sobre as principais questões da vida comunitária.”

Como os autores, acreditamos que o Jornalismo Cívico têm aspectos que convergem na prática diária das redações para o Jornalismo Ambiental. Essa nova

¹² Tradução livre da pesquisadora.

¹³ Os autores chamam de Jornalismo Cívico o novo formato de jornalismo, conhecido também como Jornalismo Comunitário ou Jornalismo Público. Este movimento de renovação do jornalismo surgiu a partir da crítica incessante e implacável aos media, no fim nos anos 1980, nos Estados Unidos, em razão da qualidade da cobertura eleitoral de 1988.

maneira de olhar a profissão envolve igualmente condições para que a preocupação com a justiça social e o respeito à lógica da vida se tornem a essência do jornalismo.

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para conseguir dar conta do problema central desta pesquisa – como as rotinas e a produção estão articuladas para que as matérias sigam os critérios do Jornalismo Ambiental? – analisamos os processos de negociação envolvidos na elaboração das notícias sobre meio ambiente nas editoriais de geral dos jornais Correio do Povo e Zero Hora. Para tanto, a metodologia utilizada é a análise qualitativa baseada no método etnográfico.

O método qualitativo parece mais adequado tendo em vista o objetivo central desta pesquisa que é analisar a articulação entre as rotinas de produção de matérias e os preceitos do Jornalismo Ambiental. Considera-se que os métodos quantitativos não dariam conta de fenômenos complexos como a produção jornalística, já que existem fatores ligados à estrutura organizacional, às rotinas de produção e às estruturas sociais que influenciam diretamente o processo de elaboração das notícias.

Lazarsfeld, (1969 *apud* Haguette, 2003, p.64), identifica três situações em que os indicadores qualitativos podem ser utilizados, dentre elas aquelas “nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta”. É o caso das rotinas de produção jornalística que se constituem em uma estrutura organizacional complexa.

Dentre os métodos qualitativos optamos pelo etnográfico, seguido também por autores como Schlesinger (1980¹⁴ *apud* Traquina, 1999, p.136-137), por acreditar que:

[...] a abordagem etnometodológica permite uma observação teoricamente mais informada sobre as ideologias e as verdadeiras práticas sociais que constituem a produção cultural, bem como sobre os momentos de crise que podem corrigir qualquer visão mecânica do processo de produção (TRAQUINA, 1999, p.137).

Traquina (1999, p.136) salienta que, de forma semelhante, também Michael Gurevitch e Jay G. Blumler¹⁵ utilizaram a abordagem etnometodológica, “aliás um traço comum em muitos dos estudos de *newsmaking* e, em particular, dos proponentes da teoria construcionista”.

Segundo Pérez Serrano (1994), a etnografia surgiu como tradição científica da curiosidade de conhecer a vida das diversas populações humanas em suas múltiplas situações e convergiu para a investigação de fenômenos sociais mais complexos, mas sempre estando diretamente vinculada ao campo da antropologia e da sociologia.

O método etnográfico consiste no recolhimento de dados por parte do pesquisador, presente no ambiente que serve de objeto de estudo, seja com uma observação sistemática do que ocorre neste espaço ou por meio de conversações informais ou entrevistas conduzidas com os agentes dos processos de produção cultural inseridos no campo:

¹⁴ SCHLESINGER, Philip. Between sociology and journalism. In: CHRISTIAN, Harry. The sociology of journalism and the press. **Sociological Review Monograph**, v.29, 1980.

¹⁵ GUREVITCH, Michael; BLUMLER, Jay G. The construction of electronic news: an observation study at the BBC. In: ETTERNA, James S.; WHITNEY, D. Charles. **Individuals in mass media organizations: creativity and constraint**. Beverly Hills: Sage Publications, 1982.

A etnografia faz parte do trabalho de campo do pesquisador. E é entendida como um método de pesquisa qualitativa e empírica que apresenta características específicas. Ela exige um “mergulho” do pesquisador, ou seja, não é um tipo de pesquisa que pode ser realizada em um período muito curto e sem preparo (TRAVANCAS, 2005, p.100).

No trabalho etnográfico, o investigador entra em contato com a vitalidade humana em movimento, com pessoas e objetos, pontos de vista e coisas, com expressões e impressões da vida social e tudo isso então passa a constituir-se em motivo de registro, de ordenamento e de reflexão. “O contato entre ambos é um vínculo entre subjetividades que descobrem a objetividade, a evidência e a converte em objeto de observação e análise”¹⁶ (GALINDO CÁCERES, 1997, p.175). Em outras palavras, podemos afirmar que a etnografia se interessa pelo que as pessoas fazem, como se comportam, o que pensam e como interagem.

Galindo Cáceres (1997) ressalta que a etnografia é um conjunto de técnicas de registro de informação sobre a vida social e que possibilita ao entrevistador a participação e o questionamento para entender o que acontece, fazer leituras e interpretar, uma vez que ele tem a informação sobre a ordem social.

Com relação às modalidades de pesquisa etnográfica, Peruzzo (2005, p.136) vai apontar três tipos: a observação participante, a pesquisa participante e a pesquisa-ação. “Há que se dizer ainda que toda investigação etnográfica pressupõe a observação participante, mas que nem toda observação participante é etnográfica.”

A modalidade definida para guiar esta pesquisa é a da observação participante, considerada por Haguette, uma das mais abrangentes. A autora afirma que esta técnica ou método teve a colaboração efetiva tanto da antropologia quanto da sociologia. Ambas as ciências sociais lançaram mão de técnicas semelhantes na abordagem do real, valorizando, sobretudo, a participação do pesquisador no local pesquisado, e a “necessidade de ver o mundo através dos olhos dos pesquisados” (HAGUETTE, 2003, p. 67).

¹⁶ Tradução livre do autor.

Haguette ressalta, ainda, que recentemente a expressão “trabalho de campo” passou a incluir não somente a observação participante como a entrevista, a história de vida e, às vezes, todo o processo metodológico de um estudo empírico (HAGUETTE, 2003, p. 68).

Dentre as definições clássicas sobre observação participante, Haguette (2003, p. 69) destaca os autores Eduard C. Lindeman, Florence Kluckhohn, Morris S. Schwartz e Charlotte Green Schwartz e Severyn T Bruyn. Das definições propostas por esses autores, Haguette considera a de Schwartz e Schwartz¹⁷ como a mais completa. Isto porque, ela aceita não só a presença constante do observador no contexto observado, como a interação face a face como pré-requisitos da observação participante. Além disso, os autores incorporam quatro aspectos novos:

a) o fato de que a observação participante tem como finalidade a *coleta de dados*; b) esclarecimentos sobre o *papel do observador*, que pode ser revelado ou encoberto, formal ou informal, parte integral ou periférica quanto à estrutura social; c) referências ao *tempo* necessário para que a observação se realize, o que pode acontecer tanto em um espaço de tempo curto como longo; d) chamam a atenção para o papel ativo do observador enquanto *modificador do contexto* e, ao mesmo tempo, como *receptáculo de influências* do mesmo contexto observado (HAGUETTE, 2003, p. 73).

Assim, ela considera que o calcanhar de Aquiles da observação participante está na relação observador/observados e na ameaça constante de obliteração da percepção do primeiro em consequência do seu envolvimento na situação e na impossibilidade de generalização dos resultados já que é uma técnica que busca mais os sentidos do que as aparências das ações humanas (HAGUETTE, 2003).

Para a autora, a observação participante pode ser considerada como a técnica de captação de dados menos estruturada nas ciências sociais, pois não requer nenhum instrumento específico, “tal como um questionário ou um roteiro de

¹⁷ SCHWARTZ, Morris S.; SCHWARTZ, Charlotte G. Problems in participant observation. In: McCALL, G.J.; SIMMONS, J.C. (Org.). **Issues in participant observation, a text and reader**. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing, 1969.

entrevista, e, por esta razão, a responsabilidade e seu sucesso pesam quase que inteiramente sobre os ombros do observador” (HAGUETTE, 2003, p. 77).

Nesta pesquisa, foi utilizada a observação participante para compreender o trabalho dos jornalistas da editoria de geral dos jornais Correio do Povo e Zero Hora. A escolha seguiu a orientação de Strauch (2002, p. 54), que concluiu com seu estudo baseado em O Sul, Jornal do Comércio, Zero Hora e Correio do Povo, que “a editoria que mais publica meio ambiente é a de geral, o que se deve ao fato de os jornais não possuírem editoria de meio ambiente”. É importante destacar que, atualmente, a Zero Hora tem o caderno Ambiente¹⁸, de publicação mensal.

Assim metodologicamente procuramos seguir os estudos das rotinas produtivas em Jornalismo Ambiental que vem sendo desenvolvidos por Gustavo Cimadevilla¹⁹:

Por meio da análise de conteúdo da imprensa escrita regional (Diario Puntal, provincia de Córdoba, Argentina) e das “rotinas produtivas”, particularmente nos interesamos em conhecer o tratamento que era dado à temática ambiental²⁰ (CIMADEVILLA, 2004, p. 81).

Entretanto, tivemos como intenção nesta pesquisa incorporar não só a observação das rotinas produtivas como também o material jornalístico efetivamente publicado para poder compreender quais os critérios utilizados pelos jornalistas durante o processo de elaboração das notícias e se eles realmente podem ser reconhecidos na matéria editada pelo jornal.

O *corpus* da observação participante não foi definido previamente porque passou a se compor ao longo do período da pesquisa, pelos jornalistas da editoria de geral que atuaram na produção de matérias sobre meio ambiente. Travancas (2005, p.106) afirma que na pesquisa etnográfica não há um número de

¹⁸ É importante ressaltar que apesar de o Caderno Ambiente dispor de jornalistas específicos para produzir seu conteúdo, em alguns casos repórteres de geral e outros cadernos são escalados para fazerem algumas pautas.

¹⁹ Pesquisador da Universidad Nacional de Río Cuarto, Argentina.

²⁰ Tradução livre do autor.

entrevistados fixo ou predeterminado, isto porque a “busca não é pelos números, mas pelos significados”.

É importante destacar que a presença do pesquisador na redação não lhe permite atribuir juízos de valor, mas observar e analisar o que estava acontecendo no ambiente em que ele se encontrava. Em outras palavras, o pesquisador “procura captar o ‘movimento’ e nele compreender a essência e todas as dimensões do fenômeno” (PERUZZO, 2005, p.130).

Além disso, outro fator importante considerado na pesquisa foi o tempo de permanência no campo de estudo, já que a metodologia etnográfica não estipula um tempo ideal para a observação. “Depende do tipo de objeto, de quão rápida ou demoradamente ele se revela ao investigador e da capacidade deste em captar suas manifestações explícitas e implícitas. Mas é óbvio que o tempo não pode ser curto demais” (PERUZZO, 2005, p. 143).

Assim, acreditamos que a observação intensiva nos periódicos, desde a elaboração da pauta até a sua edição final para a publicação na editoria de geral, durante uma semana de trabalho, foi suficiente para a coleta de dados.

A pesquisa etnográfica foi iniciada com um levantamento teórico para a compreensão da estruturação e funcionamento na prática deste tipo de estudo e, posteriormente, com um exploratório para análise dos riscos e dificuldades a serem encontradas durante a observação participante. O exploratório serviu para rever o planejamento da pesquisa e também para adequar os procedimentos de coleta de dados com a intenção de obter melhores resultados.

Para dar conta da coleta de dados, optamos por seguir uma das proposições de Travancas (2005), de elaborar um diário de campo que serviu para o registro descritivo de tudo aquilo que o pesquisador presenciou.

O diário de campo complementou as estratégias na medida em que se consolidou como um espaço adequado para receber anotações confidenciais sobre

observações, sentimentos, reflexões, interpretações, hipóteses ou explicações. O diário relata “o curso vital de uma pessoa”, avalia Pérez Serrano (1994, p. 247), no momento em que os acontecimentos estão ocorrendo.

Além da observação participante, por meio de um diário de campo, foram utilizadas como instrumento de coleta de dados as entrevistas abertas e em profundidade com os jornalistas, permitindo que novas questões pudessem ser levantadas tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado durante o momento da gravação das entrevistas.

A entrevista, para Galindo Cáceres (1997, p. 179-180), constitui-se no centro organizador do trabalho de campo etnográfico: “o contato com este leva finalmente a um contágio, a uma relação de interação, pois o centro da vida social é o ator social, conhecê-lo é o objetivo etnográfico e a entrevista é o meio mais eficaz”²¹. É preciso considerar também que a entrevista inaugura uma nova ordem da vida social, uma vez que ela rompe a ordem convencional e introduz a surpresa de dar-se conta, de descobrir o que já se sabia e de entender o que era evidente.

Pérez Serrano (1994, p. 243) afirma que a entrevista em profundidade é uma técnica em que o entrevistador sugere ao entrevistado alguns temas que estimulam este último para que ele expresse todos os seus sentimentos e pensamentos de uma forma “livre, comunicacional e pouco formal”. Ou seja, esse processo busca contribuir para ir além das respostas superficiais.

A entrevista foi incorporada ao estudo com a intenção de contribuir não só para a obtenção de informações do universo dos informantes, mas para que também os próprios informantes analisassem as matérias produzidas por eles, o seu papel social enquanto jornalista e quais os critérios de noticiabilidade contribuem ou não para a efetivação do Jornalismo Ambiental na prática diária de construção da notícia.

Galindo Cáceres (1997, p. 206-207) aponta a necessidade de observação também do cenário da entrevista, do momento, da duração, dos atores, da

²¹ Tradução livre do autor.

interação, dos antecedentes e das conseqüências gerais e particulares uma vez que estes fatores determinam a qualidade da análise durante o trabalho de campo.

A inserção do pesquisador no campo é essencial na etnografia, já que tudo que existe e se relaciona com o objeto de estudo lhe interessa. Nenhum detalhe é pequeno ou insignificante. Tudo o que acontece tem sentido. Por isso, Galindo Cáceres (1997, p.188-189) sugere que o processo compreenda três fases: a exploração, a descrição e o estudo de fundo, pois “à medida que o processo avança a participação do ator social informante vai sendo maior”.

Essas três fases coexistiram durante a observação participante e se mostraram essenciais, pois repercutiram diretamente sobre a qualidade das informações coletadas. Após a coleta, os dados foram analisados a partir da informatização do diário de campo e da transcrição das fitas, bem como foi efetivado o confronto das informações repassadas pelos jornalistas com o referencial teórico sobre jornalismo e meio ambiente.

6 A COBERTURA DE MEIO AMBIENTE

6.1 ZERO HORA E CORREIO DO POVO

As redações de Zero Hora (ZH) e Correio do Povo (CP), em Porto Alegre, estão organizadas em forma de ilhas onde ficam as mesas e os terminais. Em cada uma dessas ilhas, os jornalistas estão distribuídos por áreas específicas o que facilita a interação em virtude da proximidade. Além disso, aparelhos de televisão foram colocados em pontos estratégicos para que todos possam acompanhar os noticiários. Mesmo com características comuns, cada um dos veículos tem peculiaridades e uma organização distinta, desde o espaço físico – em ZH, a área deve ser pelo menos três vezes maior que em CP – até o tamanho das equipes, faixa etária e hábitos cotidianos. No entanto, em ambos os veículos o foco da observação participante foram as editorias de geral.

Na editoria de geral de ZH trabalham normalmente um editor-executivo, quatro editores, a coordenadora de produção e mais os editores de policial e dos cadernos que estão vinculados a esta editoria, como o Viagem, Vestibular, Vida e o de Bairros (Menino Deus, Zona Sul, Petrópolis, Bela Vista, Moinhos de Vento, Centro, Lindóia e Bom Fim). Pela manhã, são escalados para o trabalho dois repórteres na geral e um na policial e, à tarde, um na policial e três na geral. O grupo ocupa os computadores localizados no lado direito de quem entra na redação. O editor-executivo trabalha juntamente com outros repórteres em uma das bancadas que fica bem centralizada no espaço reservado a esta editoria. A figura dos editores-executivos existe em todas as editorias e eles não são responsáveis diretos pela

edição das páginas, que é tarefa dos editores, mas sim pelo planejamento das coberturas e pela linha editorial, não só da edição diária, mas também das matérias especiais produzidas para as páginas 4 e 5 do jornal e pela revisão das páginas.

A movimentação na editoria de geral inicia cedo, pois às 7h30min a coordenadora de produção, que também é jornalista, chega à redação. Ela tem a tarefa de organizar a pauta, distribuí-la entre os repórteres e acompanhar o andamento do trabalho pela manhã até a chegada do editor no início da tarde. A base para a elaboração das propostas de pautas são os acontecimentos, as sugestões de leitores, os *e-mails* e também os *releases* de assessorias de imprensa. A seguir, ela distribui aos repórteres as primeiras pautas que devem ser cumpridas durante a jornada, procurando passar para aqueles que cumprem o horário da manhã as matérias que exigem produção mais demorada. Às 9h, a movimentação se intensifica na redação porque começam a chegar os repórteres de outras editorias e os coordenadores de produção.

Às 9h30min, todos os coordenadores de produção reúnem-se para iniciar a preparação da edição do dia seguinte, definindo temas que poderão render durante o dia e ocupar um bom espaço no jornal do dia seguinte, as chamadas “apostas”. Nesse encontro, coordenado geralmente pelo editor-chefe, os jornalistas trocam várias informações e sugestões de enfoques para as matérias. Em seguida, cada um retorna para sua “ilha”, onde segue com as atividades de organização da equipe.

Esta é a rotina diária da chefia de reportagem: chegar às 7h30min, montar a pauta a partir dos acontecimentos do dia, selecionar *releases*, *e-mails*, receber e fazer ligações telefônicas, acompanhar os acontecimentos do dia-a-dia, fazer a escala de trabalho, propor temas para o dia seguinte e organizar o deslocamento de repórteres e fotógrafos até o horário de sair da redação. A comunicação utilizada entre editores e repórteres é o contato direto. No entanto, o repasse de pautas, a escala de trabalho e o envio das manchetes que estão sendo apresentadas nos programas de rádio vinculados ao grupo RBS e aos jornais da rede ficam a disposição de todos da redação por meio de uma ferramenta eletrônica chamada

pelos jornalistas de “note”²². Também muitas definições e observações com relação à pauta são repassadas via “note”, o que em alguns momentos dificultou a observação da pesquisadora, já que nem todos os contatos comunicacionais presenciais ocorrem de forma oral.

Cada repórter de ZH é contratado para trabalhar sete horas na editoria de geral, portanto, no meio da tarde saem aqueles que já cumpriram sua jornada e começam a chegar os repórteres que vão acompanhar praticamente o fechamento do jornal, já que o *deadline* da primeira edição é 22h30min. A segunda edição atualizada tem às 23h30min como tempo limite. Em média, cada repórter tem duas pautas para cumprir a cada dia, mas depende da situação, porque tem pautas especiais em que o editor define com o jornalista qual o tempo adequado para a apuração das informações e construção do texto.

A movimentação intensifica-se mesmo a partir das 13 horas, quando chegam mais repórteres e o editor. Em geral, cumprem um ritual semelhante, lendo os jornais e acessando o *e-mail*. Saem para cumprir pautas ou buscam informações pelo telefone ou via internet. Em épocas normais, acontecem reuniões semanais, às segundas-feiras, para falar sobre tudo, desde pautas até qualidade das matérias, assuntos administrativos e problemas estruturais.

Entre 15 e 20h, concentram-se a maior parte fatos e a mobilização de um esforço organizacional para dar conta da cobertura desses acontecimentos. Os pedidos de páginas são feitos no dia anterior para cada editoria, mas a disponibilidade de espaço depende também dos anúncios. O espelho é liberado às 17h, quando a correria aumenta ainda mais na redação.

Normalmente a partir das 18h30min acontece outra reunião de pauta, onde participam o diretor de redação Marcelo Rech, os editores-chefe, Marta Gleich e Ricardo Stefanelli e os diretores executivos por área. Durante a reunião de pauta são feitas as propostas finais de assuntos para capa e contracapa e definidas as

²² O “note” é um programa de comunicação eletrônica interna e externa chamado Lótus Notes.

manchetes destes espaços. Após os editores retornam as suas “ilhas” e o jornal começa a ser formatado com apoio da diagramação.

O caminho que o texto percorre em ZH após a finalização dos jornalistas é eletrônico. O editor faz uma primeira avaliação do conteúdo com liberdade de fazer alterações e ainda questionar o repórter para qualificar as informações. Aí o conteúdo vai para a diagramação, e os editores são alertados da necessidade de uma nova adequação do texto, caso seja necessário em razão do espaço disponível. Se não houver solicitação da diagramação, após a impressão de um modelo reduzido da página desenhada, ela é repassada para outro editor revisar. O trabalho de revisão das páginas neste jornal é compartilhado entre a equipe e, depois da primeira correção feita pelo editor, a página pronta chega ao editor-executivo que faz uma nova avaliação.

Contribuindo com o trabalho de apresentação das matérias jornalísticas publicadas, está a valorização dos aspectos gráficos, que em ZH são primordiais. O jornal, além de valorizar as fotografias, dispõe de uma editoria de arte que produz infográficos de alta qualidade estética.

Após as revisões, o editor passa a orientação para a diagramação que libera a página para a gráfica. Então, o boneco²³, que circula pela editoria recebe uma marcação de caneta indicando que a página está pronta e liberada para impressão.

No Correio do Povo, existe somente um editor e uma subeditora para geral. Durante a manhã e no período da tarde, a produção das matérias é coordenada pelas chefias de reportagem até a chegada do editor e da subeditora normalmente depois das 18h. Ambos fazem o fechamento do jornal juntamente com repórteres, redatores e revisores. A coordenação de tudo até que seja impresso o primeiro número fica por conta do diretor Telmo Flor.

²³ Boneco é o termo usado para designar uma cópia feita em A4, dobrada ao meio onde, constam as páginas do jornal e as marcações demonstrando onde serão publicados os anúncios e o espaço disponível para as matérias em cada uma das editorias. Neste local os editores vão sinalizando com uma caneta qual o tema da matéria que será alocada para que também a diagramação possa realizar o seu trabalho. Ao finalizar o diagramador marca um X no local para indicar que a página foi concluída.

Os repórteres deste jornal começam a trabalhar pela manhã. Diante do fato de os contratos de trabalho firmados entre a empresa e os jornalistas serem de jornadas de trabalho de cinco horas e salário correspondente, há equipes de jornalistas divididas em três turnos. Numa sala ampla as editorias de geral, esportes, economia, variedades, política, rural, interior e polícia dividem espaço em computadores dispostos em longas mesas de forma que todos possam enxergar os colegas. O rádio e a televisão permanecem ligados durante a permanência dos jornalistas na redação para que os acontecimentos brasileiros e mundiais sejam acompanhados.

No Correio do Povo, estão vinculadas à editoria de geral as áreas de educação, jurídica, polícia, saúde, economia, meio ambiente e outros assuntos, incluindo atos administrativos públicos do Governo do Estado e da Prefeitura de Porto Alegre. Por outro lado, as editorias de rural, política, esportes, variedades e cidades são independentes e contam com equipes próprias. Além disso, como o jornal tem correspondentes no Interior, a sede da capital atende também os municípios de São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Esteio, Canoas, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí, Eldorado do Sul e Guaíba.

A primeira atividade da chefia de reportagem da manhã é a conferência das sugestões deixadas pela pauteira e a entrega para os repórteres, que recebem, conversam sobre os temas e começam a se deslocar até os locais das pautas ou a entrarem em contato com as fontes por telefone. As sugestões de pautas para a editoria de geral chegam por *e-mails*, telefonemas, visitas à redação. Em caso de denúncias, o repórter vai ao local conferir e ao retornar para a redação o assunto é avaliado com a chefia de reportagem.

O ambiente coletivo dos jornalistas permite que a cada momento eles conversem com a chefia de reportagem sobre o andamento das pautas e as escolhas feitas na elaboração da matéria. O processo de construção da matéria é feito conjuntamente entre repórter e chefia de reportagem, com acréscimos de fontes, modificações de abordagem, uma negociação permanente que acontece

oralmente. A conferência em outros jornais e programas de rádio para ver a abordagem dada também é uma prática adotada pelo Correio do Povo.

Outra ferramenta para auxiliar na construção do texto é o arquivo eletrônico do Correio do Povo, que é muito utilizado para que avaliem o que o jornal já informou sobre determinado assunto. Fora isso a agenda não é informatizada e, cada um deles acaba tendo anotações de fontes que consideram mais importantes e com quem tenham mais contato.

Quando os repórteres encerram as matérias, que ainda não possuem sugestões de títulos, frases de apoio e nem legendas, são impressas duas cópias sendo que uma fica em uma pasta que é entregue para o editor no final da tarde para o seu controle das pautas e a outra fica com as chefias de reportagem para que também fique a par para controlar o que já foi produzido e o que ainda está sendo elaborado.

A manhã é mais tranqüila, e a chefia de reportagem aproveita para avaliar *e-mails*, ver novas sugestões de pautas que podem ser desenvolvidas durante a tarde, acompanhar programas de rádio e televisão para saber quais são os últimos acontecimentos, verificar com os repórteres o desenvolvimento das matérias e ainda começar a montar o *preview*²⁴. É neste horário que começa a se intensificar o movimento na redação até porque a maioria das equipes das demais editorias começa a se completar.

Com a chegada da chefe de reportagem da tarde, o primeiro passo é a conferência das matérias feitas pela manhã e a distribuição das pautas que ainda estão pendentes aos repórteres. Começa então o acompanhamento de *e-mails*, e os jornais são lidos. Também é feita a conferência de matérias, que estão sendo elaboradas pelos jornalistas, e repassadas algumas orientações a eles. A partir das

²⁴ O *preview* é uma folha impressa onde constam as matérias que estão sendo feitas em geral, ensino e policial por cada um dos repórteres, quais as suas pré-sugestões para a capa e as principais manchetes do Correspondente Ipiranga da Rádio Gaúcha. Esta ferramenta fica à disposição da chefia de reportagem da tarde que chega às 14 horas e que, ao longo da jornada, vai acrescentando novas informações coletadas nos noticiários de rádio e também referentes às matérias que estão sendo feitas pelos repórteres do turno. Ao final do dia o *preview* é impresso e as informações que constam nele servem para o balizamento de quais as temáticas serão publicadas e qual o espaço será dado a cada matéria.

15h30min, começa a ser feito o espelho da capa no computador e as manchetes começam a ser estruturadas, pois o conteúdo do *preview* da tarde tem que estar pronto para a reunião de pauta, que acontece depois da chegada de todos os editores, por volta das 18h30min.

Participam da reunião de pauta com a direção do jornal, a chefia de reportagem, o editor e a subeditora de geral, bem como editores de rural, cidades, política, economia e a coordenação de diagramação. Neste encontro, cada um dos coordenadores apresenta o que considera produzido com melhor qualidade e que merece destaque naquela edição. Também é definido o número de páginas para cada editoria.

Como o Correio do Povo utiliza um sistema de paginação modulado e padronizado com páginas pré-diagramadas, cujo tamanho das matérias já está definido, o editor deve indicar quais são as matérias que ocuparão quais espaços. Esta indicação é feita por meio de um papel impresso onde está escrito: “controle de pautas”. Nele o editor escreve com uma caneta a indicação do número da página e da matéria, a data, a página, a matéria, o assunto, o editor, o redator, o revisor, o repórter e as observações. Após, um subeditor passa a colocar os textos nos tamanhos adequados para publicação, trabalho que também é feito pela diagramação. Além disso, há uma estrutura de redatores encarregados de escrever notas a partir de material distribuído pelas agências e selecionados pelo editor. Assim, depois da diagramação, passa para o redator colocar o texto na página; editor e subeditora conferem o conteúdo para avaliar o sentido da matéria; a página então volta para a diagramação, e a página é impressa para mais uma avaliação do editor que aí então encaminha para a revisão. A subeditora comenta que sempre ela e o editor vêem todas as páginas, até para “a gente ver como ficou o produto final e colocar títulos e legendas, pois os redatores não fazem isso”, ressalta. A edição é fechada somente por volta da meia-noite.

Entre 18h30min e 19h30min, muitos jornalistas chegam à redação. Há uma disputa por cadeiras e computadores, e o clima começa a ficar mais tenso, já que os

repórteres do turno anterior preparam-se para encerrar as suas matérias e ir embora.

A pauteira também chega após às 18h e uma das suas atividades é fazer a escuta do programa de rádio Correspondente Ipiranga, da Rádio Gaúcha. Às 20h novamente é feita a escuta do programa de rádio Correspondente Ipiranga, que é distribuído aos editores e, na seqüência, a mesma jornalista faz o cronograma de pautas para o dia seguinte. O fechamento da edição fica, então, sob responsabilidade dos jornalistas, que dão atenção especial para acidentes e assuntos urgentes que poderão ir para a capa, bem como do editor e subeditora e do diretor do jornal.

Nos finais de semana, o trabalho funciona com escalas. No sábado, uma das chefes de reportagem coordena a equipe das 7 às 14h e, no domingo, a outra assume a coordenação a partir das 14h.

Nos dois jornais, os profissionais contam com o apoio de repórteres fotográficos, telefones, computadores com acesso à internet e veículos com motorista. A estrutura de ZH e CP é montada para que os repórteres tenham uma única preocupação: apurar bem para produzir uma matéria completa. No entanto, no Correio do Povo as fotografias são publicadas em tamanhos bem inferiores do que em Zero Hora e não existem pessoas contratadas para elaborar arte, criar mapas ou ilustrações. Como responderam os entrevistados, o CP é um jornal que privilegia conteúdo e não os aspectos gráficos.

Em ZH há uma preocupação muito grande com o aspecto visual, em tornar a página atrativa ao leitor, com a valorização de imagens e quadros. É comum que os repórteres fiquem na redação além da carga horária, finalizando a matéria ou acompanhando a edição. Em geral, são realizadas alterações para a segunda edição do jornal, que circula na Capital, entre elas a substituição de matérias por outras mais atuais, com a retirada daquelas que interessariam mais ao Interior.

Além das equipes situadas na sede dos jornais, em Porto Alegre, tanto ZH quanto CP mantêm correspondentes no Interior do Rio Grande do Sul. As principais cidades contam com jornalistas que trabalham para os diários da Capital. Em ZH, são jornalistas exclusivos do jornal, já no CP trabalham também para veículos locais. No entanto, há uma diferenciação quanto à dinâmica de trabalho. Os correspondentes de ZH estão subordinados à Central do Interior. A empresa conta ainda com a permuta de pautas e conteúdo feita com o Diário Catarinense e Diário Gaúcho em Porto Alegre e com os jornais Diário de Santa Maria, do município de Santa Maria, e Pioneiro, da cidade de Caxias do Sul. A coordenação da Central do Interior recebe as pautas sugeridas pelos repórteres, mas também repassa tarefas definidas pelas editorias em Porto Alegre. Não há uma editoria específica para a publicação das matérias, que ocupam a editoria pertinente ao assunto. Assim, um correspondente pode produzir matérias envolvendo meio ambiente que são publicadas na editoria de geral, na página Pelo Rio Grande ou em algum caderno, o que é bastante comum. Já em CP, os textos dos correspondentes são dirigidos à editoria de Interior, que ocupa uma página diária no jornal com matérias de municípios gaúchos.

Se o início da produção em ZH e CP é semelhante, com a distribuição das pautas e apuração dos repórteres, a finalização tem diferenças nos dois veículos, relacionadas, sobretudo, à organização das empresas. A primeira edição de ZH tem que ser finalizada até às 22h30min, salvo exceções, como partidas de futebol ou acidentes. Para que isso ocorra, as primeiras páginas começam a ser fechadas desde cedo, pelas 20h.

No CP, o fechamento se estende até as 0h30min. Isso se deve ao modelo de pré-diagramação adotado pelo jornal. Por volta das 19h, o editor desenha, juntamente com um diagramador e a subeditora, a página da edição, indicando o espaço das matérias, mas sempre obedecendo à regra de textos curtos, com poucas ou nenhuma fotografia. Dessa maneira, após o editor selecionar o material a ser publicado, os textos das agências são enviados aos redatores, que editam a matéria, deixando-a de acordo com o espaço disponível para as notas, em geral a

coluna da direita da página. Às 19h, quando chega o plantonista de geral, todas as matérias devem estar concluídas, porém, isso nem sempre acontece.

Nos dois jornais, é possível que aconteçam mudanças até o encerramento da impressão dos exemplares principalmente em casos de ocorrências de fatos de repercussão. Também nos dois casos, a edição dominical é produzida durante toda a semana, editada na noite de sexta-feira, após o fechamento da edição de sábado no caso de ZH, e finalizada no sábado de manhã. A impressão ocorre a partir do meio-dia e, no início da tarde, o jornal já começa a ser distribuído. Dessa maneira, as editorias de geral não têm atividades entre o meio-dia de sábado e o início da tarde de domingo, geralmente. Nos finais de semana, as equipes de trabalho também são reduzidas, sendo que os jornalistas trabalham em sistema de rodízio de folgas.

É importante ressaltar que durante o período de observação em Zero Hora o editor-executivo estava licenciado para a editoria de política, e o cargo estava sendo ocupado por Diego Araújo, um dos editores, que saiu em férias durante a semana, quando Altair Nobre retornou à função. Já no CP a chefe de reportagem da tarde havia saído em férias e a função estava sendo ocupada, durante a pesquisa, pela pauteira.

Além disso, tendo em vista que em Zero Hora a Central do Interior assumiu por definição em reunião de pauta a coordenação da produção e publicação de algumas matérias de meio ambiente, a observação participante também se efetivou no espaço onde se localiza a central, numa ilha separada próximo a editoria de fotografia. A iniciativa foi seguida no intuito de conseguirmos o máximo de informações possíveis do acompanhamento às rotinas de produção das matérias ambientais.

7 MEIO AMBIENTE E AS ROTINAS DE PRODUÇÃO

As alterações climáticas começam a se intensificar pela ocorrência de tempestades, furacões e outros desastres ambientais, inclusive no Brasil. No dia 27 de março de 2004, a população de Santa Catarina foi surpreendida por ventos de até 150 quilômetros por hora que varreram 42 cidades e deixaram um rastro de destruição e milhares de vítimas. O Furacão Catarina, como o fenômeno ficou conhecido, não envolveu somente este Estado, mas também o Nordeste do Rio Grande do Sul, como pode ser conferido na reportagem do Correio do Povo de 6 de setembro de 2005. A matéria aponta o aquecimento global como a causa provável, conforme pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

Já em 29 de agosto, a passagem do Katrina promoveu um rastro de caos e destruição na cidade de Nova Orleans, já que foi o furacão que mais mortes causou nos Estados Unidos desde 1928, deixou pelo menos 1,3 mil mortos. Logo após o Katrina, os Estados Unidos e uma parte do México foram afetados pelos furacões Rita e Wilma, considerados os mais intensos dos já registrados no Atlântico.²⁵

Em outubro foi a vez da Caxemira e do norte do Paquistão, na Ásia, contabilizar mais de 30 mil mortos em razão de um terremoto, como se não bastassem os estragos que já haviam sido registrados anteriormente por causa do tsunami em dezembro de 2004. Ao lado da matéria sobre a “Tragédia na Ásia”,

²⁵ Matéria da Folha de São Paulo On-line, de 15 dez. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/tragedianaasia/galeria.shtml>>. Acesso em: dez. 2005.

publicada pelo Correio do Povo de 9 de outubro, estava também na capa uma outra referente aos alagamentos registrados no dia anterior na Grande Porto Alegre.

Esses desastres e outras conseqüências ao meio ambiente passaram a fazer parte do cotidiano das notícias publicadas em *sítes* da internet, em jornais, revistas e rádios, como é o caso da seca no Amazonas, Acre e Rondônia, registrada em outubro de 2005. A causa desses fenômenos meteorológicos de forte intensidade segundo estudos, está relacionada ao aquecimento do Oceano Atlântico entre as proximidades da Costa da África e, provavelmente, até o Golfo do México. As temperaturas registradas na água do mar no trecho acima mencionado nunca foram tão elevadas, o que sinaliza a alteração do padrão de circulação das correntes de ar resultando no deslocamento de massas de ar seco para a Amazônia. O resultado: seca em regiões cobertas por florestas. Um outro reflexo dessa mudança da circulação das correntes de ar global pode ter sido o fornecimento de energia tornando particularmente feroz a estação de furacões que atingiram o Caribe e a Costa Leste dos Estados Unidos, como o que arrasou a cidade de Nova Orleans.

A edição *on-line* do jornal Folha de São Paulo, de 15 de dezembro de 2005 afirma que os “Desastres naturais em 2005 causaram perdas recordes”, com 350 mil mortes e prejuízos de US\$ 200 bilhões, segundo cálculos da Organização Meteorológica Mundial (OMM). A organização subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU) aponta ainda que não por acaso 2005 foi o ano em que mais tempestades tropicais foram registradas, um total de 26, mais que as 21 contabilizadas em 1933. Este ano também registrou recorde no número de furacões. Foram 14 ao todo, mais que os 12 registrados em 1969, sendo que sete deles foram de categoria igual ou superior a três na escala Saffir-Simpson.²⁶

O ano de 2006 começou com fortes temporais no Rio Grande do Sul que sofria com a estiagem. Somente a chuva de granizo que afetou o município de Piratini danificou mais de 800 casas. Milhares de pessoas sofreram prejuízos e ficaram sem energia elétrica em suas casas. No Irã, três fortes terremotos e abalos

²⁶ Matéria da Folha de São Paulo On-line, de 15 dez. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/tragedianaasia/galeria.shtml>>. Acesso em: dez. 2005.

sísmicos secundários, em março, resultaram na morte de 70 pessoas, ferimentos em 1,2 mil e deixaram milhares de desabrigados no oeste do país. Já em abril, Bulgária, Romênia, Sérvia e Montenegro entraram em estado de emergência em função das maiores inundações dos últimos 111 anos. As águas do Rio Danúbio, que atravessam esses países, alcançaram 10 metros acima do nível normal e milhares de pessoas ficaram desabrigadas.

Um terremoto na Ilha de Java, na Indonésia, matou mais de 4,9 mil pessoas e deixou outras milhares feridas em maio. No mês de junho, centenas de peixes aparecem mortos na foz do Rio Gravataí, na divisa entre Porto Alegre e Canoas, no Rio Grande do Sul, enquanto em julho, 172 pessoas morreram depois de uma onda de vários metros de altura, provocada por um terremoto, ter invadido o sul da Ilha de Java, na Indonésia.

Esses acontecimentos ambientais de 2006 foram apenas alguns dos que tiveram maiores proporções devido aos estragos provocados e ao número de pessoas mortas e feridas e que ganharam espaço na imprensa, sendo acompanhados também pelo Correio do Povo e pela Zero Hora.²⁷

Diante de tantos desastres ambientais, a imprensa não ficou à mercê dos acontecimentos e, à medida que novas catástrofes ocorriam, empresas de rádio, televisão, internet e os jornais ampliavam seus espaços trazendo números de mortos, problemas socioeconômicos decorrentes e ainda as possíveis razões para esses fenômenos naturais terem se intensificado com o passar dos anos no mundo.

Paralelamente aos desastres ambientais, a mídia também continua acompanhando eventos propostos por órgãos governamentais, universidades, movimentos sociais e ONGs com o intuito de despertar o interesse na sociedade pela preservação ambiental por meio de Semanas de Meio Ambiente, Semana da Água, Dia da Árvore, entre outros.

²⁷ Matérias em cadernos especiais de Retrospectiva do ano de 2006, publicadas no dia 31 de dezembro de 2006 e 1º de janeiro de 2007.

Nos veículos impressos do Rio Grande do Sul, como é o caso de Zero Hora e Correio do Povo, os assuntos ambientais têm espaço garantido quando se trata de acontecimentos de grande repercussão internacional ou de importância local. A maioria das matérias é publicada nas editorias de mundo, interior e ainda na geral. No entanto, esta última só é reservada para matérias de meio ambiente quando essas são factuais, já que Zero Hora, por exemplo, dispõe do caderno Ambiente, para tratar desta temática de forma mais detalhada. Em Correio do Povo, a realidade das matérias ambientais é mais dura, porque elas não têm um espaço fixo em caderno ou editoria, então resta a competição com outros temas abordados diariamente pelo jornal em espaços reduzidos.

É ante este cenário, de cobertura da área ambiental, que me inseri nas equipes de Zero Hora e Correio do Povo para a realização do trabalho de campo com o objetivo de observar como a construção das matérias ambientais se dá no dia-a-dia da redação e quais os critérios de seleção envolvidos na sua publicação na editoria de geral. O período de observação se estendeu de 8 a 14 de outubro de 2006 no primeiro, e de 16 a 22 de outubro, no segundo, e passou a se configurar como atípico em razão do desastre ambiental de 7 de outubro no Rio dos Sinos e que ganhou projeção internacional na imprensa.

7.1 NA REDAÇÃO DE ZERO HORA²⁸

O jornal do dia 8 de outubro, primeiro dia de observação, não trazia nenhuma manchete que tivesse como tema o meio ambiente. A possibilidade de passar alguns dias acompanhando as rotinas produtivas de matérias ambientais em Zero Hora, na editoria de geral, acenava para que se configurasse uma situação não muito agradável para um ávido pesquisador que busca compreender o campo e descobrir novidades que possam ser discutidas e comungadas com outros pesquisadores. Alertada pela editora-chefe Marta Gleich, a pesquisadora iniciou a

²⁸ Como forma de complementar o método de observação participante foram realizadas entrevistas abertas e em profundidade com os jornalistas Diego Araújo, Valéria Pereira, Gustavo Souza, Rodrigo Cavalheiro, Jaime Silva, Jaisson Valim, Leandro Rodrigues, Paulo Germano, Carla Dutra, Caroline Torma e Altair Nobre.

observação sabedora de que notícias de meio ambiente eram pouco publicadas na editoria de geral e ficavam mais restritas mesmo ao Caderno Ambiente, que circula na última quinta-feira de cada mês.

Nesse clima de expectativa, a pesquisadora chegou à redação de Zero Hora, na Avenida Ipiranga, bairro Menino Deus em Porto Alegre, por volta das 13h30min. Foi recebida então pelo editor responsável Diego Araújo, que estava respondendo interinamente pela função de editor-executivo no lugar do jornalista Altair Nobre, cedido para a editoria de política. A partir deste horário, outros repórteres também chegaram para produzir as matérias que iriam compor, com as já produzidas pelos repórteres que ficaram de plantão no sábado, o corpo do jornal de segunda-feira. O domingo numa editoria de geral tem uma rotina um pouco diferenciada se comparado aos outros dias da semana, pois pela manhã só fica o plantão e no início da tarde é que começam a chegar os demais repórteres.

Como no domingo não há reunião de pauta, os repórteres chegam e começam a fazer aquelas já anteriormente definidas pela coordenação de produção no sábado, ou dão continuidade às matérias que devem ser finalizadas para a edição do dia seguinte. É o editor que, a partir do acompanhamento de *e-mails* e noticiários na internet, rádio e tv que vai verificando, a partir de informações dos acontecimentos do dia, a possibilidade de novas pautas que não podem ficar descobertas. Se ele constatar a necessidade de cobertura por parte do jornal de algum desses acontecimentos, à medida que outros repórteres vão chegando, as pautas vão sendo rediscutidas e há uma readequação de prioridades.

Enquanto o editor apresenta a estrutura e o funcionamento do jornal, um dos repórteres busca no Banco de Dados matérias publicadas sobre o Programa Integrado Socioambiental em Porto Alegre, com a intenção de localizar o mínimo de informações possível para se preparar para uma entrevista com o prefeito José Fogaça, agendada pela coordenadora de produção, no sábado, como uma das pautas a serem desenvolvidas por para a edição de segunda-feira. Demora-se cerca de 30 minutos fazendo isso e sai para cumprir uma das três outras pautas que deve desenvolver neste dia. O objetivo, repassado pelo editor ao repórter, era fazer uma

matéria sobre o Programa Socioambiental a partir dos resultados da missão, de quatro dias, do prefeito José Fogaça em Washington, nos Estados Unidos.

A pauta sobre o Programa Integrado Socioambiental era a única prevista a ser cumprida pela editoria de geral, em Porto Alegre, neste dia e tinha a sua publicação condicionada somente para a segunda-edição, distribuída em Porto Alegre e Região Metropolitana. No entanto, a central do interior já havia passado no início da tarde uma previsão de pauta, que estava sendo feita pela correspondente do Vale do Sinos, com sede em Novo Hamburgo, sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos. Como o tema era vinculado à geral, seria também uma das matérias de ambiente publicadas na edição de segunda-feira.

Enquanto o repórter que estava fazendo a matéria do Programa Integrado Socioambiental estava fora do ambiente da redação e a outra fazia a pauta em Novo Hamburgo, a rotina do editor continuava com o auxílio a outros repórteres para o desenvolvimento pautas e o acompanhamento de *e-mails* e notícias no sistema interno computadorizado de repasse de informações entre os veículos da empresa.

O jornalista da pauta do Programa Integrado Socioambiental estava fazendo a matéria do consumo da maconha nos parques e, no caminho entre um parque e outro, aproveitou para entrevistar por telefone o prefeito José Fogaça, por uns 15 minutos.

A matéria sobre a investigação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) com relação à mortandade de peixes no Rio dos Sinos foi repassada para o editor pela editoria de interior às 18h15min, por *e-mail*, quando ele iniciou a revisão. Após, ele propôs para a diagramadora a substituição da matéria da Igreja das Dores, definida como abertura da página Pelo Rio Grande, pela da mortandade de peixes que foi publicada na página 41 com uma fotografia colorida. A matéria falava que a “FEPAM investiga a mortandade no Rio dos Sinos”, onde milhares de peixes, de 10 espécies, foram encontrados mortos no sábado à tarde durante um passeio do barco do Instituto Martim Pescador, que trabalha pela preservação da Bacia Hidrográfica dos Sinos. A matéria tratava também das

possíveis causas da morte dos peixes e do cenário onde o desastre ambiental aconteceu. As fontes da matéria eram o diretor técnico da FEPAM, Jackson Müller – que percorreu no domingo um trecho de 10 quilômetros do rio, entre São Leopoldo e Sapucaia do Sul, onde a situação era mais crítica e afirmou que uma análise preliminar indicou como causa da mortandade o lançamento clandestino de efluentes industriais no Arroio Portão. Além deste, foi entrevistado ainda o presidente do Instituto Martim Pescador, Henrique Prieto, que comentou que estavam fazendo um passeio agradável quando o grupo se deparou com aquela cena horrível e que ficou assustado com o que viu. A matéria da igreja ficou reservada para a edição de terça-feira da mesma semana.

Ao retornar para a redação, às 18h20min, o repórter que estava fazendo a pauta do Programa Integrado Socioambiental resumiu oralmente ao editor responsável o conteúdo e as informações gerais sobre o que rendeu a entrevista e começou a fazer novas ligações telefônicas. Conversou com o diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), para entender melhor o projeto, por quase 45 minutos. O editor lhe avisou que o espaço que ele tinha disponível para a publicação da matéria não era muito grande. Depois, o repórter conferiu o infográfico publicado pelo jornal em 2004 para verificar se as informações a respeito do programa eram as mesmas daquela época. Como houve alterações, o infográfico foi atualizado para a nova publicação pela editoria de arte.

O repórter então conferiu no site da Prefeitura de Porto Alegre o *release* feito pela assessoria de imprensa que serviu como base para a conferência de dados e busca de novas informações. Às 20h40min ele começou a elaborar a matéria. Neste intervalo, o editor responsável fez a revisão de outra página do jornal que estava diagramada e às 19h19min recebeu novas fotografias sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos.

A partir das 21h, todos os repórteres e editores começaram a apressar-se em vista do horário de fechamento da primeira edição que é às 22h30min. Assim que os repórteres vão terminando os textos, outros colegas vão revisando e os editores vão passando as páginas prontas para outros colegas lerem e apontarem

erros. Após essa primeira revisão, as páginas chegaram ao editor responsável que fez uma nova revisão. Apesar da apuração ser um ato individual, no período de elaboração os repórteres recebem sugestões do editor e também de outros colegas. A edição é um trabalho de equipe com a participação de editores e repórteres.

Durante a rotina do editor responsável na redação é constante o acompanhamento de *e-mails* e notícias no sistema interno de repasse de informações computadorizado entre os veículos da empresa. Às 21h40min, o editor fez a conferência das páginas que já foram para a impressão. Às 21h45min, o repórter encerrou a elaboração do texto do Programa Integrado Socioambiental, e o editor ficou baixando a matéria que tinha como manchete “Capital prevê projeto de saneamento para o próximo ano” e abordava o acerto feito pela Prefeitura que permite o auxílio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para ampliação da capacidade de tratamento de esgotos da capital dos atuais 27% para 77% em uma década. A matéria saiu acompanhada de um infográfico que resumia o funcionamento do novo sistema de tratamento de esgoto que envolve os arroios Dilúvio, Cavalhada e do Salso.

Às 22 horas, o editor responsável fez a revisão da página 41 com as matérias sobre meio ambiente, que incluiu a da mortandade de peixes no Rio dos Sinos e a do Programa Integrado Socioambiental. Ambas foram publicadas somente na segunda edição.

Por volta das 23h, quando estava sendo fechada a segunda edição, a diagramadora recebeu da FEPAM novas fotografias sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos e foi definido pelo editor responsável que a chamada da contracapa para o concerto da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) deveria trocada pelo assunto ambiental. Assim, a segunda edição recebeu na contracapa, uma foto ampla, da mortandade de peixes no Rio dos Sinos, acompanhada da manchete “Morte nas águas – FEPAM suspeita que resíduos industriais causaram mortandade de peixes no Rio dos Sinos, entre São Leopoldo e Sapucaia”.

O segundo dia de observação, **9 de outubro**, iniciou por volta das 9h quando começaram a chegar os jornalistas que fazem a policial e os que produzem para os cadernos que estão vinculados à editoria de geral. Antes de chegarem os repórteres, já estava na redação desde às 7h30min a coordenadora de produção, que foi montando as propostas de pautas para o dia e distribuiu aos repórteres as primeiras tarefas que deveriam ser cumpridas durante a jornada.

O primeiro compromisso da manhã foi a reunião de pauta das 10h, que acontece diariamente e reúne todos os coordenadores de produção que informam as coberturas do dia e realizam o primeiro desenho da edição. Na reunião, a central do interior propôs o acompanhamento em São Leopoldo da pauta sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos. Também ficou pré-estabelecido que, se esta pauta continuasse tendo grande repercussão durante a semana, este seria, a princípio, o tema central das páginas 4 e 5 da edição do próximo domingo.

A partir da concordância do grupo de que a matéria da mortandade de Peixes no Rio dos Sinos deveria ser repercutida e acompanhada de perto para ser publicada na terça-feira pela editoria de geral, a coordenadora de produção central do interior delegou, por telefone, à correspondente de Lajeado, a incumbência de elaborar uma matéria sobre o assunto buscando novidades. A correspondente de Lajeado assumiu a pauta porque a jornalista do Vale do Sinos estava de folga neste dia e é praxe na empresa que, quando um correspondente está de folga numa região, aquele que fica mais próximo assume o atendimento nas duas áreas de atuação da Zero Hora.

Ao conversar com a correspondente, a coordenadora de produção da Central do Interior avisou que um fotógrafo de Zero Hora iria até o local produzir as fotografias e passaria possíveis contatos para que ela pudesse fazer, por telefone, as entrevistas. A repórter também conversou com o fotógrafo que esteve no local para que ele lhe repassasse informações que pudessem ser colocadas na matéria e reproduzisse para os leitores a situação. “Temos que fazer muitas pautas por telefone porque as sucursais têm vários municípios para atender. Então as coisas

precisam ser recuperadas por telefone para dar conta”, alertava a coordenadora de produção.

A pauta para este dia tinha como mote que a correspondente verificasse com as autoridades o que eles iriam fazer em razão da mortandade de peixes. Para tanto, a repórter entrevistou o diretor técnico da FEPAM, Jackson Müller, que estava no local juntamente com outras 60 pessoas voluntárias integrantes de uma força-tarefa que tentava conter toneladas de peixes mortos para evitar sua afluência pelo curso do Rio dos Sinos, entre São Leopoldo e Sapucaia do Sul. Entrevistou também o presidente do Instituto Martim Pescador, Henrique Prieto, e obteve dados junto a Companhia Rio-Grandense de Saneamento (Corsan) sobre as análises que estavam sendo feitas em amostras retiradas do rio. Conversou ainda com as promotorias de São Leopoldo e Estância Velha a respeito do número de processos por crimes ambientais que estão tramitando.

Durante a manhã, a coordenadora de produção da editoria de geral continuou acompanhando os *e-mails* e os noticiários e foi readequando pautas também para os jornalistas que chegariam no início da tarde. Às 13h, ela elaborou um relatório eletrônico das pautas repassadas para o editor que chegou por volta deste horário. Além disso, deixou pronta, antes de sair, a escala do dia seguinte com o horário de trabalho de cada repórter. Quando possível ela informa internamente o repórter sobre a sugestão de pauta a ser cumprida por ele no dia seguinte. Com isso, o jornalista pode se inteirar do assunto e buscar subsídios. Este trabalho é complementado pelo editor, que também acrescenta temas a serem cobertos. A escala fica eletronicamente disponível aos repórteres.

Esse relato resume a rotina diária da chefia de reportagem: chegar às 7h30min, montar a pauta a partir dos acontecimentos do dia, avaliar e selecionar *releases*, *e-mails*, conversar por telefone com repórteres ou fontes de informação, além de realizar o monitoramento dos acontecimentos do dia-a-dia. Também é sua atribuição elaborar a escala de trabalho, propor temas para o dia seguinte e organizar o deslocamento de repórteres e fotógrafos até o horário de sair da redação.

Às 14h30min, encontraram-se os editores para a segunda reunião geral do jornal no dia, na qual cada editoria apresentou as pautas que renderam matérias. Também foram discutidas quais as matérias que poderiam ir para a capa e contracapa. A mortandade de peixes no Rio dos Sinos foi uma das mais bem cotadas.

Às 16h39min, o editor responsável fez a conferência das matérias que poderiam render abertura de página e passou para o sistema eletrônico o que cada repórter deveria fazer no próximo dia (edição de quarta-feira) e quanto cada assunto poderia render: Se era nota, reportagem ou cobertura e quem faria o quê. Foram estabelecidas também quais as prioridades e a coordenação de produção é quem, durante a amanhã, acompanha e avalia as pautas com os repórteres.

Às 17h, ficou pronto o espelho onde constava a localização dos anúncios e o espaço para as matérias na edição do próximo dia. O número de páginas varia muito. Há dias que tem 48 e em outros, 80. Geralmente são disponibilizadas para a editoria de geral 8 ou 9 páginas, que variam em número, de acordo com o acúmulo da incumbência de produzir material especial para as páginas 4 e 5.

O noticiário das 19h da RBS TV local serviu para que o editor responsável verificasse quais as informações que estavam sendo veiculadas sobre o desastre ambiental. O editor discutiu com outros repórteres a idéia de abordar o assunto a partir da perspectiva que não foi contemplada na reportagem de televisão nem apareceu nas páginas do jornal. Percebemos, durante a observação da rotina, a intenção do editor em buscar o inusitado para atrair a atenção do leitor.

A reunião de pauta deste dia aconteceu a partir das 19h54min e ficou definido durante o encontro que a matéria de acompanhamento sobre o caso da mortandade de peixes seria publicada na página 42 como abertura, assim como uma fotografia para a capa com a manchete “Desolação no Rio dos Sinos – dependente da pesca para sustentar a família, Zeli Coimbra lamenta o desastre ambiental que matou milhares de peixes”.

Às 19h54min, a matéria da mortandade de peixes foi editada e finalizada. A matéria teve como abertura a montagem de uma força-tarefa por policiais, ambientalistas e voluntários para conter o deslocamento dos peixes e evitar que chegassem à captação de água da Corsan no Rio dos Sinos. O texto trouxe também um panorama do cenário desolador a partir de entrevistas com moradores ribeirinhos, que trabalham na pesca como complemento de renda. Após isso, a central do interior e o editor responsável da geral discutiram sobre a utilização das fotografias enviadas para a edição anterior e o fato de elas terem sido repassadas por uma fonte (FEPAM) tendo em vista que os fotógrafos do jornal não haviam produzido material fotográfico.

No terceiro dia de observação, **10 de outubro**, a central do interior continuou produzindo matéria sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos já definida na reunião de pauta das 10h onde participaram os coordenadores de produção. Novamente, a matéria foi acompanhada pela correspondente da cidade de Lajeado. No entanto, como a matéria não estava sendo elaborada no ambiente da redação, não havia comentários sobre a condução da pauta.

As orientações sobre a pauta foram repassadas pela coordenadora de produção da Central do Interior à repórter. Mais uma vez a repórter fez as entrevistas por meio de telefonemas, consultando a secretária de Meio Ambiente de Sapucaia do Sul, Miriam Colombo, o diretor técnico da FEPAM, Jackson Müller, o presidente do Instituto Martim Pescador, Henrique Prieto, o delegado estadual da Secretaria da Pesca e o prefeito de São Leopoldo, Ari Vanazzi, que anunciou para a quarta-feira a chegada do secretário nacional especial de Aqüicultura e Pesca, Altemir Gregolin.

Ainda pela manhã foi iniciada uma pauta sugerida pelo editor sobre a diminuição do calor no Estado em consequência da chuva anunciada pela previsão do tempo. Os correspondentes de Lajeado, Pelotas, Passo Fundo e Uruguaiiana buscaram informações sobre como foi a chegada da chuva nessas regiões, ainda na terça-feira, interferiram na diminuição do calor. Quando concluíram a coleta de informações, repassaram para a central do interior, que, por sua vez, passou para a

editoria de geral. À tarde, um dos repórteres da editoria de geral buscou verificar junto à Central de Meteorologia do Grupo RBS e o 8º Distrito de Meteorologia porque havia chovido e qual era a previsão para os próximos dias, já que estava se aproximando um feriadão. Nascia uma matéria de conteúdo informativo com a característica de prestação de serviço de utilidade pública.

Também durante a tarde, outro repórter se deslocou com um fotógrafo para fazer uma pauta sugerida pela assessoria de imprensa do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) em Porto Alegre, como uma das atividades integrantes da 13ª Semana Interamericana e 6ª Semana Estadual da Água. A pauta tratava de uma visita orientada de um grupo de pessoas que reunia desde biólogos até estudantes e integrantes da comunidade a dois pontos: foz do Arroio Dilúvio e sua nascente, que fica no Parque Saint-Hilarie, na divisa entre os municípios de Porto Alegre e Viamão.

Após participar da atividade e conversar com a bióloga do DEP no local e com participantes, o repórter retornou à redação e fez um relato verbal para o editor sobre o que tinha rendido a pauta, quando foi informado de que a previsão de espaço para essa matéria seria de 30 centímetros com foto. O repórter comentou também que a bióloga do DEP não sabia responder alguns questionamentos que ele fez a ela. “Perguntada se havia peixes no Dilúvio ela disse que sim, mas não sabia a quantidade e também não sabia se a água da nascente era despoluída ou não e também não tinha informações sobre a quantidade de lixo que é depositado no arroio”, ressaltou ele. Como ela era a única fonte e ele não considerou as informações repassadas satisfatórias, procurou junto ao Atlas Ambiental, no site do DEP e no Guia Histórico de Porto Alegre mais alguns dados que pudessem complementar a matéria, onde constavam as informações perguntadas pelo repórter à profissional e que ela não sabia responder.

Enquanto são redigidas as matérias da diminuição do calor em função da chuva e da visita orientada ao Arroio Dilúvio, o editor responsável ficou no aguardo do envio da matéria sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos pela correspondente, o que aconteceu às 18h. A chamada da matéria foi para a remoção das 30 toneladas de peixes mortos no Rio dos Sinos o que faz deste o maior

desastre ambiental ocorrido neste rio, segundo autoridades ambientais. Além disso, a matéria abordou a vistoria feita pela FEPAM em empresas vizinhas ao local em que ocorreu o desastre, o valor da multa que poderia ser aplicada como punição, a visita de Altemir Gregolin ao Estado para anunciar medidas de apoio a 400 famílias ribeirinhas que dependem da pesca e ainda do desconhecimento das autoridades de quem sejam punidos os culpados.

No entanto, a matéria não foi editada assim que chegou eletronicamente na redação, mas aguardou até que o editor responsável dispusesse de tempo para fazê-lo. Enquanto isso, o editor responsável encaminhou com a editoria de arte a produção de um infográfico que demonstrava o local que os peixes foram mortos e onde estavam as bóias de contenção. Além disso, foram colocadas figuras e informações sobre as espécies de peixes encontradas no Rio dos Sinos, o número de telefone do disque-denúncia do Instituto Martim Pescador e informações da Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan) em Esteio e do Serviço Municipal de Água e Esgoto de São Leopoldo, sobre a qualidade da água para o consumo.

Às 19h o editor responsável avaliou as fotografias feitas pelo fotógrafo Miro Souza e, às 19h06min, editou a matéria da mortandade de peixes no Rio dos Sinos e repassou para a diagramação.

No início da noite um dos editores fez a edição da página 46 chamada de Pelo Rio Grande, onde constou a matéria do “Passeio às origens do Dilúvio”, que tratava da visita orientada promovida pelo DEP. A matéria foi diagramada em um box de 7 por 21 centímetros contendo o texto e uma fotografia. O editor ponderou que a matéria era cinco vezes maior, mas que precisou ser reduzida em função de os outros dois assuntos da página – “Evangélicos fazem festa de 150 anos” e “Corredor para desafogar o centro” – também eram importantes em vista do interesse público, já que uma tratava das mudanças nos corredores de ônibus e a outra sobre um evento da comunidade evangélica que aconteceria na quarta-feira.

Às 19h20, os editores foram para a reunião de pauta, quando ficou decidido que o jornal iria continuar suitando²⁹ o assunto até porque todos as empresas de rádio e teledifusão continuaram repercutindo e acompanhando os desdobramentos do desastre ambiental no Rio dos Sinos, inclusive a Folha de São Paulo, que publicou matéria na terça-feira.

Às 19h35min, o editor responsável sentou ao lado da diagramadora para acompanhar o trabalho de reestruturação da página com a matéria do Rio dos Sinos. Às 20h15min, o editor assistiu no Jornal Nacional a matéria sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos e, às 20h17min, retomou a edição da matéria a ser publicada em Zero Hora no dia seguinte.

Às 20h20min, o setor de arte mostrou ao editor responsável a proposta de infográfico para a página 38. A matéria foi publicada nesta página em razão de que o jornal procurou dar prioridade à publicação de infográficos em páginas coloridas justamente para valorizar a arte, as fotografias e, conseqüentemente, a matéria. Às 20h27min, foi finalizada a edição da página.

Enquanto isso, a página 41 era editada, tendo como matéria de abertura “Chuva diminui calor no Estado”. A notícia foi publicada com fotografia trazendo um panorama da elevação da temperatura na terça-feira e de sua diminuição em conseqüência da chuva, bem como explicações do porquê isso ocorreu e qual a previsão do clima para os próximos dias.

Às 20h40min, o editor responsável sugeriu para a editoria de arte que fosse verificada a grafia dos nomes das espécies de peixes atingidas pelo desastre e listadas ao lado de suas respectivas representações gráficas na página. O tom era de descontração e de alerta ao mesmo tempo, pois o editor comentava que este cuidado era para que “não se leve bola nas costas. Às 20h56min, a matéria passou

²⁹ Termo usado pelos jornalistas que significa continuar publicando, acompanhar os desdobramentos do assunto, para as edições subseqüentes do jornal, quando a matéria é quente e continua despertando o interesse dos leitores. A suíte, segundo Erbolato (1985, p.67) “deve mostrar fatos novos e também resumir a notícia em si, para avivar a memória dos que leram os exemplares anteriores ou permitir que, aqueles que não o fizeram, possam entender o que está redigido”. Nas suítes é obrigatório o resumo do enfoque principal do que já se divulgou.

por nova revisão, trabalho que foi executado em equipe pois outros editores já haviam relido o texto.

É importante destacar também que nesta edição foi publicada uma matéria sobre o que os freqüentadores das praias gaúchas iriam encontrar no Litoral Norte no feriado de 12 de outubro. Como esta matéria somente citou algumas das conseqüências provocadas pela ressaca de 4 e 5 de setembro, mas não abordou a questão ambiental diretamente, sua produção não foi acompanhada durante a pesquisa de campo.

Às 21h10min o editor responsável pediu que fossem verificadas informações referentes à “matéria dos peixes” onde dizia que a remoção dos animais se concentraria em dois pontos do leito, próximo à Fundação Zoobotânica e à Barca do Carioca. Ele questionou se a área a que a repórter se referia como Fundação Zoobotânica não era a do zoológico de Sapucaia do Sul, que aí se faria a substituição já que este termo é mais conhecido do público. Foi então feita a troca para “próximo ao zoológico e à Barca do Carioca”.

O editor responsável também recebeu informações pelo sistema eletrônico de que a rádio divulgou um número referente à quantidade de toneladas de peixes retirada do Sinos que era diferente do que constava na matéria produzida pela repórter de Zero Hora. Ele verificou com a central do interior e publicaram, na edição de quarta-feira, que pelo menos 30 toneladas de peixes morreram no rio.

No quarto dia de observação, **11 de outubro**, as pautas indicaram a continuidade da cobertura da mortandade de peixes do Rio dos Sinos já que estava prevista uma reunião da FEPAM para anunciar as medidas de gestão da crise ambiental. Também estava definido o acompanhamento da visita do secretário especial de Aqüicultura e Pesca, Altemir Gregolin e seriam feitas à tarde uma matéria sobre o anúncio da Romaria das Águas e outra sobre a falta de água em bairros de Canoas e Esteio. Esta última pauta fora gestada a partir da sugestão de leitores em razão do temporal que atingiu a Região Metropolitana na noite da terça-feira. Foi prevista ainda uma pauta sobre o nascimento de três filhotes no Pampa

Safari que seria elaborada pela equipe de reportagem do Diário Gaúcho e aproveitada em Zero Hora.

No entanto, durante a reunião de pauta foi definido que em razão da repercussão na imprensa e de a mortandade de peixes ter atraído inclusive autoridades federais, o assunto não seria mais destinado a uma publicação nas páginas 4 e 5 de domingo, mas neste mesmo espaço só que na edição de quinta-feira. A sugestão foi da editora-chefe Marta Gleich já que este assunto foi tema da semana: “Tá todo mundo dando e o pessoal achou que valia 4 e 5”, afirmou a subeditora da central do interior. Ela ressaltou que, no entanto, as pessoas começam a cansar do assunto, por isso o jornal estava buscando algo novo para quinta-feira. “Talvez a visita do ministro da pesca, Gregolin renda. Aí continua o assunto, mas talvez não vale 4 e 5. Quem sabe a 4 e 5 de domingo? Afinal foi o assunto da semana”, avaliou a subeditora. Também ficou definido na reunião de pauta que seriam feitas pela geral a pauta da Romaria das Águas e da falta de água em Canoas e Esteio.

A elaboração da pauta da mortandade de peixes levou a coordenadora de produção de geral a tirar um dos repórteres de outra pauta que ele estava fazendo para que fosse cobrir, à tarde, a reunião da FEPAM complementando o trabalho já iniciado pela correspondente do Vale do Sinos.

Ficou decidido também que, em virtude de o editor sair de férias neste dia e o editor-executivo só retornar à noite, o acompanhamento e o fechamento desta matéria seriam de responsabilidade da central do interior, enquanto as demais seriam encaminhadas pela geral.

Durante a manhã nenhuma outra sugestão de pauta de meio ambiente foi encaminhada na editoria de geral. No início da tarde, enquanto a repórter do Vale do Sinos buscou informações sobre a mortandade de peixes no local, o repórter que ficou com a co-produção da matéria foi cobrir uma entrevista coletiva na FEPAM acompanhado de um fotógrafo. As orientações repassadas pelo diretor de redação

Marcelo Rech pediam que os repórteres investigassem mais sobre a morte dos peixes.

No início da tarde, outro repórter se deslocou juntamente com um fotógrafo até o bairro Estância Velha, em Canoas, para conferir a situação do desabastecimento de água nessa região e aproveitou para falar com o superintendente regional da Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan) no Vale do Sinos.

Às 16h50min, um dos editores avisou que a matéria do Pampa Safari não seria mais feita pelo Diário Gaúcho, logo a Zero Hora também não teria como publicá-la. Ele demonstrou preocupação, pois a partir deste momento começou a procurar outra matéria que poderia ser publicada naquele espaço. Passar pautas que estão sendo feitas por um dos veículos do grupo ao outro é uma prática comum nesta empresa jornalística que aposta na integração para que não fique sem publicar algum fato ou acontecimento importante.

Às 16h57min, retornou à redação o repórter que iria fazer a matéria sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos e logo em seguida foi liberado o espelho. Enquanto o repórter rascunhava uma ilustração com informações sobre a situação das bacias hidrográficas do Estado, a correspondente do Vale do Sinos estava fazendo a matéria a partir do que observou ao ir até o Passo da Carioca, em Sapucaia do Sul, que é um dos pontos em que foram colocadas as bóias de contenção dos peixes mortos. Às 17h42min, o repórter que estava na redação ligou para conferir informações da FEPAM retiradas da internet e garimpou novas informações.

Enquanto isso, o repórter que estava fazendo a pauta da falta de água em Canoas e Esteio, em decorrência do temporal, retornou e conversou com o responsável pela edição da página Pelo Rio Grande, para definir que seriam elaborados dois textos a partir das pautas que estavam sob a sua responsabilidade, um para a Romaria das Águas e outro sobre a falta da água.

Às 17h50min, o repórter começou a construir o texto da falta da água, mas antes perguntou quanto de espaço teria à disposição. Enquanto isso o repórter que foi fazer a matéria sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos leu informações no site da FEPAM.

Às 18h39min, o repórter conversou com a subeditora da Central do Interior, que avisou sobre novas informações, como a lista de empresas autuadas e a área de abrangência das bacias hidrográficas. Ela alertou que no gráfico deveriam conter população e outros dados referentes a cada uma das bacias, pois seria uma espécie de mapa ambiental da situação dos rios do Estado. O repórter começou a escrever a matéria enquanto o editor assistente da central do interior foi solicitar o infográfico. O repórter fez outras ligações para conferir informações.

Às 19h40min, o editor-chefe falou com o repórter para ele ver com a arte se estava tudo certo.

Às 19h45min, o repórter que estava com a pauta da Romaria das Águas conversou com o editor sobre a disponibilidade de espaço e recebeu a orientação de que construísse um texto que tivesse em torno de 10 centímetros. A partir deste horário, o repórter iniciou a construção da matéria que sairia em uma página junto com outras procissões que aconteceram no Estado.

Às 19h46min, um dos editores começou a editar a matéria da falta d'água confirmando oralmente informações com o repórter – a pauta surgiu da reclamação de um leitor feita na Rádio Gaúcha e foi repassada como sugestão de pauta para Zero Hora.

Às 19h50min, a matéria da falta d'água foi repassada para nova edição depois da revisão inicial de um dos editores, que comentou que já tinha escolhido a fotografia e iria repassar para a diagramação a sua definição. Em seguida a matéria foi diagramada na mesma página em que seriam publicados também os textos da EXPOAER e da procissão dos motoqueiros. O editor comentou que estes dois assuntos já haviam sido abordados no jornal, mas há uma solicitação de que sejam

retomados. “Já saíram, mas o leitor não lembra. Modificamos algumas coisas”, ressaltou o editor. Com relação às matérias de meio ambiente, o editor comentou que os repórteres gostam de fazer matérias sobre o tema, mas normalmente publica-se as ocorrências consideradas factuais. No entanto, avaliou que não é habitual a publicação de matérias ambientais na editoria de geral.

Às 20h30min, o repórter responsável pela pauta do Rio dos Sinos continuou elaborando o texto enquanto um dos editores editava os conteúdos da Romaria das Águas e da procissão dos motoqueiros. Às 20h45min, a matéria editada foi para a diagramação.

Já às 20h52min, um dos editores fez correções na página da matéria da falta d'água.

Quando o editor-executivo retornou para assumir a geral, à noite, ele iniciou o trabalho pela correção das páginas já editadas e diagramadas. As observações feitas pelo editor-executivo, junto aos textos, motivaram olhares expressivos entre jornalistas e editores dando a entender que algo estava acontecendo.

Às 21h10min, o repórter de geral estava complementando os dados da matéria enviada pela repórter do Vale do Sinos sobre a mortandade de peixes e às 21h20min ele, o editor-executivo e o editor-assistente da central do interior finalizaram a edição. Ficou então definido que a matéria da mortandade de peixes ganharia foto-legenda na contracapa, que saiu com o título “Triste tapete”. O foco da notícia era o pacote de medidas anunciado pela FEPAM para conter o desastre no Rio dos Sinos e a multa a prefeituras da região e empresas em situação irregular.

O fechamento da pauta dos Sinos aconteceu às 22h30min com o editor-chefe manifestando preocupação com o atraso no fechamento da edição. “Estávamos mais que atrasados. Na verdade, tudo atrasou: a coletiva da FEPAM, o repórter acabou chegando tarde, teve que passar um bom tempo conferindo informações para fazer o infográfico e depois é que parou para escrever. O texto da

correspondente também acabou chegando tarde, então tudo atrasou”, avaliou o editor-assistente da central do interior.

O enfoque da matéria, na página 4, acentuou as punições que começaram a ser aplicadas pela FEPAM. No mesmo espaço, havia informações repassadas pelo diretor técnico da FEPAM, Jackson Müller, sobre quem eram as empresas autuadas e como estavam sendo procedidas as investigações no quinto dia seguinte ao desastre. Também constava o depoimento de um carroceiro que praticava a pesca de subsistência e do biólogo da Unisinos, Uwe Schulz, que manifestou a sua preocupação em razão de o Rio dos Sinos “estar operando no seu limite ecológico”. Havia ainda nesta página um pequeno texto sobre a visita do secretário especial de Aqüicultura e Pesca do governo federal, Altemir Gregolin, ao local do desastre em Sapucaia do Sul na quinta-feira, quando estava previsto o anúncio de liberação de cestas básicas para cerca de 400 famílias que dependem do Rio dos Sinos na região.

Já na página 5, foi apresentado um “Mapa da Destruição”, contendo as bacias hidrográficas do Estado, dados de sua extensão territorial e abrangência de municípios e qual o percentual de população e o número de indústrias de alto, médio e baixo impacto ambiental em cada uma das bacias hidrográficas. Além disso, abaixo do mapa constavam duas planilhas, uma com a distribuição das indústrias por setor de atuação e a outra com o volume de efluentes industriais e sanitários despejados por dia nas bacias hidrográficas.

O editor assistente da central do interior destacou ainda que, devido à correria e mesmo depois de várias correções detectou-se um erro no infográfico (chamado no jornal de MAC). Na arte, ficou faltando uma informação que saiu cortada na primeira edição e aí foi decisão do editor que se publicasse a correção somente na segunda edição. Isso acabou ocorrendo, segundo ele, em função da correria diária. Como o tema exigia checagem e busca de informações e confirmações devido à sua complexidade, a matéria tramitou por tempo acima da média no processo de sua produção.

No quinto dia de observação, **12 de outubro**, a continuidade de acompanhamento à matéria da mortandade de peixes voltou a aparecer na reunião de pauta como um dos temas que o jornal deveria abordar. Além disso, ficou definido que a editoria de geral daria atenção à Romaria das Águas, que deveria ser publicada junto com outras matérias de procissões que ocorreram no estado e país em virtude do dia 12 de outubro. A central do interior daria apoio verificando com os correspondentes quais as ações de grande repercussão neste dia em outros municípios do Rio Grande do Sul.

A correspondente do Vale do Sinos deveria acompanhar a visita do secretário especial de Aqüicultura e Pesca, Altemir Gregolin, ao Estado e conferir com os pescadores as medidas de redução de danos por ele anunciadas. A previsão repassada pela central do interior era de que a pauta ocuparia mais ou menos 30 centímetros da página e seria publicada com uma foto fazendo parte da editoria de geral.

A coordenadora de produção da central do interior comentou sobre a dificuldade na cobertura de temas ambientais já que a linguagem dos cientistas é difícil. “Eu preferia passar o texto para a fonte devido à complexidade das informações. E como eles também são fontes que têm credibilidade e que se tu trabalhas bem eles te valorizam, eles te avisam e se tornam bem acessíveis inclusive para explicar bem as informações”, destacou referindo-se a fontes ambientais e cientistas.

Segundo a coordenadora, meio ambiente é um tema simpático ao leitor. “Me parece que cada vez mais o tema passa a ser tratado por todas as editorias, e a tendência é a transversalidade”, avaliou.

Durante a manhã, a não ser a movimentação na central do interior designada a acompanhar a evolução pauta da mortandade de peixes no Rio dos Sinos, não se registrou a construção de matérias envolvendo o tema ambiental na editoria de geral.

Somente às 15h30min foi que o repórter designado para fazer a pauta da Romaria das Águas saiu para acompanhar a procissão juntamente com um fotógrafo.

Às 17h, um dos editores fez nota a partir de conteúdo de agência sobre a descoberta de uma nova espécie de rato no Chipre. Tal matéria foi reeditada para ser publicada ao lado das Publicações Legais. Às 17h30min, o editor-executivo com um dos editores o que já havia de páginas prontas. Às 17h50min a subeditora da central do interior falou com a correspondente do Vale do Sinos e orientou sobre a pauta: “FEPAM não fiscaliza, se mobiliza quando acontece um problema, mas não trabalha para não acontecer nada”, falou para a repórter ao telefone. “É, acho que abre pelo ministro e vê o que mais consegue apresentar agora”, complementou a subeditora.

A subeditora da central do interior comentou que talvez fosse possível publicar alguma matéria sobre as atribuições da FEPAM e como iriam investigar a origem do problema ambiental. “Isso dá para falar hoje, mas o resto tem que investigar e fazer com calma”, concluiu.

Às 18h, a subeditora da central do interior falou novamente com a correspondente e definiu que a matéria não seria mais aberta pela visita do secretário especial de Aqüicultura e Pesca, Altemir Gregolin. “Já tínhamos dado que o ministro ia antecipar o período de defeso (época em que é proibida a pesca em razão da reprodução das espécies em rios e lagoas, também chamada de piracema, e quando o pescador recebe uma espécie de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo). Como não foram anunciadas novidades, optamos por outra abertura”. A matéria seria aberta pela análise de água e dos peixes coletados do Rio dos Sinos e pela divulgação dos resultados que seriam anunciados na semana seguinte.

Após as 18h, o repórter que estava com a pauta da Romaria das Águas retornou à redação. A previsão, segundo ele, era que a matéria das procissões tivesse uma página e meia – depende do que renderia o texto, mas a orientação que

recebeu era de que não interessava fazer talvez 30 centímetros. “Às vezes pedem 20 centímetros, depende do que vai entrar, mas acho que renderia porque tem essa questão do desastre ambiental no Rio dos Sinos e essa preocupação também foi manifestada pelas autoridades no discurso da Romaria das Águas”, refletiu o repórter.

Às 18h15min, o repórter começou a pensar o texto e avaliou as anotações no bloco para definir o que era diferente, interessante e importante, quando, às 18h40min, um dos editores avisou ao repórter que a pauta da Romaria das Águas era para ser foto-legenda, um texto curto. “A matéria vai ser aberta com várias fotos e um título”, avisou.

O repórter, a partir de então, começou do zero o texto chamando para a quantidade de pessoas presente no evento. Ao mesmo tempo em que escrevia a matéria, procurava acompanhar a atualização das informações em tempo real, no *site* da prefeitura, sobre o evento. Na matéria, o repórter relatou o trajeto da procissão, o número de participantes, a programação desenvolvida e reproduziu parte da entrevista com o irmão marista Antônio Cechim, que é quem organiza o evento desde a primeira edição.

Às 18h27min, a correspondente do Vale do Sinos enviou o texto sobre a divulgação e a análise das mostras de água e peixes coletados no Rio dos Sinos pela FEPAM para a central do interior. Às 18h50min, a subeditora da central do interior conferiu as informações com a correspondente por telefone e às 19h05min conversou com a equipe de Porto Alegre sobre a abordagem do texto, a abertura e qual seria o título mais interessante para a matéria. A demora dos resultados das análises foi discutida pelo grupo que chegou a um consenso de que essa seria a principal informação para o leitor no dia seguinte, que era isso “que o leitor queria saber”.

O texto foi então para a editoria de geral, às 19h15min, onde um dos editores editou a página já com a fotografia diagramada. O conteúdo foi analisado e

também se verificou se cabia no espaço disponível. Enquanto isso, outro repórter continuou construindo a matéria da Romaria das Águas.

Às 19h21min, o editor que estava com a matéria do Rio dos Sinos recebeu a correção da matéria sobre o número de habitantes da Bacia Hidrográfica do Jacuí, que saiu na mesma página. A correção já havia sido publicada na segunda edição, mas optou-se por dar novamente a informação tendo em vista que a edição que foi para o Interior do Estado ainda não havia sido corrigida. Em seguida, ele comentou com a subeditora da Central do Interior qual era a novidade da matéria sobre o Sinos e começou a mexer no texto, dizendo que “não há novidades na matéria de hoje”.

Nesse meio tempo, a pauta da Romaria das Águas foi encerrada e, às 19h47min, foi para o editor que iria colocá-la nas páginas 40 e 41, junto com as demais matérias que falavam de procissões, como a dos motoqueiros em Porto Alegre, a 1ª Caminhada Luminosa de Passo Fundo e o movimento de devotos no Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo.

Às 20h, o editor orientou a diagramadora e avisou que o texto sobre a Romaria das Águas seria reduzido para valorizar as fotos. Enquanto isso, a diagramadora colocou na página 49 a matéria do Rio dos Sinos.

Às 20h18min, o editor fez adequações nas páginas 40 e 41 e cortou mais o texto da Romaria das Águas na tela do computador. O conteúdo voltou a ser reduzido às 20h29min. Enquanto isso o editor que estava responsável pela página 49 recebeu a página da diagramadora, visualizou a edição e editou novamente tentando reduzir o conteúdo sobre o episódio do Rio dos Sinos.

Às 20h40min, iniciou a última revisão da página da Romaria das Águas até às 21h07min quando saiu a *printer* (primeira cópia da página do jornal em tamanho original) e foi feita nova revisão. Às 21h14min, saiu nova impressão e um outro editor leu novamente o conteúdo.

Às 20h54min, saiu a primeira *printer* da matéria do Rio dos Sinos que foi ser revisada por outro editor. Antes disso, foi terminada a revisão da página da Romaria das Águas e, às 21h15min, o editor revisou a da mortandade de peixes.

Às 21h20min, a página revisada foi repassada a outro dos editores para correções. Enquanto isso, foi feita mais uma revisão da matéria da Romaria das Águas. Às 21h28min, a página foi finalizada com a matéria do Rio dos Sinos e ficou à disposição do editor para que ele avaliasse e até que fossem finalizadas as últimas notas referentes a acidentes vinculados à editoria de polícia que ocorreram no Estado.

A matéria do Rio dos Sinos teve como chamada o resultado das análises químicas previstos para divulgação na próxima semana. Tratava ainda dos exames que estavam sendo feitos a partir da coleta de água e peixes no local onde houve a mortandade, da data em que seriam divulgados, o fato de o resultado servir para indicar as empresas suspeitas de causar o maior desastre ambiental do Rio dos Sinos e, ainda, da visita que seria feita na sexta-feira pelo prefeito de São Leopoldo, Ari Vanazzi, e de representantes de ONGs à Polícia Federal para pedir que a instituição empregasse esforços para ajudar nas investigações.

Abaixo deste texto havia também uma matéria elaborada a partir da entrevista com o secretário especial de Aqüicultura e Pesca, Altemir Gregolin, que esteve em dois pontos do Rio dos Sinos, onde foram colocadas bóias de contenção aos peixes mortos para avaliar os estragos e anunciar benefícios aos pescadores atingidos pelo desastre.

Também neste dia foi produzida uma matéria sobre o Parque Marinha do Brasil e o seu estado de conservação. No entanto, como ela se referia a reclamações de usuários com relação à infra-estrutura não foi acompanhada pela pesquisadora. A fonte são freqüentadores que reclamam do local, o secretário de Meio Ambiente, Beto Moesch, e o secretário adjunto da secretaria municipal de Esportes, Luiz Cunha Martins.

No sexto dia de observação, **13 de outubro**, a estruturação de pautas de meio ambiente só iniciou quando a coordenadora de produção entrou em contato com a coordenadora de produção da central do interior, às 9h30min, para saber se ela teria como enviar alguém para cobrir a visita do prefeito de São Leopoldo, Ari Vanazzi, e de representantes de ONGs, e Polícia Federal para pedir que fossem tomadas providências com relação ao desastre ambiental do Rio dos Sinos. Sugeriu que se enviasse fotógrafo e que a correspondente do Vale do Sinos retomasse o assunto por telefone e acrescentasse esta visita no texto.

A coordenadora comentou que teve que tomar a decisão pois não tinha repórter disponível para se dedicar exclusivamente à pauta pela manhã. “Hoje também deve terminar a retirada dos peixes no Rio. É o que a correspondente está tentando apurar. “Também vou pedir que ela verifique uma informação que foi veiculada no Jornal NH de hoje sobre a quantidade de esgoto jogada no Rio dos Sinos. Esta também é uma informação relevante e deve ser apurada”, salientou.

A coordenadora justificou que matérias de meio ambiente “até poderia se ter mais, mas tem ficado mais para quando tem acontecimentos, até porque tem o Caderno Ambiente que aprofunda o tema”.

Apesar da manhã ser considerada bem mais tranqüila que o período da tarde, nas sexta-feiras o agito começou logo cedo, pois neste dia são fechadas praticamente todas as pautas de final de semana “e ficam uma ou duas páginas preparadas com conteúdo que pode ser trocado em caso de acontecer um fato importante de geral ou policial ou algum acidente”. A coordenadora acrescentou ainda que no sábado pela manhã se ponderam os fatos e se começa a diagramar cedo para fechar o restante do jornal que já está pronto.

Às 10h40min, aconteceu a reunião de pauta entre os coordenadores de produção, momento em que eles discutiram sobre erros e a respeito de leitores que ligam para reclamar. Comentaram de um leitor e das observações feitas por ele bem como as correções publicadas em relação às reclamações. Também falaram das pautas dos cadernos.

Com relação à matéria do Rio dos Sinos, um dos coordenadores afirmou que a FEPAM estava “fazendo um estardalhaço, mas não faz nada para evitar”. Outra salientou que ontem se falou na reunião da tarde porque “não se agir preventivamente”. O grupo sugeriu uma investigação, e a coordenadora de produção da central do interior lembrou que Marcelo Rech pediu que isso fosse feito pela geral, “mas nada impediria que a correspondente do Vale do Sinos ajudasse”.

Ficou então definido que um dos repórteres faria uma matéria mais investigativa sobre empresas poluidoras e começaria o trabalho na sexta-feira, mas sem data para publicação. Seria verificado se é rotina o lançamento de resíduos no Rio dos Sinos. Para responder à questão, entrevistariam ambientalistas e também seriam abordadas a falta ou deficiência de fiscalização, que é uma das atribuições da FEPAM. Já a correspondente do Vale do Sinos continuaria cobrindo a mortandade de peixes. À central do interior caberia o acompanhamento desta pauta.

Também foi discutido, durante a reunião, o conteúdo para as páginas 4 e 5 de sábado, que, a princípio, abordaria o Prêmio Jovem Cidadão instituído pela Zero Hora. Um dos coordenadores comentou sobre a dificuldade de se conseguir pautas interessantes depois de um feriado. Foi também avaliada a possibilidade de serem feitas pautas conjuntas entre as editorias. Às 11h28min, acabou a reunião de pauta.

Enquanto acontecia a reunião, um dos repórteres que ficou com a pauta das empresas poluidoras do Rio dos Sinos começou a trabalhar buscando entrevistas paralelamente à outra matéria que tem que entregar escrita neste dia.

Às 11h30min, a coordenadora de produção da central do interior conversou com a correspondente do Vale do Sinos que sugeriu a produção de um “Entenda o Caso” para a pauta da mortandade de peixes. Conversaram também sobre a informação publicada pelo Jornal NH sobre índices de lançamento de esgoto no Rio dos Sinos e sobre a possibilidade de a repórter conversar com a fonte que era o Comitesinos.

Às 12h, a coordenadora de produção da central do interior avisou para a correspondente do Vale do Sinos verificar o que a Polícia Federal estava dizendo sobre as suas primeiras incursões no caso. Em seguida, a repórter retornou a ligação informando que o superintendente da Polícia Federal disse que não era competência deles. Entretanto, a Secretaria da Justiça e Segurança estava prevendo montar uma força-tarefa para aprofundar as investigações, e a Polícia Federal se colocara à disposição para dar suporte. “Enfim, o desastre ambiental virou caso de polícia mesmo. As críticas estão voltadas á falta de fiscalização permanente da FEPAM. Amanhã faz uma semana que o pessoal que passeava de barco viu os peixes mortos.” – texto que constava na pauta.

Às 14h40min, a coordenadora de produção foi embora, e o repórter responsável pela pauta das empresas poluidoras do Rio dos Sinos deu continuidade ao trabalho de apuração das informações e levantamento de dados sobre denúncias. Um dos entrevistados foi Henrique Prieto, do Instituto Martim Pescador.

Às 15h, quando um dos editores chegou comentou sobre a liberação da página com a matéria da Romaria das Águas ter acontecido no dia anterior por volta das 22h, o que foi considerado tarde pela equipe. Segundo ele, isso aconteceu porque “os repórteres fizeram texto muito longo como se fossem os únicos a sair naquela página, então tivemos que cortar bastante”, concluiu.

O que se percebeu é que, com a chegada do editor-executivo, os repórteres e editores ficaram mais silenciosos e poucas brincadeiras foram feitas. O clima era de sobriedade. Havia uma preocupação muito grande em mostrar-se dedicando ao trabalho. Também era comum o acompanhamento de noticiários na televisão e em outros jornais para verificar as matérias que estavam sendo publicadas.

À tarde, a correspondente do Vale do Sinos deu continuidade à pauta sobre o Rio dos Sinos, buscando novidades nas investigações uma semana depois do acidente. Enquanto isso, outro repórter elaborou uma matéria de uma coluna sobre o clima no final de semana a partir de dados do Centro de Previsão de tempo e Estudos Climáticos e da Central de Meteorologia da RBS.

Às 18h45min, o repórter encaminhou para o editor a matéria sobre o clima e, às 18h49min, entrou a matéria da correspondente do Vale do Sinos para ser editada. Diante das dúvidas sobre informações que constavam no texto, o editor entrou em contato telefônico com a subeditora da central do interior, e, às 18h59min, o texto foi para a diagramação.

Às 19h07min, a diagramadora manifestou ao editor e ao editor-executivo que havia texto sobrando tanto na matéria sobre clima como na do Rio dos Sinos; ambos analisaram o que poderia ser feito na página 30. O editor sugeriu diminuir clima e deixar maior (manter mais texto com relação ao original) a matéria sobre o Rio dos Sinos, que teria como título: “Culpados por dano ainda são ignorados”. Além da comitiva que foi à Polícia Federal pedir auxílio nas investigações, a matéria trouxe como novidade a identificação pela FEPAM de mais uma empresa que teria colaborado com a mortandade. Também havia orientações gerais sobre a forma como a Polícia Civil e o Instituto Geral de Perícias (IGP) estavam conduzindo as investigações.

Às 19h11min, terminou a primeira diagramação. Às 19h15min, o editor abriu o arquivo da página para editar no computador. Muitos cortes foram feitos para que o texto se adequasse ao espaço. Às 19h30min, encerrou a edição da matéria do Rio dos Sinos e começou a edição da matéria sobre clima, que terminou às 19h34min.

Às 19h32min, iniciou-se a reunião de pauta dos editores, e, às 19h35min, uma outra editora leu o texto impresso até 19h48min. Às 19h51min a revisão foi concluída. Então, a página pôde ser repassada ao editor-executivo.

Às 20h, o texto voltou para revisão com sugestões do editor-executivo. As correções foram feitas até 20h05min. Novamente o editor-executivo leu o texto impresso e devolveu com muitas observações e correções para serem feitas. Um cerceamento ao editor, que resumiu o conteúdo e mostrou-se contrariado afirmando que “não adianta se esforçar mesmo”. As decisões sugeridas pelo editor-executivo foram acatadas.

No sétimo dia de observação, **14 de outubro**, a coordenadora de produção chegou cedo, já que, às 10h da manhã, aconteceu o primeiro fechamento da edição de domingo, que teve praticamente todas as matérias concluídas ainda na sexta-feira. Apenas uma ou duas páginas ficaram em espera prontas para sofrerem modificações estruturais e de conteúdo em caso de acontecer um fato importante de geral ou policial, como é o caso de acidentes de trânsito. Enquanto a coordenadora avaliou novas informações recebidas, a diagramadora aproveitou para fazer os últimos ajustes. As matérias que não são factuais sobram ou são substituídas por factuais no decorrer deste processo. As edições de segunda-feira têm matérias prontas, inclusive uma matéria carro-chefe que, se não tiver conteúdo de última hora, é o que segura a edição.

Para a edição de domingo, não havia previsão de pautas de meio ambiente na editoria de geral, e os desdobramentos do assunto referente à mortandade de peixes no Rio dos Sinos não seria acompanhado neste dia, pois a correspondente do Vale do Sinos estava de folga.

No entanto, como foi sugerida uma pauta sobre a estrutura do Parque de Itapuã para o verão, a matéria seria construída durante o sábado pelo repórter que entrou no plantão da tarde, com a perspectiva de publicação na edição de segunda-feira. A coordenadora de produção comentou que a pauta ficou para ser feita no sábado porque durante a semana é mais complicado em razão de que o parque fica longe e do pouco tempo e da correria diária na redação. “Esta pauta será abertura de segunda-feira”, destaca.

Às 10h, a coordenadora de produção fez a programação das páginas pendentes para domingo que são a 43 e a 45 e continuou buscando informações sobre notícias da editoria de polícia para fechar a página pendente.

O repórter responsável pela pauta de Itapuã chegou às 13h, pesquisou no sistema informatizado quais as matérias sobre o parque já haviam sido publicadas e para saber as razões do fechamento do parque em 2005. Às 14h, saiu da redação acompanhado de um fotógrafo para cumprir a pauta. Em Itapuã, o repórter atendeu

ao chamado de uma colega do jornal, por volta das 17h30min, avisando que deveria ser investigada, junto aos moradores da comunidade, a informação de que os pescadores não podiam sair para pescar na Lagoa dos Patos e na Lagoa Guaíba porque seus barcos estavam encalhados.

O retorno à redação aconteceu depois das 19h. O repórter mostrou-se preocupado por que, segundo ele, o diretor do parque começou a mostrar vídeos para ele e “me atrasou, me atrasou, perdi uns 40 minutos nisso. Tentava fugir dele e ele não deixava. E aí quando eu comecei, aí mais duas horas pra analisar toda a estrutura do lugar e ele sempre querendo me dar a pauta que ele achava melhor”, avaliou o repórter que apontou enfrentar como uma das principais dificuldades ao fazer a pauta, juntamente a grande extensão da área do local e o fato de ele ter que percorrer a estrutura para saber as reais condições que os leitores iriam encontrar, bem como a demora no deslocamento até o parque e “os contratempos”, como o repórter chamou a outra pauta que ele teve que ir avaliar e que não estava prevista.

Às 19h15min, o repórter não tinha construído nenhum dos textos e precisava fazer ainda a ronda policial porque, se eventualmente acontecesse algum acidente, ele não poderia deixar de cobri-lo. Após cumprir seu período de plantão e escrever um texto sobre um acidente, o repórter se dedicou a construir as matérias para a edição de segunda-feira. A abordagem da matéria de Itapuã incluiu qual era a estrutura do parque para o verão e a redução na capacidade de visitantes do local, que de 700 passou para 200. “Eu descobri isso lá e aí claro que o abre da matéria acabou sendo esse. E depois dei a estrutura do parque”, afirmou o repórter. Já a matéria dos pescadores registrou o protesto que eles estavam fazendo em razão das dificuldades em razão dos barcos encalhados.

Depois disso, como a coordenadora de produção deixou mais uma pauta para o repórter, ele foi coletar as informações para uma terceira pauta que encerrou por volta da meia-noite.

É importante ressaltar que no domingo, um dos repórteres deu continuidade à elaboração da matéria sobre o Parque Itapuã, acrescentando um mapa de

localização. “Eu não consegui fazer aquele gráfico e dizer toda a importância biológica e ambiental que tinha o parque. Isso outro repórter fez no dia seguinte. Realmente eu não tinha nem como pensar sobre isso. Eu não tinha tempo e mesmo se tivesse não faria porque já era meia-noite e eu queria mais era sumir”, esclareceu o repórter. A matéria foi publicada com o título “Acesso a praias de Itapuã vai ser reduzido – área do parque que admitia 700 visitas diárias será reaberta com 200”, acompanhada de uma foto que ocupava quatro colunas e dois quadros, um com um mapa de localização e que abordava o número e os tipos de espécies existentes no local, bem como as datas, horário, endereço e valores de ingressos. O outro quadro trazia informações sobre a situação do local no que se referia à limpeza, estacionamento, bebedouros e nível de conscientização.

7.2 NA REDAÇÃO DO CORREIO DO POVO³⁰

A mortandade de peixes de 8 de outubro no Rio dos Sinos continuou tendo repercussão na imprensa, e o Correio do Povo seguiu a tendência de dar atenção especial ao acompanhamento à pauta, juntamente com outros acontecimentos na área ambiental que acabaram sendo publicados ao longo do período de observação, de 16 a 22 de outubro. Com uma estrutura diferenciada de Zero Hora e não tendo um caderno destinado ao tema ambiental, este jornal publica matérias de conteúdo ambiental na editoria de geral, que é o local de observação desta pesquisa.

Na edição de 16 de outubro, primeiro dia de observação, apenas duas matérias tratavam de meio ambiente no espaço destinado à editoria geral. Uma sob o título “Moradores de morro questionam podas”. Nesse caso, as fontes eram os moradores e a secretaria municipal de Meio Ambiente (SMAM) falando sobre a reposição por meio do plantio de mudas. A outra matéria sustentava o seguinte título: “Encontro discute a situação do Rio Gravataí”. Versava sobre uma reunião para discutir o elevado índice de turbidez do rio e as causas da cor escura.

Ao chegar na redação no primeiro dia de observação fui recepcionada pela chefe de reportagem da manhã que me acompanhou em uma rápida visita à estrutura e repassou informações sobre o funcionamento da editoria de geral. Ela já estava no local desde às 8h e avaliava as sugestões da pauta do dia anterior, para então encaminhá-las aos jornalistas de acordo com suas funções. Nesta manhã, estavam definidas como pautas de meio ambiente o acompanhamento do anúncio feito pelo governador, Germano Rigoto, de medidas com relação ao desastre ambiental no Rio dos Sinos e de uma reunião com Ari Vanazzi, prefeito de São Leopoldo.

Além dessas pautas, outro repórter buscou informações sobre o Programa Integrado Socioambiental. Ele iniciou às 10h a pauta. No entanto, teve que sair para fazer outra pauta. Ao retornar à redação, retomou as entrevistas por telefone. A fonte foi o diretor do DMAE, que respondia pelo projeto. A pauta surgiu, conforme o repórter, porque há mais de uma semana o jornal publicou uma matéria cujo conteúdo revelava que o programa estava parado desde o final do ano de 2005, quando a prefeitura decidira retomá-lo a buscar recursos. Como o prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, tinha voltado na semana anterior de viagem a Washington, capital estadunidense, onde foi negociar empréstimos, o jornal resolveu pautar o assunto para verificar quais os resultados da visita.

Às 10h30min, a chefia de reportagem recebeu informação da assessoria de imprensa da prefeitura de São Leopoldo de que a reunião havia sido cancelada. Também foi informada de que o governador não iria anunciar mais nenhuma medida. Para a parte da tarde, estava previsto o acompanhamento de um protesto dos moradores do Bairro Petrópolis, de Porto Alegre, contra o corte de árvores. A pauta surgiu a partir da ligação telefônica de uma moradora, por volta das 10h50min, que foi atendida por uma das repórteres.

Mesmo com o cancelamento das duas reuniões, pela manhã, uma das repórteres foi destacada para monitorar o caso da mortandade de peixes no Rio dos

³⁰ Como forma de complementar o método de observação participante foram realizadas entrevistas abertas e em profundidade com os jornalistas Rosane Frigeri, Jurema Josefa, Joselia Sales, Ana Paula Acauan, Carina

Sinos, enquanto desenvolvia outras duas pautas. Às 11h, ela conversou com a chefia de reportagem e informou que não tem nenhuma novidade, mas que ouviu no rádio que, à tarde, haveria uma reunião com a FEPAM, Corsan e diversas secretarias sobre o Rio Gravataí. “Vou reforçar com a chefia de reportagem da tarde para ver se tem na pauta. Para alguém acompanhar já que eu saio às 13h. Vou fazer uma coisa que não se faz no jornal que é passar a pauta, pois como não aconteceu nada, então não tem como fazer matérias”, avaliou a chefe de reportagem da manhã.

Em seguida, mais uma repórter se juntou à dupla, e todas discutiram sobre o encaminhamento da pauta do Rio dos Sinos. A chefia de reportagem decidiu então que a repórter que chegaria às 14h iria pegar um carro do jornal e fazer a cobertura também da pauta do Rio Gravataí.

A repórter que estava acompanhando a pauta do Rio dos Sinos deu continuidade à monitoração ao realizar ligações telefônicas para a FEPAM e o Batalhão Ambiental da Brigada Militar. Às 12h40min, a repórter aguardou retorno de uma reunião que estava acontecendo na sede da FEPAM em Porto Alegre.

Enquanto isso, a chefia de reportagem deixou sobre a mesa dos repórteres pequenas notas impressas em papel onde estavam definidas as pautas a serem desenvolvidas, os horários e a forma de condução para que, quando chegassem, iniciassem o seu trabalho.

O rádio e a televisão ficaram ligados o tempo todo para o acompanhamento do noticiário. Com isso, reduz-se o risco de o jornal deixar de publicar os principais acontecimentos do dia. Nestes veículos, novas pautas surgem e são repassadas aos repórteres.

Às 12h50min, a repórter começou a elaborar a matéria sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos até o momento em que foi interrompida, pela chefe de

reportagem. Esta última avisou, às 13h, sobre a notícia a esse respeito que estava sendo veiculada no rádio. Às 13h5min, a jornalista fez mais uma ligação quando informaram que os resultados das investigações sairiam na quinta-feira.

Por volta deste horário, a chefe de reportagem interina da tarde nas férias da titular, chegou à redação e foi informada pela responsável da manhã a respeito das pautas que estavam sendo desenvolvidas pelos repórteres, inclusive a que envolvia os desdobramentos do desastre no Rio dos Sinos que deveria ser acompanhada à tarde para ver se haveria novidades.

Às 13h07min, a repórter que estava fazendo a matéria do Rio dos Sinos, questionou outra jornalista se o jornal já havia informado que o resultado das análises sairia na quinta-feira. Como não teve certeza, pesquisou na internet se encontrava algum texto com esta informação. Então, reformulou o *lead* para abrir a matéria pelo resultado das análises. Às 13h15min, ela terminou o texto acrescentando que a Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Martim Pescador entregou um relatório para a Polícia Civil de Sapucaia do Sul a cerca da mortandade de peixes. Essas informações constavam na pauta repassada a ela pela chefia de reportagem e foram verificadas por telefone ao longo da apuração e da construção do texto.

Às 13h15min, a chefe de reportagem da manhã, ao sair, brincou com os jornalistas sobre a produção e os horários de saída da redação: “Eu sou boazinha desde que tu faças todas as pautas que deixei para ti”, referindo-se à produtividade dos repórteres.

Após a revisão, a repórter salvou a matéria, imprimiu duas cópias (seguindo regras definidas pela redação) e repassou para a chefe de reportagem da tarde. A FEPAM, o Instituto Martim Pescador e o Batalhão Ambiental da Brigada Militar foram fontes da matéria. A Delegacia de Polícia só foi citada porque estava investigando o assunto, mas não era fonte no texto.

Às 13h45min, a chefe de reportagem conversou com a jornalista para saber por que as informações sobre a reunião em São Leopoldo não estavam na sua matéria. A repórter comentou que ela não aconteceu e sugeriu que, à tarde, alguém observasse para ver se não ocorreria mais nada. As duas conferiram algumas informações que constavam no texto, e a repórter foi embora.

Às 14h, chegou à redação a repórter que iria acompanhar a matéria sobre a reunião para apontar as causas da turbidez da água do Rio Gravataí. Ela foi perguntar se teria que ficar o tempo todo acompanhando a reunião. “A idéia é ir lá dar uma olhada, fazer uma foto e se necessário ir até o rio”, informou a chefe de reportagem. Também ficou definido que ela iria ligar para o Instituto Martim Pescador para verificar se teria mais alguma novidade. “Aí tu ficas monitorando para nós”, ressaltou a chefe de reportagem. Às 14h10min, a repórter saiu para fazer a pauta.

Às 14h50min, a chefia de reportagem negociou com os repórteres a troca de pautas entre eles e pediu esforço para conclusão das pautas “porque estamos com poucas matérias hoje”.

Às 15h10min, o repórter que estava com a pauta do Programa Integrado Socioambiental negociou com outra colega para que ela continuasse, já que ele até então não tinha conseguido finalizá-la. No entanto, como a pauta era para o final de semana, o repórter negociou com a chefe de reportagem para que pudesse dar prosseguimento à coleta de subsídios sobre o tema em outro dia. A chefe de reportagem comentou que o problema era que estavam mal de pauta. A produção na redação se intensificou, mas o clima era ainda de tranquilidade.

A repórter que saiu para a reunião do Rio Gravataí acumulou mais outra matéria um evento sobre ciência e tecnologia. Também deu continuidade ao acompanhamento da pauta do Rio dos Sinos “que essa nós não podemos deixar de monitorar”, ressaltou a chefe de reportagem.

Às 16h, a repórter ligou para a redação para conversar com a chefe de reportagem sobre a reunião do Rio Gravataí. A chefe de reportagem falou para outra repórter que ela assumisse a pauta de ciência e tecnologia, já que a matéria do Rio Gravataí “estava enrolada. O negócio lá estava pegando fogo, então tive que encaminhar uma das pautas”, justificou-se.

Às 16h50min, a repórter que estava fazendo a pauta de ciência e tecnologia saiu para verificar o protesto dos moradores do Bairro Petrópolis em razão do corte ou poda de árvores.

A partir das 17h, começou o agito na redação. O volume do rádio foi ampliado para que pudessem ouvir o noticiário da Rádio Gaúcha com a intenção de saber as matérias e os fatos selecionados pelo concorrente. A partir dele puderam também avaliar as pautas que estavam sendo produzidas e se haveria a possibilidade de fazerem outras pautas que “não poderiam deixar de ser dadas”, afirmou a chefe de reportagem.

Às 17h10min, a secretária da redação ligou para saber o que estava acontecendo com a repórter que estava na reunião do Rio Gravataí e, em seguida, ela entrou na redação trazendo uma garrafa PET com uma amostra de água do rio. Vários jornalistas perguntaram do que se tratava em razão da cor escura da água (marrom). A repórter relatou para a chefe de reportagem o que foi tratado na reunião e comentou qual seria a abordagem da matéria.

Às 17h30min, a chefe de reportagem e a repórter que estava fazendo a matéria sobre o Rio Gravataí conversaram mais uma vez sobre a pauta e como seria encaminhada. A chefe de reportagem mostrou então o texto já feito pela repórter da manhã sobre o Rio dos Sinos.

Às 17h40min, a repórter que estava fazendo a matéria do Rio Gravataí iniciou a construção do texto. Primeiramente, ela conferiu no bloco suas anotações com as informações obtidas a partir de entrevistas cujo áudio foi gravado. A repórter ouviu pela segunda vez o conteúdo da gravação, sobretudo as entrevistas com os

presidentes da Corsan e da FEPAM. Ela contou que “enquanto acontecia uma reunião para estabelecimento de uma força-tarefa, os jornalistas se dirigiram até o rio para verificar a situação do Gravataí”. Depois a repórter ligou para uma fonte e verificou o que tinha sido decidido pela força-tarefa. Ela então fez a seleção de quais as informações captadas seriam mais interessantes de serem repassadas aos leitores. A escolha foi pela informação repassada pela Corsan que se referia ao aumento da quantidade de produtos químicos adicionada no processo de captação e tratamento para garantir a qualidade a água que abastece mais de 1 milhão de moradores da Região Metropolitana. Além disso, a matéria também trazia informações sobre a força-tarefa formada para buscar soluções para o problema, sobre uma fiscalização a ser realizada na quarta-feira nas propriedades com cultivo de arroz, a apreensão dos produtores com relação a isso e ainda sobre os motivos de a água estar apresentando índices altos de turbidez.

Às 17h50min, a repórter interrompeu a construção do texto e foi conferir informações publicadas na edição de segunda-feira do Correio do Povo. Em seguida, ela voltou a redigir o texto, finalizou-o e imprimiu uma cópia.

Às 17h55min, a repórter pesquisou no *site* da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) alguns números de telefones para fazer contato com a assessoria de imprensa e buscar uma fonte para falar sobre o andamento das investigações do desastre do Rio dos Sinos. Ligou também para o Comando Ambiental para saber se havia alguma novidade sobre o Rio dos Sinos.

Às 18h15min, saiu a previsão de matérias que foi distribuída pela secretária da redação aos repórteres. Em seguida, a chefe de reportagem orientou a repórter para que ela conferisse se existiam novas informações sobre a pauta do Rio dos Sinos. A repórter informou que decidiram que as informações sobre as sete empresas autuadas seriam dadas numa coletiva na quinta-feira. Então, ela e a chefe de reportagem definiram que ficariam com a matéria feita pela repórter da manhã e que seria produzida somente uma retranscrição (texto pequeno que segue ao lado do principal) com informações repassadas pela Corsan sobre os custos no tratamento.

Às 18h20min, aconteceu a reunião de pauta, que se estendeu até às 18h40min. Em razão da boa qualidade das fotografias produzidas no Rio Gravataí, o editor sugeriu ao diretor que o tema fosse para a capa. Com isso, o grupo definiu essa como uma das principais manchetes do dia. Enquanto isso, foi finalizada e entregue a matéria sobre o Programa Integrado Socioambiental.

Ficou definido pelo editor, após o retorno da reunião de pauta, que as matérias de meio ambiente produzidas neste dia seriam canalizadas para a publicação na página 21, com chamada de capa para as ações que estavam sendo organizadas durante esta semana tendo como tema os rios Sinos e Gravataí. O editor comentou que procura juntar as matérias por temas, para que não fiquem perdidas nas páginas, procurando fazer uma edição mais temática, dependendo do espaço disponível. “Eu pego o material, dou uma avaliada assim para saber qual é o conteúdo e aí que eu vou para a diagramação e decido lá o que vai ser abertura ou o que não vai ser abertura da página. O que dar mais destaque ou não, porque o nosso espaço é pouco Nesse meio tempo, o diretor já escolheu os assuntos que pretende dar na capa ou a gente negocia para dar um melhor aproveitamento ao material”, explicou o editor com relação às definições feitas na empresa. Além de organizar quais as matérias ficam em cada página e encaminhar para a diagramação, o editor também avaliou em seu *e-mail* se existiam informações que poderiam ser aproveitadas.

Às 18h40min, a repórter que estava fazendo as pautas dos moradores do bairro Petrópolis e de ciência e tecnologia (destinada à área de ensino) voltou para a redação e conversou com a chefe de reportagem sobre o quanto rendeu a pauta. Fez também contato com o secretário municipal de Meio Ambiente, Beto Moesch, para saber sobre o protesto e depois continuou a fazer o outro texto.

Às 18h50min, a repórter que estava fazendo a pauta do Rio Gravataí imprimiu cópia final da retranca e repassou para a chefia de reportagem. Esta última, por sua vez, realizou a leitura e encaminhou para o editor, que definiu onde seria publicada a matéria. Ela então fez uma sugestão de texto para a capa que foi solicitada pelo editor em razão da definição da reunião de pauta.

Às 18h55min, outra repórter começou a fazer o texto sobre o protesto dos moradores do bairro Petrópolis e encontrou dificuldades, pois, segundo ela, as informações das fontes não estavam conferindo: os moradores falavam que as árvores nativas também iam ser cortadas, e o secretário garantiu que não. Para resolver o problema das contradições, ela optou por colocar na matéria as informações entre aspas reproduzindo a fala de cada uma das partes. “Coloquei de acordo com ele, se vão ou não vão, quem está falando é ele”, completou a repórter. Dentre as muitas informações que constavam no bloco, a repórter selecionou o que iria compor o seu texto e finalizou a tarefa às 19h5min.

Às 19h, a agitação tomou conta do ambiente da redação, pois por volta deste horário chegaram os redatores e diagramadores.

Às 20h, chegou à redação a repórter que iria acompanhar, até o fechamento da edição, se mais alguma novidade sobre o Rio dos Sinos seria anunciada. Às 20h15min, ela ligou para Antenor Ferrari, presidente da FEPAM, para verificar se haviam novas informações. Ela informou para a chefia de reportagem que o entrevistado havia lhe dito que o que causou a mortandade de peixes nos Sinos foi o esgoto que estava sendo largado no rio pelas prefeituras e que algumas empresas poderiam ter colaborado com isso: “tenho que pensar que vou fazer isso aqui”, disse a repórter para a chefe de reportagem.

Enquanto isso, a outra repórter revisou o texto sobre o protesto dos moradores do Bairro Petrópolis e, às 20h45min, passou para a chefe de reportagem as cópias impressas da matéria.

Às 20h50min, a repórter conversou com a pauteira sobre a matéria do Rio dos Sinos e disse que havia contradição nos discursos “mas o que havia de novo era o lance das prefeituras”. Em seguida, ela começou a fazer o texto a partir da entrevista e depois juntou com a matéria pronta elaborada pela repórter da manhã formatando uma única matéria. A repórter comentou que “talvez os textos estivessem se contradizendo. Eu já juntei para não ter que fazer daqui a pouco, por

que os espaços são desse tamanho”, justificando suas escolhas e referindo-se aos pequenos espaços das matérias no jornal. Às 21h29min, a matéria foi concluída.

Às 21h45min, a chefe de reportagem fez um relatório das pautas concluídas naquele dia para deixar para a chefia de reportagem da manhã enquanto a pauteira deu continuidade ao seu trabalho de começar a delinear, por meio das sugestões de temas para a pauta, o que seria noticiado na próxima edição. Foi definido que a matéria principal, com foto, da página 21 levaria o título “Grupo apura situação do Gravataí – arroseiros serão investigados para detectar se há lançamento de água sem tratamento no rio”. Também foram publicadas nesta página: “Corsan aponta mais custos no tratamento da água”, “Sistema de saneamento será ampliado em 2007” e “Sinos: FEPAM culpa prefeituras”.

É importante ressaltar que, das matérias elaboradas, apenas a da reclamação das árvores não foi publicada. “Porque a empresa, eu não coloquei o nome da empresa que estava envolvida. Eu sabia qual a empresa que era, só que eu não coloquei a empresa até por não ter conversado. Aí chegou na hora não tinha a empresa e talvez a empresa fosse uma assinante do jornal aí não saiu”, justificou a repórter.

O segundo dia de observação, **17 de outubro**, iniciou novamente com a distribuição das pautas, mas somente para a tarde que havia previsão de desenvolvimento de uma matéria de meio ambiente. A prioridade era o acompanhamento do desastre ambiental do Rio dos Sinos.

Às 14h50min, a repórter que ia fazer a pauta do Rio dos Sinos saiu com o fotógrafo para cumprir outra pauta. Enquanto isso a chefe de reportagem da tarde leu as matérias que já estavam prontas, avaliou os *e-mails* recebidos e conferiu textos de assessorias enviados que poderiam virar notas.

Às 15h40min, outra repórter que saiu para fazer a pauta sobre a semana de ciência e tecnologia (a ser publicada na editoria de Ensino) retornou comentando o assunto.

Às 15h55min, o diretor falou com a chefe de reportagem da tarde sobre a matéria a respeito do protesto de moradores do bairro Petrópolis contra a derrubada ou poda de árvores. “Me chamou atenção porque tem que ter cuidado” afirmou a chefe de reportagem. Ela comentou que se tivesse o nome da empresa na história das árvores ela deveria ser ouvida, mas como ela não foi citada, tudo bem. Após, a chefe de reportagem disse para a repórter que fez a matéria no dia anterior que o diretor tinha chamado sua atenção. A repórter perguntou se era preciso ouvir a empresa, e a chefe de reportagem afirmou que não era necessário porque nem tinha o nome da empresa. A chefe de reportagem foi então pegar a impressão da *printer* do jornal que estava riscada em vermelho na matéria, demarcando a avaliação feita pelo diretor.

A chefe de reportagem continuou resolvendo problemas administrativos como o fato de a repórter, o motorista e o fotógrafo estarem trancados na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) já que a empresa responsável pelo estacionamento não liberava a saída do carro da imprensa sem o pagamento, o que fez com que não conseguissem cumprir outras pautas.

Às 16h35min, a rotina da redação foi interrompida pela apresentação de uma bandinha que interpretou músicas em dialeto italiano. Um garçom serviu champanhe, e a rainha acompanhou o grupo. Eles estavam divulgando a Expomartinho.

Às 16h45min, quando a repórter que elaborou a matéria do Rio Gravataí retornou à redação, a chefe de reportagem comentou que o diretor alertou sobre informações publicadas na matéria que saiu na edição deste dia a respeito do Rio Gravataí. “Tinha problemas na chamada e na área que constava no texto. Não ficava claro a qual trecho do rio se referia”, afirmou a chefe.

Às 17h, um dos fotógrafos voltou informando que foram feitas as fotos do Rio dos Sinos e da reunião de prefeitos em São Leopoldo. Às 17h10min, a chefe de reportagem chamou a repórter escalada para a pauta do Rio dos Sinos a ouvir as informações veiculadas na rádio. As duas conversaram e verificaram se já havia sido

feito, pela manhã, algo sobre o tema. A chefe de reportagem avisou que não e que ela teria que buscar informações. Também comentou com ela que o diretor cobrou o número de empresas que seriam autuadas. “Liga para a FEPAM e verifique quantas empresas foram identificadas hoje”, orientou a chefe de reportagem. A repórter afirmou que já havia ligado para a prefeitura para ver como estava a reunião em São Leopoldo com prefeitos da região que discutiam um plano de saneamento básico.

Às 17h15min, a repórter verificou nos arquivos do Correio do Povo o que já havia sido publicado. Na mesma matéria, ela incluiu informações sobre a reunião em São Leopoldo e repassadas por meio de entrevistas feitas por telefone junto a órgãos ambientais e a FEPAM. Neste momento, a chefe de reportagem comentou com a pauteira as providências tomadas pela repórter em relação às informações coletadas para a elaboração do texto sobre o desastre no Rio dos Sinos na noite anterior. “Ela não deveria ter mexido na matéria feita por outra repórter. A chefe de reportagem da manhã não gostou e eu também não”, comentou a chefe de reportagem da tarde.

Às 17h20min, a repórter que estava com a pauta da reunião dos prefeitos para estudar um plano de saneamento entrevistou por telefone o prefeito de São Leopoldo. Com relação à acusação feita pelo presidente da FEPAM de que as prefeituras estariam despejando esgoto diretamente no rio, o prefeito disse que “não eram as prefeituras e que as análises provavam que se tratava de resíduos industriais.” “Ele fala muito, falou tanto que tenho que ver o que ele disse”, ressaltou a repórter ao consultar as informações no bloco para avaliar o que iria ser usado no texto. Ela consultou ainda o *site* de um jornal de São Leopoldo, buscando outras informações que estavam sendo publicadas na imprensa.

Às 17h35min, a repórter ligou novamente para a FEPAM e, às 17h45min, expôs à chefe de reportagem o que tinha conseguido nas ligações para o prefeito de São Leopoldo e com a FEPAM. A repórter comentou com a fonte da FEPAM que ouviu as informações no rádio, no entanto, ela disse que não tinha nenhuma novidade.

Às 17h50min, a pauteira alertou a repórter sobre informações que constavam no *site* do Governo do Estado. “Tem uma nota com Antenor Ferrari, diretor da FEPAM”, avisou ela. Primeiramente, ela não localizou a matéria e foi então verificar o que havia sido publicado por Zero Hora a respeito do Rio dos Sinos. Após ler a matéria, ela retornou ao computador e continuou pesquisando no *site* do governo. Intercalou esta atividade com a construção de outro texto que não era sobre meio ambiente.

A partir das 18h, o editor chegou na redação e, em seguida, saiu o *preview* entregue pela secretária da redação aos repórteres. No *preview*, estavam relacionadas as pautas já concluídas, o que estava sendo produzido por cada repórter e as manchetes do último noticiário da Rádio Gaúcha.

Às 18h23min, a repórter começou a escrever o texto do Rio dos Sinos e comentou que as fontes da FEPAM não queriam falar nada antes de quinta-feira, mas assumiram a autuação de seis empresas. “A falta de oxigênio no Rio Portão tem acontecido há dias. Vou abrir a matéria pela formação da comissão e pelos prefeitos dizendo que não são eles que estão largando resíduos no Rio dos Sinos”, avaliou ela. Às 18h25min, voltou a editar o outro texto.

Enquanto isso, editores e chefia de reportagem participaram da reunião de pauta onde cada editoria apresentou as matérias que estavam sendo elaboradas para as áreas e os principais destaques, bem como as sugestões de capa.

Já às 18h45min, os editores saíram da reunião de pauta. A chefia de reportagem avisou à repórter que ela acompanharia o noticiário da rádio para o caso de surgir alguma informação nova com relação a matéria do Rio dos Sinos. A repórter comentou então sobre os dados obtidos e que eram seis empresas autuadas. A chefe de reportagem pediu então para ela acrescentar esta informação no texto porque o diretor estava cobrando isto.

Às 19h, a repórter recomeçou a escrever o texto da matéria sobre o Rio dos Sinos. A página da edição daquele dia em Zero Hora com a matéria sobre o

respectivo tema serviu de suporte à construção de seu próprio texto a ser publicado no Correio do Povo. Pesquisou novamente no *site* do Grupo Sinos para saber se haviam outras informações.

Às 19h05min, o editor questionou a chefia de reportagem para saber quem estava fazendo o texto do Rio dos Sinos e se a matéria sairia na editoria de cidades. Os dois definiram que seria publicada na geral. A pauteira imprimiu uma cópia das informações repassadas no Correspondente Ipiranga da Rádio Gaúcha e distribuiu-as aos editores e à chefia de reportagem para que ficassem informados das últimas notícias.

Às 19h25min, a repórter discutiu a abertura da matéria com a chefe de reportagem; às 19h30min, a pauteira iniciou a elaboração das sugestões que servirão como pautas para o dia seguinte. Antes conferiu as manchetes do Correspondente Ipiranga para comparar com as pautas que estavam sendo elaboradas pelo jornal, sinalizando-as com uma marca em xis.

Às 19h55min, a chefe de reportagem perguntou para o editor se ele precisava de notas e ele respondeu que “não, nós estamos apertados hoje”.

Às 20h10min, a repórter continuava a fazer a pauta e uma das bases era um *e-mail* da prefeitura de São Leopoldo. “Só que o prefeito me disse que formaram uma comissão e no *release* não fala nada”, comentou ela. A repórter passou o texto para a chefe de reportagem que leu, avaliou e expressou que estava bem bom. A chefe de reportagem consultou então alguns repórteres, uma vez que dispunha de pouco espaço, para avaliar quais as matérias poderiam ser deixadas para outro dia.

Às 20h20min, a chefe de reportagem passou o texto para o editor e comentou com a repórter que elaborou a matéria do Rio dos Sinos, na noite anterior, que faltava o número de empresas. Ela foi conferir no texto, e a chefe de reportagem comentou que não adiantava mais porque já tinha sido publicada. “A cobrança é por que saiu em outros jornais” afirmou ela. Depois do editor ler a matéria, foi definida em qual página ela seria publicada. A subeditora começou então a diagramação na

página 7, e o texto foi finalizado com a manchete: “Sexta empresa é autuada no Sinos – FEPAM notifica responsáveis por desastre ambiental e prefeitos estudam plano de saneamento”.

O terceiro dia de observação, **18 de outubro**, tinha como definição inicial de que as pautas de meio ambiente a serem feitas pela manhã seriam a de uma vistoria no Rio Gravataí pelo Comando Ambiental e uma entrevista coletiva com o governador Germano Rigoto, no Palácio Piratini, às 10h30min, sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos. As duas pautas ficaram sob responsabilidade de um mesmo jornalista que tinha ainda mais outra para cumprir. No entanto, como durante a manhã a correspondente de Novo Hamburgo avisou que não faria a matéria de uma audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo, a chefia de reportagem definiu com o editor de cidades que uma repórter de geral faria a matéria por telefone.

O repórter que ficou com a pauta do Comando Ambiental recebeu o assunto às 8h e foi direto para Viamão: “Achei que a pauta era parecida com uma que eu fiz ano passado sobre retirada de água do rio. Fui para lá porque a equipe ia fazer vistorias, mas como às 9h30min eu tinha que voltar então a gente só fez a foto mesmo em um ponto de captação da Corsan em Gravataí. Não deu para falar com ninguém porque a equipe de vistorias já estava saindo de Gravataí para Viamão quando cheguei e, além disso, o diretor ficou na fundação aí falei com ele por telefone”, contou o repórter.

Às 10h, o repórter retornou e foi direto cobrir um protesto dos médicos em frente ao Palácio Piratini e aproveitou para economizar tempo, ficando para a coletiva com o governador, que anunciou um decreto. “Não tinha porque ficar acompanhando coisas internas, aproveitamos para pegar mais algumas falas com outras autoridades e aí o governador deu entrevistas e eu o ouvi e mais o secretário de Meio Ambiente. A fala dele usei na outra matéria e não na do decreto”, explicou o repórter. Às 13h7min, o repórter concluiu o texto.

A pauta da audiência pública em Novo Hamburgo durou a manhã inteira e serviu para que as autoridades ambientais concluíssem que precisariam continuar trabalhando. Então a jornalista não se deslocou até a Câmara de Vereadores, mas fez por telefone as entrevistas com o diretor da FEPAM, Jackson Müller, e com o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, deputado estadual Pedro Wesphalen. “Imagina se deslocar até lá e ficar a manhã inteira acompanhando”, avaliou a repórter. Sua matéria foi iniciada com informações de que na quinta-feira iriam divulgar nomes das empresas poluidoras e depois acrescentou dados da audiência pública.

A chefe de reportagem da manhã passou para a chefe de reportagem da tarde algumas definições como o acerto de horário dos repórteres e a falta de fotógrafo porque um dos integrantes da equipe teria ido acompanhar uma mega-operação, na praia de Torres, do Ministério Público. Além disso, solicitou ao editor de fotografia que tentassem recuperar algumas pautas que não puderam ser feitas pela manhã e saiu depois das 14h.

A repórter que ia fazer as pautas de meio ambiente à tarde chegou na redação às 14h. Consultou *sites* de economia. Além dessa tarefa, neste dia ela teria que monitorar com o Comando Ambiental de Gravataí e com o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) se haveria alguma novidade com relação às vistorias nas lavouras de arroz em Gravataí bem como com a FEPAM com relação ao Rio dos Sinos. “Mas só vou fazer alguma coisa se tiver novidade”, disse a repórter.

Às 14h50min, a chefe de reportagem da tarde e a repórter conversaram sobre as pautas e a condução da matéria. Em seguida a repórter saiu para a Assembléia Legislativa para fazer uma matéria sobre saúde. Enquanto isso, a chefe de reportagem fez ligações e atendeu telefonemas com sugestões de pautas, avaliou os *e-mails* recebidos para saber se algo poderia ser aproveitado ou não e acompanhou *sites* de notícias como o CLICRBS (www.clicrbs.com.br) para acompanhar a atualização das informações sobre temas de seu interesse.

Às 15h50min, a chefe de reportagem começou a fazer o *preview* e, às 16h05min, a repórter retornou à redação, mas somente às 17h30min é que passou a se dedicar à pauta dos rios Gravataí e dos Sinos, buscando números de telefones para acessar as fontes. Na pauta estava escrito: “A FEPAM ficou de divulgar amanhã o nome das empresas autuadas por jogarem produtos tóxicos no Rio dos Sinos e terem responsabilidade na morte dos peixes. Precisamos manter o acompanhamento à tarde com a FEPAM, talvez alguma prefeitura para ver se antecipamos o andamento do processo”. Junto com a pauta seguia cópia de um *release* e uma matéria feita pela manhã acompanhada da seguinte observação: “Repórter já fez a matéria pela manhã no local (ponto de captação da Corsan) com fotos. Ver se surge alguma novidade nesta reunião, OK? Neste caso vale outra e não incluir no texto anterior”.

Às 17h35min, a repórter que estava fazendo a matéria do Rio Gravataí fez a primeira ligação para a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí (FMMA), mas não conseguiu contato. Às 17h45min, a repórter recebeu, da editora de rural, cópia de um *release* enviado pelo IRGA sobre a reunião com os arroseiros. “Era bem o que eu estava procurando”, afirmou ela.

Às 17h50min, o editor de geral chegou na redação. Enquanto isso, a editora de rural passou para a repórter que estava fazendo a pauta do Rio dos Sinos, outro *release* de Brasília recebido por ela. O *release* tratava de uma deliberação do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com relação ao defeso para pescadores do Rio dos Sinos e Arroio Portão. A repórter comentou que estava recebendo muitas informações e que teria que verificar com a chefe de reportagem o que faria com a pauta.

Às 17h55min, a repórter mostrou os *releases* recebidos do IRGA e do IBAMA para a chefe de reportagem e esta repassou para ela uma cópia da matéria sobre a audiência pública na Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo feita pela manhã. A chefe de reportagem conversou então com o editor enquanto a repórter telefonava para o IRGA e a FMMA. Ambos definiram que, mesmo não havendo grandes novidades, a matéria sobre o defeso deveria ser feita pela repórter e, se ela

não conseguisse contato pelo celular nestes dois órgãos e se até o horário dela ir embora não saísse nenhuma definição da reunião em Gravataí, o assunto ficaria para a repórter da noite acompanhar.

Às 18h05min, a repórter tentou novamente o contato com as duas entidades, mas ninguém atendeu. Enquanto isso, ela passou a fazer outra pauta que estava pendente sobre uma visita de representante da ONU em busca de soluções para problemas de saúde em Porto Alegre.

Às 18h12min, saiu o primeiro *preview* impresso imediatamente distribuído aos repórteres, editores e chefia de reportagem de geral.

Às 18h15min, a repórter ligou para Paulo Müller, da FMMA, e perguntou qual era a programação para o dia seguinte. Em seguida, tentou falar com representante do IRGA, mas não conseguiu.

Às 18h25min, o editor falou para a chefia de reportagem que estava na hora de começarem a reunião, pois já havia passado do horário. Então, a reunião de pauta iniciou-se e foi até 18h50min. No retorno da reunião de pauta, a chefe de reportagem acertou com a repórter detalhes da matéria do Rio dos Sinos.

Às 19h, o repórter que fez a matéria pela manhã retomou à noite contato com uma das fontes para ver quantas propriedades foram vistoriadas e telefonou para uma das redatoras para atualizar os dados da matéria sobre o Rio Gravataí. “O que eu acho legal aqui é que um repórter fica meio designado para uma área. Como as coisas se repetem a gente pode ir acompanhando, e as pessoas vão conhecendo a gente, isso facilita muito para fazer a pauta”, avaliou o repórter.

Às 19h, a chefe de reportagem solicitou que a jornalista fosse conversar com o diretor sobre a matéria de saúde, como sugeriu o editor.

Às 19h15min, a chefe de reportagem avisou que a matéria dela ficaria em duas colunas: “não se preocupa que os redatores fazem isso. Faz tuas outras

coisas”, avisou o editor para a repórter. A repórter começou então a fazer a matéria da Associação Gaúcha dos Supermercadistas (AGAS) enquanto a chefe de reportagem e o editor conversavam sobre os locais em que as matérias seriam distribuídas em cada página.

Às 19h20min, o editor conversou com a repórter sobre a pauta de saúde. Ela voltou a ligar para as fontes da matéria de meio ambiente. “Como é que se vai dar a devida atenção a uma pauta como essa”, reclamou, já que não conseguia falar nem com o representante do IRGA nem com o dos pescadores.

Às 19h30min, o editor dialogou com a repórter sobre a pauta do Rio Gravataí e o seguro defeso para pescadores. Ela afirmou que a principal dificuldade era o contato com as fontes, que até agora não tinha conseguido falar nem com presidente da Colônia de Pescadores e nem com o pessoal da FMMA e do IRGA. “Tudo bem, então tu tens mais duas matérias”, avaliou o editor, que acrescentou ainda que a matéria de saúde estava sendo analisada pelo diretor com a perspectiva de que iria sair, mesmo que de forma reduzida, pois o secretário municipal de Saúde contestava a representante da Organização das Nações Unidas (ONU).

Às 19h43min, a repórter conseguiu localizar o pessoal do IRGA enquanto o editor passou para os redatores as páginas com numeração em vermelho em cada um dos espaços. No espelho da página, essa numeração também constava em cima das matérias impressas que seriam colocadas em cada um desses espaços.

Às 19h50min, a repórter terminou a ligação, e o editor lhe passou a definição de que as matérias 4 e 5 feitas por ela, seriam publicadas na página 6. “Isso no momento é bem positivo para mim”, afirmou a repórter, referindo-se ao fato de que suas preocupações em localizar fontes e reelaborar textos haviam terminado, já que ficou definido também que o *release* enviado pelo IBAMA viraria uma nota correspondente à matéria de número 5. A repórter abriu a página pré-definida e colocou o texto no espaço pré-determinado. “Olha no que virou a matéria, uma nota de cinco linhas, afirmou a repórter”. Enquanto isso, o editor definiu com a subeditora o posicionamento de outras matérias.

Às 20h05min, a repórter começou a construir o texto sobre a reunião do IRGA em Viamão. Cinco minutos depois concluiu no editor de textos e passou no computador para o espaço reservado na página 6. A matéria ficou em 17 linhas e duas colunas.

Às 20h22min, a repórter passou o controle da pauta para o editor e encerrou a matéria.

Às 20h25min, o diretor conversou com o editor e a chefia de reportagem sobre a necessidade de publicação de algumas pautas na edição do outro dia como era o caso do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (CREMERS) e do prêmio a ser concedido para o médico Abraão Winogron, pela Câmara Municipal de Porto Alegre. Após isso, o editor continuou distribuindo as matérias nas páginas e repassando aos redatores.

O editor comentou que foram produzidas cinco matérias sobre rios. Então, ele considerou melhor concentrar tudo na página seis e colocou como abertura o texto que detalhava a força tarefa instituída pelo Governo do Estado. Acompanhado de uma foto, o título chamava para a “situação de emergência para 2 rios – o governador cria força-tarefa para a elaboração de plano de ações que recupere o Sinos e o Gravataí”. A elaboração dos títulos, frases de apoio e legendas nas fotografias ficou para o editor e a subeditora, já que esta é uma tarefa respectiva das suas funções neste jornal.

Além das matérias de meio ambiente, a página 6 recebeu outras matérias que precisavam sair nesta edição, mas o editor justificou a abertura pelo anúncio do governador em razão de que este foi o “fato novo de hoje, o que teve mais impacto hoje foi isso. Como o assunto de meio ambiente está na ordem do dia, vamos dar cinco matérias. Meio ambiente e saúde sempre se deu bom espaço. Esses assuntos são privilegiados mesmo com um espaço pequeno no jornal”, explicou. O editor revisou a matéria e, em seguida, trabalhou o texto do Rio Gravataí a respeito da visita as propriedades com cultivo de arroz. Fez título e legenda.

Às 21h05min, o editor leu, fez pequenos ajustes no texto sobre o IRGA e avaliou que a matéria estava boa “mas muito massuda. Tive que abrir parágrafo”. Ele comentou ainda que “isso era assim mesmo, que o IRGA ia lá e parágrafo”, analisou ele. O editor ressaltou também as dificuldades na área ambiental enfrentada pelos órgãos fiscalizadores: “Isso aqui é assim, o IRGA vai lá e conscientiza os arroseiros, mas dá uns dias e eles vão lá e fazem ligações clandestinas e começam a puxar água do rio novamente. É brabo”.

Às 21h15min, o editor começou a analisar o texto sobre o Rio dos Sinos, que falava das seis empresas que seriam denunciadas na sexta-feira pela FEPAM e da audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo. Ele comentou que o Correio do Povo estava criando uma falsa expectativa porque na edição “tu não vai achar o nome das empresas. Infelizmente trabalhamos assim. A direção alega que as empresas têm o direito de se defender e como não transitou em julgado é complicado, enfim é a política da empresa”, expressou o repórter. O título da matéria ficou: “Nomes das empresas culpadas saem hoje”. Deve-se ressaltar que, devido aos cortes de edição, a matéria saiu sem o parágrafo que falava a respeito da audiência pública limitando-se a informar “Nomes de empresas culpadas saem hoje”.

Às 21h25min, partiu para a edição da matéria do defeso e aproveitou para ressaltar que “o espaço é um dos limites. O espaço é pequeno e é o principal limite. Esta questão de meio ambiente, como os donos são ligados à terra, a gente tem um certo obstáculo em citar arroseiros por exemplo, fica muito superficial em citar nomes. Limites impostos pela direção. Quando vai aparecer os nomes amanhã, tu podes observar que nós não vamos citar”, ressaltou o editor.

Às 21h30min, o editor começou então a colocar outras matérias na página para fechar o espaço. A matéria sobre uma mobilização de carroceiros também ficou na mesma página, assim como uma referente ao pedágio da RS 040. Depois das matérias irem para a página, os *boys* (pessoas contratadas para levar e trazer documentos) recolheram os controles de matérias e levaram para diagramação que terminou o processo com a colocação das fotos. Após a finalização as páginas

foram impressas e repassadas novamente para o editor analisar. A seqüência é a revisão, onde são avaliadas questões gramaticais e outros erros. O editor imprimiu a cópia final às 21h45min.

Com relação à capa, mudanças ocorreram por volta da meia-noite tendo em vista que o diretor decidiu que a manchete da força-tarefa definida pelo governador Germano Rigotto deveria ser trocada por uma matéria do ensino fundamental que tinha que ser divulgada naquele dia.

Para o quarto dia de observação, **19 de outubro**, estavam pré-estabelecidas uma pauta sobre a limpeza de um afluente do Rio Gravataí, o abraço ao Rio dos Sinos e da dragagem do Arroio Dilúvio em Porto Alegre.

A pauta do Rio Gravataí foi iniciada pelo repórter que teve que, primeiramente, se deslocar para cumprir outras duas atividades, ir até a delegacia de Polícia verificar informações sobre uma granada que foi encontrada e até o Hospital Conceição. Também ficou definida para ele a pauta do abraço ao Rio dos Sinos. Da Zona Norte de Porto Alegre, que é onde fica o hospital, ele se deslocou para Alvorada para ver como estava sendo feita a limpeza do arroio Águas Belas, que é afluente do Rio Gravataí. Chegou lá por volta das 9h30min e entrevistou uma pessoa da equipe técnica de educação ambiental e o gerente da Corsan, bem como um diretor de meio ambiente que estava representando a Prefeitura.

O repórter ficou impressionado com as condições do local onde estavam fazendo o mutirão de limpeza: era uma área com muito lixo, animais mortos e também sacolas plásticas. No entanto, apesar de ser o bairro mais populoso, não havia ninguém da comunidade no mutirão. “A gente não é muito de ouvir a comunidade, geralmente se ouve a autoridade”, afirmou o repórter. A pauta de limpeza dos arroios estava sendo acompanhada no jornal por ele durante o ano e a cada mês um município fazia o mutirão, atividade que estava sendo conduzida pelas prefeituras que pretendiam fazer um consórcio para que cada um conseguisse recursos para ações conjuntas em prol do Rio Gravataí. “As ações são muito semelhantes e todos já me conhecem por que já acompanho há tempo. Não precisei

ficar muito tempo por que já conhecia o assunto. Era só mais para ver o que tava acontecendo”, destacou o repórter.

Enquanto isso, o outro repórter se deslocou até o Arroio Dilúvio para verificar como estavam procedendo para realizar a dragagem para limpeza já que se tratava de um processo que ia demorar mais de um ano, mas que havia iniciado neste dia em um trecho específico. “Até demos sorte porque a gente ia até o local fazer só a imagem, a foto, ver como estava o ambiente, o local em si para daí escrever alguma coisa e aí eu ia fazer um contato com a prefeitura para saber como ia ser todo o processo de dragagem, quanto tempo ia levar, quanto custou, todos esses detalhes”, informou o repórter. Como o secretário municipal de Meio Ambiente estava no local supervisionando o trabalho, o repórter aproveitou para entrevistá-lo. “Aí foi tudo muito fácil. Aí conversamos e ele deu todas as informações. Inclusive anunciou também a dragagem de outro arroio. Fechei a pauta no local, prontinha e levei uns 45 minutos de apuração”, ressaltou.

Do Arroio Dilúvio, o repórter se deslocou para fazer outras pautas e voltou para a redação por volta das 13h30min. “Ou seja, depois de 3h30min de apuração eu tinha 1h30min para redigir. É corrido, é puxado. E a exigência aqui é muito forte, tu tens que estar com elas cumpridas e muitas vezes tu não consegues. A pauta fura por um motivo ou outro ou então há um atraso em determinada situação. Tu não consegues falar com alguém e tem que falar mais tarde. Sempre dá uma enrolação e tu tens que tentar te virar como dá. Esse é o desafio bom dessa história, é tu te virar, tu achas uma solução para o problema, tem que resolver”, desabafou o repórter.

Já o outro repórter que estava fazendo as pautas da limpeza do afluente do Rio Gravataí e do abraço do Rio dos Sinos retornou para a redação às 10h30min e foi indagado pela chefe de reportagem se estava tudo certo e se o fotógrafo iria fazer o abraço do Rio dos Sinos já que o repórter não se deslocaria mais até o local.

O repórter iniciou então a pauta do Rio dos Sinos com uma entrevista por telefone ao secretário municipal de Meio Ambiente de São Leopoldo, Darci Zanini.

Para não ficar só com uma fonte ligou às 11h5min para o presidente do Instituto Martim Pescador, Henrique Prieto.

Às 11h10min, ele começou a escrever o texto da limpeza do arroio em Alvorada e justificou que normalmente começaria pelo que é mais importante, no caso, o abraço ao Rio dos Sinos, mas resolveu deixar para mais tarde porque queria buscar mais informações, como o número de participantes. “Hoje à tarde vai ter a divulgação do resultado da análise da FEPAM. Então provavelmente a minha matéria não vai ser a principal porque aqui tem a questão do espaço, aí ela vai concorrer com as outras”, avaliou o repórter que também apontou que a falta de espaço para publicação é um problema.

Às 11h15min, começou a escrever o texto sobre saúde, e, às 11h25min, a chefe de reportagem questionou novamente se o fotógrafo não iria para São Leopoldo, já que ainda não tinha saído da redação. “O fotógrafo tem que ir, nós não podemos perder essa foto de capa”, avisou a chefia de reportagem para o repórter. A chefe de reportagem retomou sua rotina de leitura dos jornais e acompanhamento do noticiário na rádio em busca de novas pautas.

Às 11h35min, a chefia de reportagem repassou orientações ao repórter para que ele encaminhasse aos outros repórteres quando retornassem para a redação.

Às 11h37min, a chefe de reportagem recebeu uma ligação avisando que as pautas do Rio dos Sinos e do relatório da FEPAM não seriam feitas pela correspondente de Novo Hamburgo. Ela comentou que já havia escalado os repórteres, um de manhã para fazer a matéria do abraço e outra para a tarde na reunião da FEPAM. Avisou ao repórter para que ele fizesse a pauta mesmo que fosse adiada “dizendo que ficou para outro dia”. “Eu agora não tenho outra pauta para te dar e a matéria precisa sair”, ressaltou a chefe de reportagem.

A chefe de reportagem pediu então para o repórter ligar para a Secretaria de Meio Ambiente de São Leopoldo para confirmar a pauta do abraço do Rio dos Sinos,

pois o fotógrafo estava se deslocando pra lá. Em seguida ela sai para uma reunião na FIERGS.

Às 11h55min chegou na redação a chefe de reportagem da tarde, que recebeu de uma das repórteres os encaminhamentos feitos durante a manhã. “Ela não conseguiu separar as pautas e pediu para ti repassar para os repórteres e ficar monitorando”, informou a repórter.

Às 12h20min, o repórter retomou a construção do texto do mutirão de limpeza do arroio em Alvorada, mas antes deu uma olhada em uma outra matéria de limpeza de arroio que ele produziu em julho e que estava no site do jornal, com a intenção de dar suporte a matéria. Além disso, ele consultou informações no dicionário. “Essa pauta me dá um nervoso porque renderia 10 linhas, só que como tem que ter 35 linhas eu já estou começando a encher lingüiça. O problema é que não tem muito como prever por que essa outra aqui eu fiz cinco parágrafos e ficou em dois. Só que às vezes a gente faz e sai ela inteira”, referiu-se as edições que são feitas tanto mantendo o texto praticamente na íntegra na publicação, quanto reduzindo-o. Quando completou 28 linhas ele foi procurar no arquivo mais algumas informações de matérias antigas que pudessem ser colocadas neste texto. “Aqui eu achei em uma matéria que as limpezas em arroios e no Rio Gravataí começaram em janeiro”, vou usar isso.

Às 12h50min, encerrou a matéria do Rio Gravataí e ligou para o fotógrafo que foi no ato do abraço ao Rio dos Sinos para verificar o que tinha ocorrido e qual o número de pessoas presente. Na seqüência, pesquisou na internet o nome e o cargo correto de Cláudio Langoni e começou a escrever o texto.

O repórter comentou que a matéria do dia anterior, sobre o decreto do governador, também tinha um texto de apoio para ser usado na capa, mas acabou não saindo. “Quando as pessoas pegam o jornal não tem noção de como foi para fazer a matéria, para chegar lá naquelas bibocas para fazer a foto da captação de água do rio, o trabalho que dá. Mas é assim mesmo, parece tão simples, mas não é”, avaliou o repórter.

Às 13h30min, ele foi conferir se o fotógrafo já havia voltado da pauta e se as fotos poderiam revelar alguma informação para ele acrescentar no texto. O repórter também se demonstrou receoso porque durante a tarde seriam divulgados os nomes das empresas e iriam acontecer protestos o que se tornaria um problema pois talvez as matérias feitas por ele passassem aí a não ter tanta relevância. “Espero que a minha matéria não seja jogada de lado”, afirmou o repórter ressaltando que se tivesse ido até lá teria outra impressão das coisas. “Por telefone fica prejudicado. Se fosse lá poderia falar com as pessoas, ver mesmo o que aconteceu”.

Às 13h40min, o repórter encerrou a matéria que ficou com 32 linhas, porque, de acordo com ele, não conseguiu fazer render mais. Entregou uma cópia para a chefe de reportagem e avisou que poderia haver um protesto depois do anúncio das empresas para que ela repassasse esta informação para a repórter da tarde.

Após ouvir o Correspondente Ipiranga na Rádio Gaúcha, a chefe de reportagem continuou a ver *e-mails* até às 13h50min, quando avisou para a repórter que iria acompanhar a pauta do Rio dos Sinos sobre a possibilidade de acontecer um protesto em frente às empresas. A repórter, então, por solicitação da chefe de reportagem, repassou para outra colega uma das pautas que estava prevista para ela pois precisava desenvolver outras pautas à tarde.

Às 14h, a repórter saiu com o fotógrafo para fazer a pauta do anúncio das empresas responsáveis pela mortandade de peixes no Rio dos Sinos, na Unisinos.

A partir das 15h, a chefe de reportagem acompanhou pelo rádio a transmissão da apresentação do relatório da FEPAM na Unisinos. Ela comentou com outros jornalistas que a matéria feita no dia anterior, sobre a vistoria em Viamão no Rio Gravataí, teria sido cortada. “As pessoas até tentam, se esforçam para serem jornalistas aqui”, avaliou ela, referindo-se a qualidade do texto e que, ao final ele virou apenas uma nota.

Às 16h, a chefe de reportagem da tarde começou a montar o *preview* quando a chefe de reportagem da manhã ligou para comenta que achou mal-

aproveitada a matéria sobre o pedágio. "É a pressa do fechamento", disse a chefe de reportagem da tarde. "Se comentarem na reunião, a chefe de reportagem da manhã pediu para falar sobre o mau aproveitamento", completou.

Às 15h20min, a chefe de reportagem da tarde comentou que o secretário especial de Aqüicultura e Pesca, Altemir Gregoli, estava em Porto Alegre e iria entregar certificados de um curso na FIERGS. Uma das repórteres já estava escalada para cobrir a entrevista que, inicialmente, não estava prevista. A repórter contou que ligaram para o jornal para saber se o *release* tinha sido recebido e, no entanto, ninguém na redação sabia da vinda dele ao Estado. Enviaram então um fax, e a repórter e um fotógrafo se deslocaram até lá.

Às 16h15min, a chefe de reportagem avisou à repórter que era para ela pegar uma sonora com o secretário sobre a mortandade dos peixes que seria acrescida à matéria que outra jornalista estava fazendo sobre o Rio dos Sinos.

Às 16h30min, a repórter saiu para fazer a matéria na FIERGS com o fotógrafo, enquanto demais repórteres continuaram elaborando as pautas destinadas a eles.

Às 17h, um dos repórteres que estava fazendo matérias policiais avisou a chefia de reportagem que a Brigada Militar tinha flagrado o pessoal enterrando, em Nova Santa Rita, resíduos de couro na beira do Rio Caí. A chefe de reportagem avisou a repórter, que estava na Unisinos para que, na volta para Porto Alegre, ela fosse até Nova Santa Rita verificar. Às 17h10min, a chefe de reportagem continuou a fazer o *preview*.

Às 17h20min, um dos repórteres perguntou à chefe de reportagem: "isso é que é notícia?", referindo-se à inauguração de um auditório israelita. "Se fosse outra comunidade que mandasse seria notícia?", comentou ironicamente avisando que iria conversar com o editor.

Às 17h40min, a secretária da redação avisou a chefia de reportagem que a equipe estava embrenhada no meio do mato em Nova Santa Rita vendo a matéria dos resíduos de couro com a Brigada Militar.

Às 17h45min, chegou o editor. Enquanto isso, a chefe de reportagem perguntou ao repórter que estava fazendo policial se eram cinco toneladas de resíduos de couro, pois considerou uma boa quantidade. “Não dá capa”, indagou a chefe de reportagem ao repórter. A chefe de reportagem pediu então para a secretária de redação ligar para a equipe que estava em Nova Santa Rita e verificar com a repórter se o assunto renderia capa, pois ela iria propor na reunião de pauta que o assunto tivesse mais destaque, inclusive com a publicação na primeira página.

Às 17h50min, a chefe de reportagem terminou o *preview* e cinco minutos depois a repórter que estava cobrindo a entrevista com Altemir Gregolin voltou para a redação. Às 18h, conversou com a chefe de reportagem sobre o que rendeu a pauta e comentou que tinham pescadores lá e que ele anunciou uma cesta básica mais um salário mínimo para aqueles que tivessem a carteira de pescador. Foi definido que a repórter faria duas matérias, uma da entrega de certificado de cursos para pescadores e outra do secretário falando dos benefícios do seguro para os pescadores que sofreram com a mortandade de peixes no Rio dos Sinos, já que no dia anterior havia sido assinada uma instrução normativa proibindo a pesca na Bacia do Rio dos Sinos. A repórter começou a ouvir a gravação da entrevista, que ela resolveu fazer durante uma coletiva para a imprensa para adiantar o serviço e não precisar ficar esperando o evento acabar. Em seguida iniciou a construção do texto do seguro defeso.

Às 18h05min, a chefe de reportagem e a pauteira ouviram programa de rádio da Gaúcha para saber as manchetes dos acontecimentos do dia.

Às 18h10min, saiu o *preview* e iniciou a reunião de pauta. Durante a reunião o diretor comentou que neste dia tinha saído o resultado da pesquisa para candidatos às eleições e, em princípio, esse assunto seria a capa a menos que algo muito importante acontecesse. A chefe de reportagem falou a primeira das

sugestões de capa da geral que era o abraço do Rio dos Sinos e as pessoas presentes na reunião indagaram como era possível precisar a quantidade correta de peixes mortos no desastre, o que gerou discussão no grupo. Em seguida ela apresentou como sugestão de capa a carga de resíduos de couro encontrada em Nova Santa Rita e o grupo voltou a questionar o assunto querendo saber se o tema era bom, se o couro era roubado e se eram resíduos mesmo. Durante a reunião o editor de fotografia olhou o material feito durante o dia e destacou a presença do secretário de Aqüicultura e Pesca no Estado, questionando se esse assunto não seria capa. Outra sugestão apontada foi o depoimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) que tinha fotografia.

A chefe de reportagem de geral falou que três nomes de empresas envolvidas na mortandade de peixes no Rio dos Sinos teriam sido divulgados na imprensa e as outras três possuíam liminar impossibilitando a publicação. “Continua a mesma regra administrativa e de outras matérias. Não vamos dar nomes das empresas até porque isso ainda está tramitando na justiça”, definiu o diretor.

O grupo então comentou sobre outras pautas, como a dos degraus do antigo cais do porto descobertos com escavações arqueológicas na Praça da Alfândega, a do depoimento de Cherini e de outros políticos no TRE em razão dos albergues, a de uma missão chilena na área rural e a das eleições. O diretor lembrou então o editor de fotografia que para a capa iriam as matérias sobre o couro em Nova Santa Rita e a do Rio dos Sinos com fotos, na área ambiental, e a pesquisa de intenções de voto.

O diretor passou então avisos para todos e ressaltou para a chefe de reportagem de geral que a matéria das empresas poluidoras seria pequena e “sem nomes”. O editor de fotografia aproveitou para perguntar novamente onde iria a fotografia do secretário de Aqüicultura e Pesca e foi definido que seria na geral.

Às 18h45min, encerrou a reunião e a repórter continuava fazendo a pauta da entrevista com Altemir Gregolin até às 18h50min.

Às 18h55min, a repórter que estava responsável pelas pautas do Rio dos Sinos e do couro em Nova Santa Rita retornou à redação, confirmando que eram 14 toneladas de resíduos, mas que não estavam sendo depositados na beira do rio como havia sido informado anteriormente. O editor começou então a ver os espaços onde iria cada uma das matérias. Enquanto isso, a repórter pegou a matéria feita pelo repórter da manhã sobre o abraço do Rio dos Sinos para saber o que ele já havia informado. Ela conversou com a chefia de reportagem para avaliar qual a sua abordagem e se a matéria do couro sairia na policial, cidades ou geral. Ficou definido que seria na geral, mas ambas ainda não sabiam qual o espaço disponível para publicação do texto. “Isso é ruim”, avaliou a jornalista.

Às 19h05min, ela iniciou a produção da matéria sobre a apreensão de couro pela Brigada Militar em Nova Santa Rita, e, às 19h20min, o editor definiu que temas ambientais ficariam na página 9 que estaria sob responsabilidade da subeditora. A primeira matéria que foi colocada na página era sobre o abraço do Rio dos Sinos. No entanto o editor de fotografia questionou o editor com relação a quantidade de fotos que saíam nesta página e quais eram mais adequadas para a capa. O editor disse que teria que verificar com o diretor e a chefe de reportagem foi então conversar novamente com o diretor.

Às 19h25min, a repórter falou com a subeditora sobre o espaço para as matérias de meio ambiente e conseguiu saber as informações de que precisava para produzir textos que se adequassem aos espaços disponíveis.

Às 19h34min, a repórter editou a matéria do couro em Nova Santa Rita, abrindo pelo *release* enviado pela assessoria de imprensa da FEPAM, no entanto, ressaltou que não estava colocando o nome do motorista do caminhão que conduzia a carga porque não podia. As informações do *release* serviram para complementar sua matéria que teve como base o que ela presenciou no local, as informações repassadas pela Patrulha Ambiental da Brigada Militar e a entrevista com o fiscal da FEPAM. Enquanto isso a diagramação colocava as matérias na página 9.

Às 19h50min, a repórter concluiu o texto e entregou para a chefe de reportagem que repassou para a subeditora que, em seguida começou a adequá-lo na página que já estava pré-definida.

Às 19h55min, a repórter começou a fazer o texto da plenária do Comitê do Rio dos Sinos onde a FEPAM anunciou os nomes das empresas responsáveis pela mortandade de peixes. Buscou informações no bloco de anotações e selecionou-as para compor a matéria. Enquanto isso, a subeditora e outra repórter conferiram informações no *site* da Secretaria de Aqüicultura e Pesca para verificar se os dados publicados na internet fechavam com os que constavam na matéria que estava sendo editada. A subeditora continuou então a fazer a edição, colocando os títulos nas matérias, frase de apoio e legendas.

Às 20h45min, a repórter que estava fazendo a pauta da reunião do Comitê concluiu o texto que falava da autuação a seis empresas pelo desastre ambiental e passou para a chefe de reportagem que depois encaminhou a subeditora. A subeditora comentou que, como tinha um pouco de tempo nesta noite, era ela quem estava cortando os textos para a página 9, que iria congrega todas as matérias de meio ambiente. Uma nota de agência, que falava da morte de peixes no Paraná, também foi incluída na página.

Às 20h50min, a repórter confirmou como se escreviam corretamente valores com a subeditora e começou a fazer uma retranca (outro pequeno texto que é colocado ao lado na página de forma complementar) sobre outras definições da reunião, como a maior fiscalização por parte do Comando Ambiental da Brigada Militar.

Às 21h, a subeditora conversou com a repórter sobre a matéria que seria a abertura e editou o texto direto na página.

Às 21h15min, o diretor ligou para a subeditora e perguntou se a matéria referente à reunião da FEPAM estava saindo com o nome das empresas e ela

respondeu que não. Ele pediu que ela solicitasse que a repórter levasse os nomes a ele, mas que a matéria ficaria sem esta informação.

Às 21h25min, a subeditora discutiu com o editor o título da matéria sobre as seis empresas autuadas pela FEPAM: “coloco que a seis empresas foram autuadas pelo desastre ambiental ou amenizo um pouco”? O editor respondeu: “mas aí não dá, coloca autuadas ou culpadas pelo desastre ambiental”, afirmou ele.

Às 21h28min, a repórter terminou a retranca e entregou a matéria para a subeditora analisar e adaptar o conteúdo ao espaço disponível. Também entrou na página a matéria sobre o prêmio líderes e vencedores que foi finalizada às 21h45min. Às 21h48min, a subeditora pegou a página impressa para fazer uma última revisão antes de passar para os revisores. As matérias publicadas nesta página foram: “Sinos: multa fica em R\$ 1,2 milhão – FEPAM autuou seis empresas pelo desastre ambiental. Três conseguiram na Justiça preservar nomes”, “Prometida maior fiscalização” (texto retranca), “BM flagra depósito ilegal de aparas de couro”, “MP investiga morte de peixes no Paraná”, “Pescadores podem requerer seguro, diz ministro”, “Rio recebe abraço simbólico”, “Começa a limpeza do Dilúvio” e “Divulgados os novos Líderes & Vencedores”.

Na capa desta edição constavam fotos e informações sobre a pesquisa eleitoral com a manchete “Diminui diferença entre Yeda e Olívio” e logo abaixo haviam duas fotografias: uma do Rio dos Sinos com o título “Sinos Abraçado” e outra da carga de couro sendo depositada em Nova Santa Rita com a chamada “Resíduos”.

É importante ressaltar que a matéria feita sobre o mutirão de limpeza do Arroio Águas Belas, afluente do Rio Gravataí, não foi publicada nesta edição por falta de espaço.

O quinto dia de observação, **20 de outubro**, começou novamente com a distribuição das pautas. Assim que recebeu, o repórter conversou com a chefe de reportagem sobre a pauta de uma área invadida no Parque Santa Fé, no Bairro

Rubem Berta e ele e fotógrafo foram até o local. Outras pautas duas pautas de meio ambiente couberam a ele nesta manhã, uma sobre a reunião do Ministério Público e outra de acompanhamento das ações do Comando Ambiental.

Às 10h a repórter que estava com as pautas de meio ambiente para serem desenvolvidas à tarde chegou na redação e comentou que comprou jornais de outros grupos de comunicação para ver o que havia sido publicado sobre o Rio dos Sinos. "A Zero Hora deu matéria assinada, aqui não quiseram assinar. Eu perguntei se podia, mas me disseram que não porque não era só um jornalista que estava fazendo a matéria. Acharam que era melhor não assinar", afirmou a repórter. Ela leu os jornais e conversou com a chefe de reportagem da manhã sobre as pautas que ela tinha que cumprir naquele dia e ficou definido que ela combinaria com o repórter da manhã, já que ele estava finalizando outras matérias de meio ambiente, e continuaria acompanhando a pauta do Rio dos Sinos para saber se haviam novidades.

A chefe de reportagem pediu que ela verificasse com o repórter da manhã o que ele estava fazendo e se ele poderia averiguar a ameaça de racionamento de água no Rio Gravataí que ela tinha acabado de ouvir no Correspondente Ipiranga. A repórter da tarde também ficou de verificar o potencial de uma matéria de mortandade de peixes no município de Ajuricaba, interior do Rio Grande do Sul, e de iniciar neste dia uma matéria especial sobre desastres ambientais que seria publicada no outro domingo.

Às 10h20min, o repórter que estava fazendo a pauta do Parque Santa Fé retornou e comentou a chefe de reportagem que após a chegada da equipe do jornal no local veio a Brigada Militar e o secretário municipal de Meio Ambiente, Beto Moesch. Ele aproveitou para fazer por telefone a pauta do Comando Ambiental antes de sair para reunião do Ministério Público. Perguntou ao major Meirelles o funcionamento, quantas pessoas e a forma de trabalho do comando.

Enquanto isso, a chefe de reportagem ficou ouvindo o rádio para saber dos acontecimentos e às 10h45min o repórter saiu para a pauta do Ministério Público, enquanto outros repórteres continuavam suas atividades.

Às 11h, a chefe de reportagem ligou para o repórter para saber se ele estava acompanhando a reintegração de posse no Parque Santa Fé. "Estão ligando para avisar da reintegração de posse, mas o repórter esteve lá de manhã?", questionou ela que, em seguida, ligou para o repórter que estava fazendo a policial para que verificasse na Brigada Militar se haviam informações sobre a reintegração de posse. Paralelamente outro repórter que estava na redação ligou para a Brigada Militar para verificar.

Às 11h07min, a chefe de reportagem entrou em contato com o repórter que estava fazendo a matéria para que providenciassem as fotos do tumulto que estava acontecendo no Parque Santa Fé. "O repórter me disse que quando foi lá não tinha tumulto". No entanto, o repórter da policial voltou para a redação dizendo que tinha as fotografias, inclusive com a presença do secretário municipal de Meio Ambiente Beto Moesch. A chefe de reportagem então continuou a organizar as pautas e passou algumas informações para o repórter de polícia.

Às 11h25min, o fotógrafo ligou para a chefe de reportagem para avisar que estava indo no parque para dar uma olhada e questionou se ela precisava de mais fotos.

Às 11h30min, o repórter que estava fazendo a matéria do Parque Santa Fé retornou para a redação e a chefe de reportagem perguntou se ele não iria para o parque. "O fotógrafo disse que tu também tava indo para lá", questionou a chefe de reportagem. "Achei melhor vir para cá fazer a matéria e ligar para conferir, pois a gente pegou tudo lá hoje de manhã", informou o repórter. Ele havia ficado cerca de meia hora na reunião do Ministério Público, mas como tinha que voltar para a redação, combinou com Claudio Dilda, secretário estadual de Meio Ambiente, que ligaria depois.

Às 11h33min, ligou para o telefone celular do Beto Moesch para conferir se havia algum tumulto no local. Telefonou também para o fotógrafo para averiguar como estava a situação. “O secretário está lá no local conversando com os moradores”, alertou.

Às 11h40min, o repórter definiu que não iria fazer neste momento a matéria do parque porque iria esperar o rumo dos acontecimentos e decidiu começar o texto do Comando Ambiental já que tinha concluído as entrevistas. A pauta surgiu a partir da apreensão de couro que tinha acontecido no dia anterior em Nova Santa Rita.

Às 12h, o repórter que estava fazendo a policial perguntou quem estava fazendo a matéria do Rio dos Sinos porque a Brigada Militar tinha enviado um *e-mail* e o outro repórter foi ver as informações no computador do colega. O repórter ligou novamente para o celular do secretário municipal de Meio Ambiente e, às 12h17min, fez a revisão e terminou a matéria.

Às 12h20min, a chefe de reportagem recebeu a matéria e comentou com o repórter que a pauta da apreensão de couro foi feita a partir de uma ligação de um leitor como foi o caso desta do parque. “É interessante quando a gente pode ver essas pautas dos leitores”, comentou o repórter.

Às 12h23min, conseguiu finalmente falar com Beto Moesch por telefone. Questionou sobre o que iria ser feito, para onde iriam as pessoas e combinou de ligar mais tarde para ver se teria alguma novidade. O secretário comentou que conseguiram um terreno lá na Zona Norte para as famílias e que elas estavam saindo do parque.

Às 12h35min, a chefe de reportagem comentou que “assessores e correspondentes mais atrapalham nosso trabalho do que ajudam. Ontem se eu tivesse ouvido a assessoria teria perdido a foto do abraço. Se eu fosse daquela de confiar nisso eu teria perdido a foto”, contou para uma repórter, que veio lhe dar o recado de que a assessora da prefeitura tinha ligado dizendo que um dos repórteres

estava perdido em Viamão. Em seguida ela se dedicou à leitura das matérias que já haviam sido concluídas de manhã pelos repórteres.

Às 12h40min, o repórter começou a fazer o texto do Parque Santa Fé e comentou que como esteve lá pôde ver a quantidade de árvores que foram cortadas para a construção de barracos. O secretário falou para o repórter que não conseguiu agir antes porque a Brigada Militar disse que precisava do documento de reintegração de posse para retirar o pessoal e até conseguir isso demorou um pouco.

Às 12h50min, a chefe de reportagem ouviu o Correspondente Ipiranga e repassou os principais acontecimentos para o *preview*.

Às 12h55min, o fotógrafo que estava no parque retornou e repassou ao repórter, que tinha ido até o local para onde as famílias estavam sendo deslocadas e que ficava perto de um lixão. Também havia muitos policiais e ele aproveitou para fazer várias fotos. O repórter continuou então a fazer a matéria.

Às 13h05min, a chefe de reportagem ouviu na rádio sobre um outro túnel descoberto em Novo Hamburgo pela polícia. Pediu para um dos repórteres conseguir informações, enquanto ligou para outro jornalista que estava na rua para derrubar outras duas pautas e seguir para o local. Outro repórter que estava na rua ligou para a chefe de reportagem e avisou que estava indo pra lá. A chefe de reportagem pediu então para o outro repórter, que ela havia autorizado o deslocamento anteriormente, retornar para a redação. Em cinco minutos os deslocamentos foram definidos.

Às 13h17min, o repórter conferiu as informações no bloco para verificar se passou o mais importante para a matéria do Parque Santa Fé e avaliou ainda o que estava faltando. Após receber por telefone o número de contato com a promotora Silvia Cappelli ele ligou para entrevistá-la, o que ficou fazendo até às 13h30min. “O que gostei é que ela foi bem objetiva. Não é como uns que ficam divagando”, afirmou o repórter. Depois do telefonema retornou a construção da matéria.

Às 13h35min, a chefe de reportagem comentou que tinha uma nota sobre racionamento que foi anunciada para o Rio Gravataí e que iria repassar para uma repórter da tarde. Passou também uma nota a partir informações que tinha ouvido na Rádio Gaúcha para o repórter que estava fazendo a matéria do Ministério Público.

Às 13h36min, ele terminou a matéria do Parque Santa Fé. “Fiquei bem empolgado com essa pauta porque cheguei lá e o negócio rendeu. Só que tive pressão dos três lados: a polícia para relatar realmente os fatos, a comunidade me chamou para conversar e o secretário que estava se mostrando muito bravo com a Brigada Militar por não estarem agindo. O secretário chegou ao local meio alterado (transtornado). Quando falou comigo por telefone tentou amenizar as críticas, mas na hora se exaltou bastante”, comentou ele.

Às 13h40min, o repórter alterou uma matéria sobre a prestação de serviços feita dia 17 de outubro para que ela fosse melhor aproveitada, mas como não era factual ficaria para a edição de domingo ou segunda-feira. Em seguida ligou para a promotora Silvia Cappelli para tirar uma dúvida e começou o texto sobre a investigação do Ministério Público a respeito do desastre ambiental no Rio dos Sinos.

Às 13h55min, a repórter que iria fazer as pautas da mortandade de peixes em Ajuricaba, do risco de racionamento no Rio Gravataí, da repercussão da reunião da FEPAM e do Congresso de Direito Ambiental chegou à redação. Enquanto isso, a chefe de reportagem discutiu a disponibilidade de motoristas e fotógrafos para outra pautas.

Às 14h, chegou na redação a chefe de reportagem da tarde, e a chefe de reportagem da manhã repassou para ela o que estava pronto, sendo produzido e matérias que teriam que ser feitas. Como caiu no final da manhã uma das pautas que estavam sendo feitas por uma repórter ela repassou a denúncia de um leitor sobre o corte de árvores. “Tive que fazer entrevista por telefone e ouvir só a SMAM porque foi muito corrido”, comentou a repórter.

Às 14h25min, o repórter leu a matéria novamente que fez com base na entrevista com a promotora Silvia Cappelli e comentou que o que dificultou foi que a reunião era fechada, “demorou muito e ficou difícil para toda imprensa cobrir. Dificultou de ouvir várias fontes por isso já que ninguém tinha como ficar lá o tempo todo”, avaliou. Às 14h30min, ele finalizou a matéria e entregou para a chefe de reportagem.

Às 15h, a chefe de reportagem deu continuidade a avaliação dos *e-mails*, distribuiu pautas e conversou com repórteres sobre condução das matérias. Desde que chegou, a repórter que iria fazer a pauta do Rio dos Sinos tentou primeiro finalizar a matéria de Ajuricaba por meio de contato com a Unicruz, que disse que não tinham nada de análise, e com a Polícia Ambiental da região que falou que os peixes morreram por má condução do produtor. A repórter comentou que preferiu tocar primeiro essa pauta porque a do Rio Gravataí ela tinha os contatos e como já havia feito matéria com essas fontes considerou mais fácil deixar para depois porque tinha mais tranquilidade para resolver.

Às 15h35min, a repórter ligou para o major Salles para saber sobre a mortandade de peixes em Ajuricaba e depois para a assessoria de imprensa da Corsan para saber sobre o racionamento no Rio Gravataí.

Às 15h45min, a secretária da redação e a chefe de reportagem combinaram com a repórter o deslocamento para o Hotel Embaixador, pois às 16h30min ela iria cobrir o encerramento do Congresso de Direito Ambiental, que estava acontecendo desde o dia 18 de outubro no local.

Às 15h47min, a repórter ligou para Sérgio Cardoso, da Fundação de Meio Ambiente de Gravataí, que passou outros contatos que ela decidiu fazer após o retorno da pauta do Congresso de Direito Ambiental.

Às 16h12min, o fotógrafo conversou com a chefe de reportagem sobre a pauta do Congresso de Direito Ambiental e ela sugeriu que ele fizesse uma foto mais temática, não só a mesa, se fosse possível. A repórter aproveitou para ler,

antes de sair, a matéria feita pelo repórter da manhã sobre a reunião do Ministério Público.

Às 16h25min, a repórter saiu para fazer a pauta no Congresso Direito Ambiental, mas antes comentou que como a chefe de reportagem da tarde estava em férias, era a responsável da manhã que estava acumulando a distribuição das pautas da tarde e também instruindo os repórteres. “Tem o lado bom e o ruim. O bom é que concentra numa pessoa só para negociar as pautas, mas fica ruim porque ela tem que encaminhar tudo até o início da tarde e tem um monte de coisas acontecendo”, avaliou a repórter.

Às 16h45min, a chefe de reportagem interina recebeu algumas pessoas que vieram na redação falar de um caso no Supremo Tribunal de Justiça e entregar sugestões de pauta.

Às 17h15min, a repórter que estava cobrindo o Congresso de Direito Ambiental retornou para a redação e, em seguida, ligou para o prefeito de São Leopoldo, Ari Vanazzi, com a intenção de dar encaminhamento a pauta do Rio dos Sinos. Às 17h35min, fez contato com a assessoria de imprensa da FEPAM e depois falou com Tronconi, do IRGA, que informou a ela que o instituto iria fazer um plano de ações a partir da próxima semana com os arrozeiros de Viamão e Gravataí.

Às 17h50min, a repórter tentou falar com o capitão Rodrigo, do Comando Ambiental em Porto Alegre, por telefone. Comentou que o capitão iria receber reforço e aí poderia colocar duas equipes, uma nos Sinos e outra no Gravataí, ambas com seis homens. “Consegui. Alguém finalmente falou o que eu queria ouvir. Que aquela reunião de ontem não rendeu nada”, afirmou a repórter referindo-se à reunião da FEPAM que além dos nomes das empresas deveria servir para traçar ações. Mostrando-se entusiasmada a repórter começou às 18h05min a redigir o texto da suíte da edição anterior sobre o anúncio da FEPAM.

Às 18h10min, o diretor da FEPAM, Jackson Müller, ligou para o jornal retornando a solicitação de entrevista e informou à repórter quais foram as ações

desenvolvidas pela fundação após o anúncio do dia anterior e que iriam fazer ações práticas como a montagem de uma rede com pescadores para conseguir acionar fiscais com maior agilidade em caso de suspeitas. Terminou a ligação e continuou a fazer o texto.

Às 18h22min, a secretária da redação entregou a primeira cópia do *preview* para repórteres, editores e chefia de reportagem. Em seguida iniciou-se a reunião de pauta que perdurou até às 18h45min. Em seguida o editor definiu que as matérias de meio ambiente seriam publicadas na página 6 e começou a distribuir os textos primeiramente definindo a localização daqueles que já estavam prontos desde o início da tarde, como o da reunião do Ministério Público, a invasão no Parque Santa Fé e o trabalho do Comando Ambiental.

Por volta das 19h, a repórter que estava fazendo a pauta do Rio dos Sinos, comentou que recebeu um *release* da assessoria de imprensa da FEPAM de um caminhão que tombou em Três Cachoeiras e repassou-o para a chefe de reportagem, que encaminhou a pauta para outra repórter. Enquanto isso, a repórter que estava fazendo a pauta do Rio dos Sinos olhou matérias publicadas em outros jornais para saber o que já havia sido divulgado.

Às 19h10min, a repórter que estava com a pauta do caminhão que tombou comentou que no dia seguinte iriam dar continuidade ao procedimento de acompanhamento do transbordo da carga e que não houve contaminação. A chefe de reportagem sugeriu então que ela fizesse uma nota para edição do próximo dia. A repórter que recebeu o *e-mail* e a que estava fazendo a pauta trocaram algumas idéias sobre a matéria.

Às 19h13min, a repórter que estava fazendo o texto do Rio dos Sinos imprimiu a matéria e repassou para a chefe de reportagem que comentou que não havia previsões de matérias de meio ambiente para a capa. As sugestões eram o fechamento do hospital em Viamão e a casa Gomes Jardim em Guaíba.

Às 19h15, a repórter começou a fazer a matéria do Rio Gravataí a partir da conversa com a Corsan e o IRGA. Conferiu informações no site e começou a estruturar a matéria que falava que não havia riscos de racionamento e que o IRGA iria desencadear a partir da próxima semana. Concluiu a matéria às 19h45min. Em seguida, passou para a construção do texto do Congresso de Direito Ambiental que concluiu às 20h25min. Enquanto isso, a subeditora fazia ajustes nas primeiras matérias de meio ambiente que iriam para a página 6.

Às 20h5min, a repórter que estava fazendo a nota sobre o acidente em Três Cachoeiras encerrou a tarefa, comentando que, com relação a outra pauta, ela havia ligado várias vezes para a Brigada Militar de Nova Santa Rita mas não tinha conseguido falar com ninguém. Buscava informações sobre novidades com relação ao resíduo de couro que foi descoberto no dia anterior.

Às 20h27min, duas repórteres se conversaram, pois uma delas estaria de plantão no sábado e buscava alguns contatos de fontes ambientalistas.

Às 20h35, a repórter começou a fazer mais outro texto (retranca) sobre as ações da FEPAM e recebeu algumas orientações da subeditora. Às 20h43min, ela conseguiu ajuda de outro repórter que lhe repassou um *release* da FEPAM que ele encontrou no *site* do Governo do Estado. Como ela não localizou, ficou com uma cópia impressa que serviu de base, segundo ela, porque possuía algumas informações que ela não tinha, complementando a entrevista feita com Jackson Müller, da FEPAM, que afirmou que a instituição estava recorrendo para cassar as liminares que impediram, no dia anterior, a divulgação dos nomes de três empresas atuadas pela entidade por descumprimento das normas ambientais no Rio dos Sinos. Essa informação acabou virando o primeiro parágrafo da matéria porque a repórter considerou esta como a mais importante dentre as que ela havia coletado durante a apuração.

Às 20h55min, ela terminou o texto e entregou para a subeditora que posicionou a matéria ao lado da feita pela manhã que tratava sobre a reunião do Ministério Público. Na verdade, dois textos sobre o Rio dos Sinos foram produzidos,

no entanto, somente “FEPAM recorre para cassar liminares” foi publicado. Nesta edição a abertura da página foi “Famílias invadem área e desmatam – Com a chegada de policiais, de Beto Moesch e do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), elas aceitaram deixar o terreno no Parque Santa Fé”. Além deste constavam “MP analisa se danos prejudicam o ser humano”, “mais clara a água do Gravataí”, “População ajuda denunciando”, “Convivência nas cidades é tema de congresso” e “Pernambuco será bloqueada às 9h”. Também haviam nesta página seis notas, sendo que uma delas era sobre “Transbordo de hidróxido de sódio não causa dano” que se referia ao caminhão que tombou em Três Cachoeiras. Outras duas notas tratavam sobre meio ambiente, uma era a respeito do ato junto às águas do Rio dos Sinos a ser promovido no dia seguinte pelo Vicariato Episcopal de Canoas feita a partir de um *release* e a outra trazia informações do debate no Programa Guaíba Ecologia sobre o desastre no Rio dos Sinos no domingo, repassada pelo pessoal da Rádio Guaíba (integrante do grupo Caldas Júnior).

O sexto dia de observação, **21 de outubro**, iniciou cedo porque a intenção no sábado era fazer a primeira edição rodar pro volta do meio dia. Por isso a chefe de reportagem já repassou, às 8h, para uma das repórteres o acompanhamento do ato em razão da mortandade de peixes no Rio dos Sinos promovido pelo Vicariato Episcopal de Canoas, que seria promovido a partir das 10h, junto ao Bairro do Carioca. “Vamos continuar dando, é o assunto da semana”, afirmou a chefe. Além desta pauta, a repórter recebeu outras duas, uma sobre grafiteagem e outra de verificação junto ao Comando Ambiental das ações a serem desenvolvidas pelo órgão.

No papel recebido pela repórter da chefia de reportagem, estava escrito o seguinte: “Pauta 21 de outubro, 9h, moradores de Sapucaia do Sul e arredores realizam, no Passo do Carioca, uma celebração religiosa pela matança das 85 toneladas de peixe. Suzana: (fotos) vamos sair bem cedo e retornar logo. Edição fecha às 11h”.

A repórter saiu então da redação para cumprir a pauta do Rio dos Sinos e na volta aproveitou para fazer outra sobre grafiteagem no Trensurb.

Enquanto isso a chefia de reportagem deu continuidade a sua rotina convencional de avaliar *e-mails* e buscar informações em sites, quando detectou que a imprensa estava destacando a pane nos aeroportos e atrasos em vários vôos. Pediu então para dois repórteres para conseguirem informações, pois deveriam fazer uma matéria para esta edição.

Às 9h30min, o diretor avaliou com a chefe de reportagem as previsões de matérias para a edição de domingo. A chefe de reportagem falou da celebração em Sapucaia do sul, da pane nos aeroportos e da visita dos candidatos Lula e Alckmin no estado. Comentou também que não entendia como a imprensa estava divulgando e o jornal não havia obtido esta informação da pane nos aeroportos se um dos repórteres tinha estado no dia anterior no aeroporto, entrevistando o superintendente da Infraero. “Mesmo assim a Zero Hora deu a informação e o Correio do Povo não. Temos que recuperar isso, não entendo como ninguém não ligou para cá para avisar. São 146 vôos atrasados”, explicou-se a chefe de reportagem.

Em seguida, a chefe de reportagem atendeu uma ligação telefônica e recebeu mais uma sugestão de pauta, voltando a se dedicar a procurar na Internet informações sobre a pane nos aeroportos. “Se a Folha de São Paulo não tem essa matéria significa que foi uma boa de uma sacanagem”, afirmou a chefe de reportagem.

Às 9h55min, a chefe de reportagem pediu a uma das repórteres para que ela continuasse tentando entrar em contato com alguém da Infraero para fazer ao menos “quatro linhas dizendo que as coisas voltaram ao normal. Sem estresse, mas precisamos dar isso”, confirmou ela.

Às 10h, chegou a redatora, e, às 10h5min, a chefe de reportagem acertou com outro repórter a troca de lugar das matérias na página e ressaltou que ele e a outra repórter deveriam ir se organizando para fecharem a pauta. Solicitou também para o repórter a verificação do transbordo da carga do caminhão que tombou em Três Cachoeiras para saber como estava o trânsito no local. Após isso ela telefonou

para a repórter para ver como estava a apuração dos fatos referente a matéria do Rio dos Sinos.

Devido à falta de informações oficiais sobre a pane, a chefe de reportagem manteve o acompanhamento ao noticiário no rádio. Os outros dois repórteres foram finalizando os textos.

Às 10h35min, uma das repórteres acertou com a chefe de reportagem a saída para outra pauta enquanto a repórter que foi acompanhar o ato do Rio dos Sinos retornou para a redação. Ao chegar a chefia de reportagem chamou a atenção da repórter porque estava se aproximando do horário de fechamento da edição e ela, além de não conseguir concluir uma das pautas que era para este dia, não localizou o local onde os grafiteiros estariam no Trensurb. “Tu sabes que a previsão de capa no sábado é até às 10h e aí que chegas aqui me dizendo que uma delas ficou às 10h40min ? Tu sabes que eu tenho que passar para o diretor o que rendeu para capa”, indagou ela. “Como é que tu faz isso e não me liga, não me fala nada. Eu liguei para o fotógrafo e ele não me disse nada. Tem que ser mais rápido”, advertiu a chefe de reportagem.

Depois de repreender a repórter, a chefe de reportagem solicitou que ela fizesse logo a matéria do Rio dos Sinos que já estava tarde e repassasse para ela um resumo do que tinha acontecido que ela iria sugerir a publicação da celebração ecumênica em Sapucaia do Sul na capa. A chefe de reportagem retornou da conversa com o diretor avisando a repórter de que ela deveria fazer uma matéria com mais ou menos 20 linhas para a capa. As matérias do Comando Ambiental e uma completa das atividades que aconteceram no final de semana em prol do Rio dos Sinos ela deveria fazer para deixar pronta para a edição de segunda-feira.

Às 10h40min, a repórter começou o texto da celebração ecumênica em Sapucaia do Sul, e enquanto escrevia comentou a dificuldade em sair correndo e do atraso que não estava previsto e que ocorreu em função de que a equipe do jornal não encontrava o lugar do culto ecumênico.

Às 10h50min, entregou o texto para chefia de reportagem enquanto ela avisou ao repórter que estava fazendo a policial que era para ele conseguir o superintendente da Infraero: “eu não saio hoje sem falar com ele”, salientou.

Às 10h55min, a repórter começou a fazer a pauta do Rio dos Sinos para a edição de segunda-feira, enquanto o repórter da policial ligava novamente para os plantões para verificar se havia alguma novidade já que estavam fechando o jornal.

Às 11h5min, ela chamou atenção do repórter para o fechamento das matérias e, após, atendeu a ligação de uma repórter da política que estava repassando uma matéria por telefone.

Às 11h10min, a repórter que estava desenvolvendo a pauta Rio dos Sinos fez contato com o presidente do Instituto Martim Pescador, Henrique Prieto e, após concluir a ligação, começou a elaborar o texto.

Às 11h20min, a chefia de reportagem cobrou novamente do repórter se ele ainda não havia localizado o telefone da assessoria de imprensa da Infraero e ele respondeu que estava tentando, mas que os celulares estavam desligados. Enquanto isso, o diretor passou para a redatora textos para serem colocados nas páginas.

Às 11h25min, a chefe de reportagem chamou o repórter da policial para fecharem o jornal.

Às 11h30min, a repórter que estava fazendo a pauta do Rio dos Sinos foi assistir ao Jornal do Almoço, da RBS TV. Enquanto isso a chefe de reportagem tirou dúvidas com a repórter sobre a matéria da celebração ecumênica. “Colocou diversas atividades, mas não colocou quais”. A repórter respondeu que essas informações tinham ficado no outro texto, já que ela havia feito um falando somente da celebração ecumênica e outro sobre as atividades desenvolvidas no final de semana em razão da mortandade de peixes.

A chefe de reportagem então abriu o arquivo com o texto no seu computador e pediu para a repórter para acrescentarem essas informações. Às 11h50min, as duas concluíram os acréscimos e revisaram a matéria que foi para a diagramação.

Às 11h55min, a outra repórter retornou para a redação e começou a fazer o texto sobre vasectomia.

Às 12h, a chefe de reportagem acompanhou as notícias no site do CLICRBS e repassou para o repórter que estava fazendo a policial a solicitação de que ele conferisse informações sobre a pane nos aeroportos. Às 12h10min, a repórter que estava fazendo a pauta do Rio dos Sinos retomou a elaboração do texto sobre as atividades desenvolvidas em prol do rio. Este segundo texto teve como base a entrevista com Odi Silva, do Centro de Estudos Ambientais de Sapucaia do Sul, feita durante o deslocamento ao local da celebração ecumênica que tinha ocorrido na manhã deste dia. Além destas duas matérias, a jornalista construiu ainda um texto sobre os grafiteiros para a edição de segunda-feira.

Às 12h30min, a repórter terminou a matéria do Rio dos Sinos e conferiu na Internet algumas informações sobre uma ONG que é coordenada por Helena Bonumá. Após reeditou o texto e imprimiu novamente uma cópia às 12h35min. Em seguida, iniciou a matéria dos grafiteiros, mas parou para acompanhar o que seria divulgado no programa Correspondente Ipiranga, da Rádio Gaúcha.

O fechamento do jornal costuma acontecer normalmente entre às 13h e 13h30min quando sai a primeira edição impressa na gráfica. No entanto, como nem todas as matérias estavam prontas às 12h o fechamento atrasou. Às 13h a chefia de reportagem foi embora e em seguida assumiu o repórter que ficaria de plantão nesta tarde. Aqueles jornalistas que estavam trabalhando desde o início da manhã e que ainda não tinham finalizado suas pautas ficaram concluindo o serviço até o encerramento do expediente.

Nesta edição, além da matéria elaborada pela manhã para a capa com uma fotografia, foram utilizadas na página 7 a matéria do mutirão no Arroio Águas Belas,

em Alvorada, elaborada no dia anterior e dos certificados entregues aos pescadores por Altemir Gregolin, durante sua passagem pelo estado na última quinta-feira. Também foram publicadas na mesma página uma nota sobre o aquecimento global que teve o conteúdo extraído de um texto de agência e outra sobre a caminhada da primavera no Jardim Botânico, conseguida por meio de um *release* encaminhado pela assessoria de imprensa da Fundação Zoobotânica. Os conteúdos foram selecionados pela subeditora para compor a página.

O sétimo dia de observação, **22 de outubro**, iniciou com a presença de dois repórteres na redação, sendo que um deles acompanhou as pautas policiais e o outro a geral. Neste dia nenhuma matéria de meio ambiente foi prevista. Às 14h chegou a chefe de reportagem e também uma repórter que ficou acompanhando os acontecimentos policiais. Como no sábado não havia pauteiro, as sugestões a serem desenvolvidas neste dia foram deixadas pela chefe de reportagem que trabalhou no dia anterior.

Mais tarde chegou outra repórter que recebeu as pautas de atividades no Parque Farroupilha e adoção de medidas para evitar assaltos no Trensurb. Depois de receber orientações com relação ao desenvolvimento das pautas pela chefe de reportagem ela saiu às 14h45min para fazer pautas com fotógrafo enquanto a outra jornalista continuou fazendo plantão.

A chefe de reportagem verificou se havia alguma informação interessante que pudesse ser usada como nota ou sugestão de pauta nos *e-mails* e às 16h fez contato para saber o que havia acontecido com a outra repórter que estava escalada para trabalhar neste dia. Ela comentou que em virtude de problemas pessoais iria se atrasar.

Às 16h30min, a repórter que havia saído com a equipe do jornal repassou informações sobre quais as matérias que iria produzir para a chefia de reportagem, mas nenhuma delas era sobre meio ambiente. A chefe pediu que ela verificasse também dados sobre uma operação da Interpol. Enquanto isso a outra repórter saiu com o fotógrafo para ver um acidente na Lomba do Pinheiro.

Às 17h, a repórter que estava atrasada chegou e assumiu a pauta da Interpol enquanto que a repórter que estava fazendo a ronda policial retornou a redação e recomeçou a fazer ligações.

Já às 17h45min, chegou o editor que avaliou seus *e-mails* para saber se havia alguma informação que poderia ser aproveitada. Na seqüência, ele definiu a distribuição das matérias prontas nas páginas.

Às 18h20min, o editor pediu para a chefe de reportagem conferir tudo que havia no *e-mail* dela para ser publicado no jornal como nota. A repórter que agora estava fazendo a pauta da Interpol conferiu informações porque o que havia sido repassado pelas fontes não conferia com o que estava sendo divulgado pelo CLIC RBS. A repórter descobriu então que o conteúdo do CLIC RBS tinha sido copiado da Folha de São Paulo.

Às 18h30min, o editor repassou os números das matérias e as respectivas páginas para publicação aos diagramadores.

Às 18h45min, a subeditora auxiliou a jornalista para a colocação do texto eletronicamente no espaço em que estava definido na página. No entanto, o editor pediu que ela aumentasse o número de linhas para que pudesse servir de abertura de página. A repórter buscou então outras informações para incorporar a matéria enquanto a outra repórter permanecia apurando a pauta da Interpol.

Às 19h, chegou a pauteira e o movimento no domingo se assemelha ao registrado durante a semana, pois poucas pessoas não estão trabalhando em função das escalas. Porém, a partir deste horário apenas um repórter ficou acompanhando as pautas já que às 20h iniciou o plantão. A chefe de reportagem e a pauteira conversaram sobre as sugestões de pautas.

Às 20h10min, são diagramadas na página 7 as matérias 3 e 4, que foram elaboradas pela repórter que trabalhou na manhã de sábado tendo como base a mortandade de peixes no Rio dos Sinos. O editor propôs o título "Vale do Sinos

mobilizado pelo seu Rio - foi o que aconteceu no final de semana". O editor pediu para a redatora alterar o texto feito pela repórter, pois, segundo ele: "tem que dar a notícia". Depois de feitas as alterações ele elogiou o trabalho e comentou que "ficou mais notícia". A outra matéria recebeu como manchete "Chega reforço para a Patrulha Ambiental".

8 A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS AMBIENTAIS

Neste capítulo, partimos do referencial teórico do *newsmaking*, que compreende a notícia como construção social, para analisarmos como a organização jornalística, as rotinas de produção, os valores/notícia e as fontes influenciam na elaboração das matérias. Ao final, propomos uma discussão no sentido de verificar se as matérias de meio ambiente publicadas no Correio do Povo e na Zero Hora seguem os critérios do Jornalismo Ambiental.

Todos os dias há uma gama muito grande de ocorrências submetidas às regras de uma produção industrializada para serem transformadas em notícia, representando para os leitores, no dia seguinte, o que de mais importante aconteceu. Esse conjunto de critérios de relevância é o que define a noticiabilidade de cada evento, ou seja, sua aptidão para ser transformado em notícia (WOLF, 2005).

Para que, em meio a esta superabundância de acontecimentos, os veículos de comunicação estabeleçam o que pode ser transformado em notícia, Tuchman (1977, p.45³¹ *apud* WOLF, 2005, p.195) afirma que é necessário reconhecer um evento como noticiável, elaborar modos de relato desses eventos e organizar o trabalho, criando condições para que esse evento possa ser noticiado. Essas tarefas estão todas inter-relacionadas e dizem respeito à cultura profissional e às restrições ligadas à organização do trabalho em cada um dos jornais.

³¹ TUCHMAN, G. Making news by doing work: routinizing the unexpected. *American Journal of Sociology*, n.79, p.110-131, 1973.

Para Noblat (2003, p.31) notícia, na verdade, é tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público. “E, como nós valorizamos principalmente as notícias negativas, o mundo que os meios de comunicação retratam parece muitas vezes pior do que verdadeiramente é.” Ele acrescenta ainda que notícia é todo fato que possa despertar o interesse dos leitores ou de parte dos leitores de um jornal. Ademais, há outras características que interferem no momento de definir se um fato é noticiável ou não. São os chamados critérios de noticiabilidade.

Os critérios de noticiabilidade são um complexo de requisitos que se exige de um evento para que ele adquira existência pública como notícia e estão ligados estreitamente aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção da notícia, tentando sempre responder ao questionamento de quais acontecimentos cotidianos são importantes. “A definição e a escolha do que é noticiável – com respeito ao que, por sua vez, não faz notícia – são sempre orientadas pragmaticamente, isto é, em primeiro lugar para a ‘condição factível’ do produto informativo a ser realizado em tempos e com recursos limitados” (WOLF, 2005, p.197).

A possibilidade de uma ocorrência se transformar em notícia pode ser observada durante a rotina do dia 14 de outubro de 2006, quando o único repórter que ficou de plantão teve que se deslocar até o Parque Itapuã para fazer uma matéria. A influência da limitação de tempo e da estrutura organizativa também pôde ser constatada:

As principais dificuldades foram a distância do local e eu estava no plantão da geral de sábado onde só fica um repórter aqui. No caso era eu. Chego uma da tarde e teoricamente largaria daqui no máximo umas nove da noite. Tem dias que são bem tranquilos outros não, como foi o meu caso. [...] saí no início da tarde para ir pra Itapuã e cheguei aqui às 19h15min. O que é que eu não tinha feito ainda – ronda policial – que no mínimo duas eu tenho que fazer. Eu não tinha feito nenhuma, então eu tinha que fazer a ronda policial porque se eventualmente tivesse algum acidente, que teve, eu teria que escrever. E a nossa pauteira ainda tinha me deixado mais uma pauta. Então aquele dia eu fui injustiçado. Ela não podia ter me deixado mais uma pauta. Me deixou mais uma então eu ainda tive que ir atrás de uma pauta de uma piloto lá. E saí daqui meia-noite. Então foi um dia bem pesado (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

Logo após coletar as informações para esta matéria em Itapuã, o repórter recebeu uma chamada telefônica da redação, onde um colega informava que próximo ao local em que ele estava os pescadores faziam um protesto contra a seca que os impossibilitava de pescar, pois os barcos estavam encalhados. Os critérios de noticiabilidade foram utilizados pelo repórter para definir o que ele iria divulgar a partir do acontecimento que presenciou³²:

Aí eu fui lá ver o problema dos pescadores, realmente é um troço dramático que eles tão vivendo lá. Eles não conseguem tirar os barcos. Eles não têm água para tirar os barcos, é só terra. Imagina os barcos, como eles vão sair dali pra pescar? Os caras vivem disso e aí eu fui cobrir o protesto deles (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

A noticiabilidade está então intimamente ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção. Isso porque, como reforça Traquina (2004, p.158), o trabalho jornalístico “é influenciado pelos meios de que a organização dispõe” e também pelos aspectos econômicos, tecnológicos e políticos que envolvem a atividade. É importante ressaltar que as questões jurídicas também estão deixando em alerta as direções dos jornais e motivaram modificações que influenciaram diretamente a forma como são publicadas as matérias nos jornais. No Correio do Povo, por exemplo, o editor explica que, em casos de sentença em tramitação na justiça, os nomes de acusados não são publicados. Este é um fator preponderante de restrição para informações com determinado teor:

Todo o país está preocupado com isso que está dando muito processo contra as empresas jornalísticas exatamente por isso. As matérias têm que ser muito bem fundamentadas, tem que ter o pró e o contra. As empresas estão preocupadas com isso e aqui não é diferente. E aqui em Porto Alegre, digo não só no Correio do Povo, está havendo muito cuidado com o baixamento das matérias. [...] Não é tanto pelo aspecto econômico, mas pelo jurídico que o CP tem a preocupação em não divulgar nomes de empresas. “Como não transitou em julgado ainda elas podem recorrer e se defender porque elas não foram condenadas ainda. Elas foram autuadas, indiciadas mas não foram condenadas. Então, o jornal toma esse cuidado de não ficar dizendo que a empresa fez isso ou provocou isso ou aquele outro. Ela ainda vai se defender, ela tem direito a se defender, quer dizer é

³² Anexo A.

cedo ainda para a gente condenar a empresa. Aí, do ponto de vista jurídico, ela pode recorrer, e o jornal tem que dar espaço para isso e tem que dar tempo pra isso (Editor do CP em entrevista à pesquisadora).

A influência das questões jurídicas na forma de padronização das rotinas produtivas no Correio do Povo foi percebida também pela pesquisadora durante a reunião de pauta realizada no dia 19 de outubro de 2006, quando o diretor da empresa orientou a chefe de reportagem em relação ao fato de que a matéria a respeito das empresas responsáveis pelo desastre ambiental no Rio dos Sinos seria pequena e “sem nomes”:

Continua a mesma regra administrativa e de outras matérias. Não vamos dar nomes das empresas até porque isso ainda está tramitando na justiça (Diretor do CP em reunião de pauta).

Desde a apuração, que inclui o contato com as fontes, até a construção dos textos, novos fatos que estão acontecendo disputam espaço para a publicação. Neste processo, o acontecimento ao ser relatado é descontextualizado e recontextualizado, o que é feito pelo jornalista que lança mão destes critérios e de outros subjetivos, para definir quais as informações, desde as primeiras recebidas ao longo da jornada, vão permanecer na disputa por um espaço na edição do dia seguinte.

Genro Filho (1989, p.186) avalia que “existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas”. A interveniência das relações subjetivas é apontada num estudo feito por Petrarca (2003, p.144), ao analisar os conflitos existentes entre jornalistas que produzem matérias ambientais no “jornalismo comercial” e aqueles que se dedicam a uma cobertura específica à temática ambiental. A autora conclui que a definição de notícia ambiental entre os jornalistas está relacionada às condições “estruturais e às correlações de força que pesam sobre esses espaços de produção de notícias, bem como as trajetórias, percursos,

itinerários e lógicas de engajamento que esses jornalistas estabelecem com a temática ambiental”.

Dessa forma, as rotinas de produção estão intimamente ligadas aos requisitos que exercem influência sobre o juízo do jornalista em relação ao seu critério de seleção e ao critério da empresa, o que determina a existência pública dos fatos. Esta condição é o que os autores Molotch e Lester (1999, p.37³³ *apud* TRAQUINA, 2004) denominam de potencial impacto público uma vez que “o efeito multiplicador social do trabalho daqueles que criam notícias para públicos é muito maior que o efeito das pessoas que criam notícias para elas próprias e para os seus homólogos mais chegados”. A preocupação com o interesse do leitor é o que motiva, segundo o editor de ZH, a abordagem ambiental neste veículo:

O que acaba determinando o espaço que o tema ambiente ocupa no jornal é o interesse do público, que infelizmente, é um interesse baixo. Então por mais que a gente acabe prestando atenção nesta área e procurando dedicar, cobrir no dia-a-dia essas matérias de meio ambiente e fazer matérias especiais e manter um caderno mensal sobre isso, infelizmente a resposta do público é aquém do esforço. Então isso acaba sendo um obstáculo a mais pra que o assunto ambiente tenha mais espaço. Mas a gente não desiste, a gente procura ter a cobertura diária dos assuntos que são mais urgentes e relevantes como o recente desastre ambiental no Rio dos Sinos, mas também a gente faz matérias especiais que ficam fora do caderno específico de ambiente (Editor de ZH em entrevista à pesquisadora).

Por compreendermos a importância da influência dos aspectos que levam a construção das notícias, como a cultura profissional, a organização do trabalho e os procedimentos de produção é que optamos pelo *newsmaking* como suporte teórico. No entanto, após descrevermos o percurso para que uma ocorrência de meio ambiente se torne notícia, constatamos que os critérios de noticiabilidade atribuídos a esta seguem a mesma lógica, segundo entrevistas feitas com os jornalistas do Correio do Povo e Zero Hora, de outras temáticas que são apresentadas pelos jornais. Por considerarmos que a organização jornalística exerce influência muito

³³ MOLOTCH, H.; LESTER, M. Accidental news: the great oil spill as local occurrence and national event. *American Journal of Sociology*, v.83, n.3, 1975.

forte sobre o que é noticiado nos dedicamos a analisar este assunto no próximo subcapítulo.

8.1 A INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS NOTÍCIAS

O efeito da estrutura organizativa na elaboração das notícias tem sido epistemologicamente considerado alvo de incursões acadêmicas desde os anos 1950, quando Warren Breed (1999) escreveu um artigo afirmando que o principal foco de atenção dos jornalistas está voltado para seu grupo e não para o público leitor. Exercer as funções de acordo com as expectativas dos chefes, mas sem comprometer-se com os demais membros da equipe, pode garantir benefícios profissionais, ou, no caso inverso, punições. Breed indica que esses constrangimentos profissionais fazem com que o jornalista se conforme com as regras editoriais e abandone as crenças individuais.

Um exemplo de constrangimento foi presenciado pela pesquisadora no dia 17 de outubro, quando o diretor do Correio do Povo falou à chefe de reportagem a respeito de uma matéria do protesto dos moradores do bairro Petrópolis contra o corte de árvores. “Me chamou atenção porque tem que ter cuidado”, afirmou a chefe de reportagem para a repórter que havia feito a matéria. Preocupada com o encaminhamento que seria dado à matéria, a repórter perguntou se era preciso ouvir a empresa acusada pelos moradores. A chefe de reportagem afirmou que não era necessário porque nem tinha o nome da empresa. Em entrevista à pesquisadora, a repórter informou que a matéria não foi publicada.

Eu não coloquei o nome da empresa que estava envolvida. Eu sabia qual a empresa que era, só que eu não coloquei a empresa até por não ter conversado. Aí chegou na hora não tinha a empresa e talvez a empresa fosse uma assinante do jornal aí não saiu (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

De acordo com Breed (1999), cada jornal tem uma política editorial que é de responsabilidade dos executivos, dos donos dos jornais ou de seus editores, mas eles são os responsáveis pela redação das notícias. A política editorial do Correio do Povo é orientada pragmaticamente. Tanto que este assunto é comentado ou por repórteres que estão há mais tempo na redação ou por editores e pela chefia de reportagem. Segundo os jornalistas, os fatores econômicos e os aspectos jurídicos são os que mais pesam no momento de decidir se uma matéria será ou não publicada.

No geral, fica meio oficializado o que pode e não pode publicar, a gente não consulta mais. Há liberdade, mas há uma auto-censura. Fica uma situação super difícil de trabalhar em razão das questões judiciais. (Chefe de reportagem do CP em entrevista à pesquisadora)

A política editorial também motivou comentários, durante a rotina de trabalho, por parte do editor que demonstrou preocupação com as expectativas criadas no público pelo jornal, com relação à divulgação dos nomes das empresas que estavam sendo responsabilizadas pela mortandade de peixes no Rio dos Sinos. A matéria foi publicada na edição de 20/10/2006³⁴ sem os nomes das empresas:

Tu não vais achar o nome das empresas. Infelizmente trabalhamos assim. A direção alega que as empresas têm o direito de se defender e como não transitou em julgado é complicado, enfim é a política da empresa (Editor do CP em entrevista à pesquisadora).

Em Zero Hora, o editor-executivo de geral comenta que a cobertura de ambiente é resultado da conjugação de dois fatores. O primeiro deles é a consciência da empresa da importância de tratar o tema. Por isso, foi criado o Caderno de Ambiente. No entanto, ele explicou que a idéia era que o caderno deixasse de ser mensal para ter uma freqüência maior ou ter mais páginas, mas faltou amparo financeiro para que isso ocorresse. O outro fator que acaba

³⁴ Anexos B e C.

determinando o espaço que o tema ambiente ocupa no jornal diariamente é o interesse do público.

Breed (1999) apontou seis razões que levam ao controle social na redação: a autoridade institucional e as sanções, os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores, aspirações de mobilidade, ausência de grupos de lealdade em conflito, o prazer da atividade que inclui a cooperação na redação, as tarefas necessárias são interessantes assim como as gratificações não-financeiras. Assim, a notícia torna-se um valor. Esses mecanismos de manutenção da orientação nos ajudam a compreender como a estrutura organizacional de Zero Hora e Correio do Povo pode determinar diferenças nas coberturas de meio ambiente.

A relação nas redações do Correio de Povo e Zero Hora entre jornalistas e chefes é a mesma que se registra em uma fábrica, já que todas as tarefas determinadas são cumpridas. As pautas são entregues de acordo com a aptidão de cada jornalista, julgada pelos superiores hierárquicos e, a partir de então, começa a labuta do jornalista. Geralmente, as pautas não são impostas como ordens, mas tratadas como sugestões. Por isso, os jornalistas têm a liberdade de fazer perguntas e discutir com a chefia sobre o enfoque da matéria. Dificilmente, há divergências porque os repórteres cumprem as determinações, e quase nunca se manifestam contrariamente a uma sugestão de enquadramento. Isso significa que o jornalista passa a ter uma autonomia “relativa”.

De acordo com Zeller (2001, p.122), nas três últimas décadas “as atuais estruturas de produção da informação estão completamente atravessadas por lógicas econômicas e políticas que condicionam, através de múltiplos fatores, o trabalho dos jornalistas”³⁵. Segundo o autor, esta transformação tem se traduzido em uma delimitação da autonomia dos jornalistas, ao mesmo tempo que, o campo jornalístico assume um lugar central no processo de reprodução social e econômica, como se verifica na declaração a seguir:

³⁵ Tradução livre da autora.

É, a gente pode sugerir, mas antes sempre vai pra pauta na verdade, a gente não tem essa autonomia de dizer assim “eu vou fazer uma matéria”, até as vezes tem, mas é raro uma autonomia. Geralmente vem a chefe de reportagem e distribui para a gente, mas eu me lembro de já ter sugerido pautas e ter feito matérias especiais para domingo, que é quando a gente faz matérias com mais tempo e com mais fontes (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

O desenvolvimento das pautas através da coleta das informações, da busca das fontes e da elaboração do texto é orientado de acordo com um conjunto de regras que dizem respeito à organização de cada uma das empresas devidamente incorporadas pelos jornalistas. A autoridade institucional e as sanções dizem respeito ao dever e à estima com relação aos superiores, que se transformam em sentimentos de obrigação para com a empresa. Isso se reflete em outro fator que é a aspiração à mobilidade profissional.

Nas redações dos jornais pesquisados, registramos também o que Breed (1999) chama de ausência de fidelidade de grupos de contrapontos, pois o clima é pacífico e não se registra a presença de sindicatos. Há apenas a cobrança para que os jornalistas que encerraram o horário de expediente terminem suas atividades e se retirem do ambiente. Por isso, a redação já está disposta de uma forma que existem mesas, computadores e cadeiras nas ilhas da editoria de geral o suficiente para comportar o número de pessoas da escala de trabalho. Assim, aqueles que permanecem na redação ultrapassando seu horário de trabalho são constrangidos porque muitas vezes acabam não tendo onde sentar para redigir seu texto.

Mesmo trabalhando oficialmente num determinado horário, há o comprometimento por parte dos repórteres de 24 horas por dia estarem sintonizados com os acontecimentos e com as notícias que estão sendo veiculadas pelos meios de comunicação, assumindo uma tarefa que é exercida muitas vezes sem pretensões pessoais. Esse comprometimento pode ser percebido no Correio do Povo quando um dos repórteres que trabalhou pela manhã concluiu sua matéria, mas ligou no início da noite para uma das redatoras, para “atualizar a sua matéria” com informações que ele havia conseguido com um dos entrevistados, por telefone, em horário que não estava trabalhando no jornal.

O prazer da atividade que inclui a cooperação na redação, o gosto pelo trabalho e a busca por gratificações não-financeiras também são registrados na prática diária do Correio do Povo e da Zero Hora. Há uma relação de colaboração na redação e, como rádio e televisão permanecem ligados, editores e repórteres ficam acompanhando os noticiários. A cada novidade avisam o colega que está fazendo a pauta para que se mantenha atualizado e possa acrescentar na matéria outras informações. Além disso, sugestões de fontes e formas de contato com elas, idéias para uma nova abordagem da matéria e até de gráficos e fotografias são intercambiadas pelos profissionais.

Com relação ao trabalho, não se registraram queixas nos jornais, apenas alguns jornalistas comentaram que a questão tempo às vezes dificulta no cumprimento dos prazos e na elaboração das matérias. Como gratificação na atividade jornalística, percebemos situações já apontadas por Breed (1999, p.159), como a variedade de experiência, o testemunho pessoal de acontecimentos interessantes, o convívio com pessoas célebres, a proximidade das grandes decisões e o fato de ser membro “de uma organização viva que lida com assuntos importantes”. A busca de reconhecimento dos jornalistas e a valoração do seu trabalho foram expressas em entrevista feita no Correio do Povo:

Eu quero que todo dia tenha uma matéria de destaque das três que eu produzo. Tentar capa, tentar uma foto legal para valorizar a matéria, todo esse cuidado existe. Eu percebo que não é uma questão de concorrência com os colegas, mas a gente sempre quer ver o nosso material em destaque naquela edição (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

As exigências de competição para a publicação de matérias e a velocidade que a produção precisa desenvolver fazem com que a notícia assuma um valor que não é quantificável, mas torna-se um produto de negociação que leva à obtenção de reconhecimento pelos superiores e pelos leitores.

A hierarquia profissional possui então uma importância muito grande na organização das editorias e auxilia na garantia de que o fluxo seja mantido da

melhor forma possível desde a coleta das informações até a publicação das notícias. O importante a ressaltar é a preocupação com o encaminhamento e enquadramento das reportagens no processo de produção. Em Zero Hora, o editor e a coordenadora de produção permanecem constantemente em contato com os repórteres. No Correio Povo, isso é feito pelas chefias de reportagem, para verificar o andamento da apuração e qual será o enfoque da matéria. Dessa maneira, o índice de imprevisibilidade sofre uma redução, quando há maior tensão na redação em função do horário de fechamento do jornal. Além disso, garante a atenção à política editorial, que não é expressa em manuais, mas de conhecimento dos profissionais.

Por outro lado, é importante apontar que existem fatores que auxiliam o jornalista a escapar do controle social da empresa, como a especialização em determinadas áreas, a falta de clareza das normas editoriais, as rotinas de produção que não são presenciadas pelo chefe (entrevista, coleta de dados), a pressão do furo em função do risco de um concorrente publicar a informação e a experiência profissional, que permite aos repórteres transgredirem com mais facilidade a política editorial.

O fazer jornalístico, por sua vez, é igualmente fruto da atuação de uma organização, produtora de um bem necessário à sociedade. Como observa Berger (2003, p.33):

[...] o jornalista, como todos os produtores da indústria cultural, é um trabalhador, cuja produção específica o qualifica como um intelectual, pois a mercadoria que produz são idéias, valores, imagens e sons que explicam o mundo, lhe dão sentido e substrato para sonhá-lo.

Assim, os jornalistas, confrontados com a supra-abundância de acontecimentos e a escassez de tempo, lutando para impor uma ordem no espaço e no tempo, são obrigados a criar a rotina do esperado, que segundo Traquina (2002), tem como consequência, devido aos critérios profissionais que utilizam na avaliação

das fontes, a dependência em relação aos canais de rotina vinculados à organização.

A maneira de funcionar das organizações jornalísticas influencia diretamente a construção da notícia. Isso pôde ser percebido, durante a pesquisa, quando um dos entrevistados manifestou qual a atenção dispensada pelo Correio do Povo à cobertura de matéria sobre esta temática:

Eu tenho impressão de que esta é a área que editorialmente a empresa menos se preocupa, tem outras preocupações de preservar nomes, na área econômica também. Mas a área de meio ambiente eu não vejo preocupação nenhuma assim com o texto, no bom sentido, assim, claro (Editor de CP em entrevista à pesquisadora).

Como percebemos, a política editorial com relação às matérias de meio ambiente é a mesma aplicada a outras temáticas tratadas diariamente pelas editoriais de geral de Correio do Povo e Zero Hora. Não há uma orientação diferencial, e o principal receio com as matérias é por questões financeiras ou jurídicas:

Se é acidente ambiental a política editorial influencia sim, também para outras matérias. Por exemplo, se tem uma empresa envolvida neste acidente a matéria é vista com outros olhos. No mínimo não se publica o nome se for anunciante (Chefe de Reportagem de CP em entrevista à pesquisadora).

Se, por um lado, os jornais têm uma política editorial voltada à preocupação com o meio ambiente e procuram dar espaço para a temática desde que ela seja factual e de interesse público. Por outro, os jornalistas precisam respeitar as regras da organização que refletem na elaboração da notícia, principalmente quando a matéria envolve fatores econômicos e jurídicos que podem comprometer as empresas.

No entanto, a criatividade e o poder do jornalista ao elaborar o texto podem se constituir em uma forma de escapar ao controle da redação, uma vez que ele possui liberdade de dispor os fatos da maneira como julgar, desde que siga as regras de noticiabilidade. É neste cenário de negociações e confrontos que as rotinas jornalísticas despontam como um terreno fértil para a pesquisa a partir da compreensão de como se instauram esses processos no dia-a-dia dos jornalistas de Zero Hora e Correio do Povo.

8.2 AS ROTINAS DE PRODUÇÃO

As rotinas de produção jornalística têm fundamental importância na formatação do produto final que é a notícia, compreendendo desde a fase de coleta das informações até a elaboração da matéria que será publicada. Os estudos sobre as rotinas produtivas utilizando a metodologia etnográfica ganharam expressividade com o trabalho de Gaye Tuchman, que descreve como a empresa jornalística faz para rotinizar o seu trabalho. “O conhecimento de formas rotineiras de processar diferentes tipos de histórias noticiosas permite aos repórteres trabalharem com maior eficácia” (TRAQUINA, 2002, p.107).

A forma de pesquisa utilizada pela autora serviu de base para este estudo, na medida em que a observação participante realizada em Zero Hora e no Correio do Povo permitiu a compreensão de como a rotina produtiva afeta a construção das matérias sobre meio ambiente na editoria de geral, não esquecendo de outros fatores que são intervenientes neste processo.

Como ressalta Traquina (2004, p.158) o trabalho jornalístico “é influenciado pelos meios de que a organização dispõe” e também pelos aspectos econômicos, tecnológicos e políticos que envolvem a atividade. As questões jurídicas também estão deixando em alerta as direções dos jornais e motivaram modificações que influenciaram diretamente na forma como são publicadas as matérias nos jornais. No Correio do Povo, por exemplo, o editor explica que em casos onde a sentença

está tramitando na justiça os nomes de acusados não são publicados e este é um fator preponderante para a restrição de algumas informações:

Todo o país está preocupado com isso que tá dando muito processo contra as empresas jornalísticas exatamente por isso. As matérias têm que ser muito bem fundamentadas, têm que ter o pró e o contra. As empresas estão preocupadas com isso e aqui não é diferente. E aqui em Porto Alegre, digo não só no Correio do Povo, está havendo muito cuidado com o baixamento das matérias. [...] Não é tanto pelo aspecto econômico, mas pelo jurídico que o CP tem a preocupação em não divulgar nomes de empresas. “Como não transitou em julgado ainda elas podem recorrer e se defender porque elas não foram condenadas ainda. Elas foram autuadas, indiciadas mas não foram condenadas, então o jornal toma esse cuidado de não ficar dizendo que a empresa fez isso ou provocou isso ou aquele outro porque. Ela ainda vai se defender, ela tem direito a se defender, quer dizer é cedo ainda para a gente condenar a empresa”. Aí, do ponto de vista jurídico ela pode recorrer e o jornal tem que dar espaço para isso e tem que dar tempo pra isso (Editor de CP em entrevista à pesquisadora).

Nas editorias de geral do Correio do Povo e da Zero Hora, não há um jornalista com a tarefa claramente definida de selecionar os fatos a serem publicados. As propostas iniciais surgem a partir das idéias sugeridas pela pauteira³⁶ ou pela coordenadora de produção e, ao longo do dia, o editor e demais integrantes da equipe dividem a tarefa de definir o que será publicado. No entanto, a decisão final cabe ao editor. É ele que escolhe o que será ou não publicado e qual espaço receberá. Berger (2003, p. 22) afirma que:

A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou excluir, de qualificar e desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É esta luta que os jornalistas travam no interior do campo do jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho.

³⁶ Erbolato (1985, p.155) afirma que o pauteiro é uma peça importante no complexo jornalístico porque entre as suas funções está a de ler tudo “o que lhe caia às mãos, mas sempre na tentativa de *encontrar a chave* para uma boa matéria”.

A seleção de notícias não pode ser entendida como uma etapa isolada no processo de produção, mas sim integrada a um sistema no qual intervêm vários fatores, inclusive os aspectos subjetivos dos jornalistas. A influência por aspectos subjetivos foi percebida em uma das entrevistas, quando o jornalista aponta que a confecção do texto depende também de suas escolhas pessoais:

Claro que eu sei o veículo que eu tô e a linguagem que é utilizada, então digamos hoje eu sei que eu tenho que seguir um texto mais objetivo aqui no Correio do Povo, mas que da mesma forma não é um texto fechado. Tem possibilidade de fazer, começar da forma como eu bem entender, claro observando este padrão de ser bem direto e bem objetivo (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

Um dos primeiros a estudar os fluxos de notícias dentro dos canais organizacionais dos aparatos de informação foi David Manning White (1999), na década de 1950. Assim como o autor, pesquisas realizadas posteriormente também “confirmam que, na seleção e no filtro das notícias, as normas ocupacionais, profissionais e organizacionais parecem mais fortes do que as preferências pessoais” (WOLF, 2005, p.185), o que pôde ser percebido durante o período da pesquisa:

Meio ambiente vira pauta quando é evidente. Era um desastre e se impôs. Outras matérias que fizemos bastante é de qualidade do ar, que a gente acompanha [...] Mas segue a mesma regra que outras pautas, não somos direcionados, é público em geral (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

Mesmo tendo um peso muito forte durante a escolha do que vai ser noticiado, Wolf (2005, p.255) afirma que não se pode determinar a seleção apenas como uma escolha subjetiva do jornalista, mas é preciso vê-la como um processo complexo, “que se desenvolve ao longo de todo o ciclo de trabalho, realizado em instâncias diferentes”.

Outro aspecto interessante nesta etapa, salientado por Wolf (2005, p.261), é o peso da função que desempenha a imagem do público elaborada pelos jornalistas. Essa imagem do público “vale, sobretudo, nos períodos de rotina e de equilíbrio no processo de produção” e também para os processos de reestruturação forçada do jornal. As escolhas que motivaram a continuidade de publicação das matérias referente à mortandade de peixes no Rio dos Sinos, pelo Correio do Povo e até pela imprensa internacional, são comentadas por um dos jornalistas:

A importância se deve ao interesse público. “Acho que é isso que acaba pautando se vai ter maior espaço ou não é o interesse. A do Vale do Sinos agora tinha um grande interesse e aí acabou tomando conta”. Se não houvesse o desastre? Talvez a FEPAM nem iriam fiscalizar se essas empresas estavam ou não colocando alguma coisa na água (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

A rotina nas redações de Zero Hora e Correio do Povo inicia-se pela manhã, e os repórteres vão se revezando em dois turnos de trabalho que começam por volta das 9h e das 14h. O começo do trabalho se dá com a distribuição das pautas que têm como base os assuntos sugeridos pela pauteira ou pela coordenadora de produção. A montagem da pauta começa sempre no dia anterior, mas a definição do que é noticiável acontece ao longo da rotina produtiva, quando o editor e demais membros da equipe dividem essa tarefa.

As pautas precisam ser cumpridas dentro do horário de estabelecimento dos contratos de trabalho, no caso sete em Zero Hora e cinco no Correio do Povo, obedecendo ainda ao horário de fechamento do jornal. Independente de imprevistos – como falta de veículo para deslocamento, atrasos em uma das pautas por motivos relacionados ao desempenho do entrevistado interferindo na disponibilidade de tempo a ser gasto com outra pauta, problemas de trânsito impedindo o deslocamento da equipe no horário previsto, deslocamento ao local errado para o cumprimento da pauta em razão de informações equivocadas – as matérias precisam ser elaboradas com uma qualidade mínima para não serem descartadas ou deixadas de lado pelo editor e de forma que o leitor compreenda o que o jornalista quis representar por meio das informações repassadas.

As informações a respeito de meio ambiente chegam aos jornais por meio de materiais enviados por assessorias de imprensa, através de outros veículos de informação que estão noticiando os fatos que estão acontecendo naquele dia ou de denúncias e sugestões feitas por leitores com relação ao lixo, cortes de árvores e outros problemas ligados ao dia-a-dia da cidade. É importante ressaltar que tanto no Correio do Povo como em Zero Hora, meio ambiente vira pauta se for assunto factual, disputando com outros temas abordados pela geral. Na semana em que a pesquisa foi realizada, o acompanhamento do desastre ambiental registrado no Rio dos Sinos, no dia 7 de outubro de 2006, foi o propulsor da cobertura nesta área e um dos principais temas abordados pelos veículos.

Em geral esses termos de meio ambiente mais complexos não estão relacionados a um aspecto factual e à notícia do dia-a-dia, são matérias que são trabalhadas mais apuradamente no caderno Ambiente (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

Com relação às fontes das matérias de meio ambiente, nos dois veículos se registra a busca de pessoas que sejam legitimadas pelo poder e tenham credibilidade. Nas agendas, contam como principais contatos os representantes de governos municipal, estadual e federal. Diariamente os repórteres fizeram contatos, durante o período da pesquisa, com essas fontes instituídas e apesar de se registrarem muitas opções de fontes na área, a FEPAM e o Instituto Martin Pescador, bem como as assessorias de imprensa da fundação e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente se tornaram sumidades em CP e ZH nas matérias referente a mortandade de peixes no Rio dos Sinos.

Na verdade, o contato telefônico diário com estas entidades garantiu ao repórter a segurança de que qualquer novidade a respeito do assunto seria informada pelas fontes, e que no outro dia não sofreria uma reprimenda em razão “do furo de reportagem dado por outro jornal”.

Apesar de os jornalistas de Correio do Povo e Zero Hora se demonstrarem reticentes com relação ao atendimento das assessorias de imprensa, os releases que não são aproveitados diretamente como pequenas notas, chamadas de serviços, acabam sendo considerados entre os fatos do dia que poderão ser cobertos e publicados. As razões apontadas para a utilização cada vez maior pelos jornais destes materiais são descritas pelo editor de CP:

São confiáveis. A gente usa bastante, inclusive quando não se consegue ouvir a fonte por telefone e vem a matéria da assessoria e ta ali o cara falando a gente aproveita esse material. Também serve para sugestão de pauta (Editor de CP em entrevista à pesquisadora)

Dessa forma, as fontes e instituições com assessorias de imprensa especializadas têm mais chance de serem reconhecidas pelos jornalistas do que aqueles que não contam com esse apoio. Isso porque o poder atribuído às fontes não é dado somente pelo jornalismo, mas consolidado a partir do poder instituído na sociedade e que está em permanente estado de negociação em todos os campos. Essa hierarquização acaba sendo mais nitidamente percebida no jornalismo porque ele representa as formas de vivência e comportamento das pessoas e de organização social e institucional. Os repórteres da editoria de geral comentam sobre a necessidade de estarem sempre atentos para não serem surpreendidos por artimanhas políticas, quer seja para a divulgação de determinadas informações ou visando somente seu aparecimento na imprensa enquanto fonte.

A maior parte das fontes de meio ambiente que eu falei são órgãos políticos tipo Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Municipal e a FEPAM (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

A prevenção tem muito haver com a questão política e isso a gente percebe não só com as matérias ambientais, mas com todas elas. A preocupação é muito forte em ver a questão da fonte, em se cercar de tudo para não ter problemas jurídicos (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

No período analisado pela pesquisa, a cobertura realizada pelos dois jornais concentrou-se macivamente na mortandade de peixes que aconteceu no Rio dos Sinos em 7 de outubro de 2006. Desde as primeiras matérias, a busca era por informações a respeito da causa desta ocorrência e quanto ao número de peixes mortos, que chegou a um milhão. Devido à grande quantidade de animais encontrados boiando no rio, este fato foi anunciado pela FEPAM e o Instituto Martim Pescador, como um desastre ambiental, fazendo com que o assunto atraísse inclusive a imprensa nacional.

Ficou evidente ainda, neste período, a preocupação dos grandes jornais do Estado em estarem acompanhando os acontecimentos relacionados ao tema para que não “tomassem um furo de outros veículos”. Por isso, foram veiculadas ainda matérias sobre as análises da água e dos peixes para saber as causas da mortandade, o anúncio das empresas autuadas pela FEPAM, a busca de soluções conjuntas propostas pelas prefeituras da região, a entrada do Ministério Público e da Polícia Federal no caso, as iniciativas propostas pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em apoio aos pescadores e as manifestações da comunidade por meio de protestos.

Para dar conta da cobertura envolvendo meio ambiente, os jornalistas da editoria de geral do Correio do Povo e da Zero Hora precisaram diariamente seguir alguns regramentos. Esses regramentos não são específicos para este período em que as matérias de meio ambiente tiveram sua publicação ampliada, eles são válidos para as rotinas organizativas diárias de produção nos jornais e influenciam desde o recebimento das pautas até a elaboração final e edição dos textos que serão publicados no jornal do dia seguinte.

Os repórteres comentaram, em entrevista à pesquisadora, que as maiores dificuldades para a elaboração de notícias sobre meio ambiente na editoria de geral são o tempo disponível e o espaço para publicação já que esta temática compete com outros assuntos que também são considerados relevantes pelas empresas.

Aqui é um critério do Correio do Povo justamente pela falta de espaço. Todas as matérias sofrem um corte meio que brutal em função do espaço eu acho até que se consegue resolver bem isso e o conteúdo basicamente se preserva. Acho que a edição acaba sendo bem feita, mas muita informação boa que se podia dar às vezes escapa. Mas isso também se resolve fazendo uma nova matéria e recuperando as fontes (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

Das matérias em que os jornalistas se esmeraram em buscar mais informações e aprofundaram o texto, a maioria passou por alterações no momento da edição e muitas coisas se perderam em razão da disponibilidade de espaço.

Tem matérias que a gente faz muito mais aprofundada e talvez daí a visão de que a gente não se aprofunda muito ou que não vai muito além da superfície, mas também é uma questão de espaço e se tu tens que cortar é claro que o conteúdo da matéria vai se perder. A gente faz um texto considerável, grande, agora se cortam muito e se fica uma coluninha ou duas é óbvio que vai se perder, não tem como, vai ficar bem superficial, com certeza (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

Em detrimento disso, a qualidade das matérias de meio ambiente acaba prejudicada, como aconteceu em uma matéria sobre o Arroio Dilúvio publicada em 11 de outubro de 2006³⁷:

A matéria ficou em mais ou menos um terço do espaço inicial – ficaram mais as declarações da bióloga - pois o resto do texto foi enxugado. Virou foto-legenda (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

A maioria dos repórteres afirma que poderia ter feito a matéria de forma mais aprofundada buscando novos elementos, mas ficaram desestimulados em razão do tempo, da disponibilidade de espaço e de terem que cumprir ainda com outras tarefas que estavam pré-definidas para eles na rotina diária da redação:

³⁷ Anexo D.

Era um outro aspecto que eu poderia ter abordado mais como era matéria do dia mesmo. Era aquela que tem que sair amanhã não dá para ficar lambendo a matéria, tem que escolher alguma coisa. Então conversando com o Diego, que é o editor, ele pediu pra colocar mais direto quantas pessoas estão sendo atingidas e o que é que acarretou no dia da pessoa isso (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

Outra justificativa apresentada pelos jornalistas de Zero Hora para a abordagem das matérias e a profundidade do conteúdo de meio ambiente publicadas na editoria de geral é que esse trabalho de ampliação dos assuntos e a qualificação das matérias são feitos no Caderno Ambiente, que é mensal e que a empresa publica na última quinta-feira de cada mês.

Além disso, o fato dos jornais não terem mais repórteres especializados na cobertura de meio ambiente faz com que aqueles que se dedicam a pautas relacionadas ao tema, muitas vezes necessitam de mais tempo para a apuração das informações tendo em vista que alguns assuntos ligados à área são de difícil compreensão e muitos dados demoram a ser localizados. Esta situação ocorreu em Zero Hora com o repórter que estava fazendo uma matéria especial a respeito do efeito da poluição sobre bacias hidrográficas no Estado, em complemento ao texto da mortandade de peixes no Rio dos Sinos³⁸, publicados na edição de 12 de outubro de 2006:

Eu encontrei dificuldades para encontrar os dados, realmente pra conseguir alguém que me desse um levantamento, que sequer me dissesse que isso existia. Eu só consegui confirmar isso lá pelas cinco da tarde, quando eu falei com um dos técnicos lá na FEPAM mesmo e eu comecei a procurar isso às onze da manhã, foi quando eu liguei para assessoria de imprensa da FEPAM e perguntei se esses dados existiam, se existia um levantamento de cada uma das bacias (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

A apresentação das matérias e a edição são fases do processo em que o acontecimento, em vez de ser descontextualizado (como acontece nas fases anteriores), é recontextualizado, porém dentro de um quadro diferente que é o

³⁸ Anexos E e F.

formato do noticiário. A fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social coloca-se precisamente entre esses dois movimentos: “de um lado, a extração dos acontecimentos do seu contexto, de outro, a reinserção dos eventos noticiáveis no contexto constituído pela ‘confeção’, pelo formato do produto informativo” (WOLF, 2005, p.259).

Para a elaboração deste produto informativo sobre questões relacionadas ao meio ambiente na editoria de geral, os jornalistas dispõem de um determinado tempo de elaboração condicionado à sua permanência na redação. Este tempo em que o jornalista fica à disposição da empresa varia de acordo com os contratos de trabalho que são de sete horas em Zero Hora e de cinco horas no Correio do Povo, controladas rigorosamente pela direção do jornal para que não sejam excedidas em função de processos trabalhistas. Para a equipe do Correio do Povo, muitas vezes o tempo disponível para a realização do trabalho torna-se insuficiente em razão da quantidade de material que deve ser produzido para preencher o espaço de uma página concedido à editoria.

A gente normalmente recebe um mínimo de três pautas e é um critério que o Correio do Povo adota, justamente pra ter condição e pra ter matérias produzidas pra quando faltar alguma coisa e pra ter sobras de gaveta. [...] É corrido é puxado! E a exigência aqui é muito forte, tu tens que estar com elas cumpridas e muitas vezes tu não consegues. A pauta fura por um motivo ou outro ou então há um atraso em determinada situação. Tu não consegues falar com alguém e tem que falar mais tarde. Sempre dá uma enrolação e tu tens que tentar te virar como dá. Esse é o desafio bom dessa história, é tu te virar tu achar uma solução para o problema, tem que resolver (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

As primeiras indicações sobre as matérias que irão compor o conteúdo principal do jornal surgem a partir das pautas que estão sendo desenvolvidas, mas é na reunião de coordenadores de produção pela manhã que começam a ser definidas quais dessas matérias terão destaque na edição do dia seguinte. As indicações são confirmadas ou são feitas redefinições na reunião dos editores no final da tarde, período do dia em que há mais tensão, pois começa a se aproximar o horário de fechamento. No Correio do Povo, há uma perspectiva do que vai ser noticiado no dia

seguinte a partir das matérias que estão sendo desenvolvidas. Mas em vez de um processo conjunto de definição em reuniões durante o dia como acontece em Zero Hora, o Correio do Povo só consegue definir o que dará destaque na reunião de pauta que é realizada no final da tarde.

Porém, a todo o momento novos fatos vão disputando espaço para a publicação o que acontece até o momento do fechamento do jornal. Matérias vão sendo enviadas por assessorias e os acontecimentos se tornando público. Apesar dos motivos indicados pelo selecionador, os critérios de seleção parecerem subjetivos, há uma grande identificação entre as histórias escolhidas, apontou White (1999, p.145). A pesquisa de White mostrou ainda que quanto mais tarde chegavam as notícias, maior era o número de alegações “sem espaço” ou “serviria”. Ou seja, para cumprir a rotina diária de produção industrial de uma edição de jornal, acabam sendo privilegiadas ocorrências em um período de tempo capaz de dar condições de apuração e redação por parte dos jornalistas. Há um determinado momento do dia em que não é mais possível promover grandes mudanças, sob pena de atrasar todo o processo de impressão e distribuição do jornal. Esse tempo começa a se extinguir com a chegada da noite como comenta o editor do Correio do Povo:

Aí a gente vem pra começar a diagramação, a edição e tal, mas não quer dizer que não possa entrar nada de novo. De repente acontece uma coisa importante às 20h e vai virar notícia a gente tem que dar destaque. Então a rotina do editor é o seguinte, ela começa de manhã e vai acabar no fim da edição porque ta sempre sujeita a alterações do editor e do repórter e do redator também, todo mundo trabalha em conjunto (Editor de CP em entrevista à pesquisadora).

Entre as razões da recusa de material, White (1999) destaca a falta de espaço, a sobreposição com outras histórias, a falta de interesse jornalístico, a distância geográfica, entre outras.

Em comparação com o Correio do Povo, o fechamento da edição em Zero Hora acontece pelo menos duas horas antes, às 22h30min. É neste momento que começa a rodar a primeira edição do jornal, impressa em Porto Alegre e em Cruz

Alta, e direcionada para municípios mais distantes da Capital. Também há uma segunda edição normalmente atualizada até a 0h30min. No entanto, o processo de fechamento das páginas de ZH exige que algumas sejam finalizadas a partir de uma escala de horários após as 20h, evitando a concentração de páginas para revisão quando se aproxima o horário de fechamento da edição.

Outra particularidade de Zero Hora é a diagramação das páginas e a utilização de recursos gráficos. Como o projeto gráfico do Correio do Povo já é pré-estruturado, não é preciso preocupar-se com a diagramação. Em ZH, pelo contrário, a editoria recomenda e cobra a inovação na diagramação das páginas, com farta utilização de fotografias e infográficos. Esse material de arte precisa de mais tempo para ser produzido, o que obriga o repórter a prepará-lo com tempo hábil para inclusão na página. Além disso, os subeditores, responsáveis pela edição da página, atuam em conjunto com o repórter para definir a diagramação, selecionar as fotos e encomendar infográficos.

Em Zero Hora há uma diferenciação no processo de revisão dos textos e colocação nas páginas pelos editores. O trabalho é compartilhado e, à medida que sai o boneco do jornal às 17h, as páginas já começam a ser delineadas pelos editores. Quando é concluída uma página, ela é repassada para supervisão de outro editor até que chegue finalmente ao editor-executivo, que faz as observações e, após as modificações, repassa-a à revisão final. No Correio do Povo, o trabalho de definição de quais matérias serão publicadas, o tamanho e localização na página é uma definição feita pelo editor e a subeditora, o que acontece somente após a reunião de pauta, que ocorre entre 18h e 18h30min. Neste jornal também há a figura dos redatores que chegam por volta das 19h para contribuir com a edição final. A revisão do conteúdo apesar de ser feita pelo editor é uma atribuição vinculada ao setor estruturado especificamente para esta função, como explica o editor do Correio do Povo:

A gente procura, primeiro, juntar as matérias de meio ambiente, por temas, para não ficar solta numa página aqui e ali. Se procura fazer uma edição mais temática [...] Eu pego o material dou uma avaliada assim para saber

qual é o conteúdo e aí que eu vou para a diagramação e decido o que vai ser abertura ou o que não vai ser abertura da página. O que dar mais destaque ou não. [...] Aí a gente manda a nossa matéria para os redatores adaptarem nos espaços do jornal, sendo que a matéria é adaptada conforme o possível no tamanho disponível do jornal. Volta pra mim aí eu vou ter que titular, vou ter que revisar, vou ter que legendar. Enfim, quando a página fica pronta eu ainda dou uma última revisão e aí eu passo para a revisão de português. Alguma palavra errada, algum acento fora do lugar e aí a revisão de português ainda dá o último arremate na página antes de ela ficar pronta e ir para impressão (Editor de CP em entrevista à pesquisadora).

Por volta do horário em que inicia-se a diagramação das páginas, chega o repórter escalado para o plantão. Seu compromisso é acompanhar os acontecimentos que ocorrerem neste período até o fechamento e que poderão ser incluídos na edição. Informações nacionais provenientes de agências de notícias e também de assessorias de imprensa do País e Estado poderão fazer parte do conteúdo do jornal, mas não são produzidas pelos repórteres. O horário de fechamento do Correio do Povo é 0h30min, em uma única edição, impressa em três parques gráficos no Estado – Porto Alegre, Carazinho e São Sepé.

Dessa forma, a rotina de produção compreende desde a coleta até a apresentação dos fatos e está estruturada de forma a contribuir para um processo industrial que tem como objetivo levar ao leitor informações diariamente. Berger (2003) compreende a “sala de redação” do jornal como uma metáfora da luta do campo do jornalismo, cujos agentes têm por ofício produzir sentidos, ou seja, veridades que dizem respeito a outros campos. As rotinas têm um poder forte e estão relacionadas diretamente com a escassez de tempo e de meios, influenciando diretamente o que será publicado, de que maneira será feito e com qual ênfase que será dada.

Com relação à temática ambiental compreendemos que a estrutura organizativa, a política editorial e as rotinas de produção influenciam diretamente na forma como as matérias são publicadas. E o início desta formatação se dá na escolha das fontes que permanecem sendo as ligadas ao poder instituído na sociedade muitas vezes em razão da disponibilidade de tempo na rotina do repórter. O fato de que, cada vez mais, o jornalista não presencia os acontecimentos porque

está correndo para fazer outra pauta ou não existe disponibilidade da empresa de carro, fotógrafo ou outra forma de deslocamento e permanência no local, faz com que os discursos passem a ser centrados nas fontes que são acessadas quer seja por contato telefônico, internet ou por meio das assessorias de imprensa. Para o Jornalismo Ambiental a matéria estar fundamentada em só uma fonte é um desafio, já que a busca de mais fontes para compor as matérias nesta área é um dos critérios para qualificar o conteúdo.

As ocorrências ambientais para serem noticiadas seguem as mesmas regras impostas a outras temáticas, ou seja, precisam ganhar existência pública. No entanto, como meio ambiente está entrelaçado em todas as nossas ações cotidianas, mas nem sempre se constitui como acontecimento, pelo fato de não ser factual, faz com que nas editorias de geral ele não seja escolhido. Em razão deste critério, outros temas, naquele dia, podem ser mais relevantes e prementes. Foi o que aconteceu com a mortandade de peixes no Rio dos Sinos, pois se o assunto que era tido como factual não continuasse gerando desdobramentos na sociedade, talvez a imprensa nem teria dado continuidade à sua divulgação. Trata-se de uma espécie de redução da idéia de uma abordagem sistêmica e transversal requerida pelo Jornalismo Ambiental no que diz respeito à publicação de matérias sobre o meio ambiente. Isso porque os jornais geralmente atêm-se a fatos de exceção, ou seja, quando a notícia é tão evidente, que a organização da empresa jornalística não pode desconsiderá-la.

Eis o desafio: como elaborar matérias de meio ambiente, segundo critérios do Jornalismo Ambiental, com maior aprofundamento para que o leitor perceba as inter-conexões deste tema com outros se o tempo é escasso na maioria das vezes em detrimento do cumprimento de mais de uma pauta durante a jornada de trabalho? Como apurar com qualidade as informações em meio à correria? Esses questionamentos são respondidos pelos jornalistas das duas redações diariamente de forma silenciosa e em todos os momentos, mas o que prevalece é o compromisso de entrega das matérias, dentro de um determinado número de linhas pré-definido para que não falte conteúdo no momento do fechamento da edição.

A edição das matérias de meio ambiente é considerada uma etapa crucial já que as matérias podem chegar até aí com um conteúdo aprofundado e baseado em várias entrevistas, mas se não houver espaço as informações precisarão ser reajustadas e a notícia, sintetizada. Ao final, temos uma matéria de meio ambiente que vai se modificando ao longo de seu percurso na redação. No entanto, é preciso levar em conta ainda a importância dos valores/notícia nesta caminhada.

8.3 OS VALORES/NOTÍCIA

Os valores/notícia, conceito utilizado por Wolf (2005) e do qual vamos nos apropriar neste subcapítulo, são um dos componentes da noticiabilidade e apesar de serem tratados neste trabalho de forma individualizada, na prática eles operam de modo complementar. O autor também ressalta que os valores/notícia são critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção, contribuindo para a hierarquização das matérias, seu posicionamento na página e o enfoque da reportagem.

Os valores/notícia são, ainda, referências que auxiliam na elaboração complexa e rápida dos noticiários, o que faz com que sejam aplicáveis sem muita reflexão. No entanto, precisam ser flexíveis, comparáveis e relacionáveis, uma vez que é necessário encontrar parâmetros comparativos para efetuar escolhas. Em caso de ocorrência de novos fatos, a substituição obedece a critérios rápidos e fáceis, por isso as escolhas devem ser racionalizadas. O objetivo final é garantir a eficiência, sem desperdício de esforços ou recursos, com uma quantidade adequada de notícias em um tempo hábil para obedecer às rotinas do processo industrial:

O resultado é um amplo número de critérios, e toda notícia disponível pode ser avaliada com base em muitos deles, alguns contrastantes entre si. Para prevenir o caos, a aplicação dos critérios relativos às notícias requer consenso entre os jornalistas e, sobretudo, uma organização hierárquica em que aqueles com mais poder possam impor sua opinião sobre os critérios

relevantes para uma determinada notícia (GANS, 1979, p.82³⁹ *apud* WOLF, 2005, p.204).

Assim, os valores/notícia e as condições de produção estão intimamente interligados de forma a contribuir para o abastecimento das páginas do jornal, auxiliando na seleção, dentre uma gama de ocorrências, de quais serão transformadas em notícia e se tornarão públicas. Além disso, há a hierarquização feita na edição vinculada ao espaço disponível e ainda os recursos humanos e tempo adequado para a apuração dos fatos e elaboração da notícia.

Os valores/notícia são dinâmicos, ou seja, são reajustados e redefinidos de acordo com as dinâmicas sociais, com o setor ou tema a que estão sendo vinculados, bem como aos argumentos em que estão sendo empregados e ao assunto a ser abordado. A especialização dos jornalistas também está ligada aos valores/notícia, uma vez que se vinculam-se a temas específicos e têm o compromisso de conseguirem matérias. No entanto, como nas editorias de geral de Zero Hora e Correio do Povo não há repórteres específicos para cada área. Todos têm que estar aptos para acompanharem qualquer assunto. Exceções acontecem no Correio do Povo, onde as chefias de reportagem procuram repassar as pautas aos “repórteres que têm mais afinidade com o tema”.

Se sinto que o repórter tem inclinação para dado tema fica com aquele repórter a pauta, mas não é regra. Tem que ter condição para cobrir qualquer área. A matéria tem que ser produzida (Chefe de reportagem do CP em entrevista à pesquisadora).

Para Wolf (2005), os valores/notícia derivam de critérios substantivos das notícias e do seu conteúdo, da disponibilidade do material e dos critérios relativos ao produto, ao público e à concorrência.

³⁹ GANS, H. **Deciding what's news. A study of CBS evening news, BNC nightly news, Newsweek and Time.** Nova York: Pantheon Books, 1979.

Os critérios substantivos estão ligados à importância e ao interesse da notícia. Quatro variáveis estão envolvidas neste processo de categorização de importância e relacionam-se ao grau e ao nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, ao impacto sobre a nação e ao interesse nacional. A terceira variável refere-se à quantidade de pessoas que o acontecimento envolve. A última ressalta o critério de relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação.

Wolf (2005) ressalta que enquanto as notícias consideradas importantes são selecionadas “obrigatoriamente”, o elemento do interesse dá lugar a uma avaliação mais heterogênea, mais aberta às opiniões subjetivas, menos vinculadora para todos. O interesse está então ligado às imagens que os jornalistas fazem do público. É preciso atrair os receptores com uma capacidade de entreter, pois não adianta um noticiário bem produzido que não tenha público.

Os jornalistas que trabalham nas editorias de geral de Zero Hora e Correio do Povo que acompanharam a elaboração de matérias de meio ambiente, durante o período da pesquisa, salientaram o interesse do leitor pelo tema e a relevância do acontecimento como critérios utilizados para a seleção de determinado fato para a publicação e até como definidor de espaço para o tema.

É tu meio que imagina pela importância do assunto. Pela dimensão e não só pelo número de pessoas que estão sendo prejudicadas, atingidas, mas como isso vai repercutir. Era complicado pra CORSAN, até culpa nem foi da CORSAN porque foram dois raios que caíram em cima de transformadores, mas a população lá achou - faltou água a culpa é da CORSAN – normalmente é mais o caso foi um evento de força maior que não tinha nada a ver (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

A importância se deve ao interesse público. Acho que é isso que acaba pautando se vai ter maior espaço ou não é o interesse. A do Vale do Sinos agora tinha um grande interesse e aí acabou tomando conta. Se não houvesse o desastre? Talvez a FEPAM nem iria fiscalizar se essas empresas estavam ou não colocando alguma coisa na água (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

Com relação ao nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento noticiável o que percebemos, durante a observação, foi que as fontes “designadas” pela imprensa para falar do assunto foram aquelas vinculadas a órgãos governamentais. Esta escolha se deve ao fato de que as fontes de poder instituído ainda imperam no meio jornalístico conseguindo maior destaque e maior espaço em razão da disponibilidade de atendimento aos jornalistas, por demonstrarem-se receptivos ao atendimento à imprensa com objetividade e pelo fato de serem considerados confiáveis. Foi o que aconteceu no dia 20 de outubro de 2006 quando o repórter, que estava fazendo a matéria referente às ações do Ministério Público a respeito da mortandade de peixes no Rio dos Sinos, não pôde cobrir a reunião desse órgão e precisou recuperar por telefone as informações com a promotora de justiça. Assim, a promotora se tornou a única fonte no texto⁴⁰. “O que gostei é que ela foi bem objetiva não é como uns que ficam divagando”, afirmou o repórter.

Os jornalistas de Correio do Povo e Zero Hora também demonstraram preocupação com relação às informações repassadas pelas fontes, por isso a decisão de buscar mais de uma versão para os fatos com a intenção de que transpareça ao leitor a intenção do jornal em praticar um jornalismo independente, focado no interesse público e não no das fontes.

A gente só tenta sempre não usar só a palavra do governo porque a gente sabe que eles sempre vão passar uma versão deles e a gente sempre tenta falar com as ONGs mais atuantes e as que tem um trabalho mais efetivo. Então eu já meio que tenho essa ligação com essas fontes pra na correria saber a quem recorrer. Mas nem sempre dá, é muito corrido (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

Muito mais importante que o nível hierárquico das fontes como geradores de notícias ambientais, o impacto sobre a nação e interesse social foram, com certeza, os fatores que determinaram a noticiabilidade da mortandade de peixes no Rio dos Sinos. Mas o que se registrou foi que, em virtude da repercussão do assunto na imprensa, muitos políticos, representantes de Prefeituras e órgãos ambientais

⁴⁰ Anexo G.

vinculados aos governos estadual e federal passaram a promover ações visando à recuperação do rio e a preservação do meio ambiente. Até um plano de ações conjuntas para o Rio dos Sinos foi pensado pelas prefeituras da Região, enquanto a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí (FMMA) e o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) desenvolveram atividades que procuravam retratar a preocupação das entidades com o nível e as condições da água do Rio Gravataí.

Acho que tu tem que ter muito cuidado, num caso como esse da mortandade, com o que vêm depois. Uma vez que eu percebi [...] depois que acontece uma coisa como essa tu começa a receber muito material de prefeitura daqui e dali. Prefeitura tal vai fazer tal coisa pra melhorar a situação dos Sinos, prefeitura tal tá organizando isso pra não sei o quê. E aí sim tu tem que ter muito cuidado com esta questão política mas no sentido de que podem se aproveitar do assunto pra tentar mostrar serviço, serviço que não foi feito antes. Isso tu tem que ter cuidado. Acho que foi uma coisa que eu percebi [...] Porque é que agora eles tão mandando. Porque é que agora eles tão fazendo alguma coisa? (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

A mortandade de peixes foi, então, tema diário das manchetes, inclusive trazendo a versão das pessoas mais prejudicadas com a morte de 1 milhão de peixes, no caso os pescadores. Ao dar espaço na capa para demonstrar a desolação de quem vive da pesca, a edição de 10 de outubro de Zero Hora⁴¹ procurou trazer aos leitores informações da quantidade de pessoas afetadas pelo acontecimento. A decisão de Zero Hora e também do Correio do Povo foi continuar suitando o assunto também porque todas as empresas de rádio e televisão continuaram veiculando a matéria do desastre ambiental no Rio dos Sinos, “inclusive a Folha de São Paulo”, como salientou o editor de geral à pesquisadora. Nas edições seguintes, os dois jornais, tendo em vista que a mortandade de peixes pudesse se justificar por problemas de contaminação na água que serve também para o consumo da população da região, continuaram a divulgar o tema, e o assunto passou a ser de interesse geral da população em razão da relevância e da significatividade do acontecimento para a sociedade.

⁴¹ Anexos H e I.

O jornal é curto no todo. Ele é pequeno e essa forma, não só para as matérias de meio ambiente, mas para todas é complicado. Então, assim, para a área de meio ambiente ter um bom espaço ela precisa ser uma grande notícia, ocorrer uma situação de grande repercussão. Eu dou o exemplo do Rio dos Sinos que ganhou páginas e páginas de todos os veículos, horas de tv e rádio, enfim, justamente porque era um processo de grande repercussão aí é óbvio né. E também ela ganha bom espaço quando é uma pauta especial bom, bem elaborada e bem feita. Aí certamente ela vai ganhar um bom espaço. Na geral não tem muito espaço nem para a área de meio ambiente nem para nenhuma (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

Os valores/notícia substantivos, portanto, referem-se ao interesse e à importância do acontecimento. Além disso, para que uma ocorrência se transforme em notícia é preciso que seja de conhecimento das mídias noticiosas, que aconteça em um horário no qual é possível ao veículo realizar a cobertura com fácil acesso ao jornalista e sem demandar muitos custos para a empresa. Ou seja, é preciso que possa ser tecnicamente tratado por meio das rotinas de produção.

São valores/notícia relacionados ao produto, a disponibilidade de material e as características específicas do meio de comunicação. De nada adianta ocorrer um fato extraordinário em um local inacessível em que as condições de transmissão de informações sejam difíceis ou impossíveis. Se o investimento para realizar a cobertura for muito grande, o veículo não irá noticiar o fato. É claro que, em função da relação com outros valores/notícia, o evento pode ter pontos relevantes que justifiquem a despesa. Foi o que aconteceu durante o desenvolvimento de uma pauta no Correio do Povo sobre suspeitas de irregularidades no Rio Gravataí, publicada na edição de 19 de outubro de 2006⁴² onde o repórter aproveitou o deslocamento de um fotógrafo até o ponto de captação da Corsan para tentar entrevistar o Comando Ambiental da Brigada Militar. Como não foi possível porque a equipe já havia saído para fazer vistorias em Viamão e Gravataí e ele precisava juntamente com o fotógrafo cumprir outras pautas, teve que recuperar o assunto por telefone, posteriormente, quando chegou à redação. Isso porque o carro da equipe e o fotógrafo ainda tinham que, durante aquela manhã, acompanhar a escala de outras pautas de forma que o deslocamento atendesse a todos os interesses definidos como prioritários para o desenvolvimento das matérias.

Quando as pessoas pegam o jornal não tem noção de como foi para fazer a matéria, para chegar lá naquelas bibocas para fazer a foto da captação de água do rio, o trabalho que dá. Mas é assim mesmo, parece tão simples, mas não é (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

Também são relacionados ao critério produto as condições técnicas e organizacionais e os limites do próprio meio. Por isso que apenas em uma das edições a editoria de geral de Zero Hora acompanhou a elaboração das matérias do Rio dos Sinos. Foi definido desde a primeira edição que a pauta ficaria sob coordenação da central do interior e o desenvolvimento dela com a correspondente do Vale do Sinos, porque a mortandade aconteceu em São Leopoldo, que é a área de atuação desta equipe.

Ao acompanhar a rotina de elaboração desta matéria junto a central do interior, em Porto Alegre, percebemos que muitas das matérias foram elaboradas por telefone e, em alguns casos, o fotógrafo da Casa Zero Hora Vale do Sinos foi ao local e depois passou informações para que a repórter pudesse descrever na matéria como estava a situação no local. Essa foi uma forma encontrada pela empresa de conseguir que os repórteres de geral cumprissem outras pautas definidas para eles e que a correspondente acompanhasse o tema, mas ao mesmo tempo, mantivesse a sua produção diária.

A primeira matéria foi toda feita por telefone. A mortandade aconteceu no sábado e a gente ficou sabendo no domingo de tarde. Na verdade talvez a gente deveria ter ido, mas o horário que se ficou sabendo era tarde e o pessoal já tava saindo com o barco para verificar. Então a gente não ia chegar a tempo de ir junto no barco. Então acabou se fazendo por telefone e usando fotos da própria FEPAM que nos enviou. A segunda matéria também foi feita por telefone e como eu tava de folga quem fez foi a menina de Lajeado. Mas o fotógrafo foi até o local e descreveu para a repórter o que tava lá. Ele conseguiu até o telefone para ela conversar com pescadores de lá. “Eu vi a matéria que ela fez e achei que ela tinha ido lá. Foi assim, ficou bem fechadinha” (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

⁴² Anexo J.

No Correio do Povo, a recuperação das matérias por telefone, em razão do tempo que o repórter tinha para cumprir a pauta também foi presenciada durante a pesquisa no dia 18 de outubro de 2006. Como a pauta que estava sendo feita era sobre a audiência pública em Novo Hamburgo, a respeito da mortandade de peixes no Rio dos Sinos, e exigia o deslocamento para outra cidade e a presença do repórter por um bom tempo foi definido que este deveria realizar as entrevistas por telefone:

*“Imagina se deslocar até lá e ficar a manhã inteira acompanhando”
(Repórter de CP em entrevista à pesquisadora)*

Os dados apurados pelo repórter serviriam para complementar a matéria sobre a divulgação, em 19 de outubro de 2006, dos nomes das empresas responsáveis pelo desastre ambiental. No entanto, no momento da edição as informações da audiência em Novo Hamburgo foram retiradas para que o conteúdo se adaptasse ao espaço disponível⁴³.

A brevidade é outro critério que se refere ao produto, uma vez que o processo desde a captação até a transformação das informações em notícia tem que ser objetivo para que tenha condições de oferecer uma lista maior e mais representativa dos acontecimentos que ocorreram durante o dia. A notícia é vista ainda como resultado da ideologia da informação, outro critério relacionado ao produto. A origem e o tipo de evolução da empresa jornalística, as crenças relacionadas ao público, a espetacularização dos fatos e a própria organização do trabalho jornalístico são intervenientes na ideologia da notícia. Portanto, está estreitamente ligada à forma fragmentária da cobertura (WOLF, 2005).

Assim, são noticiáveis, em ordem de prioridade, os eventos que constituem uma infração, os que alteram a rotina. Como afirma Noblat (2003, p.31), o ato de avaliar o que é ou não notícia se aprende com o próprio ofício ao perceber que ela

⁴³ Anexo J.

está no curioso, não no comum; no que estimula conflitos, não no que inspira normalidade; no que é capaz de abalar pessoas, estruturas, situações, não no que conforma; no drama e na tragédia e não na comédia e no divertimento. “Aprendemos que é assim porque é com essa receita que os jornais vêm mantendo as vendas até hoje”, destaca o autor.

Para que meio ambiente fizesse parte do rol de matérias a serem publicadas, o critério preponderante entre os jornalistas e editores foi o fato de que alterou a rotina, como explicou um dos jornalistas de Zero Hora:

Normalmente meio ambiente vira pauta quando tem um fato, infelizmente é quando tem algum problema, quando acontece algum desastre ou quando mesmo que não seja um desastre nessas proporções, quando tem um vazamento de óleo, quando tem um caminhão com combustível tomba, normalmente se faz matéria sempre (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

A novidade também é um valor/notícia ligado ao produto. Os eventos noticiáveis devem ter ocorrido no intervalo de tempo entre uma edição e outra para serem classificados como novidade. Conforme declarou um dos repórteres do Correio do Povo, “para meio ambiente virar notícia tem que ser um fato que chame a atenção”. Caso contrário, cabe ao próprio repórter buscar em um assunto já abordado anteriormente uma nova perspectiva para os fatos.

Na verdade [...] às vezes, por conta dessa correria do dia-a-dia tu não tem tanto tempo para sugerir. Tu tens que sugerir, principalmente quem está no interior, mas os repórter de Porto Alegre também. Tem que ter essa iniciativa de ver uma coisa diferente, que chama a atenção e fazer a sugestão. Às vezes a correria do dia-a-dia não nos deixa parar para pensar, que é que pode ser feito de meio ambiente ou de qualquer outro assunto também (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

Como a imprensa manteve o interesse em continuar divulgando matérias referentes ao desastre ambiental no Rio dos Sinos, isso fez com que também as

autoridades agendassem ações que passaram a ser desenvolvidas a cada dia de crise. Cada ação acabou desencadeando a construção de novas matérias e este ciclo de retro-alimentação se manteve durante todo o período da pesquisa, o que não acontece normalmente na editoria de geral, já que repórteres e editores dos dois jornais observados revelam que normalmente não são publicadas notícias de meio ambiente neste espaço a não ser que seja um fato que rompa com a rotina cotidiana.

Referem-se ainda ao produto, os critérios da qualidade da história (incluindo a ação, o ritmo, o caráter exaustivo, a clareza da linguagem e os padrões técnicos mínimos) e o balanceamento, que é a composição equilibrada do noticiário em seu conjunto. Percebe-se a busca de equilíbrio na divulgação das informações nos jornais pesquisados à medida que há uma preocupação dos editores em aproximar nas páginas, quando há possibilidade, matérias de áreas afins. Essa situação pôde ser observada na edição do Correio do Povo de 20 de outubro de 2006⁴⁴.

A gente procura primeiro juntar as matérias de meio ambiente, por temas, para não ficar solta numa página aqui e ali. “Se procura fazer uma edição mais temática”, saúde pra uma página, trânsito pra outra, meio ambiente pra outra, dependendo do nosso espaço. “O nosso espaço tu sabes que é pouco”. Eu pego o material dou uma avaliada assim para saber qual é o conteúdo e aí que eu vou para a diagramação e decido lá o que vai ser abertura ou o que não vai ser abertura da página. O que dar mais destaque ou não (Editor do CP em entrevista à pesquisadora).

Os critérios relativos ao meio também devem ser levados em conta no momento de divulgação da notícia. A quantidade de tempo de exibição, a riqueza do material visual, a frequência (capacidade do evento em ocorrer e gerar significados dentro do espaço de tempo de produção da edição) e o formato (os limites de espaço e tempo característicos de cada produto) também são fatores relevantes quando se fala em meio de divulgação das notícias. Com relação à frequência de publicação das matérias de meio ambiente na editoria de geral, o editor de Zero Hora sintetiza a percepção que tivemos nas redações durante este estudo:

⁴⁴ Anexo C.

A questão da frequência com que saem as matérias ou a profundidade das matérias é uma questão que deriva da competição do assunto com outros assuntos. O assunto ambiente ele compete com dossiê que tumultuou a eleição desse ano, compete com a ameaça de guerra nuclear ai vinda da Coréia do Norte, compete com o papa incitando os muçulmanos, quer dizer, o assunto de ambiente ele não tem no jornal um espaço cativo diário (Editor de ZH em entrevista à pesquisadora).

Para Zero Hora, a edição visual da página é um ponto importante no processo diário de produção do jornal e é objetivo do veículo obter um efeito visual capaz de atrair a atenção do leitor. Assim, a capacidade do evento em gerar boas imagens também pode ser apontada como um valor/notícia importante, ou que pode influenciar a definição do espaço destinado à matéria, se terá a publicação de uma foto ou se a página será colorida. Em razão disso, todos os dias a Zero Hora deslocou ao local do desastre ambiental do Rio dos Sinos um fotógrafo para que tivesse novas imagens do acontecimento. Além disso, a editoria de arte elaborou material especialmente para acompanhar os textos, produzindo um efeito visual atrativo.

O meio ambiente tem uma riqueza estética muito grande e qualquer pauta que tiver uma boa riqueza estética, uma beleza estética muito grande eles vão exigir que tenha uma boa foto e acho que é o mínimo mesmo. Então normalmente pautas de meio ambiente tem essa facilidade de tu conseguires buscar belas imagens, uma coisa bonita, rica esteticamente. Então tem essa preocupação (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

No Correio do Povo, essa produção especial da página com valorização da estética não aconteceu porque o foco é o conteúdo, este é o critério mais relevante, pois as páginas já montadas não permitem nem a ampliação de fotos e a rara utilização de tabelas ou gráficos.

Acho que o principal é o conteúdo mesmo porque a gente sabe que o espaço é pequeno. O espaço para as fotos é pequeno, quase a gente não tem arte, essa coisa de gráficos para acompanhar as matérias é meio difícil então sempre o conteúdo (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

Existem também os critérios relativos à imagem que os jornalistas constroem do público. É um valor/notícia de difícil definição porque há muitos contrastes. De um lado, os jornalistas conhecem pouco seu público e, de outro, a referência e o apelo às necessidades e às exigências dos leitores são constantes durante a rotina produtiva, como ressaltou um dos jornalistas.

Quanto mais repercussão eles imaginam que vai ter pro público, mais espaço tem a matéria (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

Os comentários ouvidos nas ruas, em conversas informais ou que chegam às redações e os *e-mails* e ligações telefônicas aos jornalistas e coordenadores de produção e chefias de reportagem servem de parâmetro para saber a avaliação de um determinado tema pelo público. No caso de meio ambiente, o editor-executivo de Zero Hora comenta que o interesse do público por matérias ambientais é baixo, o que acaba determinando também o espaço que o tema ocupa no jornal. Porém, um dos repórteres afirma que quando são publicados assuntos de grande repercussão, como a mortandade de peixes no Rio dos Sinos, a sociedade se manifesta.

Quando acontece uma coisa dessas tu vê que isso chama a atenção e que isso interessa. Eles escrevem, eles sugerem outras coisas (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

A opinião das fontes também parece influenciar os jornalistas, que revelam satisfação ao ouvir elogios às reportagens ou repercussões. Wolf (2005) entende que os jornalistas devem produzir programas informativos e não satisfazer o público. Por outro lado, as exigências do público são cada vez mais presentes nas rotinas de produção. Muitas pautas foram desenvolvidas no Correio do Povo, durante o período de observação da pesquisa, com o objetivo de dar um retorno ao público que

informou as pautas, como aconteceu na rotina da redação no dia 20 de outubro de 2006⁴⁵ quando foi sugerida uma pauta sobre o corte de árvores.

Agora caiu uma pauta e surgiu uma de meio ambiente pra mim que eu não tava esperando que é a do corte de árvores em Porto Alegre. As pessoas que cortam sem autorização, vão lá porque está fazendo sombra, enfim. E nesse caso eu falei só com a Prefeitura, por exemplo, que é quem licencia isso mas a partir da carta de um leitor que presenciou o corte de uma árvore de uma pessoa que invadiu o terreno da outra que estava desocupado (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

De todos os valores/notícia, ainda resta-nos avaliar os relativos à concorrência, inter-relacionados com a competição entre os veículos de informação por matérias exclusivas e furos de reportagem, com a seleção de determinadas notícias por se acreditar que os outros veículos irão noticiar e o desencorajamento de inovações, o que contribui para a semelhança entre as coberturas de Zero Hora e Correio do Povo.

Os dois jornais pesquisados são os que possuem maior tiragem diária no Rio Grande do Sul, concorrendo pela busca de anunciantes e leitores já que o seu poder de influência na sociedade é semelhante. Na redação, essa disputa se dá em busca de fatos exclusivos, entrevistas ou enfoques que o outro jornal não teve acesso. Durante a observação, foi possível perceber uma preocupação quanto ao risco do concorrente publicar a notícia, por isso o acompanhamento permanente nas salas de redação dos noticiários pelo rádio e televisão, principalmente quando se referiam ao desastre ambiental do Rio dos Sinos.

Esse acompanhamento do assunto, com a intenção de que o jornal não fosse surpreendido pela concorrência, pode ser observado na rotina do Correio do Povo do dia 17 de outubro de 2006, enquanto a chefe de reportagem passava a repórter responsável pela pauta do Rio dos Sinos orientações para que ela se esmerasse em conseguir o número de empresas autuadas pela FEPAM e acrescentasse isso no texto “porque o diretor estava cobrando isto”. Além disso, a

⁴⁵ Anexo L. A matéria foi publicada na edição de 22 de outubro de 2006.

chefe de reportagem também comentou com a repórter que tinha acompanhado a pauta do Rio dos Sinos na noite anterior, que a matéria feita por ela não tinha o número de empresas e que não adiantava mais porque já tinha sido publicada. “A cobrança é por que saiu em outros jornais” afirmou a chefe de reportagem do Correio do Povo.

Assim, os valores/notícia adquirem significado nos contextos prático-operativos, por isso não devem ser considerados isoladamente, mas em função uns dos outros. Em todos os momentos das rotinas produtivas, os editores e repórteres avaliam se um acontecimento tem relevância ou não. Isso é feito pelos profissionais de forma automática, sem que eles consigam explicitar os critérios que utilizaram, mas sempre comparando-os com outros fatos. Uma notícia de meio ambiente pode ter todos os atributos para ser publicada, mas quando colocada em comparação com outra que possui maior destaque sob um determinado aspecto ela pode vir a ser substituída.

Durante o período da pesquisa, o que observamos foi que a pauta ambiental permaneceu prevalecendo como uma das escolhidas, pois a mortandade de peixes no Rio dos Sinos se configurou como o maior desastre ambiental envolvendo este rio. A relevância do tema, a importância e o interesse público motivaram a cobertura da imprensa, inclusive internacional. O receio de que a concorrência pudesse largar na frente também fez com que os jornais dia-a-dia mantivessem o acompanhamento do fato e planejassem matérias especiais.

Mesmo que o aspecto subjetivo individual do jornalista motive algumas escolhas, os valores/notícia aplicados às matérias são de uso comum e de conhecimento de todos da redação, o que só pode ser alterado em função das características editoriais das publicações que seguem as empresas. Como os aspectos editoriais não se alteraram durante o estudo, as regras para as matérias ambientais são as mesmas empregadas a outros temas, porém a relevância do desastre ambiental no Rio dos Sinos motivou a ampliação de espaços para a divulgação e que este tema fosse abertura de página. Em virtude da obtenção de mais espaço, em alguns casos, a abordagem também foi modificada uma vez que a

quantidade de informações coletadas também foi maior, e a matéria teve seu conteúdo aprofundado.

As condições técnicas também são um dos fatores que afetam a construção das notícias. Devido aos valores/notícias aplicados às pautas durante a rotina jornalística há uma organização do trabalho que envolve o deslocamento ao local do acontecimento e a disponibilidade de fotógrafo. Com as matérias de meio ambiente, em especial a do Rio dos Sinos que era a mais relevante durante o período da pesquisa, registramos uma preocupação das chefias de reportagem e das coordenadoras de produção em reservar carro para o deslocamento e escalar fotógrafos para a cobertura. No entanto, os jornalistas algumas vezes recuperaram a pauta por telefone, ou porque não tiveram tempo de permanecer em reuniões em razão de outras pautas e do horário de fechamento de suas matérias, ou porque a empresa considerou que não havia necessidade de ir ao local.

Como um dos limites para as matérias de meio ambiente registramos o fato de que o próprio espaço na página reservada às editorias de geral é um limitador na medida em que muitos assuntos precisam ser publicados nos jornais. No Correio do Povo, essa questão do espaço foi definida pelos entrevistados como determinante para a escolha do que vai ser publicado ficando vinculado mais ao factual e para a definição da objetividade e síntese que deve ser empregada no conteúdo. Mesmo dispondo de um espaço mais amplo nas páginas de Zero Hora do que no Correio do Povo, isso não garante às matérias de meio ambiente um tratamento diferenciado das ocorrências ligadas a outras temáticas que também disputam espaço diariamente na editoria de geral para serem publicadas. Outro fator limitante para empregar às matérias de meio ambiente maior complexidade e não fragmentariedade, como busca o Jornalismo Ambiental, é a brevidade que tem que ser empregada durante todo o processo de produção.

Não podemos esquecer que, apesar dos fatores de relevância, impacto e interesse público e a factualidade terem sido aspectos definidores da permanência de publicação das notícias sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos, outros valores/notícia permaneceram influenciando o processo. Há uma sintonia entre os

profissionais que não nos permite dizer que o jornalista toma decisões unicamente a partir de seus conhecimentos ou vontades, mas faz isso em sintonia com um conhecimento compartilhado nas redações. Assim, detectamos que em todos os momentos os valores/notícia, a organização jornalística e as rotinas estabelecidas têm influência na elaboração das notícias, assim como as fontes, aspecto que abordamos no próximo subcapítulo.

8.4 AS FONTES

O acesso às fontes é a ferramenta essencial de trabalho do jornalista. Pois além da coleta de material informativo é a fonte que vai dar ao jornalista subsídios para a construção da notícia. No entanto, nem todas as fontes têm potencialidade de serem acessadas pela imprensa. Wolf (2005) avalia que nem todas as fontes são igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e seu acesso aos jornalistas não são distribuídos de maneira uniforme.

Erbolato (1985) considera fonte qualquer pessoa que presta informações ao repórter como as agências noticiosas, sucursais do interior e do exterior, agências de variedades, informantes, correspondentes, entidades públicas e privadas, sindicatos e associações, assessorias de imprensas governamentais e privadas, os amigos do pessoal e do jornal e os voluntários (pessoas que sugerem).

Nas pautas de meio ambiente, são fontes pessoas ligadas a esta área, como representantes de secretaria municipais, estaduais e órgãos federais, cientistas e pessoas ligadas às universidades e às agências de notícias. As informações vindas de agências estão tomando cada vez mais espaço nas redações em razão de custos e de credibilidade. Para Wolf (2005, p.249) tanto as agências de notícia quanto de serviços filmados enfatizam mais a tendência à programação do trabalho do que o jornalismo de pesquisa, de “descoberta dos fatos, de aprofundamento dos eventos e de seus contextos”.

Com a proliferação dos serviços de assessoria de imprensa e a utilização intensiva da internet aconteceram muitas modificações nas redações uma vez que o contato pessoal com as fontes diminuiu em função do envio de muitas informações por meios eletrônicos. O sistema informatizado contribuiu para a maior agilidade dos processos redacionais e é a maneira que as empresas jornalísticas encontraram para manter um sistema de alimentação *on-line* em fluxo contínuo com o quadro profissional reduzido. “O jornalismo tornou-se um disciplinamento técnico, antes de uma atividade investigativa ou lingüística. Bom jornalista passou a ser aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou melhor escreve”, afirma Ciro Marcondes Filho (2000, p.36).

E para dar conta de elaborar todas as matérias previstas durante a jornada de trabalho, os jornalistas fizeram muitas entrevistas por telefone. Esse procedimento foi adotado em Zero Hora e no Correio do Povo em muitos momentos⁴⁶, um deles foi registrado no dia 20 de outubro de 2006⁴⁷, quando o repórter do Correio do Povo que estava fazendo a notícia sobre o abraço do Rio dos Sinos salientou que se estivesse ido ao local, em vez de ficar só com as impressões do acontecimento relatadas pelo fotógrafo, teria outra impressão das coisas. “Por telefone fica prejudicado. Se fosse lá poderia falar com as pessoas, ver mesmo o que aconteceu”, ressaltou durante a elaboração da matéria.

A agenda do jornalista também se constitui como uma fonte, pois recebe dia após dia os eventos que acontecerão e que poderão ser noticiáveis devido a sua representatividade nas esferas política, institucional, administrativa ou judiciária. Os assuntos ambientais que chegam à redação pelo contato dos leitores são aqueles que preocupam a população no seu cotidiano. Já os demais assuntos relacionados a meio ambiente são enviados pelas agências e assessorias de imprensa e, em caso de não serem factuais, são transformados em sugestão de pauta ou encaminhados para publicação em outro dia. No Correio do Povo, o contato com as fontes é relatado por um dos entrevistados:

⁴⁶ Esta descrição detalhada consta no capítulo 7.

⁴⁷ Anexos B e C.

Normalmente elas (as sugestões de notícias) chegam através das fontes, principalmente dos órgãos ou das ONGs ou instituições que trabalham especificamente com esta área. E aí eles entram em contato, a população percebe que tão jogando lixo em local inapropriado, por exemplo, aí vão lá cobrir, isso acontece muito (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

Porém, mesmo não sendo hábito a consulta de fontes da área ambiental diariamente na editoria de geral, a não ser no caso da mortandade de peixes no Rio dos Sinos quando o assunto ficou sendo suitado, encontrar boas fontes e mantê-las é objetivo dos jornalistas, uma vez que a qualidade da fonte está diretamente ligada à qualidade do produto jornalístico. Essas fontes, que são pessoas acessadas pelos repórteres para o repasse de informações que possam contribuir para a apuração, são consideradas por Wolf (2005) fontes verdadeiras ou primárias, uma vez que representam grupos ou instituições. Essas fontes, segundo o autor, se diferenciam das agências de notícias que se configuram como empresas especializadas que fornecem um produto jornalístico gerado por jornalistas. Há então diferenciação na classificação destas fontes jornalísticas.

As possíveis classificações das fontes são muito diferentes, conforme o parâmetro a que se faz referência: por exemplo, podem-se distinguir as fontes institucionais das oficiosas, ou as estáveis, opostas às fontes provisórias; uma categorização diferente separa as fontes ativas das passivas, conforme o grau de uso e o tipo de relações que se institui entre fonte e aparato de informação. Fontes centrais, territoriais e fontes de fase são categorias definidas não apenas pela localização espacial dessas fontes, mas também pelo tipo de utilização que se faz em relação à relevância e à noticiabilidade dos acontecimentos (WOLF, 2005, p. 234).

Das fontes apresentadas, as institucionalizadas e as oficiais são as que possuem mais força nas editorias de geral de Zero Hora e Correio do Povo para falar em meio ambiente. ONGs e grupos ambientalistas são vistos por alguns jornalistas como fontes que possuem credibilidade, mas devido às condições de produção, bem menos acessadas que as institucionalizadas.

A gente sempre procura pegar as fontes oficiais que é secretário de meio ambiente, seja municipal ou não, ou vice- secretário (repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

A relação dos repórteres com as fontes institucionais segue a lógica da “dupla conveniência” apontada por Chaparro (1994). Para as fontes é extremamente vantajoso divulgar suas informações dentro de um veículo jornalístico, segundo a percepção do público. Já os jornalistas têm acesso a uma grande quantidade de informações confiáveis, necessárias para alimentar o jornal. Os jornalistas consideram confiáveis essas informações pelo fato de serem oficiais. Embora todos os jornalistas afirmem checar as informações das fontes antes de publicarem, isso nem sempre acontece. Notícias consideradas estritamente objetivas que vêm de agências são publicadas, às vezes, diretamente na página, e o conteúdo é apenas reduzido para se adaptar ao espaço, como aconteceu no Correio do Povo de 20 de outubro de 2006⁴⁸, com uma nota que falava da morte de peixes no Paraná que foi anexada às demais matérias de meio ambiente que constavam naquela página.

No entanto, essa situação acontece em razão da confiança que marca a relação entre fontes e jornalistas. A fonte deve oferecer a garantia ao repórter de que o que afirma é verdade, caso contrário não terá validade para a apuração da notícia. Dessa maneira, fontes ligadas a instituições representativas que promovam ações freqüentes de impacto social têm maior presença nas páginas de jornal do que aquelas que estão fora desse sistema, que só serão percebidas ao protagonizarem fatos negativos. Os movimentos sociais ligados à causas de preservação ambiental também são considerados fontes dos jornais pesquisados, no entanto, o fato de terem diminuído a realização de atos públicos a partir dos anos 1990 se refletiu na cobertura estadual da imprensa⁴⁹. Isto também foi constatado pelos jornalistas entrevistados:

Não é que jornal desistiu, as entidades tiveram sua atuação se apagando. Matérias de denúncia isso não tem mais. Antigamente eu cansei de ir para lá ver lixo nos rios, árvores arrancadas no interior do estado, pedreiras. Hoje

⁴⁸ Anexo C.

⁴⁹ Ver Nether, 1998.

o Ministério Público opera mais em parceria com a polícia federal, mas antigamente eles eram todos os dias a minha fonte (Chefe de Reportagem de CP em entrevista à pesquisadora).

Isso é um reflexo do próprio tratamento da questão ambiental de um modo geral, aqui no Rio Grande do Sul se comparar o que era no início dos anos 90 os próprios movimentos ambientais aqui, tão muito mais fracos. Nós não temos mais uma atuação muito marcante de entidades ambientais com preocupações locais, geralmente elas se filiam a questões mais globais tipo causas do Greenpeace ou aquecimento global. Coisas que há 15, 20 anos atrás mobilizavam mais como uma poluição de arroio ou o desmatamento de uma área verde hoje praticamente passam batidas pelas próprias entidades ambientais locais e conseqüentemente pela própria imprensa, já que não tem alguém que faça pressão para que esse assunto seja valorizado, que traga ele a tona (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

A busca pelas fontes não é um processo casual, mas também não pode ser considerado arbitrário. O repórter, ao apurar uma informação, busca sua fonte dentre várias opções, baseado em alguns critérios mais ou menos definidos pela prática jornalística. Não se pode negar que há um jogo de forças entre fontes, especialmente aquelas institucionalizadas ou com interesses que vão além da notícia, e os jornalistas. Nesse processo, um precisa do outro: o repórter necessita das informações para apurar sua notícia (e quanto mais exclusivas, melhor) e a fonte, em muitos casos, tem interesse em ter seu nome relacionado ao fato ou até mesmo em que determinado tipo de informação seja divulgado. Uma forma de os jornalistas escaparem a esse interesse das fontes oficiais é por meio do contato com especialistas da área, como ressaltam alguns repórteres:

Então quando não dá a gente recorre aos biólogos que a gente tem de universidades, de ONGs que necessariamente não tem interesse direto. São pessoas que não se importariam em dizer que alguma coisa está errada, quando na FEPAM ou nos outros órgãos do governo a gente meio que tem que sempre ouvir as declarações com um filtro, para não ser enganado (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

Os jornalistas estão conscientes dessas negociações e as tratam com naturalidade na rotina cotidiana, mas mesmo depositando confiança nas fontes, a

identificação correta dos fatos a serem noticiados exige muita atenção dos profissionais para que não se tornem vítimas de artimanhas políticas.

As fontes normalmente são órgãos oficiais ou então ONGs conceituadíssimas dentro da área do meio ambiente e são fontes que são fidedignas. Há uma certa credibilidade com relação a essas fontes então aí é tranqüilo mas nada impede também que a gente possa conferir ou sei lá acompanhar o que está acontecendo. Não ficar basicamente em cima da informação oficial porque aí tu podes tomar um balão uma hora (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

A proximidade com as fontes parece dar mais segurança aos jornalistas para o acompanhamento das ocorrências, reduzindo também a dependência das assessorias de imprensa e das agências de notícias, como pode ser percebido no acompanhamento das matérias da mortandade de peixes no Rio dos Sinos elaboradas no Correio do Povo e na Zero Hora. Para garantir o permanente contato com as principais fontes ligadas ao assunto, alguns repórteres acabaram sendo designados no Correio do Povo em cada um dos turnos para acompanhar a temática. Em Zero Hora, esta atribuição ficou vinculada à correspondente do Vale do Sinos.

O deslocamento ao local onde os peixes estavam sendo contidos em Sapucaia do Sul foi realizado muito mais pelos fotógrafos pela necessidade de boas imagens do que pelos repórteres que recuperaram as informações muitas vezes por telefone, o que também possibilitou o fortalecimento das relações com as fontes. Ainda assim, o material divulgado pelas assessorias de imprensa tem grande importância nos jornais. Em ambos não são publicados *releases*, mas o material distribuído pelos governos municipal, estadual e federal acaba sendo considerado entre os fatos do dia que poderão ser cobertos e publicados. Ou seja, a possibilidade de uma ocorrência ser identificada pelos jornalistas e transformada em notícia é maior quando os envolvidos integram o sistema que faz chegar as informações aos jornais. Assim, quem em última instância confere ao interlocutor o status de agente ou fonte é o jornalista.

Fontes e instituições com assessorias de imprensa especializadas têm mais chance de serem reconhecidas pelos jornalistas do que aqueles que não contam com esse apoio. Escreve Alsina (1989, p. 29) que

[...] ao estudar a natureza do acontecimento, constato as inter-relações do mesmo com o sistema que lhe dá sentido. Como é natural, sempre me remeto, em última instância, ao sistema dos *mass media*. Ao determinar as características do acontecimento faço referência expressa aos meios de comunicação. [...] De minha parte, tenho relacionado o acontecimento-notícia com a realidade social a partir da noção da construção da realidade como produção de sentido através da prática produtiva e das rotinas organizativas da profissão jornalística. Por consequência, a concepção desta construção da realidade variará segundo o caráter que se outorgue a própria realidade social⁵⁰.

Os fatores que direcionam a escolha de uma fonte pelos jornalistas estão fortemente ligados à necessidade de gerar um produto informativo dentro de um período de tempo determinado (GANS, 1979⁵¹ *apud* WOLF, 2005). Os fatores são a oportunidade de contatar a fonte; a produtividade; a fidedignidade; a confiabilidade e a responsabilidade. A credibilidade da fonte conta muito nessa relação, pois se o entrevistado é considerado confiável, a informação que ele está repassando aos jornalistas também o será. Pressupõe-se que as fontes oficiais são mais confiáveis ou, pelo menos, que uma versão oficial deve aparecer na matéria, por este motivo muitas vezes a credibilidade está ligada à hierarquia de poder a qual está vinculada, como ressaltou um dos entrevistados:

Se o pessoal tem credibilidade a gente dá. Na área governamental tem a SEMA a SMAM isso aí são fontes fidedignas e tem também tem as entidades voltadas ao meio ambiente como a AGAPAN e também esse comitê dos sinos e outros comitês aí. A gente ouve esse pessoal todo, não tem problema nenhum, são fontes que dá pra confiar (Editor de CP em entrevista à pesquisadora).

⁵⁰ A tradução do original em espanhol é de responsabilidade da pesquisadora.

⁵¹ GANS, H. **Deciding what's news. A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time.** Nova York: Pantheon Books, 1979.

Ao optar por fontes institucionais, os jornalistas têm a possibilidade maior de contar com informações e dados complementares, o que exclui muitas outras fontes. A questão relativa à fidedignidade expõe um ponto de vista interessante: a fonte tem que ser fidedigna para que suas informações possam ser utilizadas sem a verificação com outras fontes.

Na verdade tu tens que seleccionar bem, saber quem são as pessoas realmente confiáveis pra conseguires as informações que se quer. Mas não só pra conseguir as informações que se quer, porque tu também não vais ficar direccionando a tua pauta, mas pra saber que a informação realmente vai ser confiável. Normalmente são as mesmas pessoas porque tu sabes que o que ela vai te falar é realmente o fato (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

Durante o período da pesquisa, como se configurou uma situação excepcional em razão da mortandade de peixes no Rio dos Sinos, o Instituto Martim Pescador se tornou uma das principais fontes, inclusive porque o presidente da entidade, Henrique Prietto, presenciou o acontecimento no dia 7 de outubro de 2006. Nas outras pautas de meio ambiente, as fontes ligadas a movimentos sociais de preservação ambiental ficaram como segunda opção.

A opção por vincular as matérias ambientais somente a fontes oficiais faz, muitas vezes, com que o tema não seja aprofundado tanto quanto gostariam os pesquisadores do Jornalismo Ambiental nos jornais diários. O fato de ficar somente com uma fonte em razão do tempo para a produção e dos espaços para a publicação faz com que muitas vezes o leitor seja privado de não ter acesso a um conteúdo que lhe permita compreender as interligações que envolvem a questão ambiental. Além disso, as notícias nascem na redação e não mais nas ruas porque o jornalista já sai com uma pauta da redação, critério que faz parte das rotinas de produção, limitando ainda mais a possibilidade da temática ambiental ser cogitada como uma das possíveis de publicação a não ser pela factualidade.

8.5 O CONTEÚDO

O jornalismo nem sempre esteve voltado a um processo industrial de produção. Foi a partir da segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos e na Europa, que o jornalismo passou a sofrer modificações profundas em razão da expansão mundial do capitalismo e do aparecimento de inovações tecnológicas. Passou-se de um jornalismo opinativo para um jornalismo informativo. No Brasil a reforma do texto jornalístico, resultante da emergência do capitalismo, surgiu na década de 1950, num pequeno jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*. Daí migrou para outras empresas e o estilo se fixou aliando-se a uma nova estética gráfica a partir dos primeiros anos da década de 1960 (LAGE, 2005).

Como comenta Genro Filho (1989, p.180) a informação jornalística e a base técnica para sua produção nasceram no bojo do mesmo processo das relações mercantilistas. “Surgiu, então, o jornalismo como uma forma social de percepção e apropriação da realidade, correspondendo a um aspecto determinado da *práxis* humana.” Apesar da análise do texto informativo não ser objetivo desta pesquisa, ao observarmos as rotinas e a produção das matérias de meio ambiente em Zero Hora e Correio do Povo, conseqüentemente percebemos os fatores intervenientes na elaboração do texto informativo.

O texto informativo no jornalismo tem como base o fato jornalístico, que não existe por si só, mas precisa de uma pessoa que o decodifique para os receptores e o transforme em notícia. Nessa construção a busca da verdade é perseguida pelo jornalista com o intuito de que seus relatos estabeleçam uma relação de credibilidade com os leitores. As matérias passam a ser uma ressignificação dos fatos, na medida em que parte da apreensão que o jornalista tem do real, mas que não pode ser retida na sua essência, depende de reconstituições e testemunhos.

A credibilidade do discurso jornalístico funda-se em um compromisso tácito entre o veículo e o público segundo o qual os fatos noticiados são reais. No entanto, a veiculação de um fato real no discurso jornalístico é, em si, outro fato real. Os fatos originários têm conseqüências em si (por exemplo, o desvio de recursos causa a interrupção de uma obra) e outras conseqüências quando noticiado (o escândalo, a eventual punição dos responsáveis, etc.) (LAGE, 2005, p. 119).

A preocupação dos jornalistas em publicar matérias que pudessem gerar credibilidade junto aos leitores fez com que a objetividade, a busca de imparcialidade e o equilíbrio passassem a fazer parte das práticas jornalísticas para a construção do texto informativo. A pesquisadora Gaye Tuchman (1999) defende que a objetividade é um ritual estratégico para proteger os jornalistas dos riscos de sua profissão. De acordo com a autora, o jornalista reivindica a objetividade ao se apoiar em procedimentos que segue ao atuar, seja apurando um fato, escrevendo uma notícia ou editando uma publicação. Na organização de uma mídia noticiosa, as rotinas produtivas balizam todo o trabalho, promovendo a objetividade jornalística. A busca em relatar um fato objetivamente é uma prática adotada nos jornais, como ressalta um dos entrevistados do Correio do Povo:

Claro que eu sei o veículo que eu estou e a linguagem que é utilizada, então digamos hoje eu sei que eu tenho que seguir um texto mais objetivo aqui no Correio do Povo, mas que da mesma forma não é um texto fechado. Tem possibilidade de fazer, começar da forma como eu bem entender, claro observando este padrão de ser bem direto e bem objetivo (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

A apresentação de pontos de vista diferenciados na busca de imparcialidade e equilíbrio, assim como a procura por fontes junto às organizações de poder instituídas, também faz parte do ritual jornalístico. Soloski (1999, p.91) acrescenta que “o lugar natural para encontrar fontes com valor noticioso será na estrutura do poder da sociedade porque os jornalistas vêem o actual sistema político-econômico como um estado de coisas natural”. A utilização de fontes oficiais já conhecidas, em razão da credibilidade, confiabilidade e das questões organizativas profissionais, é uma realidade expressa também nas entrevistas realizadas neste estudo:

As fontes são mais ou menos as mesmas, aquelas que estão sempre em evidência, que estão sempre fazendo algum trabalho. Porque eu sei que tem várias entidades, mas as vezes é difícil achar o contato delas e isso também é uma coisa complicada (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

A ampliação do número de fontes a ser consultada em busca da parcialidade realmente é um dos desafios do Jornalismo Ambiental diante de uma rotina que não privilegia este esforço do jornalista por vários fatores, sendo que um deles é o tempo a ser despendido no contato com o entrevistado e na elaboração da matéria. Além disso, o Jornalismo Ambiental, apesar de requer que também sejam ouvidas mais fontes para que os leitores tenham uma compreensão mais aprofundada do assunto, não é imparcial, já que se fundamenta na defesa do meio ambiente e da sustentabilidade da vida. Como afirma Bueno:

O jornalismo ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses (BUENO, 2007, on-line).

O autor ressalta ainda que o jornalismo ambiental não pode comprometer-se com a isenção porque participa de um jogo amplo (e nada limpo) de interesses. Porém, como a busca da imparcialidade continua fazendo parte da prática jornalística e a ampliação das fontes ambientais fica vinculada somente a acontecimentos factuais de grande repercussão na sociedade, como aconteceu com o desastre ambiental registrado no Rio dos Sinos, o conteúdo das matérias acaba ficando limitado.

Ao se tornar um evento de interesse público o assunto ganhou espaço nos principais jornais do Estado e do País, e a imprensa manteve as atenções voltadas aos desdobramentos deste fato. A não ser por esse motivo, as matérias ambientais se transformam em pautas nos jornais a partir do material de assessorias de imprensa e dos contatos feito pela população por e-mail ou telefone.

Então a maioria das pautas chega através do contato de pessoas do interior, mas mais pessoas da região metropolitana e de Porto Alegre preocupadas com isso. Alguma coisa de governo e de projetos que eles vão lançar a assessoria manda, como, por exemplo, a dragagem do dilúvio. Essas coisas que governo e prefeitura divulgam. A população ou meio ambiente viram pauta quando acontece algum problema de grande repercussão, algum acidente ambiental, alguma coisa assim, daí vira assunto também (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

No entanto, durante o período de observação, das pautas sugeridas por eleitores, somente uma matéria que envolvia meio ambiente foi desenvolvida em Zero Hora e duas no Correio do Povo. Dessas matérias, nenhuma se referia ao desastre ambiental do Rio dos Sinos. Esse foi um fato que modificou a normalidade das rotinas produtivas nos jornais durante o período da pesquisa. Se por um lado, a publicação de matérias ambientais foi intensificada, gerando, inclusive, novos fatos e expondo as regras a que essa temática está sujeita no dia-a-dia da redação, permitindo à pesquisadora uma oportunidade talvez única de acompanhamento de uma intensiva produção de matérias, por outro lado, demonstrou um fato que é atípico para a editoria de geral, uma vez que os assuntos ambientais raramente são tratados a menos que sejam factuais, tenham importância e interesse público, rompam com a realidade corrente e aí entram na disputa por um espaço, muitas vezes reduzido, com outras temáticas para fazer parte do rol de matérias noticiadas.

Dentre as matérias que foram elaboradas nos dois jornais, durante o período da pesquisa, que não possuíam vínculo com a mortandade de peixes no Rio dos Sinos, estavam a da Romaria das Águas, a da falta de água em bairros de Canoas e Esteio, a sobre o clima, a da praia de Itapuã e a de um protesto dos pescadores de Itapuã, a de uma visita orientada ao Arroio Dilúvio e a de um encontro para discutir a situação do Rio Gravataí. Também foram publicadas notícias sobre a poda de árvores, a limpeza do Arroio Dilúvio, um depósito ilegal de aparas de couro, a limpeza de arroios de Alvorada, a Patrulha Ambiental da Brigada Militar, a ampliação do sistema de saneamento em Porto Alegre, a respeito do lançamento de água sem tratamento no Rio Gravataí, sobre os custos no tratamento da água feito pela Corsan, a suspeita de irregularidades no Rio Gravataí, a conscientização dos arrozeiros feita pelo IRGA, as condições da água do Gravataí e a invasão do Parque Santa Fé.

Durante a pesquisa, alguns jornalistas do Correio do Povo e de Zero Hora comentaram que havia épocas em que os jornais publicavam mais matérias ambientais, o que se devia também às ações promovidas pelos movimentos sociais de preservação ambiental. Apesar dos movimentos se manterem como referencial aos jornalistas, a maioria acredita que os atos públicos promovidos por eles tiveram um enfraquecimento e, como a sociedade também se manifesta raramente para sugerir pautas que se referem ao tema, a problemática está destinada muito mais a matérias especiais no próprio jornal ou em cadernos, a menos que seja uma pauta factual.

As factuais acabam sendo absorvidas no dia-a-dia na editoria de geral e elas concorrerem com outros tantos temas que a editoria aborda. Se não tiver um fato muito forte naquele dia tudo bem, senão acaba perdendo espaço (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

Noblat (2003) ressalta que estamos diante de um problema, pois os repórteres não saem mais da redação à procura de notícias, uma vez que as propostas de matérias nascem dentro da própria redação. “A maioria dos jornais e dos jornalistas sucumbiu há muito tempo ao mecanismo perverso da pauta comum de assuntos. Parece haver entre eles um entendimento tácito: se fizerem jornais iguais ou pelo menos parecidos, irão juntos para o céu. Ou descerão juntos para o inferno na pior das hipóteses.” Essa situação foi descrita por alguns jornalistas mais experientes, durante entrevista à pesquisadora, uma vez que eles também percebem que atualmente o repórter recebe a pauta pronta, muitas vezes até com a sugestão de fonte, enquanto antigamente era necessário sair do ambiente da redação e avaliar, a partir dos acontecimentos que presenciava nas ruas, quais poderiam ser noticiados.

Como ressalta o autor, essa estratégia utilizada nas redações torna a rotina mais fácil e cômoda e se correm menos riscos. É menos arriscado porque assim ninguém dá “furo em ninguém. É mais barato porque a maioria das notícias que se publica tem sempre por trás alguém interessado em vê-las publicadas. E o interessado entrega quase tudo pronto aos repórteres” (NOBLAT, 2003, p.42).

Essas rotinas adotadas nos jornais e percebidas durante a pesquisa e os aspectos subjetivos dos jornalistas não foram os únicos balizadores durante a elaboração das matérias de meio ambiente. As práticas jornalísticas em busca da credibilidade dos leitores fundamentadas na imparcialidade e objetividade também tiveram um peso importante na medida em que o conteúdo das matérias de meio ambiente passaram a ser publicadas de forma sintética, inclusive por falta de espaço.

No caso do Correio o critério é o mesmo que para as matérias de geral. No Correio tu precisa ser muito sintético, ter muito poder de síntese. E a área do meio ambiente é uma área interessante porque tu podes trabalhar. Fazer matérias mais complexas (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

Conseguir fazer matérias mais complexas sobre meio ambiente no dia-a-dia da redação em Zero Hora e Correio do Povo é um ideal apontado por alguns dos jornalistas entrevistados, porém isso na prática é raro. Principalmente se não acontece um desastre ambiental como foi o registrado no Rio dos Sinos. O aprofundamento do conteúdo é apontado como praticamente impossível tendo em vista os fatores tempo e espaço para a construção e publicação das matérias de meio ambiente:

Isso complica bastante porque no dia-a-dia tu tem que largar aquelas matérias no dia e não tem todo o tempo pra fazer então tu não consegue se aprofundar (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

Aqui no jornal já tem a característica, até pelo espaço, que a gente não tem como aprofundar muito a questão, então a gente tem sempre que simplificar o máximo, por uma questão de espaço enfim. E pela manhã é pior ainda, porque a manhã passa muito rápido e é muito corrido. A gente faz três matérias e é difícil fazer. [...] Mas a questão do tempo complica bastante, mas não só no meio ambiente, matérias de economia, qualquer matéria que te exige um pouco mais de conhecimento de termos enfim, o tempo é complicado (Repórter do CP em entrevista à pesquisadora).

Para Noblat (2003) quem mais perde, em razão da influência da cultura profissional do jornalista, da organização do trabalho e dos processos de produção, “são os leitores. No fim, perdem os jornais. Porque acabam perdendo leitores”.

No caso das matérias de meio ambiente realmente quem mais perde atualmente são os leitores, porque não conseguem ter uma visão da complexidade de relações que envolvem a temática a partir do que está sendo publicado. Isso acontece porque as notícias seguem principalmente o critério de factualidade e do impacto público para fazerem parte da editoria de geral, proporcionando que as matérias tenham um caráter de fragmentariedade e descontinuidade. Apesar de Erbolato (1985, p.154-155) registrar que diariamente são publicadas matérias de meio ambiente nos jornais, ele ressalta que isso não basta e que é necessário acompanhar o assunto, “mostrar o que está errado, criticar, verificar a ação preventiva e as repressões”. Isso pode ser feito, como sugere o autor, com a descoberta de novos caminhos para a notícia já conhecida, levando em conta a observação de “todas as variantes de um tema”.

Essas variantes muitas vezes estão nas mãos dos jornalistas para serem apresentadas para os leitores, mas se perdem em algum momento do processo de construção da notícia ambiental, o que acontece geralmente no momento da edição em virtude da hierarquização dos fatos por causa da importância e do interesse público e do espaço. Essa situação foi registrada durante o período de observação como relata um dos jornalistas:

Acho que a matéria poderia ter sido melhor aproveitada em função de que no processo de apuração foram levantadas mais informações que acabaram não entrando por uma questão de espaço. Além do acompanhamento no local da matéria o repórter ao voltar buscou mais informações em outras fontes tipo atlas ambiental, guia histórico de Porto Alegre, outros sites para complementar as informações que a fonte não tinha condições de passar no momento. E a matéria acabou saindo com um terço do espaço do tamanho que ela tinha originalmente. Então acho que ela poderia ter tido um enfoque, um aproveitamento melhor (Repórter de ZH em entrevista à pesquisadora).

Sabedores de que tanto a organização, como a forma em que as rotinas produtivas estão articuladas, o poder dos valores/notícia, a subjetividade e as fontes são fatores inter-relacionados que influenciam diretamente na qualidade das matérias de meio ambiente, acreditamos que a situação precisa ser revista. Isso porque, antes de ser um negócio, o jornalismo deve ser visto como um serviço público que contribui muito para que o cidadão desperte para as modificações que estão ocorrendo no meio ambiente. E, como destaca Noblat (2003, p.22), mais “do que informações e conhecimento, o jornal deve transmitir entendimento. Porque é do entendimento que deriva o poder. E em uma democracia, o poder é dos cidadãos”. Como o jornalismo também é dotado de poder e este está centrado na interpretação dos fatos e idéias, ou seja, na representação da realidade, pode contribuir muito para transmitir à sociedade o entendimento sobre a complexidade de relações que envolvem meio ambiente e exigir das entidades também um posicionamento, como afirma uma das jornalistas:

A imprensa acaba exigindo um posicionamento das entidades. Assim, como o pessoal do IRGA que eu entrevistei hoje. Tu conversas e dali a pouco me informaram que eles vão ter reuniões. Assim já consegue tirar uma notícia ou tu constrói aquilo ali como uma fonte que daqui a pouco tu vai entrevistar e lá pelas tantas vai render matérias posteriormente. É realmente acho que o pessoal tá sendo obrigado a se manifestar⁵² (Repórter de CP em entrevista à pesquisadora).

No entanto, para que o jornalismo contribua à conscientização da sociedade faz-se necessário que a prática mude de perspectiva e se volte para o bem público, para as preocupações sociais. Isso porque, segundo Rosen (2003, p.84), o jornalismo é uma das mais importantes artes da democracia e o seu “objectivo final não é fazer notícias, ou reputações, ou manchetes, mas simplesmente fazer a democracia funcionar”. O autor deposita a expectativa de alterações no jornalismo para que ele se torne público:

⁵² A repórter refere-se ao fato de que em razão do desastre ambiental no Rio dos Sinos outras entidades passaram a promover ações, inclusive o IRGA junto aos arroseiros da bacia do Rio Gravataí.

Chamo “jornalismo público” a uma teoria e a uma prática que reconhece a suprema importância que tem o melhorar a vida pública. Em poucos anos será crítico para as pessoas no jornalismo declararem um fim à sua neutralidade em certas questões (ROSEN, 2003, p.83-84).

Nesse processo a sociedade também tem um papel muito importante que é o de contribuir para gerir o jornalismo a partir das possibilidades que tem de participar do processo de construção da notícia através da sugestão de pautas ou da disponibilidade como fonte para as matérias ambientais. Cooperar na avaliação do que vem sendo publicado através de *e-mails*, cartas ou contatos telefônicos com as redações também pode ser um forma. Essa participação do público também foi apontada pelos jornalistas como necessária para que o assunto meio ambiente se faça mais presente e se torne uma luta social:

Acho que a questão ambiental ta exigindo novos personagens, novas formas de encarar e exigindo que a questão ambiental não fique confinada a alguns grupos de militantes e que passe a ser discutida como é que se discute a questão de economia, a questão de política. Acredito que dentro de alguns anos, por uma imposição da própria relevância do assunto, a questão ambiental vai ser, quem sabe, uma editoria de jornal assim como é a editoria de internacional, de geral, vai ser uma editoria de ambiente, exclusivo pra ela porque ela vai se impor inevitavelmente. E as ONGs ambientais vão ser acho que, as antigas pelo menos, vão ir a reboque disso porque elas não se deram conta que elas precisam mudar a linguagem pra elas conseguirem se fazerem entender (Editor de ZH em entrevista à pesquisadora).

Caminhando com este mesmo propósito de que o jornalismo tem um papel importante ao contribuir para que o cidadão tenha consciência da importância de seus atos para a preservação ambiental é que o Jornalismo Ambiental defende que o critério do bem comum e do interesse público se sobressaiam aos da brevidade, da novidade e objetividade. Também são requeridos ainda pelo Jornalismo Ambiental a ampliação do número de fontes consultadas, para que o jornalista não fique somente com a versão das fontes oficiais vinculadas ao governo dando voz aos integrantes de movimentos sociais de preservação ambiental, que as matérias sejam contextualizadas de forma que o leitor perceba não só os fatos mas a complexidade de relações que envolvem o meio ambiente e que as notícias não

sejam publicadas de forma fragmentária para que contribuam para a visão holística da realidade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação do capitalismo como sistema hegemônico no processo de globalização se intensificou nas últimas décadas acarretando modificações econômicas, políticas, sociais e ambientais. Apesar de registrarmos com seriedade que essas modificações na natureza estão se tornando mais intensas, parece que a sociedade ainda trata do tema com muito interesse desde que não seja exigida dela a participação política ou alguma alteração na sua rotina diária. E é sobre as alterações que ocorreram no meio ambiente que nos debruçamos neste trabalho, sabedores da importância de se discutirem os problemas que estão levando à conseqüente degradação da natureza como fruto da ação do homem.

O nível de consciência da sociedade para a importância de modificar hábitos de consumo, de vida e de pensamento ainda é incipiente, mas não podemos deixar de perceber que estamos total e umbilicalmente imersos neste ambiente. Isso porque nós ainda mantemos a nossa vida estruturada a partir do pensamento cartesiano-científico, onde somos observadores externos da natureza e fazemos dela objeto e mercadoria. Na vanguarda desse processo, está a consolidação dos movimentos que defendem este contraponto dialético, como é o caso do ecológico. Mais recentemente, podemos registrar, ainda não de uma forma tão engajada, a preocupação das empresas que aderem a práticas industriais e organizacionais menos poluentes, quase sempre mais econômicas, trilhando o caminho da sustentabilidade.

Como a proposta inicial era discutir essa problemática inter-relacionada com outros campos, em especial o do jornalismo, optamos pelo caminho de buscar, nas

redações de Zero Hora e Correio do Povo, a compreensão de como o processo industrializado de construção da notícia – sem deixar de compreender toda a sua complexidade – trata da temática ambiental na rotina diária.

Com relação às empresas detectamos que se, por um lado, os jornais têm uma política editorial voltada à preocupação com o meio ambiente e procuram dar espaço para a temática desde que ela seja factual e de interesse público, por outro, os jornalistas precisam respeitar as regras da organização que refletem na elaboração da notícia, principalmente quando a matéria envolve fatores econômicos e jurídicos, que podem comprometer as empresas. Porém, os jornalistas podem se utilizar de fatores subjetivos para tentar escapar ao controle da redação o que se reflete nas escolhas que os profissionais fazem ao dispor os fatos da maneira como julgar melhor, mas sem deixar de obedecer às regras da profissão e da organização.

No período analisado pela pesquisa, a cobertura realizada pelos dois jornais concentrou-se na mortandade de peixes que aconteceu no Rio dos Sinos no dia 7 de outubro de 2006. Devido à repercussão pública do tema, o assunto atraiu inclusive a imprensa nacional, e deixou em alerta Zero Hora e Correio do Povo para o acompanhamento dos acontecimentos relacionados ao tema para que não “tomassem um furo” de outros veículos.

As condições técnicas então se alteraram porque, como a pauta foi considerada de interesse e relevância públicos, foram priorizados deslocamentos e disponibilizados fotógrafos para a cobertura. No entanto, os jornalistas algumas vezes recuperaram a pauta por telefone porque não presenciaram os acontecimentos, em razão de que não tiveram tempo de permanecer no local das ocorrências, pois precisavam cumprir outras pautas, respeitar o horário de fechamento de suas matérias ou porque a empresa considerou que não havia necessidade de ir ao local.

Como um dos limites impostos pelo jornalismo impresso, para as matérias de meio ambiente, registramos o fato de que o próprio espaço na página reservado às editorias de geral é insuficiente na medida em que muitos assuntos precisam ser

publicados. Porém, mesmo dispondo de um espaço mais amplo nas páginas de Zero Hora do que no Correio do Povo, isso não garantiu às matérias de meio ambiente um tratamento diferenciado das ocorrências ligadas a outras temáticas.

Além disso, a intensificação da publicação de matérias sobre o desastre do Rio dos Sinos e a pressão da sociedade para que o poder público tentasse localizar as causas da mortandade de peixes, não garantiu a efetivação de políticas públicas preventivas para que outros acidentes não acontecessem, mas apenas discussões e iniciativas isoladas de algumas prefeituras da região, da FEPAM e do IRGA que aproveitaram o momento para ganhar espaço de publicização na imprensa.

Para dar conta da cobertura envolvendo meio ambiente, os jornalistas da editoria de geral do Correio do Povo e da Zero Hora precisaram diariamente seguir alguns regramentos. Esse conjunto de regras não é específico deste período em que as matérias de meio ambiente tiveram sua publicação ampliada. São válidos para as rotinas organizativas diárias de produção e influenciam desde o recebimento das pautas até a elaboração final e edição dos textos que serão publicados no jornal do dia seguinte. As rotinas têm um poder forte e estão relacionadas diretamente com a escassez de tempo e de meios de apuração.

Com um ritmo ditado pela produção em fluxo contínuo por meio da rotinização do processo de construção da notícia, os jornalistas acabam se envolvendo em mais de uma pauta ao mesmo tempo. Para contornar essa dificuldade, lançam mão de critérios de noticiabilidade e de práticas jornalísticas que seguem a mesma lógica nos dois veículos pesquisados. Esses critérios são utilizados para definir qual ocorrência vai virar notícia e servem, inclusive, para definir se a temática ambiental vai ou não para a edição do jornal no dia seguinte.

Há uma sintonia entre os profissionais que não nos permite dizer que o jornalista toma decisões unicamente a partir de seus conhecimentos ou vontades, mas faz isso em sintonia com um conhecimento compartilhado nas redações. Constatamos então que em todos os momentos os valores/notícia, a organização jornalística e as rotinas estabelecidas influenciam na elaboração das matérias

ambientais. Esses fatores então não podem ser considerados isoladamente, mas em função uns dos outros.

Durante as rotinas produtivas, os editores e repórteres avaliam se um acontecimento tem relevância ou não. Isso é feito pelos profissionais de forma automática, sem que eles consigam explicitar muitas vezes os critérios que utilizaram para escolher uma ocorrência de meio ambiente em detrimento de outra pauta de geral. No período da pesquisa, o que observamos foi que a pauta ambiental permaneceu prevalecendo como uma das escolhidas, pois a mortandade de peixes no Rio dos Sinos se configurou como o maior desastre ambiental envolvendo este rio. A relevância do tema, a importância e o interesse público motivaram a cobertura da imprensa e o receio de que a concorrência pudesse largar na frente também fez com que os jornais dia-a-dia mantivessem o acompanhamento da pauta e planejassem matérias especiais. No entanto, não podemos esquecer que, apesar dos fatores de relevância, impacto e interesse público e da factualidade terem sido aspectos definidores da permanência de publicação das notícias sobre a mortandade de peixes no Rio dos Sinos, outros fatores permaneceram influenciando o processo.

Com relação a transformação de ocorrências relacionadas ao meio ambiente, que não fossem ligadas diretamente ao desastre ambiental do Rio dos Sinos, percebemos que para que se tornem aptas a se constituírem como um produto jornalístico, elas precisam seguir as mesmas regras impostas a outras temáticas, ou seja, devem ganhar existência pública, terem relevância e serem factuais. A disputa por um espaço de publicação em concorrência com outras temáticas é acirrada, pois meio ambiente não dispõe de um espaço fixo em editoria, a não ser no caso de Zero Hora que possui o Caderno Ambiente e se utiliza deste para a veiculação de matérias mais aprofundadas, como comentam os próprios jornalistas. Além disso, devido ao fato da temática ambiental estar entrelaçada em todas as nossas ações cotidianas, mas nem sempre se constituir como acontecimento, ela dificilmente, por este motivo, se torna pauta nas editorias de geral.

Eis um dos desafios do Jornalismo Ambiental: propor que o assunto meio ambiente não seja tratado somente em momentos em que o tema é relacionado a desastres em que não seja possível ignorar sua relevância, mas de forma transversal. A brevidade presente em todas as fases de constituição de uma notícia pode ser considerada como um fator limitante para empregar às matérias de meio ambiente maior complexidade e não fragmentariedade, como busca o Jornalismo Ambiental.

As fontes das matérias ambientais acionadas nos dois jornais, muitas vezes em razão da disponibilidade de tempo na rotina do repórter e pela confiabilidade que tem, são as ligadas ao poder instituído na sociedade. Para o Jornalismo Ambiental, fundamentar a matéria em uma única fonte constitui um desafio a ser superado pelas práticas redacionais e profissionais, já que a busca de mais fontes para compor as matérias nesta área é um dos critérios para qualificar o conteúdo.

Mas o espaço torna-se o principal obstáculo para a qualidade da matéria de meio ambiente, porque pelo que percebemos durante a observação das rotinas de produção, por maior que seja o esforço do repórter em coletar dados, tirar dúvidas sobre termos técnicos que envolvem o assunto e aprofundar o máximo, sem deixar de obedecer às regras da empresa, a matéria muitas vezes chega publicada no jornal com várias alterações em consequência da edição. A escolha para a lapidação da notícia se deve ao espaço disponível para o assunto naquela edição e à importância que o chefe da produção, aqui no caso o editor, dá para o texto.

Assim, as matérias de meio ambiente seguem a mesma lógica de construção de qualquer outra notícia, mas não os critérios estabelecidos pelo Jornalismo Ambiental. Coleta de dados, apuração, estruturação da matéria, edição e publicação seguindo os padrões organizacionais, mas atravessadas por lógicas também subjetivas, integram um processo complexo de recorte e reconstrução da realidade através da publicação de fatos sociais.

No entanto, como é que uma matéria que foi veiculada sem aprofundamento, sem trazer elementos que possam contribuir para que o leitor

entenda a complexidade de relações que envolvem as questões ambientais pode contribuir para conscientização dos leitores através de uma visão sistêmica? O Jornalismo Ambiental tem conseguido ao longo dos anos transpor as barreiras do campo científico ao aliar aos pesquisadores a preocupação de jornalistas engajados com a causa ambiental. As conquistas estão alicerçadas na busca de novos canais via internet, rádio e televisão, mas aos poucos também estão abrindo caminhos em programas específicos sobre o tema.

Mas e nos veículos comerciais? A transversalidade do tema e a possibilidade de conscientização para a preocupação com a construção de uma vida sustentável deve caminhar em dois sentidos. Por um lado, é preciso colocar em prática um jornalismo que seja marcado fundamentalmente pela participação, onde os cidadãos passam a ter a possibilidade de discutir assuntos importantes para sua vida diária como o meio ambiente. Trata-se de lutar por um jornalismo preocupado com os direitos e deveres dos cidadãos e que possa recuperar alguns elementos da profissão lembrados com saudosismo por aqueles que ainda permanecem na redação, mas sentem falta da procura pela notícia nas ruas por meio do contato com a comunidade e de um texto mais criativo e ousado. De outro, também, é necessário que a sociedade assuma sua preocupação pelas questões ambientais e passe a exigir em todas as esferas ações que possam contribuir para a sustentabilidade da vida e do jornalismo por meio da veiculação de matérias dotadas de uma visão sistêmica.

Nesse contexto, os jornalistas têm um papel fundamental, já que demonstraram, em entrevista à pesquisadora, o interesse em tornar as matérias ambientais mais complexas e estarem cientes da importância social desta profissão. No entanto, em razão do tempo, da disponibilidade de espaço e de terem que cumprir ainda com outras tarefas que estão pré-definidas para eles dentro da rotina diária da redação, os jornalistas acabam sendo desestimulados por mais que tenham a intenção subjetiva de fazerem com mais qualidade as matérias e aprofundarem mais o conteúdo.

Os fatores que ainda causam embaraço ao jornalista, quer sejam referentes ao ambiente da redação ou externos, como a economia de mercado e as questões políticas e sociais, com o tempo passam a abrir espaço para um novo jornalismo, neste caso o cívico ou público, que busca que as temáticas recebam maior atenção, o que permitirá também maior aprofundamento das matérias mais relevantes para que a atenção da sociedade seja focada sobre elas.

Como os autores, Traquina, Mesquita e Rosen, acreditamos que o Jornalismo Cívico têm aspectos que convergem na prática diária das redações para o Jornalismo Ambiental. No entanto, as mudanças no jornalismo e os movimentos de preservação, individualmente, não conseguirão conduzir para um mundo mais seguro e humano. É necessário também alterações no estilo de vida e nas expectativas de crescimento econômico, visando a melhoria da qualidade de vida da maioria, além da redistribuição global da riqueza, o que deve ser uma preocupação permanente de cada cidadão.

Dessa forma, este estudo se faz importante por contribuir com o esforço de construção de conhecimento no campo do Jornalismo Ambiental e também como ferramenta de apoio nas discussões sobre as práticas jornalísticas, as rotinas de produção e o conteúdo das matérias de meio ambiente. A intenção deste trabalho de pesquisa não foi esgotar o tema ou ser conclusivo nos resultados ou avaliações, mas contribuir para o campo da pesquisa em jornalismo já instituída por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Buenos Aires: Piados, 1989.

BACCHETA, Victor L. El Periodismo ambiental. In: _____. **Ciudadania planetária**. Montevideo: International Federation of Enviromental Journalists, 2000. p. 17-21.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. 2 v.

BARBOSA NETO, Tito Montenegro. **Crítica Literária**: um estudo comparativo entre a cobertura do Correio do Povo, em 1977, e de Zero Hora, em 97. Porto Alegre, 1997. 54 f. Monografia - UFRGS, Departamento de Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1997.

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sergio Vilas (Org.). **Formação & Informação Ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004. p. 15-48.

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

BREED, Warren. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias, "estórias". 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo; e, os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, Lisboa, 1989.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo ambiental**: navegando por um conceito e por uma prática. Portal de Comunicação em *Agribusiness* e Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.agricoma.com.br/agricoma/artigos/jornalismo_ambiental/artigo1.php>. Acesso em: abr. 2007.

CANUTO, João Carlos. Um novo imaginário social: o desenvolvimento sustentável. In: DENKER, Ada de Freitas Maneti et. al. (Orgs.). **Comunicação e meio ambiente**. São Bernardo do Campo: Intercom, 1996. p. 127-133.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização Ecológica: o desafio para a Educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo; Cultrix, 1982.

CARNEIRO, Augusto Cunha. **A história do ambientalismo**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CIMADEVILLA, Gustavo (Comp.). Información ambiental, medios y actores: escenas de una desconexión anunciada. In: CIMADEVILLA, Gustavo. **Comunicación, tecnología y desarrollo**. Córdoba: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2004. p. 81-98.

DORNELLES, Beatriz. Trajetória da imprensa gaúcha. **Revista PJ: Br – Jornalismo Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: 2. sem. 2004. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia4_a.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006.

ERBOLATO, Mário I. **Técnica de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição do jornal diário. Petrópolis: Vozes, 1985.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **O jornalismo no conglomerado de mídia**: reestruturação produtiva sob o capitalismo global. 2005. 349 f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Comunicação e Informação, UFRGS, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2005.

GALINDO CÁCERES, Luís Jesús. **Sabor a ti**: metodologia cualitativa em investigación social. Xalapa: Universidad Veracruzana, 1997.

GALVANI, Walter. **Um século de poder**: os bastidores da Caldas Júnior. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 2 ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GENTILLI, Victor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 19, p. 41-55, dez. 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRARDI, Ilza Maria Tourino. O jornalismo ambiental nos cursos de jornalismo. In: JACKS, Nilda et al. **Tendências na comunicação**: 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HANNIGAN, John A. Os meios de comunicação social e a comunicação ambiental. In: HANNIGAN, John A. (Org.). **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 79-101.

JOHN, Liana. Imprensa, meio ambiente e cidadania. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria: UFSM, n.23, p. 87-94, jul./dez. 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUFT, Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas. São Paulo: Annablume, 2005.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. **Meio século de Correio do Povo**: glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L&PM, 1987.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000.

MEDINA, Nana Mininni. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis: Vozes, 1999. p.17.

MOLOTCH, Harbey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões teóricas e estórias. Lisboa: Veja, 1999.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, Edgar. Uma mundialização plural. In: MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 349-366.

NELSON, Peter. **Dez dicas práticas para a reportagem sobre o meio ambiente**. Brasília: WWF, 1994.

NETHER, Jairo Ivã. **Ecojornalismo impresso**: análise do jornalismo ambiental em Porto Alegre. 1998. 86 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - ULBRA, Centro de Educação, Ciências Humanas e Letras, Canoas, 1998.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Fabíola Imaculada de. **Jornalismo científico e a Amazônia**: estudo de quatro jornais brasileiros. 1990. 153 p. Dissertação (Mestrado) – ECA-USP, São Paulo, 1990.

PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PÉREZ SERRANO, Gloria. **Investigación cualitativa**: métodos y técnicas. Buenos Aires: Editorial Docencia, 1994.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

PETRARCA, Fernanda Rios. **Conflitos, trajetórias e engajamentos dos jornalistas na produção de notícias ambientais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2003. 160 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2003.

RAMOS, Luis Fernando Angerami. **Meio Ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1996.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas. In: PERUZZO, Cícília (Org.). **Sociedade de informação e novas mídias: participação ou exclusão?** São Paulo: INTERCOM, 2002. p. 123-130.

ROCCHI, Denise de. **Linguagem e conteúdo do jornal impresso transposto para o meio eletrônico**: um estudo comparativo de Correio do Povo e Zero Hora. 1999. 78 f. Monografia desenvolvida na disciplina Projeto Experimental em Jornalismo I, Comunicação Social, UFRGS, Departamento de Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 1999.

ROCHA, Mário Eugênio Villas-Bôas da. **A comunicação da temática ambiental como expressão do pensamento complexo**: um estudo exploratório no jornalismo gaúcho. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - PUCRS, Faculdade de Comunicação Social, Porto Alegre, 2005.

ROSEN, Jay. Para além da objetividade. In: TRAQUINA, Nelson; MESQUISTA, Mário (Org). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SERRES, Michel. **O Contrato natural**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 67-90.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões teorias e estórias. Lisboa: Veja, 1999.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Unesco, 2003. cap. 4, 9, 12.

STRAUCH, Manuel Christoph. **Meio Ambiente nos jornais de Porto Alegre**: um panorama da abordagem ambiental no Correio do Povo, Jornal do Comércio, O Sul e Zero Hora. 2002. 68 f. Monografia desenvolvida na disciplina Projeto Experimental em Relações Públicas I, UFRGS, Departamento de Comunicação Social, Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões teorias e estórias. Lisboa: Veja, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson; MESQUISTA, Mário (Org.). **Jornalismo Cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

TRIGUEIRO, André. Meio ambiente na idade média. In: TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias, "estórias".** 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil e a globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001. cap. 13.

VIOLA, E.A. Multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, L.; VIOLA, E. (Org.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização.** Campinas: Unicamp, 1996.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de case na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Veja, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZELLER, Carlos. Los medios y la formación de la voz en una sociedad democrática. **ANÁLISI – Quaderns de comunicació y cultura,** Barcelona: UAB, n. 26, p. 121-144, 2001.



Usuários que aproveitaram o sol forte de sábado para desfrutar dos balneários abertos elogiaram a estrutura, mas se queixaram da inexistência de restaurantes

Viamão
Pescadores protestam contra seca em arroio

Pescadores da Vila de Itapuã, em Viamão, se reuniram no sábado para exigir de órgãos ambientais uma solução para a seca do arroio onde seus barcos ficam atolados. Segundo eles, há uma semana as embarcações estão impossibilitadas de navegar, pois não há água suficiente para os barcos se deslocarem.

– Dependemos da pesca e esse arroio é a única saída dos barcos para o Guaíba – disse o presidente da Associação dos Pescadores da Praia da Pedreira, Maurici Carvalho. O grupo reivindica uma retroescavadeira à Fepam, para remover a terra que entalhou suas embarcações. Também cobra uma atitude da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), responsável por 10 quilômetros de fies no entorno do Parque de Itapuã, onde fica o arroio. A causa da seca seria o mexilhão-dourado, molusco que matou boa parte da vegetação de juncos no local. As plantas são conhecidas por barmar o avanço de areia na água. Os pescadores têm o apoio da prefeitura de Viamão.

Contraponto
O que diz Jackson Müller, diretor-técnico da Fepam

Vamos deslocar amanhã (hoje) uma equipe de técnicos da Divisão de Mineração e da Divisão de Biologia para identificar qual fenômeno pode estar ocasionando a movimentação de areia no local. No entanto, existe um grupo de trabalho formado por Fepam, Ibama e Fundação Zoobotânica que já está analisando como o mexilhão-dourado chegou ao Estado, em que pontos do Guaíba, dos rios Jacuí e Caf e da Lagoa dos Patos o molusco está instalado e quais os efeitos que ele está causando.

Lazer Área do parque que admitia 700 visitas diárias será reaberta com 200

Acesso a praias de Itapuã vai ser reduzido

Menos visitantes poderão desfrutar da maior área verde preservada da Região Metropolitana no próximo verão. Uma das três praias do Parque Estadual de Itapuã, fechada ao público no mês passado, será reaberta com capacidade reduzida: apenas 200 pessoas por dia serão toleradas na Praia de Fora. Antes da interdição, eram admitidas 700.

Com a restrição, a capacidade de público do parque de Viamão cai de 1,4 mil para 900 ao dia. Por se tratar de uma área protegida, as duas praias abertas no momento, a das Pombas e a da Pedreira, têm limite de 350 ingressos.

Conforme Marco Henrique Chaves dos Santos, diretor do parque de 5.566 hectares, localizado a 57 quilômetros do centro da Capital, a Praia de Fora voltará a receber visitas no mês que vem, depois da conclusão de uma reforma na parte elétrica. – A quantidade de pessoas permitida será menor para reduzir os impactos ambientais – justificou. Segundo Santos, a Praia de Fora ainda passa por um processo de recuperação de ecossistemas fragilizados na década de 80, quando quei-

madas e exploração de pedreiras maltrataram a região. A fauna e a flora não estariam preparadas para esgoto, barulho, fumaça oriunda de churrascos e desgaste de vegetação provocado por caminhadas. Com a chegada do verão, a limitação do acesso deve frustrar interessados em desfrutar da boa estrutura. No sábado, sob 33°C, mais de cem pessoas aproveitaram os banhos nas praias da Pedreira e das Pombas. Com amplos vestiários, áreas com churrasqueiras, estacionamentos largos e boa limpeza, a única reclamação dos frequentadores referia-se aos restaurantes.

Diretor promete lancherias funcionando no verão
– Conheço o parque há anos e nunca vi as lancherias abertas. Só podemos nos alimentar se trazemos comida – disse o biólogo Ernesto Schmidt, 31 anos. O diretor do Itapuã afirma que os restaurantes estão em processo de licitação, e deverão funcionar em outubro. Conforme ele, estão fechados há anos porque o interesse das empresas era pequeno. – Agora há interessados. As lancherias estarão na ativa no verão.

A situação

- > **Limpeza** – Ótima em todo o parque. As lixeiras, abundantes, têm coleta seletiva.
- > **Estacionamentos** – Cada praia conta com cerca de cem vagas. Se o local lota, as ruas de chão batido passam a ser utilizadas.
- > **Lancherias** – Não há estabelecimentos abertos em toda a área.
- > **Vestiários** – Amplos e com boa limpeza. Não têm banho quente.
- > **Churrasqueiras** – Rústicas, de pedra e granito, são acompanhadas de um conjunto com mesas e bancos.
- > **Bebedouros** – No lado de fora de cada vestiário, há dois. Um não funcionava no sábado.
- > **Conscientização** – Monitores montam quiosques nas praias, onde exibem vídeos sobre a importância ambiental do parque para os frequentadores.



A local

- A biodiversidade**
O parque abriga uma diversidade de paisagens e ecossistemas compostos de morros, praias, dunas, lagas e banhados, com número significativo de espécies raras e ameaçadas de extinção.
- > 40 espécies de répteis
 - > 30 espécies de anfíbios
 - > 200 espécies de aves
 - > Mamíferos como a lequetitica, o gatomaracajá, a lontra e o bugio-rulvo
- Visitações**
> **Dias:** de quarta-feira a domingo
> **Horário:** das 9h às 18h
> **Localização:** Rua Dona Maria Leopoldina, s/n, em Viamão
> **Ingressos:** R\$ 3,83 por pessoa. Crianças de até 10 anos não pagam. É necessário um ingresso por praia
> **As vagas:** Há um limite de visitantes por dia, que é de 350 pessoas nas praias das Pombas e da Pedreira. A Praia de Fora, fechada, reabrirá com redução de ingressos de 700 para 200 ao dia



AMBIENTE
Porto Alegre ganha nova praça hoje

A Capital inaugura hoje a Praça Conselheiro Antônio Prado, no bairro Três Figueiras. Os 9 mil metros quadrados foram equipados com quadras esportivas, passeios, pistas para caminhada, equipamentos de recreação e de ginástica, 29 bancos e jogos. A obra integra termo de compensação da empresa Goldsstein, correspondente à remoção de vegetais do Loteamento Germânia.

CORREIO DO POVO

ANO 112 – Nº 020 PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2006 R\$ 1,00

Diminui diferença entre Yeda e Olívio

Segundo levantamento do Centro de Pesquisa Correio do Povo aponta queda de 14,8 pontos percentuais na vantagem da tucana sobre o petista

A pouco mais de uma semana da realização do 2º turno das eleições, diminuiu a diferença entre os candidatos que disputam o Palácio Piratini – Yeda Crusius, da coligação Rio Grande Afirmativo (PSC-PL-PPS-PFL-PAN-PRB-PHS-PTC-PSDB-Prona-PT do B), e Olívio Dutra, representante da coligação Frente Popular – A Força do Povo (PT-PC do B). De acordo com o levantamento do Centro de Pesquisa Correio do Povo (CPCP), o segundo após a eleição de 1º de outubro, Yeda recuou 6,7 pontos percentuais na pesquisa

estimulada, em que é apresentado um disco ao entrevistado com o nome dos candidatos. Olívio, por sua vez, obteve aumento de 6,9 pontos percentuais, avançando para 37,9% da preferência do eleitorado. Se considerados somente os votos válidos – descontados brancos, nulos e eleitores indecisos – a vantagem de Yeda sobre Olívio, que era de 33,2 pontos percentuais na pesquisa publicada em 12 de outubro, agora é de 18,4 pontos percentuais. Na modalidade espontânea, em que o eleitor cita livremente sua escolha, Yeda, que tinha 55,7% das intenções de voto, nesta semana caiu para 51,8%, enquanto Olívio Dutra passou de 28,1% para 34,3%. O percentual de eleitores indecisos ou que ainda não sabem em quem votar recuou de 12,0% para 9,7% do total de entrevistados.

Metodologia: levantamento por amostragem estratificada por cotas de sexo, idade e renda mensal familiar. Foram entrevistados 2.011 eleitores de ambos os sexos, em 80 municípios do Rio Grande do Sul, na quarta-feira (18) e ontem. A margem de erro admitida para esta pesquisa é de 2,1 pontos percentuais para mais ou menos, em um intervalo de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no TRE-RS sob o nº 061897/2006.

Governador – Espontânea

Yeda Crusius	51,8%
Olívio Dutra	34,3%
Outros	0,6%
Nenhum/Branco/Nulo	3,6%
Não sabe/Indeciso	9,7%
Total	100,0%

Governador – Estimulada – 2º turno

	10 e 11/10	18 e 19/10
	Votos válidos	Votos válidos
Yeda Crusius	61,7%	55,0%
Olívio Dutra	31,0%	37,9%
Branco/Nulo	3,7%	3,4%
Não sabe/Indeciso	3,6%	3,7%

Mais ataques e divergências

O debate entre os candidatos à Presidência da República, ontem à noite, no SBT, foi marcado pela troca de ataques e por divergências de números na comparação das administrações do PT e do PSDB no governo federal e em São Paulo. O tucano preferiu focar suas perguntas na área da saúde, deixando os escândalos de corrupção que atingiram o governo e integrantes do PT em segundo plano. Ironico, o presidente Lula cobrou posição do adversário sobre a questão das privatizações, acusando o PSDB de ser defensor da venda de estatais. Lula afirmou que encontrou o Brasil abandonado e que, apesar dos escassos recursos, preparou o país para dar um salto de crescimento nos próximos 15 anos. Alckmin atacou o presidente "por não ter pressa", citando que o Brasil cresceu somente 2,3% no último ano. Segundo ele, Lula utilizou a máquina pública para beneficiar "seu partido e seus companheiros".



Presidente Lula e Geraldo Alckmin falaram um pouco menos de corrupção no debate

Presidente – Estimulada – 2º turno

	10 e 11/10	18 e 19/10
	Votos válidos	Votos válidos
Geraldo Alckmin	59,9%	53,9%
Lula Inácio Lula da Silva	32,2%	39,9%
Branco/Nulo	3,5%	3,0%
Não sabe/Indeciso	4,4%	3,2%

Presidente

Apesar de Geraldo Alckmin (PSDB-PFL) permanecer liderando a preferência dos gaúchos para o Palácio do Planalto, a vantagem em relação ao presidente Lula, que disputará a reeleição, recuou para 14,8 pontos percentuais, se considerados apenas os votos válidos. No levantamento anterior, a diferença entre os dois candidatos era de 30,2 pontos percentuais. A pesquisa está registrada no TSE sob o nº 22579/2006.

Presidência/RS – Espontânea

Geraldo Alckmin	52,0%
Lula	39,0%
Outros	0,3%
Nenhum/Branco/Nulo	2,9%
Não sabe/Indeciso	5,8%
Total	100%

Sinos abraçado
Doze dias após o desastre ambiental que causou a morte de mais de 1 milhão de peixes, o Rio dos Sinos recebeu um abraço simbólico ontem em São Leopoldo. O ato, organizado pela prefeitura, marcou o início de uma série de atividades preparatórias para o Dia do Rio dos Sinos, em 16 de novembro, data de nascimento do ambientalista leopoldense Henrique Luis Roessler. Segundo a Pepam, as empresas ajudadas por contribuírem para o desastre ambiental no rio terão de pagar uma multa total no valor de R\$ 1,2 milhão. **Página 9**



Alexandre Meneses

Resíduos

Três homens foram flagrados pela BM de Nova Santa Rita, ontem, quando se preparavam para descarregar 14 toneladas de resíduos de couro em área irregular. Contratados por uma empresa particular, eles tinham um caminhão e uma retroscavadeira. O acesso à área se dava por uma estrada de chão de 11 quilômetros, a partir da BR 386, a Tabai-Canoas. O depósito clandestino fica perto do assentamento do MST, em um terreno particular entre Nova Santa Rita e Capela de Santana. **Página 9**



FEIRÃO DE FÁBRICA DA GM

VEJA NA PÁGINA 14

SEU CHEVROLET
CONTE SUO RISO



Correio do Povo. Informação de peso.
Credibilidade e mais conteúdo por página.
Ligue (51) 3216.1600 e assine por apenas R\$ 19,00* mensais.



* Assinatura de interior R\$ 22,00.

CORREIO DO POVO

GERAL

SEXTA-FEIRA, 20 de outubro de 2006 — 9

MP investiga morte de peixes no Paraná

O Ministério Público Federal em Umuarama (Paraná) determinou a investigação sobre a morte de toneladas de armados, espécie de peixe que garante renda para 700 famílias de pescadores em municípios do entorno do Lago de Itaipu, no rio Paraná. Técnicos da hidrelétrica que apuram o caso estão intrigados com a quantidade de cobre encontrado nas visceras dos peixes examinados — 16 vezes mais que o normal, segundo o Instituto Ambiental do PR.

A origem do metal é desconhecida. Como havia mexilhões dourados no estômago dos peixes mortos, suspeita-se que o cobre estivesse sendo usado para combater o mofo-lusco. A hidrelétrica Itaipu e outra da região negam o uso do produto.

Sinos: multa fica em R\$ 1,2 milhão

Fepam autuou seis empresas pelo desastre ambiental. Três conseguiram na Justiça preservar nomes

Três empresas — uma de Estelo e duas de Estância Velha — foram identificadas publicamente ontem por descumprirem normas legais e terem contribuído para o desastre ambiental no Rio dos Sinos. Outras três — duas de Estância Velha e uma de São Leopoldo — tiveram seus nomes preservados mediante liminar concedida pela Justiça. O anúncio foi feito pelo presidente da Fepam, Antenor Ferrari. As empresas autuadas terão de pagar uma multa total no valor de R\$ 1,2 milhão, distribuído conforme o porte e a capacidade de poluição de cada uma.

O diretor técnico da fundação, Jackson Müller, disse que elas terão de reduzir em 30% o lançamento de resíduos no Rio dos Sinos. Os técnicos concluíram que a morte dos peixes foi causada pela falta de oxigênio devido ao lançamento em excesso de carga orgânica.

As informações foram divulgadas na plenária do Comitê do Rio dos Sinos (Comitesinos) que ocorreu nos Unisinos. O encontro, que começou



Ferrari fez os anúncios durante plenária nos Unisinos

com grande expectativa quanto à divulgação das causas do desastre, acabou com indignação e frustração. Enquanto o público era abastecido com dados do relatório, chegavam à mesa as limitações assegurando o sigilo do nome das autuadas. Estudantes e ambientalistas gritavam: "Temos direito à informação ambiental". Foram parcialmente acalmados quando a promotora do Centro de Apoio ao Meio Ambiente, Sílvia Capelli, disse que o MP vai continuar investigando.

Após a divulgação das autuadas, a assessoria de imprensa de uma delas distribuiu nota, em que a direção diz não reconhecer a acusação. Enfatiza que reduziu a vazão de lançamento de efluentes atendendo a portaria da Fepam. Segundo a nota, a fábrica "opera dentro dos parâmetros licenciados pela Fepam e tem sistemas completos e eficientes para tratar 100% de seus efluentes".

Prometida maior fiscalização

A reunião plenária do Comitê do Rio dos Sinos (Comitesinos), ontem, entre técnicos, ambientalistas e representantes de governos, foi além da divulgação de nomes de empresas autuadas pela Fepam pelo desastre no manancial. Houve análise de ações conjuntas a serem adotadas para evitar poluição, perda da vida aquática e da qualidade da água que abastece a região Metropolitana e o Vale do Sinos.

Os discursos das autoridades tiveram pontos comuns, principalmente quanto a se intensificar as ações de fiscalização e buscar soluções e recursos de forma conjunta. O Comando Ambiental da Brigada Militar relatou o trabalho de fiscalização diária também no rio Gravataí, onde a água apresenta nível

elevado de turbidez. A causa apontada é o manejo inadequado das lavras de arroz pré-germinado, fazendo com que retorne ao rio a água com lodo e sem tratamento adequado. No município de Ajuricaba, em três açudes particulares da Linha 16 Norte, também foi registrada a morte de cerca de 1 tonelada de peixes. De acordo com o capitão Rodrigo, do Comando Ambiental, equipes estão se deslocando para o local hoje a fim de detectarem as causas.

O rio dos Sinos representa a situação mais grave no momento e levou o secretário estadual do Meio Ambiente, Cláudio Dilda, a afirmar que "o RS não será o mesmo depois desse episódio" e lembrar a Maré Vermelha, que chocou a população no final da década de 70.

BM flagra depósito ilegal de aparas de couro

Três homens foram flagrados pela BM de Nova Santa Rita ontem se preparando para descarregar 14 toneladas de resíduos de couro em área irregular. Contratados por uma empresa particular, dispunham de um caminhão e uma retroescavadeira, que acabaram recolhidos pela Patrulha Ambiental da Brigada. No final da tarde, era a quarta carga de aparas de couro que levavam ao local nos últimos dias, segundo informações do motorista do caminhão. A prática se configura como crime ambiental e terá os encaminhamentos previstos na legislação, conforme anunciaram os fiscais da Fepam.

A Brigada foi acionada à tarde e a partir de uma denúncia anônima. O acesso se dava por uma estrada de chão de 11 quilômetros, a partir do km 428 da BR 386, a Tabai-Ca-

noas. A área que se transformou em depósito clandestino fica perto do assentamento do MST, em um terreno particular entre Nova Santa Rita e Capela de Santana. O motorista do caminhão e os dois ajudantes foram encaminhados à DP. Os dois fiscais da Fepam identificaram junto aos pedaços de couro os nomes de algumas empresas do setor coureiro-calçadista que poderão ser responsabilizadas.

Nesse caso, seriam autuadas, penalizadas com multas e teriam de providenciar a retirada imediata do lixo, explicou André Milanez, do serviço de fiscalização ambiental. Acrescentou que o material deverá ter como destino final aterros industriais licenciados pela Fepam. No trajeto da rodovia até o depósito clandestino, há um trecho com acúmulo de aparas de couro.



Fiscais encontraram nomes de empresas nos resíduos

Pescadores podem requerer seguro, diz ministro

O ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altamir Gregolin, informou ontem que foi assinada a instrução normativa proibindo a pesca na Baía do Rio dos Sinos. Conforme ele, que esteve ontem em Porto Alegre participando de evento na Fleg, os pescadores atingidos pela tragédia ambiental que matou mais de 1 milhão de peixes no rio já podem dar entrada no requerimento para o acesso ao seguro pago durante o período de defeso (em que é proibido pescar).

A solicitação deve ser feita por pescadores artesanais profissionais nas Delegacias Regionais do Trabalho, mediante a apresentação da carteira de pescador e da identidade. "O acesso ao seguro é por quatro meses, mas vamos avaliar a necessidade de estender esse período", relatou. O valor do seguro é de um salário mínimo.

Conforme o ministro, hoje está prevista uma reunião



Altamir Gregolin

entre representantes de pescadores, prefeituras, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Ministério do Trabalho para a definição da forma de distribuição de cestas básicas aos atingidos pelo desastre. "Os alimentos estão na Conab e devem começar a ser entregues segunda-feira." O benefício será concedido por 90 dias. Gregolin observou que o governo federal tem disponibilizado uma série de programas a fim de auxiliar os pescadores, como o Pescador Letras, que permite a alfabetização. Citou políticas de crédito, como o Pronaf Pesca, programas de habitação e apoio para melhoria de embarcações.

Segundo o ministro, é fundamental avaliar se futuramente essas pessoas vão conseguir viver da pesca em função da qualidade da água. "Precisamos buscar outras alternativas para a produção de peixes." Ele informou que o RS tem mais de 18 mil pescadores.

Divulgados os novos Líderes & Vencedores

Foram divulgados ontem os nomes dos ganhadores da 12ª edição do Prêmio Líderes & Vencedores, promovido em conjunto pela Federasil e pela Assembleia Legislativa (AL) desde 1995. Os presidentes da federação, José Paulo Cairoli, e da AL, Fernando Záchia, fizeram o anúncio em evento realizado na sede do Palácio do Comércio. A entrega dos troféus ocorrerá dia 9 de novembro, na Assembleia. Os agraciados irão receber uma escultura em bronze polido representando a ninfa Dafne, criada pelo artista uruguaio Gustavo Nakle. Na mitologia grega Dafne é símbolo de persistência, talento e determinação.

Na categoria Destaque Comunitário, que premia líderes e projetos sociais e da comunidade que contribuem para a melhoria do nível de vida da população, serão agraciadas a Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, a Horta Comunitária Joana de Angelis e a Casa do Menino Jesus de Praga. Na categoria Expressão Cultural, destinada a reconhe-

cer artistas, intelectuais e promotores culturais, os vencedores de 2006 são o projeto Unimúsica, da Ufrgs, o folclorista Paizão Cortes e o pianista Miguel Pronsca.

Na categoria Sucesso Empresarial, que premia empresas ou líderes por seu exito ou que atuam de forma a melhorar as condições de operação das indústrias do Estado, os premiados são o presidente da Fleg, Paulo Tigre, o vice-presidente do Conselho de Administração da Marcopolo, José Antonio Fernandes Martins, e o presidente da Lupatech, Nestor Ferri. Na categoria Mérito Político, a premiação irá para os deputados Osmar Terra e Frederico Antunes e o presidente do Instituto de Previdência do Estado, Otomar Vivian.

Durante o anúncio dos vencedores, Cairoli destacou que a forma como a premiação foi idealizada garante sua permanência e credibilidade. O deputado Záchia lembrou o quanto a distinção representa para aqueles que a cada ano são agraciados.



Cairoli e Záchia com o troféu a ser entregue em novembro

Rio recebe abraço simbólico

Doze dias após o desastre ambiental que causou a mortandade de peixes, o Rio dos Sinos foi abraçado de forma simbólica ao meio-dia de ontem, em São Leopoldo. O ato, organizado pela Prefeitura de São Leopoldo, marcou o início de uma série de atividades preparatórias para o Dia do Rio dos Sinos, em 16 de novembro, data de nascimento do ambientalista leopoldense Henrique Luis Roessler. A equipe do Instituto Martin Pescador, que identificou a morte dos peixes durante deslocamento entre São Leopoldo e Sapucaia do Sul, participou do abraço simbólico.



Autoridades e moradores pediram preservação ambiental

O barco da ONG ficou atracado junto à ponte 25 de Julho. O presidente da entidade, Henrique da Costa Prieto, afirmou que o repovoamento de peixes no rio pode levar até cinco anos devido à dimensão da poluição. Destacou a necessidade de educação ambiental.

Começa a limpeza do Dilúvio

O Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) iniciou ontem o desassoreamento do Arroio Dilúvio, na Capital, que não era feito desde 2001. A dragagem ocorrerá nos 12km de leito, ao longo de um ano. A obra está orçada em R\$ 1,1 milhão e deve prevenir alagamentos.

A dragagem começou no trecho entre a rua Santa Cecília e a avenida Silva Só. Conforme o diretor-geral do DEP, Ernesto Cruz Teixeira, essa parte do Dilúvio oferece risco de transbordamento em caso de chuva intensa, devido ao maior acúmulo de detritos. A previsão é de que até janeiro de 2007 a primeira etapa esteja concluída. Duas dragas e uma escavadeira anfíbia estão

sendo usadas na limpeza. Teixeira afirmou que 30m³ de material serão retirados por hora do leito. Posteriormente, os detritos serão levados a depósito do DMLU. O arroio recebe por ano 50 mil m³ de terra e lixo, o que equivale a dez caminhões-caçamba cheios.



Serão retirados 30m³ de material por hora

Transporte Prefeitura da Capital promete retirar ônibus da região com a construção de três terminais, um túnel e um viaduto, em uma obra avaliada em R\$ 210 milhões

Solidariedade

Corredor para desafogar o Centro

Evangélicos fazem festa de 150 anos

Um sistema de transporte adotado pelas principais metrópoles da América Latina é a aposta da prefeitura para revitalizar o centro de Porto Alegre.

A estratégia é direcionar os ônibus de linha que hoje congestionam a região para três terminais, conectados por um corredor expresso. Com duração estimada de dois anos, a obra deve custar R\$ 210 milhões e depende de investimentos privados para se iniciar em 2007. A referência é o modelo de Bogot

tá, na Colômbia, implantado em dezenas de cidades do continente. Trata-se de um sistema que reúne vantagens do metrô – como a frequência das viagens e a conexão entre linhas –, sem ser tão caro. O segredo é substituir o trem subterrâneo por ônibus em corredores expressos, com bilhetagem eletrônica.

– É preciso melhorar rapidamente o tráfego na região e não há condições de bancar o metrô a curto prazo – diz o secretário da Mobilidade Urbana, Luiz Afonso Senna.

Está prevista a criação de apenas

Exemplo

De Canoas ao Mercado: o passageiro embarca em Canoas e desembarca obrigatoriamente no portal Cairu (que recebe veículos da Zona Norte). Espera pelo ônibus expresso e, sem pagar nova passagem, desce no Terminal Parobé. O ônibus segue para o portal Azenha

na de chegar ao Centro. Assim, será obrigatória a troca de veículo para alcançar o destino. Não mudam o itinerário e a frequência do ônibus antes da chegada ao portal.

O plano foi elaborado depois de a EPTC perceber que 70% dos usuários descem antes do Centro.

A prefeitura planeja publicar a licitação até o final do ano. Empresas interessadas em explorar shopping centers que funcionarão nos portais devem bancar a obra. Ganhará a concorrência a oferta que se aproximar mais do valor de R\$ 210 milhões.

uma via de trânsito rápido em Porto Alegre. Ela deverá ligar os três portais que impedirão os ônibus de li-

ciente de que desigualdades só serão superadas pela iniciativa da sociedade, a Comunidade Evangélica de Porto Alegre (Cepa) resolveu não esperar para fazer sua parte.

Composta por 10 paróquias com mais de 5 mil famílias, a instituição, que completa 150 anos, atende 900 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na Capital e na Região Metropolitana.

Fundada por 49 famílias luteranas em 1856, a instituição construiu nesse período três escolas e cinco centros infantis, além de manter oficinas profissionalizantes e uma casa de passagem – local para abrigar pacientes de outras cidades à espera de um transplante. São inúmeras atividades filantrópicas, culturais e musicais que diariamente mobilizam milhares de pessoas e mostram que a comunidade luterana não se preocupa só com seus membros.

– Muitas pessoas precisam de auxílio, e podemos ajudá-las. É prazeroso levar o bem a quem precisa – diz o presidente da Cepa, Peter Stamp.

O vice-presidente Zenar Eckert diz que toda ajuda é bem-vinda. – Qualquer um pode participar e depois deduzir na sua declaração de Imposto de Renda.

Para comemorar o sesquicentenário, a Cepa está realizando desde junho uma série de eventos. A celebração de hoje é a mais esperada: a Noite Cultural, no Teatro do Sesi, com apresentações teatrais e musicais, contando como a Comunidade Evangélica ajuda a Capital, aberto à população.

O PLANO

A prefeitura promete transformar a paisagem do Centro até 2009. O projeto prevê a construção de três portais, unidos por um corredor com veículos expressos. A medida impedirá o tráfego de ônibus de linha na região. Confira cada parte do projeto:

OS PORTAIS

- Três portais serão o fim da linha para os ônibus que hoje chegam ao Centro
- Cada portal será uma espécie de shopping center, com lojas, escadas rolantes, ar-condicionado e praça de alimentação

O CORREDOR

- A ligação entre os portais Cairu e Azenha, passando pelo Zumbi, terá cerca de 10 quilômetros
- Serão reaproveitados os atuais corredores das avenidas Farrapos, Júlio de Castilhos e João Pessoa
- A via receberá o tráfego de cem ônibus (50 para passageiros e 50 metropolitanos)



O corredor exigirá a construção de uma **túnel** ligando a Júlio de Castilhos à Rua da Conceição



Um trecho de 450 metros desta via expressa será um **túnel** na linha da Avenida Borges de Medeiros, que passará sob a Esquina Democrática



A PARADA

- Cada uma das 19 estações instaladas ao longo do corredor será fechada, como uma espécie de gaiola
- O sistema obrigará os pedestres a cruzar na faixa de segurança para chegar ao corredor e passar por uma roleta para entrar na parada
- A distância entre uma estação e outra será de aproximadamente 400 metros



O ÔNIBUS

- Só ônibus articulados e com pintura exclusiva trafegarão pelo corredor
- Cada veículo terá cerca de 90 lugares e será movido a biodiesel ou gás
- O acesso será por portas à esquerda, a partir de plataformas no centro do corredor
- A frequência será de três a quatro minutos durante o dia e de um a dois em horários de pico

Editoria de Arte

Passagem às origens do Dilúvio

Quem olha para o canal fétido que corta a Capital dificilmente imagina que sua origem está em uma fonte de água cristalina em meio à mata. Essa foi uma das surpresas reveladas a um grupo que acompanhou ontem o percurso do Arroio Dilúvio em visita orientada.

Realizado pelo Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), o passeio integrou as atividades da 13ª Semana Interamericana e da 6ª Semana Estadual da Água. Os visitantes conhe-

ceram a pior face do arroio: a foz, onde desemboca o lixo jogado ao longo dos seus 17,6 quilômetros. Estima-se que sejam lançados 50 mil metros cúbicos de detritos ao ano.

– Classifica-se a água de 1 a 4 conforme a poluição. O Dilúvio é tão sujo que está fora dessa escala – disse a bióloga Cristina Bernardes.

Depois, o grupo foi ao Parque Saint-Hilaire. Lá, em meio a rochas cercadas pela mata, fica o olho d'água de onde nasce o Dilúvio.



Serviço

- > O que: Noite Cultural Cepa – 150 Anos de História
- > Quando: hoje
- > Quanto: um quilo de alimento não-perecível vale um ingresso
- > Onde: Teatro do Sesi (Avenida Assis Brasil, 5787)
- > Como adquirir: nas 20 unidades das instituições (sede na Rua Senhor dos Passos, 202)

COMO AJUDAR

A Cepa, que atende adultos e crianças, aceita todo tipo de contribuições

Em dinheiro, as doações podem ser feitas em uma conta da Caixa Econômica Federal: Agência 0451, conta corrente 000054-7

Informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela instituição: (51) 3224-5010 e ssocial@cepa.org.br

ANEXO E - ZERO HORA – 12/10/2006 – PG 4



Técnicos da Fepam passaram ontem o quinto consecutivo dia recolhendo um tapeta que chegou a 50 toneladas de peixes mortos no Rio do Sinos, depois do acidente do fim de semana, no Arroio Portão

Fepam começa punições

CARLA DUTRA E RODRIGO CAVALHEIRO

Duas empresas calçadistas e uma fábrica de alimentos de Estância Velha foram autuadas por poluir o Rio do Sinos e ajudar para a morte de 50 toneladas de peixes.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) anunciou a medida ontem, mas pretende aumentar a lista de culpados antes de revelar seus nomes. Pelo menos 120 empresas da região ainda devem ser fiscalizadas.

— Vamos investigar até o fim e só então divulgar a lista completa. A autuação dessas três empresas não quer dizer que elas são as responsáveis exclusivas por lançar os efluentes que causaram esse desastre — argumentou o diretor-técnico da Fepam, Jackson Müller.

Em 2002, diante de uma mortandade de peixes semelhante, a instituição deixou de liberar licenças ambientais a empresas que viessem a poluir no Arroio Portão. Com o novo desastre, a Fepam determinou que as indústrias já instaladas reduzam em 30% a vazão de resíduos no local.

A promessa é punir indústrias poluidoras e obrigar os municípios pertencentes à bacia, responsáveis por sanear seu esgoto, a evitar que resíduos alcancem os rios da região. Müller admite que empresas podem manter temporariamente a emissão de poluentes em níveis aceitáveis para enganar os técnicos.

— Elas podem fazer isso, mas esperamos que as empresas que seguem as regras ajudem a denunciar as outras. Temos recebido da população de 10 a 15 denúncias por dia — acrescenta Müller.

Em cinco dias de investigação, foram vistoriadas 35 indústrias e, a partir de amanhã, outras 40 serão investigadas. O local e o produto que teria causado a morte dos peixes ainda não foram identificados. Análises da água, dos peixes e dos demais materiais retirados do rio devem ficar prontos em duas semanas.

Comunidades ribeirinhas sofrem com o problema

O controle não beneficia apenas os usuários da água retirada da bacia. É ao Rio do Sinos que o carroceiro Vilmar de Souza Correia, 50 anos, e sua esposa, Eva Vilma Guimarães, recorrem quando falta carne. Ontem, eles acompanhavam a retirada de peixes mortos no Passo do Cario-

ca, em Sapucaia do Sul.

Na avaliação de biólogos e especialistas, a mortandade de pelo menos 13 espécies de peixes no Rio do Sinos chama a atenção para um problema que não é novo. Em dois anos de trabalho, 2 mil pontos de lançamentos de efluentes domésticos e industriais foram identificados por pesquisadores e voluntários da Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos) e do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Comitesinos).

— O rio opera no seu limite ecológico, e o maior problema é relacionado aos resíduos domésticos. Trata-se de uma carga poluidora crônica e permanente. Qualquer coisa além disso causa esse tipo de impacto — avalia Uwe Schulz, biólogo da Unisinos e coordenador do projeto Monalisa, que monitora a rede hídrica da bacia.

carla.dutra@zerohora.com.br

rodrigo.cavaleiro@zerohora.com.br

As medidas da Fepam

1 Autuação de três indústrias de Estância Velha — duas do setor calçadista e uma alimentícia. Elas foram flagradas atuando de forma irregular, principalmente no que diz respeito ao tratamento de seus efluentes

2 Autuação de 32 municípios que fazem parte da bacia. Eles terão 180 dias

para apresentar um plano de saneamento que evite que o esgoto doméstico chegue ao rio e a seus afluentes sem tratamento

3 Determinação para que indústrias reduzam em 30% a vazão de resíduos ao Arroio Portão. O afluente é apontado como a fonte dos resíduos industriais que geraram a mortandade dos peixes



Vilmar Correia e a família lamentam perda de fonte alternativa de alimentos

Secretário da Pesca visita área atingida

O secretário especial de Aquicultura e Pesca do governo federal, Altemir Gregolin, visita hoje o local do desastre. Às 11h, Gregolin se reúne, em Sapucaia do Sul, com pescadores da região. Depois, deve anunciar medidas para auxiliar quem vive do Sinos. Entre elas, a proibição da pesca ainda neste mês, garantindo auxílio financeiro aos pescadores. Gregolin irá anunciar a liberação de cestas básicas para cerca de 400 famílias que dependem do Rio do Sinos na região.



Para fazer carros, comida e sapatos, muitas indústrias usam produtos venenosos e depois jogam nos rios. A água que vai pela descarga ou pela pia da cozinha também ajuda a contaminar a natureza.

Desde sábado, a poluição no Rio do Sinos, que passa por São Leopoldo, matou um monte de peixes, bem na hora em que eles teriam peixinhos. Até ontem, eram 50 toneladas de peixe, o que alimentaria umas 150 mil pessoas. Quem protege o ambiente não preveniu o desastre, mas já multou três empresas, mandou as prefeituras tratarem o esgoto e as empresas diminuírem a contaminação.

ANEXO F - ZERO HORA – 12/10/2006 – PG 5



Focus - Pentium 4 HT - 3.0 GHz
- HD 80 GB SAMSUNG
- BARRAMENTO DE DVD - MONITOR LCD
- MULTIFUNÇÃO HP (IMPRESSORA, SCANNER E COPIADORA)

À VISTA: R\$ 1.999,00
1+11 R\$ 199,90

Tão completo que vem até com curso grátis.
Na compra de um Focus, você ganha um curso personalizado inteiramente de graça para aproveitar ao máximo o seu novo computador.

INTEL Core 2 DUO
- ESCREVA NO COMPUTADOR E FAÇA UM TESTE DE VEZ - NO MEU FOCO (PROE) E VOI!

Focus Pentium D Dual Core - 3.4 GHz
- HD DE MEMÓRIA RAM DUAL KINGSTON
- PLACA-MÃE INTEL D940 - 4MB DE CACHE
- HD 80 GB SAMSUNG - PLACA DE VÍDEO NVIDIA GeForce 256
- BARRAMENTO DE DVD - MONITOR LCD 17" SAMSUNG

À VISTA: R\$ 3.399,00
1+11 R\$ 339,90

TELEVENDAS 51 3018 8333
(das 9h às 20h)
Shipping Special & Shipping Total

compuJOB
30 ANOS

www.compujob.com.br

6 - SÁBADO, 21 de outubro de 2006

GERAL

CORREIO DO POVO

Famílias invadem área e desmatam

Com a chegada de policiais, de Beto Moesch e do Demhab, elas aceitaram deixar o terreno no Santa Fé

Em clara agressão ao meio ambiente, 126 famílias foram flagradas ontem desmatando e queimando uma área verde localizada no parque Santa Fé, na zona Norte da Capital. Os invasores, que chegaram à área pertencente à Prefeitura de Porto Alegre na quarta-feira, já haviam demarcado lotes de 120 metros quadrados e derrubado centenas de árvores para a construção de barracos. A chegada de policiais do 20º BPM, às 9h, e do secretário municipal do Meio Ambiente, Beto Moesch, logo depois, acirrou os ânimos no local.

Antes da chegada dos policiais, o som de fâcoes utilizados para derrubar as árvores podia ser ouvido a mais de 100m de distância. A ação só foi interrompida com a chegada dos policiais. Uma invasora informou que o grupo não tem moradias próprias e vive em casas alugadas ou de parentes. Na área verde, onde será construída a praça Gládis Mantelli, eles tinham a esperança de encontrar um lugar para morar.

O vice-presidente da Associação de Moradores do Parque Santa Fé, Ademir Carvalho, disse que a ocupação preocupa pela possível desvalorização da área em razão das moradias irregulares.



Secretário (E) apontou omissão da BM

Moesch ficou transformado com a destruição da área verde e atacou a BM pelo que chamou de "omissão". "Imagine você estar sendo assaltado e a Brigada não fazer nada." O secretário discutiu com policiais e invasores, que o criticaram. Informou que enviaria um ofício ao Ministério Público para relatar a atuação da BM.

A Procuradoria-Geral do Município ingressou na Justiça com pedido de reintegração de posse, mas os invasores começaram a deixar a área às 11h quando o Departamento Municipal de Habitação (Demhab) ofereceu um local perto do Complexo Cultural do Porto Seco para alojamento provisório. Será feito o cadastro das famílias em programas habitacionais. A saída foi possível por negociação coordenada por Moesch, titular do Comando de Policiamento da Capital, coronel Edson Ferreira Alves, e Demhab. O Batalhão de Operações Especiais, a Guarda Municipal e a EPTC acompanharam os desdobramentos do caso.

Guaíba debate desastre ocorrido no Rio dos Sinos

O programa "Guaíba ecologia" deste domingo, às 9h30min, pela Rádio Guaíba AM (720kHz), ouvirá o secretário estadual do Meio Ambiente, Cláudio Dilda, e o promotor de Justiça do Ministério Público Estadual, Cláudio Dilda, e o promotor de Justiça do Ministério Público Estadual, Paulo Eduardo de Almeida Vieira. Será abordado o desastre ambiental provocado por seis empresas e que causou a morte de mais de 1 milhão de peixes no Rio dos Sinos recentemente. A apresentação é de João Garcia.

Ato junto às águas pede preservação ambiental

A recente tragédia ecológica ocorrida no Rio dos Sinos preocupou os moradores da região. Com o objetivo de renovar essa inquietação, o Vicariato Episcopal de Canoas, que engloba também Estio, Sapucaia do Sul e Nova Santa Rita, promove hoje, às 10h, ato junto ao rio, no bairro do Carioca, em Sapucaia do Sul, atrás do Parque Zoológico. O evento é aberto a todos os representantes de setores sociais e religiosos. Informações: (51) 3472-3075.

Transbordo de hidróxido de sódio não causa dano

O trabalho da Fepam no transbordo da carga de 26 toneladas de hidróxido de sódio de um caminhão, no km 26 da BR 101, deve ser concluído hoje. O incidente ocorreu em Três Cachoeiras quinta-feira à noite. De acordo com o técnico do Serviço de Emergência Ambiental da Fepam Victor Hugo Rodrigues, o transbordo não causou danos ambientais. O veículo procedia de Santa Catarina e levava o produto para uma empresa de Sapucaia do Sul.

Alunos da Adesg fazem viagem no estágio final

A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - Delegacia no Rio Grande do Sul (Adesg/RS) promove viagem de estudos para cidades de São Paulo e do Rio. Uma delegação de 65 pessoas partirá neste domingo para cumprir roteiro em várias entidades governamentais e privadas. A atividade integra o estágio final do Curso de Estudos de Política e Estratégia de Gestão da Adesg/RS. O grupo retornará ao Estado no próximo dia 29.

Seminário trata hoje dos temas inventário e partilha

A Faculdade IDC, mantida pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural, promove hoje o Seminário Prático de Inventário e Partilha, na sede da entidade (rua Vicente da Fontoura, 1578, na Capital), das 8h30min às 12h5min e das 13h30min às 17h5min. Temas como aceitação e renúncia, indignidade, deserção e procedimento na ação de inventário serão abordados. Mais informações pelo telefone (51) 3028-4888.

Fundação Leonística vai abrir o Banco de Óculos

A Fundação Leonística de Assistência Social inaugura na próxima quarta-feira, às 17h, o Banco de Óculos do Brasil. A sede será na rua Armando Fajardo, 151, bairro Igará, em Canoas. O projeto, inédito no país, visa proporcionar óculos para pessoas carentes do RS, no Distrito Leonístico LD-3. O banco será formado com a coleta de óculos usados, doados em urnas colocadas em locais de grande circulação.

MP analisa se danos prejudicam o ser humano

Após a divulgação dos nomes de três das seis empresas cuja conduta resultou no desastre ambiental no Rio dos Sinos, o Ministério Público (MP) iniciou ontem uma nova fase de investigações. Em reunião com órgãos ambientais, a coordenadora do Centro de Apoio ao Meio Ambiente do MP, promotora Sílvia Capelli, solicitou informações de análises e autos de infração para chegar à materialidade das provas que poderão comprovar a autoria do crime ambiental.

Visando ampliar os elementos que compõem o inquérito civil aberto em Estância Velha, o MP pediu o resultado das análises dos peixes mortos coletados pela Cientec. "A intenção é identificar as substâncias químicas presentes nos peixes e verificar se elas teriam con-

dições de provocar danos à saúde humana", informou a promotora. Segundo ela, a Lei dos Crimes Ambientais agrava a pena dos responsáveis quando é confirmada a possibilidade de causar problemas à população.

O MP requisitou as análises da qualidade da água realizadas pela Corsan no trecho entre Sapucaia do Sul e São Leopoldo, além dos autos de infração emitidos pela Fepam. O órgão também pediu cópia do relatório do inquérito instaurado em Sapucaia do Sul pelo delegado Leonel Pires. Participaram da reunião o secretário estadual do Meio Ambiente, Cláudio Dilda, o diretor técnico da Fepam, Jackson Müller, o subprocurador para Assuntos Institucionais do MP, Mauro Renner, e

promotores de Justiça.

Fepam recorre para cassar as liminares

A Fepam está recorrendo para cassar as liminares que impediram a divulgação do nome de três empresas autuadas pela entidade por descumprimento das normas ambientais no Rio dos Sinos, conforme o diretor técnico Jackson Müller. A assessora jurídica da Fepam, Leticia da Cunha Fernandes, ingressou no Fórum de São Leopoldo.

As seis empresas autuadas entre os dias 17 e 19 têm prazo de 30 dias para apresentarem a defesa, contrapondo-se às irregularidades identificadas durante fiscalização. Ao prosseguir com as investigações, Müller informa que se obtiver a informação na Prefeitura de Estância Velha que uma das empresas autuadas pela fundação é recorrente.



Reunião entre órgãos ambientais e promotores

Mais clara a água do Gravataí

A Corsan transmitiu informações positivas, ontem, ao avaliar a situação do rio Gravataí, que nos últimos dias apresentou nível elevado de turbidez. Conforme a química regional da empresa, Adriana Salani, já é possível observar o clareamento da água. Ontem à tarde, a Estação de Tratamento em Passo dos Negros registrou 157 UTs (unidade de turbidez), enquanto o normal oscila entre 30 e 50 UTs. A técnica informou que a cor ainda se mantém com nível elevado para os padrões considerados normais, entre 100 e 200 miligramas por litro de Pt (Platina). A água da Bacia do Gravataí estava com 750 miligramas por litro de Pt.

O risco de reaclonamento não foi confirmado pela Corsan. "No mo-

mento, a água está 1,12m acima do nível. Quando atinge apenas 1m é que começa a preocupar", salientou. A estiagem é apontada como um dos fatores que potencializaram os problemas causados pelo lançamento da água com lodo e nutrientes das lavouras de arroz entre Viamão e Santo Antônio da Patrulha. A observação foi feita pelo gerente técnico do Instituto Rio-Grandense do Arroz, José Gallego Tronchoni.

Segundo ele, os plantadores estão conscientes da necessidade de contribuir para a economia no uso da água do Gravataí, evitando o risco de desabastecimento. A previsão é que no início de novembro os arrozeiros já adotem o tradicional rodízio na captação de água.

População ajuda denunciando

O Comando Ambiental da Brigada Militar (CABM) conta com o apoio da população para identificar os casos de depósito irregular de resíduos, como o liagrado quinta-feira na área rural de Nova Santa Rita, na região Metropolitana. Por meio de denúncia anônima, a Patrulha Ambiental evitou que 14 toneladas de aparas de couro fossem depositadas em área particular.

Dividido em três batalhões ambientais, que abrangem todo o Rio Grande do Sul, o CABM fiscaliza o depósito irregular de lixo por meio de denúncias, da constatação pelas patrulhas ou de operações especiais programadas. "A extensão do território e a riqueza de recursos naturais que temos tornam difícil o acompanhamento porque o depósito de lixo em local irregular pode ocorrer em vários locais ao mesmo tempo", justificou o comandante do 1º Batalhão Ambiental do CABM, major Eduardo Passos Mereb.

Para ele, a tarefa de acabar com os depósitos de lixo passa pela conscientização. Além disso, disse que é preciso a participação de todas as pessoas na vigilância das agressões ao meio ambiente. "Se for desenvolvida uma cadeia de preocupação ambiental, que envolva da dona de casa a profissionais de todas as áreas, vamos oferecer um lugar melhor às futuras gerações", afirmou o oficial. No caso do depósito de lixo em áreas públicas e privadas, o autuado pelo Batalhão Ambiental responde a inquérito por crime ambiental. Os processos são acompanhados pelo Ministério Público.

Pernambuco será bloqueada às 9h

A avenida Pernambuco será bloqueada, a partir das 9h de hoje, no trecho entre as avenidas Cristóvão Colombo e Chicago, no bairro Floresta, em Porto Alegre, por tempo indeterminado. A medida se deve à continuidade das obras do Conduto Álvaro Chaves. Também neste sábado será liberado o trecho interrompido na Dr. Timóteo, entre a Cristóvão Colombo e a Chicago, no bairro Moimhos de Vento.

A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) informa ainda que a partir das 9h de hoje será instalada uma sinalizadora na rua Pellucíssimo de Azevedo com a avenida Benjamin Constant, bairro Floresta. A colocação do equipamento atende a um pedido da comunidade local.

Convivência nas cidades é tema de congresso

O Congresso de Direito Urbano-Ambiental reuniu em Porto Alegre, durante esta semana, juristas, arquitetos, engenheiros, biólogos e pós-graduandos, para trocar experiências sobre ações integradas no tratamento das questões urbanas e ambientais. Em mesas-redondas, oficinas e conferências, profissionais de diferentes áreas apresentaram experiências de ações integradas envolvendo conceitos urbanísticos e ambientais. "Não pode ser só um discurso jurídico. Deve ter reflexo no dia-a-dia das pessoas e na qualidade de vida das cidades", ressaltou a coordenadora científica do evento, Vanessa Prestes.

Entre os trabalhos que se destacaram, em sua opinião, está o da ONG pernambucana Serviço da Justiça e Paz, do Recife, com o usucapio

coletivo, tema que ainda mantém caráter polêmico.

O encerramento do congresso, ontem, após três dias de debates e apresentações de casos, contou com a presença do jurista Ricardo Lira, um dos precursores do Direito Urbanístico no Brasil e professor da Universidade Estadual do Rio (UERJ). Lira abordou a função social da propriedade e os desafios que se apresentam a partir da nova ordem estabelecida pelo Estatuto das Cidades.

Para a coordenadora científica, o congresso se constituiu em elemento "motivador de mais debates e propulsor de ações nos municípios". Complementou que "as pessoas percebem que não estão sozinhas em suas áreas, vivenciam situações similares e há caminhos possíveis".



Lira, precursor do Direito Urbanístico, falou sobre propriedade

Urbano-Ambiental

ANEXO H - ZERO HORA – 10/10/2006 – CAPA

zh.clicrbs.com.br

ZERO HORA

ANO 43 - Nº 15.019 PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2006 SC/PR - R\$ 2,50 | RS
Demais regiões - R\$ 3,50 - Uruguai \$ 4R **2,00**

53 entrevistas de Zeca Camargo com popstars



Segundo Caderno

Dicas para curtir o feriadão com a garotada



Viagem

Os melhores quartos decorados pelas mãos



Casa&Cia

Teste nuclear da Coreia do Norte espalha medo e gera repúdio mundial

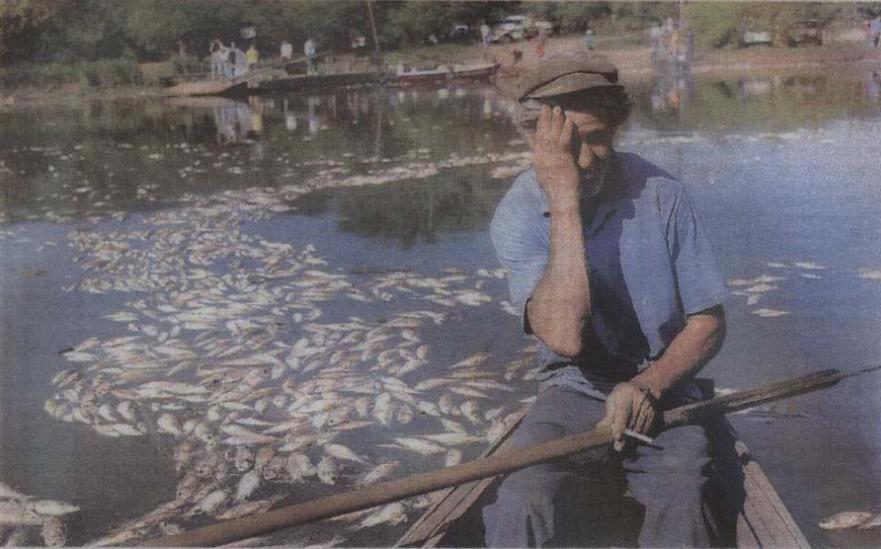
Horas antes da confirmação do sul-coreano Ban Ki-moon (foto) como novo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, a Coreia do Norte assustou o mundo ontem ao promover o primeiro teste nuclear de sua história. O experimento, condenado por unanimidade pelos países do Conselho de Segurança da ONU, deverá resultar em fortes sanções ao país.



BAN KI-MOON

O embaixador norte-americano no conselho, John Bolton, considerou o teste "um ato de provocação" e advertiu que um ataque ao Japão ou à Coreia do Sul - separada de seu vizinho comunista há seis décadas - será considerado um ataque contra os Estados Unidos. A Coreia do Norte é governada pelo ditador Kim Jong-Il desde 1994. **Páginas 4, 5 e 38**

DESOLAÇÃO NO RIO DOS SINOS



MARIO DE SOUZA

Dependente da pesca para sustentar a família, Zeli Coimbra lamenta o desastre ambiental que matou milhares de peixes. **Página 42**

ELEIÇÕES 2006

PMDB recomenda voto em Yeda

Por unanimidade, congresso formaliza apoio do partido à tucana. **Páginas 6 e 7**

Como Alckmin e Lula avaliam o debate na TV

Tucanos festejam e presidente reclama da postura do adversário. **Páginas 14 a 16**

ENTORPECENTES

Nova lei acirra polêmica em parques

Usuários de drogas consomem com mais liberdade em áreas verdes. **Pág. 48**

VIOLÊNCIA NA CAPITAL

Comerciante reage e mata assaltante

Dono de minimercado da Zona Sul desarma o ladrão e atira. **Página 51**

BADXA NO OLÍMPICO

Grêmio perde seu goleiro por três semanas

Marcelo Grohe torceu o tornozelo e dará lugar a Galatto, que volta depois de três meses. **Esportes**

ANEXO I - ZERO HORA – 10/10/2006 – PG 42

| 42 |

ZERO HORA > TERÇA | 10 | OUTUBRO | 2006

Geral >

geral@zerohora.com.br

**12% dos internos
da Fase são pais**
Página 45

**Nova lei antidrogas acirra
polêmica em parques**
Página 48

Editor executivo: Altair Nobre > 3218-4727. Editor: Diego Araujo > 3218-4732. Coordenadora de Produção: Valéria Pereira > 3218-4728

Ambiente Uma força-tarefa montada por policiais, ambientalistas e voluntários está trabalhando para brear o deslocamento dos animais e evitar que cheguem à captação de água da Corsan no Rio dos Sinos

Barreira para conter peixes mortos



Dois bóias de retenção foram instaladas ontem para formar barreiras de contenção dos animais que apodrecem no leito do Rio dos Sinos, no limite entre os municípios de São Leopoldo e Sapucaia

TAIS ORÃO

Era com apreensão que o pescador Zeli Coimbra, 54 anos, mirava, ontem, as águas do Rio dos Sinos, em Sapucaia do Sul, onde milhares de peixes bóiam mortos, desde sábado.

O ribeirinho depende do rio para sustentar a família.

— Agora não tenho mais nada para comer a não ser arroz e feijão. Quero ver como vão punir os responsáveis por essa mortandade — disse Coimbra.

Cerca de 60 pessoas, entre policiais militares, ambientalistas, funcionários públicos e voluntários trabalharam o dia todo em uma força-tarefa para tentar conter o deslocamento das toneladas de peixes pelo curso do Rio dos Sinos, entre São Leopoldo e Sapucaia do Sul.

Dois bóias de retenção foram colocadas ontem no rio de maneira a

formar barreiras de contenção dos animais que apodrecem no leito. Segundo a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), que coordena a operação, isso deve facilitar o trabalho de remoção das espécies e evitar que os peixes cheguem até a central de captação da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), em Esteio.

Estimativa é de que 1 milhão de peixes tenha morrido

De acordo com a Corsan, a água tem passado por uma série de análises e, até ontem, não havia sido constatado nenhum tipo de contaminação. Segundo a companhia, não há motivo para a população se preocupar com o consumo. Coletas periódicas estão sendo feitas no ponto de captação de Esteio.

Amostras de peixes e água estão sendo coletadas ao longo de 12 quilômetros do rio. Ao menos 13 espécies

atingidas já foram identificadas. Segundo o biólogo e diretor técnico da Fepam, Jackson Müller, duas equipes investigam empresas que despejam efluentes no Arroio Portão.

— Estamos conferindo as estações de tratamento de efluentes e coletando água e peixes para fazer uma busca minuciosa até a origem dessa mortandade — afirma o biólogo.

O presidente do Instituto Martim Pescador, Henrique Prieto, estima que 1 milhão de peixes tenha morrido na confluência do Arroio Portão com o Rio dos Sinos.

— Em 40 anos, eu nunca vi algo assim. É assustador — comentou o líder da organização não-governamental.

Ainda no final de semana, Prieto coletou as assinaturas de 52 pessoas que testemunharam a mortandade dos peixes já no sábado à tarde. O grupo passeava de barco por 45 quilômetros, a partir da Capital até São Leopoldo, quando a massa de peixes foi avistada. Com fotos que docu-



Equipes da Fepam investigam empresas que podem ter causado mortandade

mentam o desastre, a lista deve ser encaminhada ao Ministério Público. Atualmente, um total de 150 processos por crimes ambientais tramitam nas promotorias de São Leopoldo e Estância Velha. Deste total, 15 têm ligação com o lançamento de

efluentes químicos em rios e arroios. Segundo a Defesa Civil, hoje devem ser iniciadas as análises bioquímicas no laboratório da Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado.

tais.gruna@zerohora.com.br

6 - QUINTA-FEIRA, 19 de outubro de 2006

GERAL

CORREIO DO POVO

Situação de emergência para 2 rios

Governador cria força-tarefa para elaboração de plano de ações que recupere o Sinos e o Gravataí
O governador Germano Rigotto decretou ontem situação de emergência nas bacias hidrográficas dos rios dos Sinos e Gravataí e criou uma força-tarefa para elaborar um plano de ações voltado para a recuperação das águas. No prazo de 45 dias, os órgãos integrantes da força-tarefa terão que projetar ações a curto, médio e longo prazos e formular um plano de alerta para as bacias sob os aspectos químico, físico e biológico.

O grupo, recém-formado, será composto pelas secretarias estaduais de Meio Ambiente (Sema), da Agricultura e de Obras Públicas e Saneamento, Fepam, Comando Ambiental da Brigada Militar (CABM), Defesa Civil do Estado, Famurs, Assembleia Legislativa, Ministério Público, prefeituras e pelos comitês de gerenciamento das bacias hidrográficas dos rios envolvidos. O CAEM recebeu dois barcos novos e mais dois cedidos pela Secretaria da Agricultura para ter o trabalho facilitado. O avião e o helicóptero da BM reforçaram o monitoramento das margens para detectar os

problemas. Durante o período de elaboração do plano de ações integradas, a investigação da mortalidade de mais de um milhão de peixes no Rio dos Sinos não será interrompida.

Hoje, a Fepam deve divulgar informações preliminares sobre as investigações. "A situação do Rio dos Sinos e do Gravataí vem se agravando pelo aumento populacional, pela utilização errada da água, pelo depósito de lixo e pelo esgoto industrial e doméstico despejado nas águas. Isso exige uma articulação mais forte do que a que tivemos até agora", explicou Rigotto. Na reunião, Rigotto pediu o fortalecimento da

fiscalização sobre as irregularidades, como o controle das barragens e das atividades de reciclagem nas margens dos rios. Ao decretar a emergência, o governo pretende facilitar a obtenção de recursos para projetos desenvolvidos pelos municípios.

O presidente da Fepam, Antenor Ferrari, destacou a eficiência do trabalho de retirada dos peixes mortos. Já o presidente da Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre (Grampal), Marcelo Machado (PMDB), prefeito de Sapucaia do Sul, informou que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente já tem um projeto para repovoar com peixes o Rio dos Sinos.



FOTOS ANTÔNIO SOBRAL

Decreto assinado por Rigotto criou grupo formado por vários órgãos

Nomes de empresas culpadas saem hoje

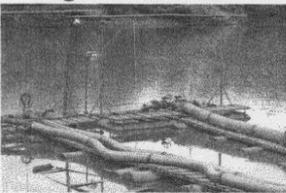
Os nomes das empresas que contribuíram para o desastre ambiental ocorrido no Rio dos Sinos, o valor das multas e os laudos do material coletado no arroio Portão serão conhecidos hoje, em reunião no campus da Unisinos. O encontro também vai discutir sobre o conjunto de medidas a serem adotadas para evitar outros desastres. Estão previstas as participações de representantes de vários órgãos e entidades governamentais, das 32 prefeituras da região, da Defesa Civil e de organizações não-governamentais.

O desastre ambiental aconteceu no Rio dos Sinos foi detectado no dia 8 deste mês, concentrado na divisa de São Leopoldo com Sapucaia do Sul, na foz do arroio Portão. Foram achados bolando mais de um milhão de peixes mortos em um trecho de cerca de 15 quilômetros.

Suspeitas de irregularidades no rio Gravataí

O Comando Ambiental da Brigada Militar (CABM) iniciou ontem vistorias nas lavouras de arroz que utilizam água do rio Gravataí e identificou suspeitas de irregularidades em três propriedades de cinco visitadas em Viamão e Gravataí. Sem tratamento, a água que retorna ao rio causa sérios danos ambientais.

Segundo dados do Irga, há entre 2 mil e 2,5 mil hectares de plantação de arroz que dependem de água do rio Gravataí. O presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Gravataí, Paulo Müller, informou que as vistorias ocorreram após de-



Cor da água no ponto de captação da Corsan preocupa

núncias. No ponto de captação da Corsan em Gravataí, no Passo dos Negros, a cor escura é visível, o que obriga a companhia a quadruplicar a quantidade de produtos no tratamento da água.

O comandante do Policiamento Ambiental da Área Metropolitana, capitão Rodrigo Gonçalves dos Santos, lembrou que a fiscalização seguirá nos próximos dias. O secretário estadual do Meio Ambiente, Claudio Dilda, disse que o Conselho dos Recursos Hídricos publicará nesta semana resolução estabelecendo limites para a retirada de água do rio Gravataí.

Irga conscientiza os arrozeiros

O Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga) está realizando um trabalho de informação e conscientização dos arrozeiros sobre o manejo correto no cultivo do arroz pré-germinado. Uma das ações foi a reunião de ontem à tarde, em Viamão, com os arrozeiros da bacia do rio Gravataí. Trinta deles acompanharam a explanação de técnicos do Irga, com as orientações que visam evitar o lançamento de água sem tratamento no rio, levando à coloração escura que vem preocupando ambientalistas, autoridades e entidades representativas. A Corsan também mostrou as consequências do manejo incorreto para o tratamento da água que abastece as cidades vizinhas.

O diretor-presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Gravataí (FMMA), Paulo Müller, relatou os pontos críticos que encontrou durante a vistoria realizada na semana passada. Uma das medidas a serem adotadas pelo Irga é a implantação de lavouras demonstrativas, conforme explica o chefe da divisão de assistência técnica e extensão, Luis Antônio de Leon Valente. Já há adesão de arrozeiros, informa ele, na região de Camaquã e em municípios da Depressão Central. Valente salienta que "o objetivo de todos é produzir com sustentabilidade".

DEFESO — Os pescadores do Rio dos Sinos e do arroio Portão devem receber salário-defeso extra no valor de um salário mínimo. Isso se deve à portaria proibindo a pesca nos dois rios, assinada ontem em Brasília, pelo presidente do Ibama, Marcus Barros, retroativa a 11 de outubro. O benefício já seria pago a partir de 1º de novembro, devido ao período da piracema.

Mobilização defende carroças

Cerca de 150 pessoas com mais de 60 carroças trancaram a avenida Loureiro da Silva ontem, em frente à Câmara de Vereadores, na Capital. Os catadores de papel e recicladores de lixo se deslocaram de diversas zonas da cidade para reivindicar a retirada do projeto de lei de autoria do vereador Sebastião Melo (PMDB), que prevê a extinção gradativa das carroças de Porto Alegre.

A mobilização partiu da Ilha Grande dos Marinheiros, causando congestionamento à tarde, especialmente na avenida Castelo

Branco. O presidente da Câmara, Dr. Goulart (PDT), prometeu a integrantes da categoria que a proposição não será incluída na pauta nos próximos dias e que pedirá a criação de comissão especial para o tema.



Ato foi diante da Câmara, onde tramita projeto de extinção

50% do pedágio para veículos de Viamão

Veículos com placas de Viamão pagarão metade do valor do pedágio na praça da Univas, na RS 040, conforme decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. O valor cobrado passará de R\$ 5,10 para R\$ 2,55. A medida entrará em vigor no prazo de cinco dias, a partir da notificação da concessionária. Ela contestava a isenção do pagamento.

Moradores de Viamão protestaram em frente da sede do TJRS, na Capital. Eles prometem realizar nova manifestação junto à praça de pedágio nesta sexta-feira.

O relator do processo, desembargador Inneu Mariani, adiantou a possibilidade de concessão de bônus integral. "Não se mostra uma solução equalizadora, mas privilegiadora. O bônus parcial é possível em termos judiciais", citou. Hoje, só quem mora em localidades depois da praça de pedágio é isento da taxa. Para o prefeito de Viamão, Alex Boscani, a decisão, ainda passível de recurso, não soluciona o problema. Ele aguarda manifestação do Ministério Público.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Agricultura e Abastecimento

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2006
O Diretor-Presidente da Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA/RS, torna público, que fará realizar no dia 08 de novembro de 2006, às 10:00 horas, no Auditório da Administração da Ceasa/RS, sito na Av. Fernando Ferrari, 1001, Bairro Anchieta, Porto Alegre-RS, uma Tomada de Preços, na contratação de empresa prestadora de serviços de mão-de-obra de: 02 motoristas, 02 cozinheiras, 05 conferentes, 03 supervisores, 01 soldador e 01 instalador hidráulico. Os documentos, envelope nº 01 - Documentos e, Proposta, envelope nº 02, deverão ser apresentados à Comissão Permanente de Licitação no horário da sessão licitatória acima referida. Maiores informações poderão ser obtidas através do fone 21 11 6610.

Porto Alegre, 18 de outubro de 2006.
Jacopo Nestor Seibel
Diretor-Presidente

Central de Licitações CELIC

O Diretor-Superintendente da Central de Licitações - CELIC determina a publicação dos seguintes atos praticados no exercício de suas atribuições em conformidade com a legislação vigente:

AVISOS DE LICITAÇÕES

PREGÕES ELETRÔNICOS
31 de outubro de 2006

Processo	Edital	Horário	Fam
001562-19.50/06-6	211/06	09:00	045

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão, confecção e montagem de livros para a UERGS.
Os Editais encontram-se disponíveis no site www.celic.rs.gov.br, e também em disquetes, mediante troca, na Av. Farrapos, 151, térreo - Seção de Protocolo.

Porto Alegre, 18 de outubro de 2006.
Paulo de Tarsos Gonçalves Severo
Diretor Superintendente da CELIC - Substituto

Home-Page=<http://www.celic.rs.gov.br>
E-mail=celic@celic.rs.gov.br

CAIXA MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE ALTERAÇÃO
Tomada de Preços 197/06 - Nova Versão

OBJETO: Reforma e adequação do novo imóvel da Ag. Camoatins, em Santa Maria/RS. A CADA REFINA e outro publicado no jornal Correio do Povo de 29/09/06, pág. 22. NOVA DATA/ARROIO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: às 15h de dia 03/11/06, à R. da Andrade, 1231, Conj. 303 - Porto Alegre-RS. Cópias da nova versão do Edital podem ser obtidas mediante apresentação de um CD-ROM no endereço acima, ou capturadas através do site www.caixa.gov.br ou ainda solicitadas através do e-mail gilrpo4@caixa.gov.br. Fone/Fax - (51) 3214-7022/7052.

TRENSURB MINISTÉRIO DAS CIDADES

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB

AVISO DE LICITAÇÃO
Registro de Preço
Pregão n.º 004/2006

OBJETO: Aquisição e Aplicação de piso anti-derrapante em TUE. ABERTURA: 01 de novembro de 2006, às 09:00 horas. LOCAL: Av. Ernesto Neugebauer, 1915, Prédio Administrativo, 2º andar. Processo 1327/2005. Porto Alegre, 18 de outubro de 2006.

VERA LÚCIA L. CARDOSO
Chefe do Setor de Compras

Barrisul
www.barrisul.com.br
Rio Grande do Sul
Cidade de Viamão

AVISO DE LICITAÇÃO
Terminou público, para conhecimento dos interessados que, na Unidade de Infra-estrutura, deste Banco, localizado na Av. Francisco Trein, 427, Bairro Chilei Residencial, nesta Capital, será realizada Licitação para aquisição de materiais/prestação de serviços, conforme discriminação a seguir:
Condições: Nº 0014892/2006 - Tipo: Menor Preço
Data abertura: às 14h00min do dia 20/11/2006
Objeto: Prestação de serviços de processamento, gestão, implantação de produtos, consultoria e operacionalização de cartões de crédito.
O edital respectivo, encontra-se a disposição dos interessados, no endereço antes mencionado, no horário das 09 horas às 17 horas, ou através do site www.barrisul.com.br.

Porto Alegre, 18 de outubro de 2006
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

CORREIO DO POVO

GERAL

DOMINGO, 22 de outubro de 2006 — 7

Caminhada de Primavera será no Jardim Botânico

Ocorrerá no dia 28, às 9h, a 1ª Caminhada de Primavera no Jardim Botânico de Porto Alegre. O evento é uma iniciativa do serviço de reeducação alimentar. Leve com Ciência, saúde Petrópolis, com apoio da Fundação Zoológica do RS. Haverá caminhada orientada por um profissional de Educação Física. Os participantes terão orientações de nutrição e emagrecimento. O ponto de encontro será a entrada do Jardim Botânico. Fone: (51) 3332-2402.

Feira possibilita adoção de cães e gatos sem lar

Os interessados em acolher um animal sem lar poderão adotar cães e gatos na feira do Movimento Arca dos Bichos, realizada neste domingo, das 12h às 16h, na avenida Osvaldo Aranha, na Capital. É preciso ter mais de 21 anos, apresentar carteira de identidade e comprovante de residência, além de passar por entrevista e assinar termo de responsabilidade pelo bem-estar do animal. No local, ainda haverá campanha de esterilização dos bichos.

Aprova uso de pilcha no plenário da Câmara

O plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou o projeto de autoria do vereador Elói Guimarães (PTB) que altera a resolução 1.178, de 16 de julho de 1992, do legislativo municipal, adequando-se à lei estadual no 8.813, de 10 de janeiro de 1989, que oficializou a pilcha de uso preferencial no RS. Com a modificação, vereadores e funcionários poderão usar em plenário a pilcha em substituição ao terno e gravata.

Conselho Tutelar de Esteio se integra com crianças

O arrote que cruza o bairro mais populoso de Alvorada, o Umbu, foi limpo na última semana por um mutirão com funcionários de três prefeituras da região Metropolitana. Do arroio Águas Belas, afluente do rio Gravatá, foram retiradas dezenas de sacos de lixo num trecho de 1,5 mil metros. Foram encontrados ainda objetos inusitados, como um vaso sanitário e discos de vinil.

Secretários de Transportes irão se reunir em Canoas

Canoas sediará, terça e quarta-feira, o 28º Fórum dos Secretários de Transportes e Dirigentes de Trânsito do Estado. O encontro ocorrerá na Ulbra - auditório do prédio 14 - e tratará de questões sobre o transporte coletivo urbano, análise de concessões, cálculos tarifários, custos dos insumos e perfil da carga tributária, entre outras. O fórum gaúcho discutirá as políticas para o setor nas três esferas de poder.

Vereadores concedem Prêmio de C & T segunda

Em reconhecimento ao Jovem Cientista, maior prêmio científico da América Latina, a Câmara Municipal de Porto Alegre entregará segunda-feira o Prêmio de Ciência e Tecnologia Mário Schenberg à vencedora na categoria graduado em 2005, Ana Beatriz Gorini da Veiga, doutora em Biologia Celular e Molecular pela UFRGS. A solenidade será às 14h no Salão Nobre da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas.

Litoral investe para atrair veranista

Prefeituras estão se preparando para a temporada, com obras, limpeza e plantação de árvores e flores

Carina Fernandes
Para oferecer melhor infra-estrutura aos veranistas, as prefeituras do Litoral Norte têm intensificado as obras e a limpeza das praias. O trabalho, segundo os administradores públicos, ocorre desde o final da temporada anterior. A intenção é que tudo esteja pronto até o dia 15 de dezembro, quando aumenta o movimento. Para atrair mais turistas, o foco dos municípios também está nas programações culturais e esportivas.

Para os primeiros dias de novembro está previsto em Capão da Canoa o início da recuperação de 61m de asfalto na avenida Paraguassu e outras vias da cidade, inclusive a Petra-Mar. "O calçamento irá até a divisa com Atlântida", afirma o prefeito Jairo Oliveira Marques. Os 36,8 mil habitantes se transformam no verão em 200 mil. Entre novembro e dezembro, a prefeitura pretende substituir lâmpadas e colocar mais luminárias.

A partir de segunda-feira, os três distritos de Capão da Canoa - Curumim, Arroto Teixeira e Capão Novo - receberão mutirões voltados à prepa-

ração da temporada. Assim como na cidade, as praias do Litoral Norte têm como ponto alto de suas programações as comemorações do Réveillon e o Carnaval. Segundo Marques, a intenção é investir mais nos eventos.

Calçamento de ruas, serviços de iluminação pública e de limpeza são algumas das medidas adotadas em Imbé. "Estamos com toda a cidade iluminada e passamos o inverno fazendo serviços de capina para a conservação do município", diz o secretário municipal de Obras, João Luiz Chaves. Conforme ele, a cidade já está pronta para receber os veranistas. Tramandaí, que durante o verão tem sua população de 40 mil pessoas multiplicada por dez,



Avenida Paraguassu de Xangri-Lá recebe recapeamento

concluiu a obra na Avenida da Igreja, que recebeu flores, árvores ornamentais e piso colorido. "Estamos recuperando 16 ruas e revitalizando todo o sistema de sinalização vertical e horizontal", ressalta o secretário municipal de Obras e Serviços Urbanos, Antonio da Silveira Rodrigues.

Em Xangri-Lá, o trabalho inclui a construção da praça Ramiro Corrêa, de calçada e recapeamento dos piores trechos da Paraguassu. O prefeito Celso Bassani Barbosa prevê que tudo esteja concluído até 1º de janeiro. "Faremos o calçamento da Diamante, em Ratinha do Mar, e na Paraguassu, em Xangri-Lá." Está prevista parte do calçamento na avenida central de Atlântida.

Ressaca redobrou o trabalho

A combinação de ventos fortes, chuva e granizo, em alguns locais, prejudicou a infra-estrutura das praias. Dois municípios tiveram que redobrar o trabalho de preparação para a temporada de verão: Tramandaí e Imbé, atingidos em setembro pela pior ressaca dos últimos 12 anos. A Fepam deverá autorizar nos próximos dias as duas prefeituras a consertarem as calçadas.

A emissão da licença da Fepam ocorrerá quando a manutenção for incluída no Plano Diretor dos municípios. Segundo a fundação, o processo se torna menos burocrático nas situações em que os municípios fazem um planejamento. Os pedidos de licença foram encaminhados pe-

las prefeituras no começo do mês.

O secretário municipal de Obras de Imbé, João Luiz Chaves, afirma que desde a ressaca, a prefeitura trabalha na reconstrução. A força das ondas quebrou lajotas do calçamento do município, um dos mais atingidos. "Só esperamos a liberação da Fepam para nos dedicarmos no restante da obra. Até o dia 15 de dezembro, estará tudo pronto."

Em Tramandaí, parte dos 400m do muro de arrimo foi destruída pelo impacto das ondas. Os problemas foram na avenida Beira-Mar. Além de danos na sustentação do concreto, ocorreram estragos no bar Panorâmico, em parte do calçamento e em uma passarela de pedestres.

Punições têm enfoque educativo

A atitude de cortar uma árvore para viabilizar empreendimentos ou ganhar mais espaço em um terreno, sem a autorização da Prefeitura de Porto Alegre, tem rendido aos responsáveis punições com enfoque cada vez mais educativo. Ações desse tipo resultam na exigência da reparação do dano, por meio do plantio de mudas. Podas e cortes de árvores dependem de autorização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam), mesmo as que estão localizadas em terrenos particulares.

O titular da Smam, Beto Moesch, destacou o direito que todos têm de construir, mas disse que o corte de árvores depende de diversos fatores, como sua espécie. "Sujar calçadas

ou fazer sombra não são motivos", salientou. Segundo ele, a retirada de uma espécie depende de seu estado, se coloca a vida das pessoas em risco ou se está comprometendo o alcece de uma casa ou a rede de água e esgoto. Mesmo assim, a medida requer antes a formulação de laudos.

A prefeitura exige atualmente que 20% da vegetação dos terrenos sejam preservados ou destinados para esse fim. Nos casos de pessoas físicas, a punição tem compreendido a exigência de plantios de mudas no próprio terreno ou em frente ao local. Nos casos em que o município estipula multa, o valor pode ser pago através de serviços, como o plantio de mudas e obras em praças.

Arroios de Alvorada são limpos em mutirão

O arroio que cruza o bairro mais populoso de Alvorada, o Umbu, foi limpo na última semana por um mutirão com funcionários de três prefeituras da região Metropolitana. Do arroio Águas Belas, afluente do rio Gravatá, foram retiradas dezenas de sacos de lixo num trecho de 1,5 mil metros. Foram encontrados ainda objetos inusitados, como um vaso sanitário e discos de vinil.

Segundo o diretor do Horto Municipal de Alvorada, Ildelfonso Milchaker, a atividade deve ser permanente. "Nossa equipe de educação ambiental entrega panfletos aos moradores com orientações sobre preservação da natu-



Funcionários de três prefeituras retiraram lixo

reza e incentivo ao uso racional da água", diz.

Para a limpeza, foram utilizados um caminhão e uma retroscavadeira. Os 60 funcionários foram cedidos pelas prefeituras de Alvorada, Viamão e Cachoeirinha, Corsan e Corpo de Bombeiros. O gerente da Corsan de Alvorada, Nereu Funex, destaca que a retirada dos resíduos é uma forma de alertar a população para os problemas gerados pela poluição dos rios. A expectativa do Conselho Regional de Desenvolvimento Metropolitano do Delta do Jacuí é formar um consórcio entre as prefeituras para intensificar os trabalhos.

Pescadores gaúchos são alfabetizados

Mais de 300 pescadores do litoral gaúcho receberam certificado de conclusão do curso de alfabetização Pescando Letras. Criado pela Secretaria Especial de Agricultura e Pesca e pelo Ministério da Educação, o projeto proporciona aulas específicas para os pescadores.

Os certificados foram entregues pelo ministro da Pesca, Altamir Gregolin, na última semana, na Fiera. "O total de 79% dos pescadores não sabem ler nem escrever e, só este ano, já alfabetizamos mais de 100 mil, proporcionando novas oportunidades", destacou. Disse que é uma forma de resgate da cidadania.

Brasil sofrerá mais com o aquecimento

Boa parte do mundo, especialmente o Brasil, o Oeste norte-americano e a região do Mediterrâneo, irá sofrer secas mais prolongadas, fortes tempestades e ondas de calor mais duradouras durante os próximos cem anos devido ao aquecimento global. A previsão é de um novo estudo realizado por cientistas do Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica (NCAR) dos Estados Unidos, da Universidade do Texas e do Centro de Pesquisas do Bureau de Meteorologia da Austrália.

As simulações foram criadas em supercomputadores de centros da França, do Japão, da Rússia e dos EUA. Segundo o estudo, ondas de calor criarão noites muito quentes. Os eventos extremos causam a maior parte do dano.

VENDE-SE

área Nobre em Eldorado do Sul

EXCELENTE LOCALIZAÇÃO

20.000 metros quadrados

na Estrada do Conde, em frente ao CT do Grêmio, a 12 minutos do Centro de Porto Alegre

INFORMAÇÕES pelo telefone 3499.2233

Esta dissertação foi impressa em papel reciclado, que é produzido sem branqueamento, um dos processos que mais polui o meio ambiente